



Guia do Canarinho Pistola

As melhores (e as piores) respostas dos aprovados no CACD 2017

TURMA DO INSTITUTO RIO BRANCO 2017-2019

Bruno Palazon Imparato
Bruno Rodrigues Teixeira
Carolina Mye Saito
Christian Bicca Estivallet
Daniel Kohler Leite
Elisa Hickmann Nickel
Erika Helena Campos
Fabio Coelho Caetano Baptista
Felipe Ferreira Marques
Fernanda Graeff Machry
Fernando Jose Caldeira Bastos Neto
Fernando Sousa Leite
Graziela Streit Rodrigues da Silva
João Henrique Nascimento Dias
Larissa Ferreira da Silva
Lauro Grott
Luana Alessandra Roeder
Luciano Prata Magalhaes
Matheus Freitas Rocha Bastos
Matheus Machado Hoscheidt
Maybi Rodrigues Mota
Neylor Caldas Monteiro
Paulo Mendes de Carvalho Guedes
Pedro Henrique de Sousa Zacarias
Philippe Carvalho Raposo
Priscila Liz Alves
Rafael Rodrigues Alves
Rafaela Junqueira de Oliveira
Sarah Cruz Ferraz
Victor Oliveira Tibau

Arte da capa de Ana Beatriz Santos
Diagramação de Matheus Freitas Rocha Bastos

Turma do Instituto Rio Branco 2017-2019

Guia do Canarinho Pistola: as melhores (e as piores) respostas dos aprovados no CACD 2017 / Turma do Instituto Rio Branco 2017-2019

226 páginas

Instituto Rio Branco 2. Diplomacia 3. Concurso de Admissão à Carreira Diplomática. I.

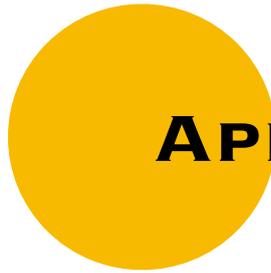
2018 – Permitida a reprodução parcial ou total, sem fins lucrativos, por qualquer meio, desde que divulgada a fonte.



SUMÁRIO

Português	14
Redação	14
Exercício I	29
Exercício II	32
Inglês	35
Composition	35
Translation A	41
Translation B	45
Summary	49
História do Brasil	54
Questão 1	54
Questão 2	65
Questão 3	75
Questão 4	83
Política Internacional	90
Questão 1	90
Questão 2	100
Questão 3	109
Questão 4	117
Geografia	124
Questão 1	124
Questão 2	134
Questão 3	143
Questão 4	149
Economia	155
Questão 1	155
Questão 2	163

Questão 3	170
Questão 4	176
Direito	182
Questão 1	182
Questão 2	190
Questão 3	196
Questão 4	204
Espanhol	210
Resumen	210
Traducción	215
Francês	219
Résumé	219
Version	224



APRESENTAÇÃO

Muitos foram os nomes aventados para este guia. Alguns advogaram um nome simples, como “guia da turma de 2017-2019”. Outros defenderam o guia da “marmota”, em referência ao filme *O Feitiço do Tempo*, no qual o protagonista fica preso num *loop* temporal até fazer tudo corretamente, podendo, então, avançar em sua trajetória. Outro nome que teve grande adesão (sendo o primeiro escolhido para este guia, ainda nos idos de janeiro de 2018) foi “guia do pirilampo das galáxias”, em referência simultânea às provas escritas de inglês e de espanhol, bem como ao livro *Guia do Mochileiro das Galáxias*, que, em sua introdução alvissareira, traz reconfortante mensagem que gostaríamos de transmitir para nossos futuros colegas: “NÃO ENTRE EM PÂNICO”.

Todos esses nomes traziam, em si, a síntese dos aproximadamente 140 anos conjuntos de estudos necessários para a aprovação dos 30 diplomatas da turma de 2018 (sem contar graduações, mestrados e etc.). Entretanto, nenhum desses nomes representava os 30 anos de Instituto Rio Branco que compartilhariamos.

Foram necessários 15 anos de Instituto Rio Branco (6 meses x 30), para que um nome definitivo fosse escolhido. Assim, dando continuidade à tradição iniciada pela turma de 2013-2015, com a publicação do Guia do Filhote de Gnu, a turma do Instituto Rio Branco de 2017-2019 tem a honra de apresentar o Guia do Canarinho Pistola.

Em ritmo de copa, e apesar dos pesares, nossa turma deseja não somente fazer uma homenagem a esse símbolo alado da brasilidade, mas também transmitir uma mensagem de união para aqueles que já são nossos futuros colegas. Assim, mesmo ante a derrota da seleção brasileira, escolhemos o Canarinho Pistola como o *Expecto Patronum* da união de nossa turma.

Nossa escolha visa a transmitir para nossos futuros colegas um símbolo que não quer dar alegria e que não fica sentado no campo quando perde. Um símbolo que é especialista em cair e levantar, com a mesma garra de nossa colega Sarah, que foi aprovada após 9 anos de estudo. Como todo cacadista, o Canarinho Pistola é um guerreiro autêntico, realista, aguerrido, focado nos objetivos e despreocupado em parecer simpático; é um símbolo que unificou a nação e deu esperança para que todos continuássemos após mais uma derrota.

O cacadista deve ser como o Canarinho Pistola: sem ilusões, focado, com sangue nos olhos e sem firulas de erudição. Não deve preocupar-se em parecer um intelectual, mas, sim, em ser um diplomata. Deve passar no concurso, e não ser um gênio. Deve jogar bonito, ser objetivo e pragmático, sabendo cair e levantar.

Por fim, queremos transmitir uma derradeira mensagem para os canarinhos que ainda se encontram presos nas (j)aulas. Chegou a hora de romper a gaiola, de acabar com o cárcere privado do cacadismo. Chegou a hora de partir para o ataque e superar a síndrome de Estocolmo com o CESPE. Chegou a hora de ficar pistola e de perceber que o a preparação CACD não é uma profissão. Chegou a sua hora.

Em caráter mais pragmático, esperamos também auxiliar os candidatos ao Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD) em sua preparação para as fases discursivas do certame, de modo a tornar sua trajetória menos árdua. Além de fornecer subsídios à preparação, buscamos demonstrar a heterogeneidade dos aprovados, tanto em seu desempenho nas provas quanto em sua trajetória até a aprovação.

O guia contém as melhores e piores respostas às questões de segunda e terceira fase do CACD 2017. Nesse ano, a segunda fase voltou a ser composta por provas de Língua Portuguesa e de Língua Inglesa, ambas de caráter eliminatório. Foram selecionadas as oito melhores dissertações de português e as quatro melhores respostas aos demais exercícios da segunda fase, bem como aquelas que obtiveram a nota mais baixa em cada um deles entre os aprovados. Quanto à terceira fase, também foram selecionadas as quatro melhores e a pior resposta a cada questão. Em 2017, as provas de francês e espanhol voltaram a ser dissertativas, em formato inédito, compostas por um resumo e uma versão em cada idioma.

O guia também inclui estatísticas relativas ao perfil dos aprovados, tais como formação acadêmica, cidade de origem, idade e tempo de estudo. Com isso, pretendemos demonstrar que não há um caminho único para a aprovação. Apesar de o ponto de chegada ser o mesmo, cada um de nós percorreu uma trajetória bastante particular para alcançá-lo.

Da mesma forma que os guias anteriores, o Guia do Canarinho Pistola inova em seu conteúdo, ao incluir recursos deferidos em algumas das questões. Desse modo, pretendemos auxiliar os candidatos a enfrentarem uma etapa do concurso pouco compreendida, mas, ainda assim, decisiva para o resultado final.



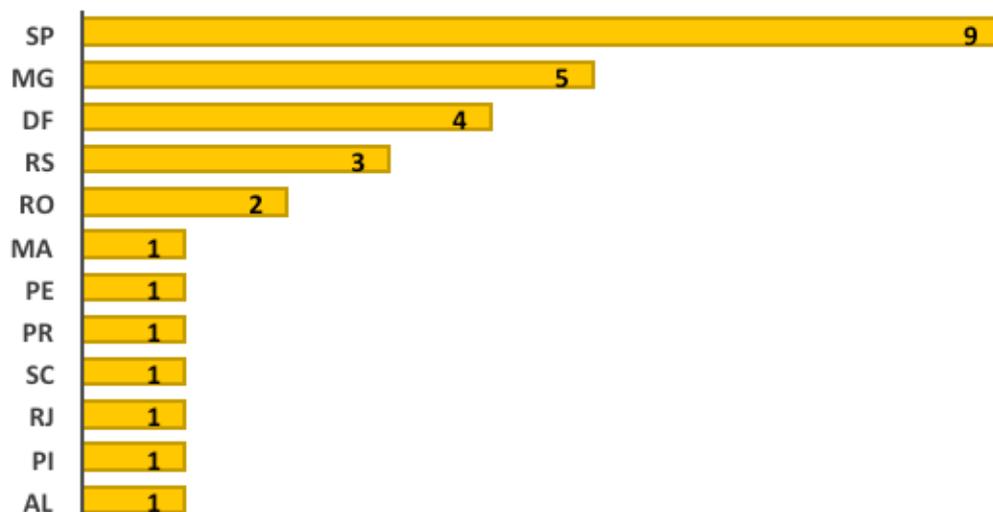
O PERFIL DOS APROVADOS

A turma 2017-2018 do Instituto Rio Branco é composta de trinta pessoas, das quais onze mulheres e dezenove homens. A procedência geográfica da maioria dos candidatos continua a ser São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal, mas a tendência de diversificação geográfica progressiva mantém-se. Os cursos de graduação mais comuns feitos pelos aprovados foram Direito e Relações Internacionais. Durante a preparação, quatorze dos trinta conciliaram os estudos com trabalhos em tempo integral ou meio período. Em média, os aprovados estudaram cerca de quatro anos e meio e alcançaram a aprovação aos 28,7 anos. Ainda assim, oito passaram com mais de trinta anos, e o mais velho, com trinta e sete anos.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

A distribuição geográfica no quesito estado de origem registrou uma maioria de aprovados de São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal, mas há aprovados de variados estados. Destaca-se a participação mais significativa de Rondônia (2 aprovados), superando, por exemplo, estados de participação tradicional na série de aprovados, como o Rio de Janeiro (1 aprovado).

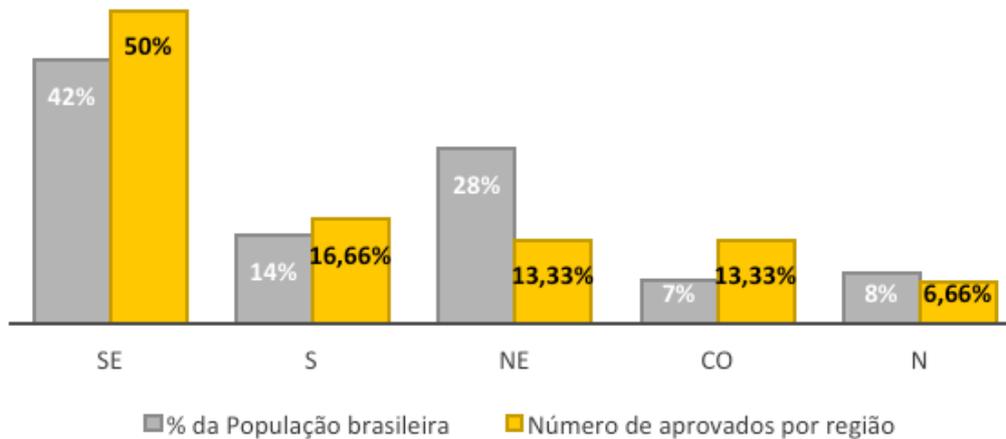
Estado de origem dos aprovados



REGIÃO DE ORIGEM DOS APROVADOS

Metade dos aprovados são do Sudeste, concentrando-se nos estados com maior aprovação. Com base no gráfico a seguir, verifica-se que, comparadas com a participação no total da população brasileira, as regiões sul e sudeste concentram mais aprovados, enquanto as demais regiões representam fenômeno contrário. Destaca-se a região nordeste como aquela com a maior discrepância entre os percentuais de aprovados e o peso da região na população nacional.

Região de origem dos aprovados



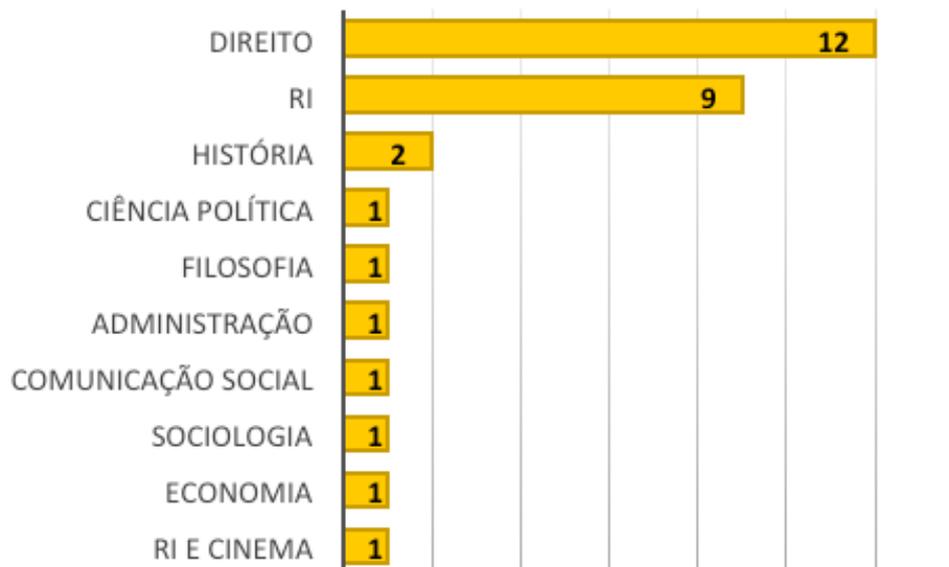
DISTRIBUIÇÃO POR GÊNERO

As onze mulheres aprovadas correspondem 36,6% do total da turma, sendo que a média de idade das aprovadas foi de 29,3 anos, levemente superior à média masculina (28,4).

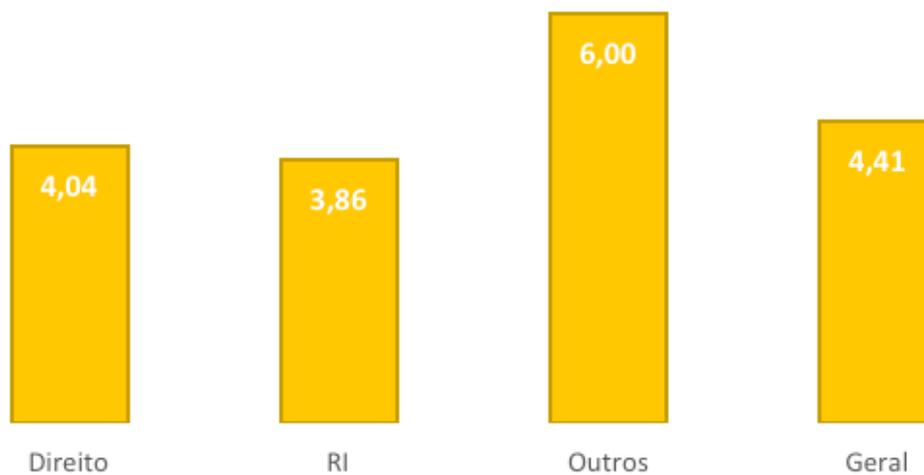
FORMAÇÃO ACADÊMICA

Doze dos trinta aprovados fizeram direito, e nove fizeram relações internacionais. Os aprovados cursaram uma variedade de cursos dentro das ciências humanas. O curso que registrou o menor tempo de estudo para a aprovação foi o de Relações Internacionais (3,86 anos), valor muito próximo do tempo de estudo dos formados em Direito (4,04 anos).

Formação acadêmica dos aprovados



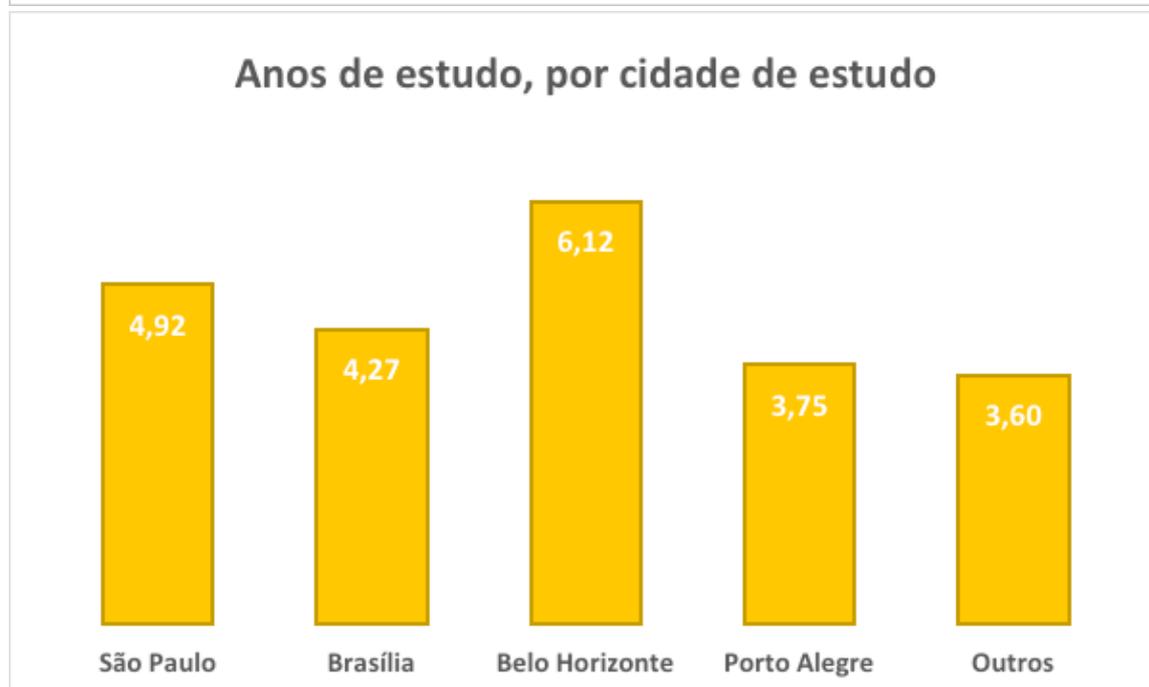
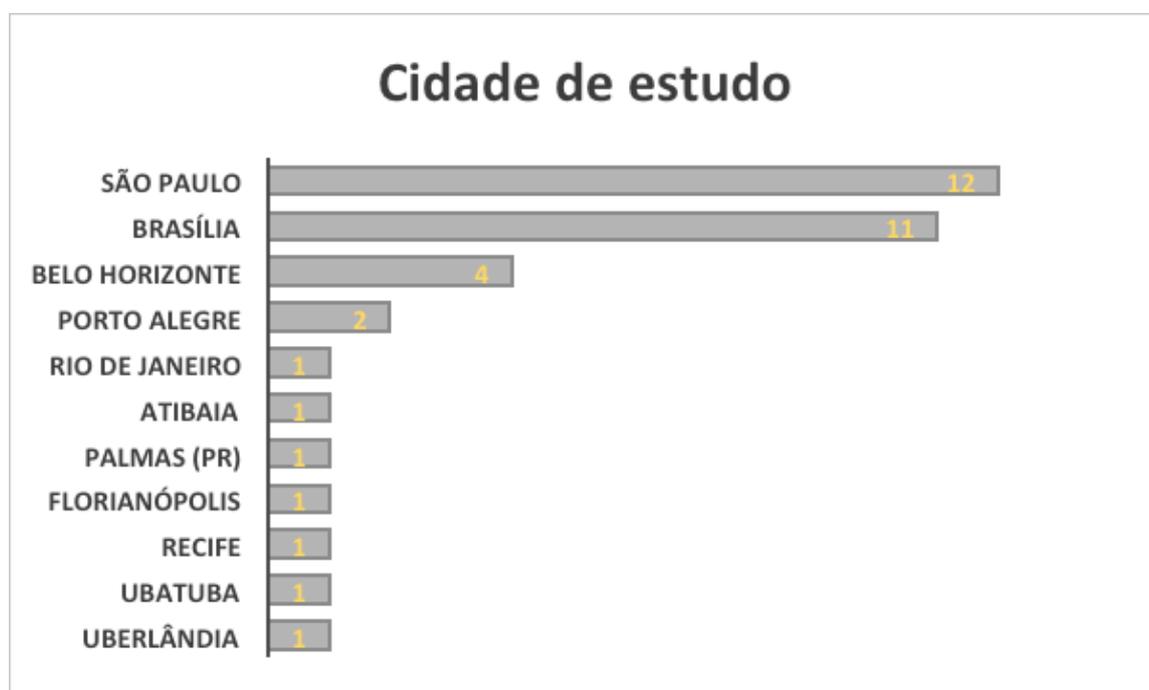
Anos de estudo, por graduação



A PREPARAÇÃO DOS CANDIDATOS

Todos os candidatos aprovados recorreram, em alguma medida, aos cursinhos durante sua preparação. Conforme mostrado no gráfico abaixo, boa parte dos aprovados estudaram em cidades onde há, tradicionalmente, maior oferta de cursinhos presenciais (São Paulo e Brasília); o gráfico, no entanto, mostra maior variedade de cidades de estudo, o que reflete a crescente oferta de cursos online, a qual tem facilitado o estudo longe dos grandes centros. Deve-se notar que o número no gráfico abaixo é superior ao de aprovados, o que se explica pelo fato de que alguns candidatos estudaram em mais de uma cidade durante sua trajetória.

Dos 30 aprovados, 14 trabalharam durante sua preparação, estes com uma média de 5,3 anos de estudo até a aprovação (contra 3,5 dos que não trabalharam). Ressaltamos, todavia, que se trata de uma média feita com base em trajetórias muito variadas.

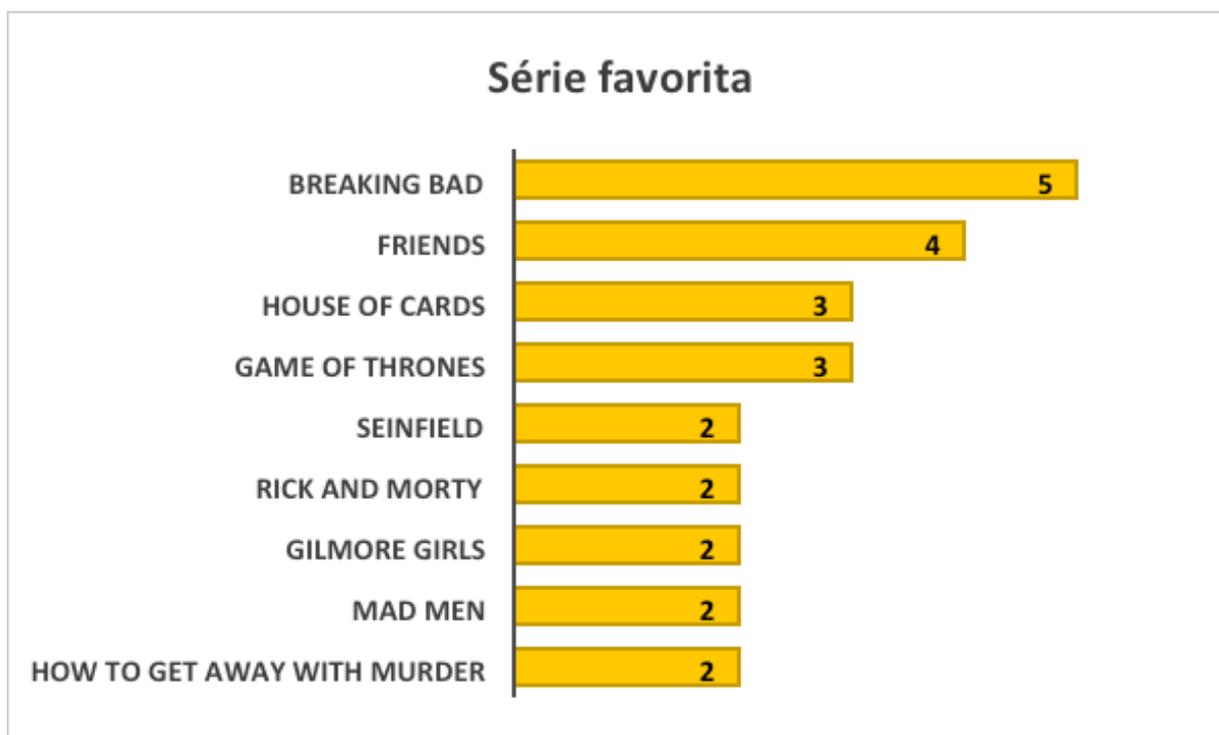


PREFERÊNCIAS PESSOAIS DOS APROVADOS

Nem só de estudo vive o CACDista. Dessa forma, a título de curiosidade, colocamos, aqui, algumas estatísticas que refletem preferências pessoais dos candidatos.

No quesito “Filmes”, constatamos uma variedade imensa de escolhas dos candidatos. O filme preferido mais escolhido pelos aprovados foi *O poderoso chefão*, com cinco ocorrências. Cada uma das outras escolhas foi bastante particular, com uma ou no máximo duas ocorrências. Outros títulos escolhidos foram: *The Blue Brothers*; *Rope*; *Strangers on a Train*; *Desejo e Reparação*; *Os Miseráveis*; *Trainspotting*; *The Dark Knight*; *North by Northwest*; *Pulp Fiction*; *Cinema Paradiso*; *Rocco e seus irmãos*; *Nosferatu*; *A vida dos outros*; *Fresas y chocolate*; *O Túmulo dos vagalumes*; *Cidade de Deus*; *Star Wars*; *Harry Potter*; *Quero ser John Malkovich*; *Jackie Brown*; *Django livre*; *O Fabuloso destino de Amélie Poulain*; *Sociedade dos Poetas Mortos*; *Ex Machina*; *Melancolia*; *Rocky Balboa*; *Na Natureza selvagem*; *O Segredo dos seus olhos*; *Relatos Selvagens*; *Tropa de Elite 2*; *Le Fils*; *Central do Brasil*; *Jogos, Trapaças e Dois Canos Fumegantes*; e *Porcos e Diamantes*.

No quesito “Série favorita”, os vitoriosos foram *Breaking Bad* e *Friends*, mas também se verificou grande diversidade de escolhas. Para além dos títulos que estão no gráfico abaixo, outras séries escolhidas foram: *Black Mirror*; *The Simpsons*; *Family Guy*; *Rick and Morty*; *Los Simuladores*; *The good place*; *The Sopranos*; *Gomorra*; *Fullmetal Alchemist*; *Avatar: the Last Airbender*; *Death Note*; *The Good Wife*; *Grey’s Anatomy*; *The Americans*; *Glacé*; *River*; *Vikings*; *Scandal*; *Please Like Me*; *RuPaul’s Drag Race*; *The Handmaid’s Tale*; *Rurouni Kenshin*; *The Office (US/UK)*; *Suits*; *Two and a half man*; *The Big Bang Theory*; *South Park*.



No quesito “Time dos aprovados”, o vitorioso foi o grupo dos sem-time, com o segundo lugar dado ao Vasco da Gama.





PORTUGUÊS

Redação

Eu sou contra a tolerância, porque ela não basta. Tolerar a existência do outro e permitir que ele seja diferente ainda é pouco. Quando se tolera, apenas se concede, e essa não é uma relação de igualdade, mas de superioridade de um sobre o outro. Sobre a intolerância já fizemos muitas reflexões. A intolerância é péssima, mas a tolerância não é tão boa quanto parece.

(José Saramago, em entrevista a Sandra Cohen. Um ateu preocupado com Deus. In: O Globo, Rio de Janeiro, 27/6/1993 (com adaptações).

A partir da reflexão de José Saramago, apresentada no texto acima, disserte sobre o tema da tolerância, seja nas relações entre pessoas, seja entre religiões ou entre Estados e expresse, com argumentos, se concorda ou discorda do que declarou o escritor português.

Média: 44,09 amp. / 37,97 cotas negros

Desvio padrão: 3,76 amp. / 4,83 cotas negros

Paulo Mendes de Carvalho Guedes – 53,75

Ao afirmar que é contra a tolerância, José Saramago adota uma opinião aparentemente radical em relação ao tema. No entanto, em seguida, o autor de Ensaio sobre a cegueira elucida o significado do enunciado e, com base na perspectiva profundamente humanista que lhe é característica, defende que a tolerância é melhor que a intolerância, mas que “não é tão boa quanto parece”, porque insuficiente. Apesar do choque inicial, concordo com sua declaração, porquanto o sentido fraco de aceitação contido na ideia de tolerância, muito embora eficaz na prevenção de certos conflitos, não é suficiente para a promoção de uma sociabilidade pautada pela paz e pela prevalência dos direitos humanos. Nessas circunstâncias, emerge a discussão acerca do par antitético tolerar-promover, que permeia a percepção da alteridade nas relações entre pessoas, entre religiões e entre Estados.

A reflexão de Saramago opera a transfiguração da tolerância de virtude em vício, no âmbito das relações interpessoais. De fato, o senso pretensamente positivo encerrado na ideia de tolerar decorre da instauração do medo como afeto central nas relações sociais e culmina não na integração, mas na imobilidade. Contrariamente à máxima hobbesiana da “guerra de todos contra todos”, o ideal de “promover” persegue a aproximação íntima entre “eu” e “outro”, conforme reivindica Clarice Lispector. Em A hora da estrela, a autora, por meio do narrador Rodrigo S.M., emprega a técnica narrativa do discurso

indireto livre, de modo a fundir criador e criatura. Assim, Clarice revela a humanidade dilacerada de Macabéa e promove empatia, a fim de alcançar uma síntese dialética entre os sujeitos. A alteridade figura como problemática ainda mais sensível no campo religioso, no qual são mobilizadas as crenças mais profundas dos indivíduos.

Uma percepção vulgar das religiões tende a realçar a oposição inconciliável entre cultos, o que corresponde a uma falácia. Na esfera religiosa, a tolerância revelou-se incapaz não apenas de evitar conflagrações, mas também de promover a integração entre povos. Erving Goffman demonstra de que maneira a associação de grupos a determinadas religiões gera alijamento social e alienação identitária. Por meio de um discurso embasado na tolerância religiosa, ocorre a estigmatização dessas pessoas, como no caso da associação falaciosa entre terrorismo e islamismo. Nesse sentido, afirma-se a aceitação da alteridade desde que os fiéis se submetam a restrições legais, como culto exclusivamente doméstico. Permitir a socialização de grupos religiosos demanda mais que tolerância, e o sincretismo religioso brasileiro constitui ilustração por excelência da viabilidade da integração por meio de crenças. Frequentemente, a supressão de liberdades religiosas resulta da securitização do tema, no plano dos Estados.

A pluralidade ontológica da vida internacional exige a superação da intolerância, consubstanciada, em sua expressão máxima, na guerra. Não obstante, como afirmou o Embaixador Araújo Castro, “a paz é mais que o antônimo de guerra”. Com efeito, o conceito de paz extrapola sua dimensão antitética e compreende a promoção de um arcabouço de ideais e valores conducente à integração dos Estados, consoante o preceituado por Marcel Mauss em A nação. Em sintonia com a noção de solidariedade do antropólogo, o Brasil, país vocacionado para o internacionalismo, promove o sentido forte de paz, que corresponde à integração dos povos pautada pela igualdade soberana, pelo princípio da não indiferença e pela solidariedade. A diplomacia pátria, portanto, estabelece uma relação de igualdade com os outros povos, conforme o ideal de Saramago em sua recusa à assimetria intrínseca à noção de tolerância.

José Saramago expõe uma contradição cuja apreensão exige raciocínio sofisticado. A tolerância implica, de fato, a aceitação das relações assimétricas. Nesse sentido, tolerar não é suficiente para alcançar uma sociabilidade norteada por outros valores. Superar a oposição entre “eu” e “outro”, em harmonia com o ideal clariciano, demanda ir além da tolerância. Em oposição a “evitar”, “promover” constitui uma ideia-força capaz de integrar cultos e consagrar a paz, que é mais que o antônimo de guerra.

(636 palavras)

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 23,75

1. Apresentação/Impressão geral do texto (legibilidade, estilo, coerência): 8,75

2. Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, pertinência das informações): 6,25

3. Capacidade de análise e reflexão: 8,75

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 30,00

Larissa Ferreira da Silva – 49

José Saramago afirma com propriedade a insuficiência da tolerância como preceito que garante a convivência harmônica entre pessoas de diferentes culturas, raças ou religiões. No contexto do Estado democrático de direito, não só a intolerância deve ser coibida, mas também a relação de igualdade entre todos os cidadãos deve ser garantida. A evolução contemporânea dos direitos humanos demonstra como, para além da tolerância das diferenças entre as pessoas, é necessário garantir a não discriminação e o direito ao reconhecimento.

Conquanto seja insuficiente, a tolerância é pressuposto essencial para a convivência pacífica entre pessoas diferentes. No contexto do Liberalismo moderno, a tolerância relaciona-se com os direitos civis, de modo a garantir a liberdade de religião e de pensamento, entre outros. Sem essas garantias, cidadãos pertencentes a culturas ou a credos minoritários estarão sujeitos à discriminação, à perseguição ou mesmo ao extermínio. Episódios como o extermínio de judeus, homossexuais e minorias étnicas pela Alemanha nazista demonstram como a intolerância pode ser usada como fundamento ideológico para a violência. A tolerância, dessa forma, não deve ser desmerecida, visto que ela é a base de todo o sistema de proteção da pessoa humana e que a sua alternativa, a intolerância, é extremamente detrimental para as relações interpessoais, conforme observado por Saramago, e pode ensejar, até mesmo a violência.

Se não complementada pela igualdade material, a mera tolerância pode ensejar um sistema social discriminatório. Permitir a diferença não significa reconhecer os efeitos potencialmente injustos que ela pode acarretar em uma sociedade. Ao analisar a ideia de justiça, John Rawls observa que ela depende não apenas do princípio da liberdade, que pode ser associado à tolerância da diversidade, mas também ao princípio da diferença, que se consubstancia no tratamento diferente de pessoas em situações diversas. Sem essa igualdade material, grupos que estão em posição de poder tendem a relegar minorias a posições inferiores, de modo a impedir que elas realizem seu potencial humano. A constatação de que mulheres, pessoas LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e intersexuais) e negros ocupam poucos cargos de liderança no Brasil corrobora o entendimento de que a tolerância é insuficiente para que se alcance a justiça social.

A tolerância também pode ser considerada parâmetro deficiente na mediação de relações entre pessoas diferentes, se desacompanhada do direito ao reconhecimento cultural, porquanto pode ensejar a imposição de noções de superioridade. O reconhecimento das contribuições que cada grupo humano dá, continuamente, para a conformação das dinâmicas sociais contemporâneas é indispensável para a igual valorização dos indivíduos. Conforme afirmou o Ministro do Supremo Tribunal Federal Roberto Barroso, ao analisar a constitucionalidade da lei de cotas, o sistema de direitos humanos atual garante aos cidadãos a igualdade formal, a igualdade material e a igualdade como reconhecimento. Nesse sentido, a ordem constitucional estabelecida em 1988 procurou reconhecer a contribuição da cultura africana e dos grupos negros para a formação da não brasileira. Esse reconhecimento, exigido pelos movimentos negros nacionais, é entendido como essencial para a superação de noções de superioridade defendidas, historicamente, por parte das elites brancas nacionais, e também para o empoderamento do cidadão negro.

Mais do que permitir, passivamente, a existência do outro e das suas diferenças, o parâmetro mínimo de interação interpessoal deve incluir o reconhecimento ativo do valor

de cada indivíduo e da sua potencialidade. Conforme afirma José Saramago, a tolerância não basta, porquanto ela enseja dinâmicas de desigualdade material e de superioridade ideológica. Conquanto tenham aumentado os episódios de intolerância religiosa nos últimos anos, em alguns países, as sociedades contemporâneas devem manter seus esforços no sentido da inserção ampla de seus cidadãos, por meio da garantia da equidade, da igualdade de oportunidades e da igualdade como reconhecimento.

(604 palavras)

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 20,00

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 29,00

Fernando José Caldeira Bastos Neto – 48

Segundo José Saramago, há uma espécie de hipocrisia nos discursos em defesa da tolerância. A afirmação é surpreendente. O cenário político atual parece demandar mais tolerância perante o fenômeno dos radicalismos. O escritor português, contudo, indica que a mera supressão retórica do conflito não basta. Neste sentido, simplesmente tolerar a existência do outro pode esconder uma violência ainda mais fundamental. O objetivo de Saramago não é justificar a escalada da violência, mas justamente elucidar aquilo que a retórica cosmopolita, no sentido kantiano, pode esconder. O discurso da tolerância procura domesticar a relação com o outro. Essa relação, sempre conflituosa, não é forte apenas de guerras, mas de boa parte da criação política e artística da humanidade.

O filósofo esloveno Slavoj Žižek, em O elogio à intolerância, argumenta que o reconhecimento da subjetividade do outro, caso não acompanhado da respectiva contrapartida em direitos e cidadania, pode ser um gesto de violência. Na prática, reconhecer o sofrimento de um povo não é o bastante. Segundo Žižek, a supressão de palavras ofensivas pode ser feita de maneira perversa, na medida em que o racismo pode se manifestar de diferentes formas. O filme Get Out aborda essa situação. **Retratado como filme de terror**, um jovem negro viaja ao interior para conhecer os pais liberais de sua namorada branca. No filme, a retórica progressista não apenas esconde a opressão, a própria opressão se alimenta da retórica progressista.

O antropólogo brasileiro Eduardo Viveiros de Castro, no ensaio O mármore e a murta, retrata uma sociedade indígena avessa ao tema da tolerância. Com ricos detalhes, os catequizadores jesuítas descreviam as dificuldades para impor o cristianismo aos índios. Maleáveis como a murta, os índios diferenciavam-se dos brancos, que se tornavam rígidos como o mármore uma vez que juravam amor à Bíblia. Em verdade, descreve Viveiros de Castro, o ameríndio aceitava todo tipo de recomendação do catequizador sem muita convicção. No entanto, havia uma exceção: a proibição da guerra. A guerra entre povos indígenas, contudo, em nada se assemelha às guerras de conquista. A guerra indígena é, no fundo, uma maneira de relacionar-se com o outro e incorporá-lo pela antropofagia. Curiosamente, por estarem permanentemente em estado de guerra, os índios elaboram uma relação social segundo a qual noções de tolerância ou intolerância fazem pouco sentido. Genocídio e limpeza étnica não são parte do vocabulário de ameríndios: para permanecer em guerra, é preciso que o outro continue a existir. Assim, ao contrário do que

o discurso da tolerância supõe, no contexto específico desses povos indígenas, a guerra é elemento agregador.

O modernismo brasileiro é tributário dessa tradição que vê com maus olhos a domesticação da relação com o outro. Para Oswald de Andrade, o movimento antropofágico pode ser reduzido a uma única lei: “só me interessa o que não é meu”. Assim, a antropofagia não seria apenas um mecanismo formal de relação com ideias externas, mas a própria experiência radical da diferença. Para o movimento modernista, ao menos a parcela que seguiu os passos da Revista de Antropofagia, a própria ideia de tolerância faz pouco sentido. O outro que interessa é justamente aquele radicalmente diferente.

Saramago, ao afirmar ser contra a tolerância, alerta para um duplo movimento. Por um lado, a violência inerente do discurso que meramente tolera a existência do outro. Por outro, a domesticação do **outro que**, em última instância, elimina a possibilidade de experiência da diferença. Manifestar-se dessa maneira significa, portanto, reconhecer o caráter iminente conflituoso das relações humanas. Mais do que isso: representa uma linha de pensamento que recusa o simples recalque como instrumento de ação. Rejeitar a tolerância é admitir o conflito como ponto de partida sempre delicado daquilo que há de melhor e pior na humanidade.

(612 palavras)

Apresentação - 7,5/10

Capacidade de Argumentação - 5/10

Capacidade de Análise e Reflexão - 7,5/10

Fábio Coelho Caetano Baptista – 47,5

A tolerância constitui tema de grande relevância na atualidade. As relações interpessoais modificaram-se em razão das novas tecnologias de comunicação. O aumento do número de refugiados no Oriente Médio potencializou os conflitos étnicos e religiosos. No que concerne às relações entre Estados, a popularidade de políticos conservadores que defendem medidas unilaterais implicou a eleição de Donald Trump e pode consagrar a intolerância como valor que condiciona as relações internacionais contemporâneas. A opinião de José Saramago acerca da tolerância representa um objetivo ideal que, nas atuais circunstâncias da sociedade internacional, ainda está distante da efetiva concretização. A mera aceitação da existência do outro, ainda que não consista na solução perfeita, pode representar a opção possível frente a diversos conflitos contemporâneos.

A modernidade alterou, de inúmeras maneiras, as formas de comunicação entre pessoas. Por um lado, as mensagens instantâneas e as redes sociais tornaram as interações interpessoais imediatas e permanentes. Por outro lado, a tecnologia reduziu a densidade dos vínculos de comunicação, o que potencializou diferenças de opinião. Tornaram-se constantes, portanto, as manifestações de intolerância e de ódio por meio das redes sociais. Ainda que, idealmente, fosse desejável que pessoas de diferentes convicções e opiniões políticas não apenas aceitassem suas divergências, como também interagissem em

harmonia, o simples reconhecimento da existência da alteridade pode constituir objetivo ambicioso.

A tolerância religiosa consiste em desafio para as relações interpessoais. Considerando-se que a religião pode ser um dos valores básicos que orientam a conduta dos seres humanos, a coexistência entre seguidores de religiões diversas não é simples. No Brasil, registraram-se, recentemente, casos de violência contra devotos de religiões de matriz africana. Na Europa, a chegada de refugiados que fogem dos conflitos na Síria potencializa o contraste entre uma suposta “identidade europeia” e a conceituação do oriental como “o outro”, processo analisado por Edward Said. Conseguir que extremistas europeus aceitem a mera coexistência com seguidores da religião islâmica representaria uma importante etapa da pacificação social na Europa, ainda que não consista no ideal a que se refere José Saramago.

A tolerância foi instituída, nas relações entre Estados, por meio da Paz de Vestfália, no século XVII. A coexistência interestatal, no entanto, foi constantemente desafiada por potências com pretensões hegemônicas. Atualmente, a Organização das Nações Unidas (ONU) almeja consolidar o multilateralismo e a cooperação entre Estados, de modo a superar a simples tolerância, tal como entendida por Saramago. As ações de governos conservadores, como aquele de Donald Trump, poderiam, contudo, frustrar esse objetivo. O agravamento de tensões entre os Estados Unidos e a Coreia do Norte demonstra que a tolerância, ainda que imperfeita, constitui etapa relevante do relacionamento entre Estados.

A opinião de Saramago acerca da tolerância consiste em uma manifestação de idealismo, que deve ser contraposta às condições e às limitações existentes na atualidade. Ainda que a tolerância implique uma relação assimétrica, é preciso garantir, em um primeiro momento, que um indivíduo não pretenda aniquilar seu semelhante. Uma vez que se garanta tal condição, é possível buscar tipos mais positivos de coexistências. A tolerância, portanto, em determinados contextos, é desejável e constitui etapa imprescindível para que se possa alcançar a verdadeira harmonia.

As relações entre seres humanos demandam um patamar mínimo de segurança e de previsibilidade quanto às ações dos indivíduos. A vida em sociedade exige que se deleguem ao Estado as funções repressivas e que os particulares renunciem ao uso da violência. A tolerância, que consiste em mera coexistência passiva, constitui, portanto, elemento primordial do Contrato Social. Por meio da garantia da tolerância entre os cidadãos, o Estado confere proteção à plena existência dos seres humanos e viabiliza a evolução das interações interpessoais. Ao afirmar ser “contra a tolerância”, José Saramago deixa de considerar que, em diversas situações específicas, a tolerância pode constituir a única solução viável para conflitos que implicam graves consequências humanitárias.

(629 palavras)

Aspectos Macroestruturais: 17,50

Quesito 1 – Apresentação/Impressão geral do texto (legibilidade, estilo, coerência): 6,25

Quesito 2 - Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, pertinência das informações): 5,00

Quesito 3 - Capacidade de análise e reflexão: 6,25

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 30,00

Rafael Rodrigues Alves – 47,5

Há séculos, líderes religiosos, pensadores, ativistas e estadistas vêm proclamando a necessidade de que indivíduos, religiões e Estados pratiquem a virtude da tolerância. Esta, entretanto, não parece ser suficiente para que se crie uma convivência harmônica e solidária entre pessoas ou grupos com identidades e visões de mundo divergentes. Pode-se ponderar, até mesmo, que ela instaura uma relação assimétrica entre aquele que tolera e aquele que é tolerado. José Saramago chegou a afirmar ser contra a tolerância, porque ela, sendo apenas uma concessão “não basta”. De fato, em um mundo ideal, indivíduos, religiões e Estados não precisariam tolerar uns aos outros, pois prevaleceriam relações baseadas no entendimento e no respeito mútuos e na solidariedade. A realidade contemporânea, entretanto, evidencia que a prática da tolerância é condição necessária à própria sobrevivência da humanidade. Ser tolerante, embora não constitua exatamente uma virtude, apresenta-se como uma obrigação moral, indispensável à superação dos ódios e dos radicalismos.

Desde os primórdios da civilização, indivíduos, tribos, povos e nações precisaram desenvolver estratégias de convivência. Alguns autores, como Hobbes, consideram que, para os seres humanos, inerentemente egoístas e inseguros, a única estratégia possível é a da competição, que instaura uma espécie de “guerra de todos contra todos”. Nesse sentido, o conflito é a condição natural do homem, e não há que se falar, portanto, de tolerância, uma vez que as relações entre pessoas e entre grupos são determinadas por considerações que dizem respeito à sobrevivência e à segurança. Maquiavel, por sua vez, subordinou as relações entre os Estados à mesma lógica conflitiva e calculista. Na medida em que o objetivo do soberano deve ser o de acumular a maior quantidade possível de poder, todos os Estados estrangeiros são, em certo sentido, intoleráveis, e a decisão de permitir que eles continuem existindo vincula-se exclusivamente a considerações de ordem estratégica.

Outros autores, mais representativos dos ideais do Iluminismo, como Kant, enfatizaram a possibilidade de estratégias mais harmônicas de convivência. Na medida em que todos os seres humanos são racionais, eles podem alcançar, pelo uso da razão, o entendimento de que não há diferenças fundamentais entre os indivíduos e entre os agrupamentos humanos. Todos compartilham a mesma estrutura ontológica, as mesmas capacidades cognitivas e afetivas e as mesmas necessidades materiais e espirituais. Nesse sentido, a empatia seria o princípio determinante das relações interpessoais e, mesmo, internacionais, o que faria da tolerância uma qualidade absolutamente desnecessária. Prevaleceria a compreensão de que a identidade e o potencial de uma pessoa, de uma religião ou de um Estado apenas se realizam plenamente por meio do respeito às diferenças e do estabelecimento de relações fraternas com o outro.

A história da civilização sugere que as sociedades contemporâneas devem adotar uma estratégia intermediária entre o realismo hobbesiano e o idealismo kantiano, a fim de se evitarem sofrimentos ainda maiores e conflitos de proporções catastróficas. É certo que, sob a perspectiva ética, humanitária e civilizacional, a tolerância é ainda uma qualidade bastante insuficiente e precária, mas não se pode negar que, nas atuais circunstâncias, ela é absolutamente necessária. Enquanto os indivíduos, as religiões e os Estados não são capazes de estabelecer relações solidárias, ecumênicas e cooperativas, devem, obrigatoriamente, aprender a tolerar a existência uns dos outros, sob pena de inviabilizarem, irremediavelmente, o longo processo de aprendizado e de amadurecimento

civilizacional da humanidade, cujo fim último é a convivência harmoniosa entre todos, a “paz perpétua”, a que se referia Kant. É a tolerância que impede que desconfiças, discórdias e, mesmo, sentimentos de superioridade se degenerem em cizânias insuperáveis, ódios e guerras.

Se, como afirmou Saramago, “a tolerância não é tão boa quanto parece”, sua prática impõe-se ao mundo contemporâneo como uma necessidade existencial. Deve-se, certamente, almejar uma realidade em que não seja preciso tolerar o diferente. No atual estágio de evolução da humanidade, entretanto, em que predominam fanatismos, posturas radicais e extremismos de toda espécie, não se pode ser contra a tolerância.

(645 palavras)

Apresentação - 5

Capacidade de Argumentação - 6,25

Capacidade de Análise e Reflexão - 6,25

Correção gramatical e propriedade da linguagem: 30

Bruno Palazon Imparato - 47

Thomas Hobbes, em O Leviatã, argumenta que os seres humanos, quando em estado de natureza”, vivem em anarquia e usufruem de liberdade plena para o exercício de seus impulsos e desejos. Essa ausência de restrições ocasiona, contudo, uma “guerra de todos contra todos”, ameaçando a sobrevivência da espécie. Assim, visando a sobreviver, homens e mulheres abdicam de parcelas de suas liberdades para construir o Estado. Neste sentido, por meio da força e das leis, a nova entidade estatal¹ assume a função de moderador e mediador das liberdades, passando a impor uma convivência entre as diferenças e os anseios. Tolerar é a o princípio que sustenta esse sistema de convívio, um mito necessário, ainda que seja “pouco” como afirmou José Saramago. A tolerância é, de fato, apenas reconhecer a “existência” dos outros e “permitir” que sejam diferentes; não deixa de ser, porém, a base sobre a qual é possível estabelecer os conceitos de cooperação e de solidariedade. Como advertiu Saramago, a tolerância “não basta”, pois é o primeiro de três estágios de interação social: conviver, cooperar e agir de forma solidária. Faz-se, assim,

¹ Erro de Morfossintaxe – Resposta ao recurso indeferido:

Registra-se erro no uso da expressão “a nova entidade estatal”. O uso do adjetivo “estatal” não condiz com os sentidos que são construídos no parágrafo em questão. “Estatal” é o que é relativo ou pertencente ao Estado, ou seja, trata-se de noção que pressupõe já a existência do Estado. O que as relações sintaticosemânticas estabelecem nos períodos anteriores é que se pretendia designar, nesse trecho, o próprio Estado como nova entidade social. Portanto, não cabe o uso do adjetivo “estatal”. Ademais, somado a esse conjunto o adjetivo “nova”, a estrutura fica ainda mais distante dos sentidos produzidos anteriormente, pois a expressão “a nova entidade estatal” implica que já se tenha falado de alguma entidade estatal, que seria nova.

Assim, optou-se por marcar apenas um erro de estruturação morfossintática devido à combinação sintagmática que produz sentido avesso ao condizente com a argumentação, em vez de dois erros de propriedade vocabular, uma vez que os dois erros convergem para uma única unidade sintática, o sintagma nominal “a nova entidade estatal”.

necessário criticar a oposição do autor português à **tolerância, pois esta ignora²** a capacidade evolutiva do conceito.

No âmbito individual, aceitar as diferenças entre o eu e o outro é estabelecer uma garantia de não destruição, um pacto no qual se afirma que o limite da liberdade própria é a liberdade alheia. Nesse contexto, mesmo que cada indivíduo acredite ser superior e efetivamente desigual, a igualdade formal das limitações legais é considerada um mal necessário para a sobrevivência. Tolerar é aceitar essa igualdade formal. Mesmo que a tolerância não seja “tão boa quanto parece”, abandoná-la engendra a ruptura do sistema de igualdade legal e pode ocasionar episódios como a edição das “Leis de Nuremberg”, que legitimaram a aniquilação de milhões de judeus, ciganos, negros e homossexuais, durante o regime nazista. Tolerar impede que o outro seja reificado.

Após a etapa da tolerância, que, cabe ressaltar, não é imune a retrocessos, como no âmbito da Alemanha nazista, é possível aventar uma lógica cooperativa. Superada a anarquia e adensado o arcabouço jurídico e burocrático que impede seu retorno, ao menos na teoria, conviver e tolerar, embora indispensáveis para a sobrevivência, tornam-se insuficientes. Sendo o outro tolerável e as existências garantidas, mulheres e homens percebem que podem cooperar, ainda que em benefício próprio, ampliando, por exemplo, as capacidades produtivas de suas economias. Simbólica dessa processo, a paulatina consolidação da União Europeia, iniciada justamente com o restabelecimento do primado da tolerância continental, após a derrota do Terceiro Reich nazista, em 1945, representa a constatação de que a cooperação não somente é essencial para o progresso socioeconômico, mas também que esta, por ser o desdobramento da tolerância, previne retrocessos. Mesmo que nacionalismo intolerantes sejam inevitáveis, a cooperação tende a ser afirmada, pois os benefícios econômicos são inegáveis, como apontam dados do FMI sobre os membros da organização.

Como propôs o teórico das relações internacionais Hedley Bull, estabelecida a convivência e a tolerância e compreendidos os benefícios da cooperação, a solidariedade seria inevitável. Nesse sentido, ser solidário, seja no âmbito individual, seja nas interações interestatais, é cooperar com o outro não somente por interesse próprio, mas também para auxiliar no desenvolvimento e no progresso de todos. Infelizmente, como denota o excessivo idealismo da descrição, ainda não houve exemplo real dessa utopia. É possível considerar que a fase cooperativa necessita de mais tempo para reiterar seu caráter

² Erro de Morfossintaxe – Resposta ao recurso indeferido:

Registra-se erro na incompatibilidade sintático-semântica que se estabelece entre “ignora” e “tolerância”, já que o emprego de “esta” obriga a retomada de “tolerância”. Ao se assumir o substantivo “tolerância” como referente do pronome demonstrativo, verifica-se prejuízo para as relações sintático-semânticas do período, visto que se desenvolve estrutura sem lógica, pois à “tolerância” é atribuído o aspecto humano que concorre para a semântica de “ignora”. Além disso, se o sujeito semântico de “ignora” é a “tolerância”, resulta ainda indevida a estruturação com o objeto direto “capacidade evolutiva do conceito”, já que “conceito” se refere à própria “tolerância”. Deve-se ter cautela ao empregar o demonstrativo “este” para anáfora, pois ele retoma o último elemento ou o que lhe está mais próximo e com o qual concorda em gênero e número - o que é consenso entre os gramáticos (Ver a “Nova Gramática do Português Contemporâneo”, de Cunha & Cintra, e a “Gramática Metódica da Língua Portuguesa”, de Napoleão Mendes de Almeida).

benéfico. Cabe, porém, constatar que a constante reafirmação da tolerância como princípio é **imprescindível**³, tanto para a cooperação quanto para a solidariedade.

Ser contra a tolerância, ressalvada a motivação retórica do argumento de Saramago, é ser favorável à anarquia hobbesiana. A tolerância embasa a convivência e a cooperação, assim como pode embasar uma possível utopia solidária. Tolerar o outro e suas diferenças ainda é pouco”, mas é imprescindível.

(638 palavras)

- 1) Nota Relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema – 20,00, dos quais:
 - a) Apresentação/Impressão geral do texto (legibilidade, estilo, coerência): 6,25
 - b) Capacidade de Argumentação (objetividade, sistematização, pertinência das informações): 7,50
 - c) Capacidade de análise e reflexão: 6,25
- 2) Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem – 27,00

Fernando Sousa Leite – 47

Manifestações de intolerância são constantes da história da humanidade, em que a paz e a concórdia ocupam posições marginais. Em relação à tolerância, estou de acordo com o posicionamento expresso pelo escritor José Saramago, segundo o qual não se deve simplesmente tolerar a existência do outro, uma vez que esse comportamento se coaduna com um pretense “sentimento de superioridade”, aludido pelo autor português. Tolerar significa conviver, mas com ressalvas, sob determinadas condicionalidades a serem devidamente obedecidas por aqueles que são tolerados, o que condiz com a formação de guetos e de áreas segregadas. Além de tolerância, deve haver respeito e aceitação incondicionais.

As formas de discriminação contra pessoas de diferentes etnias, religiões e nacionalidades renovam-se ao longo da história, de modo que é necessário que os meios e os métodos de enfrentamento a elas sejam adaptados e atualizados. Às denominadas leis Jim Crow, vigentes nos Estados Unidos até meados do século XX, segue-se o fato de que a maior parte da população carcerária da potência norte-americana é composta por norte-americanos negros, o que reproduz outra forma de exclusão social, ou mesmo de tolerância, condicionada ao ambiente prisional. De modo análogo, os judeus perseguidos anteriormente à fundação de Israel, em 1948, atualmente toleram a presença de judeus negros, vindos da Somália, no território do Estado israelense, sem que isso implique a efetiva inclusão desse grupo na sociedade da qual deseja fazer parte.

Apesar do progressivo aumento de instrumentos jurídicos e políticos disponíveis para a continuidade do enfrentamento a práticas intolerantes – em atendimento à perspectiva de “direitos a ter direitos”, apresentada por Hannah Arendt no contexto pós-Segunda Guerra Mundial –, verifica-se que a agenda internacional contemporânea ainda é caracterizada pela presença marcante de temas relacionados à discriminação baseada em

³ Erro de Ortografia: O candidato dividiu a palavra “imprescindível” em duas linhas por meio de hífen e errou o acento ao pular a linha.

raça ou etnia, gênero e religião. Exemplo emblemático disso é a ascensão, e o gradual declínio, do autodenominado Estado Islâmico (EI), que se propõe a criar um califado sunita de orientação wahabista. Esse grupo resultou de disputas entre sunitas e xiitas, subsequentes à invasão do Iraque, em 2003, pelos Estados Unidos, que alijou os primeiros do poder. Internamente ao território dominado pelo EI, ocorre a sistemática perseguição e execução de cristãos, xiitas, curdos e yazigis, com intenção de genocídio destes, por professarem religião diversa, de modo que são chamados de “adoradores do diabo” pelos integrantes do EI. Além disso, esse ator não estatal com finalidades terroristas realiza casamentos forçados e efetua tráfico de pessoas. Nesse caso, lamentavelmente, a simples tolerância seria um alento.

As migrações evidenciam a intolerância nas relações entre Estados, em geral, e indivíduos, em particular. Sejam baseados em motivos religiosos, econômicos ou humanitários, os fluxos migratórios têm, frequentemente, como reação, a construção de muros e cercas nas fronteiras entre Estados e territórios. São esses os casos dos muros que dividem parte das lindes entre Quênia e Somália; Hungria e Sérvia, Jerusalém Oriental e Cisjordânia; e México e Estados Unidos. Atualmente, existem 70 barreiras físicas dessa natureza; há pouco tempo havia apenas 17. A intolerância no âmbito externo constitui desdobramento desse comportamento no contexto interno dos países. Desse modo, os muros que separam trechos da Rodovia dos Imigrantes, de um lado, e a comunidade Vila da Esperança, de outro, em Cubatão, ou aquele que separa o bairro Pamplona Alta, em Lima, Peru, de um bairro nobre revelam que a existência do outro – considerado social, cultural e economicamente inferior – é tolerada, desde que se respeite os limites físicos impostos.

Tolerância seria algo análogo à superação daquilo que Thomas Hobbes qualificou como “estado de natureza”, ao passo que o respeito e a aceitação incondicionais conformariam a Paz Perpétua, enunciada por Immanuel Kant. Por fim, Saramago acerta ao afirmar que a “intolerância é péssima, mas a tolerância não é tão boa quanto parece”.

(619 palavras)

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema – 20

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem – 27

Maybi Rodrigues Mota – 46,75

Em entrevista ao jornal “O Globo”, José Saramago afirmou ser contra a tolerância, pois, além de esta ser insuficiente e menos positiva do que aparenta, resulta em relações desiguais com o outro. O autor português tem razão. Tolerar, diferentemente de respeitar e aceitar, pode ser uma maneira de perpetuar preconceitos e de deslegitimar o diálogo aberto sobre como atingir a igualdade formal e material entre as pessoas. Ademais, defender apenas a tolerância no nível institucional – nas relações entre Estados e entre religiões – é um meio para criar sectarismo e nacionalismo, no lugar de compreensão mútua e cooperação. Em um mundo em que o contato entre pessoas e pensamentos diversos é cada vez mais intenso, a tolerância deve ser superada pela convivência harmônica e pacífica na diversidade.

A aversão do ser humano ao que é diferente daquilo a que ele está habituado não é fenômeno recente. O encurtamento das distâncias, no entanto, tornou o contato entre as pessoas mais intenso e a experiência de encontrar o outro mais frequente. Um dos mecanismos para lidar com as diferenças é tolerância, que envolve reconhecer que existem outras culturas, outros modos de viver e outras visões de mundo, sem compreendê-las como tão ricas quanto a sua própria. No Brasil, por exemplo, influências africanas foram, por muito tempo, consideradas secundárias ou irrelevantes. No Estado Novo, quando começou a ser reforçado o discurso da miscigenação das raças e da tolerância, essas influências foram incorporadas como “populares”, ou seja, fora do que se intitulava clássico ou consagrado. E, assim, os negros permaneceram na sociedade brasileira: tolerados, com a permissão de serem diferentes. Essa posição subordinada do negro e da sua cultura, em um contexto em que não há choques ou conflitos, tem como consequência a dificuldade de se debater o preconceito racial no Brasil. Sob o argumento da existência de igualdade formal entre todos, desconsidera-se a discussão a respeito da equidade e da necessidade de integrar verdadeiramente o negro.

A mera tolerância entre os Estados também tem efeitos negativos, na medida em que torna as divisões entre eles mais claras. Quando um Estado se considera superior a outro, medidas imperialistas tendem a predominar em relação à diplomacia. A atual postura dos Estados Unidos demonstra como a falta de conhecimento a respeito de outros países pode redundar em desentendimentos e aprofundamento de conflitos. A política de tolerância perante o Oriente Médio, sem cooperação igualitária entre os países não é suficiente para assegurar a paz e a harmonia. Essa lição ficou clara com os acontecimentos que levaram à Segunda Guerra Mundial: o apaziguamento da Alemanha não impediu que o conflito ocorresse. Assim, é fundamental ir além da tolerância para evitar que as divisões nacionais se tornem motivo para desprezar a convivência pacífica.

O sectarismo e o extremismo religiosos são expressão do predomínio de barreiras entre as instituições, as quais só serão superadas com a busca de pontos em comum entre religiões, e não com o reforço de elementos que as separam. É por essa razão que diversos pensadores contemporâneos estão desenvolvendo propostas de uma religião universal, a exemplo de Mangabeira Unger, Partindo de ideais kantianos de paz universal e cosmopolitismo, eles argumentam ser possível chegar a uma comunidade universal, em que há diversidade e, ao mesmo tempo, relações igualitárias. A troca constante de conhecimento entre diversas religiões é mais enriquecedora e relevante do que a promoção da tolerância.

Como afirmou Saramago, é necessário mais do que tolerância nas relações com o outro. Essa afirmação é válida tanto no nível interpessoal, quanto nos níveis institucional e interestatal. Para que se alcance justiça, paz e igualdade nas sociedades contemporâneas, os preconceitos devem ser expostos e debatidos amplamente, as divisões superadas em benefício do entendimento e o diálogo incentivado. É importante que o ser humano compreenda que não existe verdade única e que, portanto, é necessário conviver com a diversidade.

(638 palavras)

Marcações da banca:

Morfossintaxe: linhas 34 (ausência de vírgula) e 42 (concordância)

Anônimo – 46,25

Em entrevista a Sandra Cohen, José Saramago afirma que tolerar é conceder, e não aceitar. A tolerância como sinônimo de ignorar, dessa forma, não seria suficiente para fundamentar uma sociedade verdadeiramente igualitária. Se, por um lado, o escritor português tem razão em afirmar que a igualdade plena não se verifica na sociedade contemporânea, por outro lado, não se deve olvidar que a tolerância representa avanço social relevante, uma vez que favorece a diminuição de conflitos políticos, religiosos e sociais. Se a busca da igualdade é objetivo das sociedades contemporâneas, a tolerância é aspecto indispensável para que se atinja essa meta.

A tolerância religiosa e política é prática influenciada pelo pensamento iluminista e acarretou a mitigação de conflitos. Segundo Norberto Bobbio, a aceitação de outrem foi ensinamento aprendido com dificuldade, o qual se verificou no âmbito religioso, primeiramente. Na Idade Média, pressupunha-se que novas religiões inviabilizariam a existência das anteriores, o que justificaria o confronto. Após séculos de conflitos religiosos na Europa, a razão iluminista, divulgada por pensadores como Immanuel Kant, passou a condenar tais embates, principalmente por atentarem contra a liberdade de credo. A religiosidade era aspecto de cunho pessoal, e as crenças de cada cidadão deveriam ser respeitadas, ainda que se discordasse delas. Posteriormente, a liberdade de pensamento foi transposta para o âmbito político e passou-se a verificar maior aceitação de diferenças tanto religiosas quanto políticas.

Tolerar, contudo, não foi suficiente para que as sociedades modernas se tornassem verdadeiramente pacíficas e igualitárias. Embora as leis prevejam a tolerância religiosa, a liberdade de opinião política e a condenação de qualquer tipo de preconceito, essas regras são reiteradamente violadas. Na Europa, imigrantes muçulmanos são hostilizados em razão de crenças, enquanto, no Brasil, negros são vítimas de preconceito racial e mulheres de preconceito de gênero. O fato de que indivíduos toleram determinadas situações não implica que eles as aceitem ou que eles não reagirão de forma intolerante no futuro. Nesse sentido, Saramago tem razão, quando afirma que se necessita de perspectiva social que vá além do mero consentimento. Para que haja paz social duradoura, é necessário que os indivíduos se considerem iguais, e a tolerância, ainda que de modo sutil, indica diferenciação.

Embora a tolerância não seja suficiente para desenvolver sociedade igualitária, não se deve menosprezar sua utilidade. Seria duvidoso afirmar que, no mundo contemporâneo, a tolerância não exerce função, quando populações sunitas e xiitas ainda se confrontam no Oriente Médio, ou quando o pensamento etnocêntrico, segundo conceito do antropólogo Roque Laraia, condena todos que não respeitam determinado padrão social vigente. Ainda que a tolerância seja postura insuficiente em determinadas circunstâncias, não se pode afirmar que ela é desnecessária ou prejudicial para uma comunidade que busque ser igualitária. Mais do que opção à igualdade, a tolerância é meio para que esta seja alcançada, razão pela qual há certo exagero de Saramago ao afirmar que é contra a tolerância.

Em Ensaio sobre a cegueira, José Saramago apresenta personagens que ficam subitamente cegos e indefesos. Foi somente por meio da aceitação de diferenças e de interação humana que eles superaram suas dificuldades. O autor português certamente busca transmitir essa mensagem à sociedade contemporânea. Para que haja mais igualdade

nesta, entretanto, não se pode negar a relevância do estímulo à tolerância, ainda que tolerar não implique completa aceitação de perspectivas diferentes. A comunidade global está distante de ser verdadeiramente igualitária e não se pode ignorar a função social da tolerância, a qual é aspecto precípua no combate a injustiças. Em que pese a intolerância ser verificada em diversas situações, a transigência e o consentimento tornaram-na um pouco menos aceitável e mais sujeita, portanto, à condenação pelo corpo social.

(603 palavras)

Apresentação: 5/10

Capacidade de argumentação: 6,25/10

Capacidade de análise e reflexão: 5/10

Pior nota

Anônimo – 31,35

Na primeira década do século XX, Rui Barbosa foi enviado à Conferência de Paz da Haia como representante do Brasil. À época, a maioria das elites políticas, econômicas e intelectuais no mundo acreditava no poder transformador das ideias liberais, de modo que as diferenças de poder relativo seriam ignoradas e conseqüentemente os conflitos entre Estados desapareceriam. Nesse sentido, Barbosa advogou em favor da igualdade jurídica dos Estados, a qual foi aceita pelos demais participantes dessa conferência. Sem embargo, esse ideal de respeito à soberania dos países não impede a ocorrência de conflitos, tanto entre quanto dentro desses Estados. Assim, ao transmitir um senso de superioridade dentre os envolvidos, a tolerância tem-se mostrado não somente incapaz de conter atrocidades perpetradas por um povo contra outro, mas também justificadora de massacres alegadamente em defesa da paz.

A afirmação do ideal pacifista, lastreado na igualdade jurídica entre as nações, apresentou falhas em sua implantação ainda na primeira metade do século XX, quando da eclosão das duas grandes guerras mundiais. Apesar de importante recurso retórico, o Liberalismo demonstrava contradições em termos de sua execução, da qual a Liga das Nações é exemplo notório. Concebida como um arranjo entre os países para assegurar a paz mundial, essa organização não evitou a emergência do segundo grande conflito mundial, nem extinguiu a violenta colonização europeia na África e na Ásia. Nesse sentido, a criação do sistema de mandatos com vistas a promover a independência gradual e pacífica dos países administrados somente alterou a superfície, pois a situação das colônias foi mantida, e a tolerância concedida a esses povos subjugados continuava a depender da boa vontade dos Estados detentores dos mandatos. Com efeito, essa generosidade apenas evidenciava a hierarquia existente, de modo que não impediam o surgimento de reações violentas contra os opressores estrangeiros.

A descolonização afro-asiática tornou-se fenômeno relevante na transição entre as décadas de 1950 e de 1960, devido à descrença nos ideias liberais e ao fortalecimento dos nacionalismos nos países desses continentes. Desse modo, lideranças autóctones começaram a incitar as populações a resistirem a esse domínio, ainda que violentamente. Em reação a essas lutas por independência, as potências controladoras depararam-se com duas opções: ou responder a esses ataques com mais violência e manter o controle político,

ou evitar mortes desnecessárias e conceder a independência política em troca de vantagens econômicas. Em sentido amplo, o primeiro modelo foi adotado pela França e Portugal, ao passo que a Grã-Bretanha optou pelo segundo. Para os Estados recém-independentes, houve apenas a troca da violência política pela econômica, pois todos se inseriram no sistema internacional como nações atrasadas, portanto dependentes das concessões dos países mais desenvolvidos.

A defesa da democracia por países ocidentais é baseada na concepção de que regimes democráticos não iniciam conflitos entre si, conforme elaboração de Immanuel Kant. Segundo seus adeptos, a democracia assegura a paz entre os Estados, porquanto a participação de suas populações no processo decisório impede que os governos comecem guerras. Após os atentados de 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos da América decidiram promover a democracia no Oriente Médio, ainda que militarmente. Assim, eles intervieram no Iraque para instaurar um regime democrático, enquanto fortalecem relações com o governo autocrático da Arábia Saudita. Desse modo, a tolerância exercida por democracias igualmente não resolve o problema das guerras no mundo, porquanto ela permite mitigações casuísticas.

A capacidade de tolerar diferenças não implica respeito à soberania dos Estados, pois a história vem demonstrando que os países mais fortes tendem a ignorar aspectos relacionados à igualdade jurídica entre eles, em favor da realização de seus interesses. Nesse sentido, a concessão feita pelos Estados superiores pode ser afastada de acordo com a conveniência política, de modo que a relação entre controladores e dominados é a única realmente importante. Com efeito, ainda que a tolerância tenha trazido resultados significativos na redução da violência, a conveniência acerca de seu emprego provoca a perpetuação dos conflitos militares e civis, a despeito de nacionalidades.

(654 palavras)



Exercício I

As guerras e revoluções (...) chegam, na leitura dos seus efeitos, a causar não horror mas tédio. Não é a crueldade de todos aqueles mortos e feridos, o sacrifício de todos os que morrem batendo-se ou são mortos sem que se batam, que pesa duramente na alma: é a estupidez que sacrifica vidas e haveres a qualquer coisa inevitavelmente inútil. Todos os ideais e todas as ambições são um desvario de comadres homens. Não há império que valha que por ele se parta uma boneca de criança. Não há ideal que mereça o sacrifício de um comboio de lata. que império é útil ou que ideal profícuo? Tudo é humanidade e a humanidade é sempre a mesma - variável mas inaperfeiçãoável, oscilante mas improgressiva. (Fernando Pessoa. *Livro do desassossego*. Porto: Porto Editora, 2017. p. 361).

Comente o fragmento de texto acima, de Fernando Pessoa, indicando, sucintamente, se concorda ou não com a opinião do autor sobre o que ele considera inutilidade do sacrifício e dos conflitos por ideais e ambições. Exemplifique sua argumentação com algum processo, causa ou ideário histórico-político.

Média: 17,83 amp. / 16,76 cotas negros

Desvio padrão: 1,16 amp. / 0,76 cotas negros

Paulo Mendes de Carvalho Guedes – 20

Em Livro do desassossego, Fernando Pessoa desvela a irracionalidade da busca por ideais e ambições que se dê em detrimento da humanidade, único valor absoluto. Concordo com o autor. A realização de fins que contrariem a condição humana está viciada em sua origem, porquanto nega o interdito kantiano da utilização do ser humano como meio. Com efeito, as relações estabelecidas no mundo da vida devem prevalecer diante do niilismo, na acepção nietzschiana do termo.

O nazismo constitui expressão eloquente da fragilidade de ideais que, para serem realizados, exigem a supressão da humanidade alheia. Hitler corrompeu a noção de super-homem formulada por Nietzsche e utilizou o povo judeu como meio de legitimação de seu empreendimento político. Nessa perspectiva, a Solução Final, auge das “hitlerocidades”, no léxico de Guimarães Rosa, constitui ilustração por excelência das ações criticadas por Fernando Pessoa.

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 10,00

1. Apresentação/Impressão geral do texto (legibilidade, estilo, coerência): 1,00

2. Capacidade de argumentação: 4,50

3. Capacidade de análise e reflexão: 4,50

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 10,00

Victor Oliveira Tibau - 20

No Livro do Desassossego, Fernando Pessoa expõe posicionamento humanista e aponta, corretamente, a inutilidade de conflitos por ideais e ambições. Ao afirmar que “tudo é humanidade”, valoriza as pessoas em detrimento de ideologias. Trata-se de posição consoante àquela do sujeito poético de “Tabacaria”, poema que revela tanto o anseio de dominação do mundo, quanto a finitude de todas as coisas. Com base nessa perspectiva, a valorização da vida é decorrência imediata, e os sacrifícios tornam-se estúpidos.

O século XX, por exemplo, caracterizou-se não só como era de ideologias, como também de catástrofes. Houve quem, como Marinetti, glorificasse a estética da guerra, mas sua essência de sofrimento e destruição foi melhor retratada por Picasso, em Guernica. O resultado de dois conflitos mundiais e outras guerras foram vidas perdidas por ideias hoje descartadas. Em um mundo em que tudo passa - tabacarias, tabuletas e impérios -, nenhum ideal vale uma vida.

1 Apresentação / Impressão geral do texto (legibilidade, estilo, coerência) – 1,00

2 Capacidade de argumentação - 4,50

3 Capacidade de análise e reflexão - 3,38

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema - 8,88

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem - 10,00

Carolina Mye Saito – 19,26

O movimento pelo fim do apartheid é uma situação que demonstra a justificativa de sacrifícios por ideais. No contexto do regime sul-africano, Desmond Tutu afirmou que pessoas impassíveis estariam ajudando à manutenção de injustiças. Nesse sentido, em Escravidão e Racismo, Octávio Ianni considera que, frequentemente, o discurso de ordem social é suscitado com a finalidade de continuação de benefícios de uma elite. Desse modo, não concordo com a opinião de Fernando Pessoa, em Livro do desassossego, porquanto a perspectiva de negação da busca de ideais pode manter injustiças.

A compreensão de evitar perdas pode existir sem a invalidação de princípios. Tentativas de soluções negociadas podem evitar mortes, a exemplo da descolonização em Gana. Consequentemente, avanços podem ocorrer de forma pacífica e a humanidade pode progredir. Trata-se da finalidade da diplomacia brasileira, presente, também, na Carta das Nações Unidas, a promoção da paz e do desenvolvimento de todos os povos.

1 Apresentação / Impressão geral do texto (legibilidade, estilo, coerência) – 1,0

2 Capacidade de argumentação – 4,38

3 Capacidade de análise e reflexão – 3,88

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem – 10,00

Rafaela Junqueira de Oliveira – 18,88

Fernando Pessoa defende a inocuidade de lutas por ideais, uma vez que concebe a humanidade como impassível de progresso. Em sua análise, a realização de guerras ou de revoluções seria, portanto, injustificável, por causar destruição apenas. Essa perspectiva está equivocada, na medida em que ignora os indiscutíveis avanços verificados na garantia internacional dos direitos humanos, por exemplo. Essa evolução é consequência direta de rebeliões e de movimentos vanguardistas, que contestaram a ordem estabelecida.

A possibilidade de Fernando Pessoa exprimir livremente seu pensamento é tributária da máxima de Voltaire, segundo a qual a defesa da liberdade de expressão independe do conteúdo manifestado e está acima dele. Embora muitos iluministas fossem oriundos da nobreza europeia, diversos sofreram perseguição, sobretudo, da Igreja Católica, por apresentarem concepções inovadoras e contrárias ao discurso tradicional.

Apresentação / Impressão geral do texto: 1,00

Capacidade de argumentação: 4,50

Capacidade de análise e reflexão: 3,38

Pior nota**Anônimo – 15,63**

No Livro do desassossego, Fernando Pessoa condena não somente o sacrifício humano em favor de ideais, como também o esforço para a obtenção de progresso. Não é possível concordar com a opinião do autor português. Ao contrário do que Pessoa argumenta, a humanidade logrou êxito em desenvolver-se econômica, política e socialmente. Esses avanços não ocorreram ao acaso, mas, sim, porque diversos indivíduos sacrificaram suas vidas para que a humanidade fosse mais livre e para que as pessoas vivessem de forma mais digna.

A Revolução Francesa exemplifica como a luta por ideais pode acarretar contribuições indeléveis, na história da humanidade. A busca de igualdade, liberdade e fraternidade implicou ruptura com o absolutismo monárquico e permitiu a reestruturação de sociedades não somente na Europa, mas também no mundo, de forma a contestar a tese de Pessoa acerca da inutilidade de sacrifícios e revoluções.



Exercício II

Tradicionalmente, o conceito de diplomacia pública esteve associado à promoção da imagem de um país no exterior. No Brasil, a diplomacia pública é entendida não só nessa acepção tradicional, mas também no sentido de maior abertura do Ministério das Relações Exteriores e da política externa brasileira à sociedade civil, em um esforço de democratização e transparência das políticas públicas nacionais.

(Diplomacia Pública. Internet: www.itamaraty.gov.br)

Tendo como referência inicial o texto acima, comente o papel da diplomacia pública na interação, em democracias, entre a chancelaria e a sociedade, indicando alguns dos desafios nesse âmbito.

Média: 17,79 amp. / 16,99 cotas negros

Desvio padrão: 1,38 amp. / 1,00 cotas negros

Fernanda Graeff Machry - 20

A aproximação entre chancelaria e sociedade é componente essencial à condução das relações exteriores de países democráticos. Uma vez que a política externa deve atender aos interesses nacionais, a sociedade civil tem o direito de participar de sua elaboração. A chancelaria brasileira tem tomado medidas no sentido de incluir atores sociais em processos de decisão e de negociação. Por exemplo, a elaboração do novo modelo de acordo de investimentos pelo Brasil contou com a participação do setor privado nacional.

Há desafios, contudo, a superar-se. Os interesses da sociedade civil não são uniformes, de modo que a participação de todos os setores interessados em dado tema pode tornar mais complexa a elaboração de uma posição brasileira. Além disso, a transparência não pode ser absoluta, na medida em que o sigilo é, por vezes, necessário à ação diplomática.

Lauro Grott - 20

O diálogo diplomático não ocorre somente entre Estados, mas, também, entre estes e a sociedade. Diplomatas devem servir à nação que representam, razão pela qual é indispensável que haja diálogo entre formuladores da política externa e aqueles que são beneficiados por ela. Para que haja equalização entre as expectativas dos cidadãos e a capacidade da chancelaria de atendê-las, o exercício da diplomacia pública é imprescindível.

A ineficiência da diplomacia em dialogar com a sociedade pode acarretar percepções equivocadas acerca das necessidades públicas. Em sentido diverso, a ausência de comunicação pode resultar em incompreensão da sociedade acerca da função e das capacidades da diplomacia.

Em democracias, a chancelaria é um ministério entre inúmeros outros, o que não implica equivalência. A diplomacia exige perspectiva diversa das demais políticas de Estado.

Sem diálogo com a sociedade, tanto o exercício da diplomacia quanto a perspectiva social acerca da política externa são prejudicados.

Sarah Cruz Ferraz – 20

Percebe-se, ao longo da última década, o fortalecimento da vertente interna da diplomacia pública. Nesse sentido, não só a consolidação, no país, de um regime democrático, mas também a ampliação dos meios digitais disponíveis contribuíram para a ênfase crescente conferida a essa nova perspectiva. Ao reconhecer a necessidade de ampliar o diálogo com a sociedade civil, a chancelaria brasileira expande sua capacidade de formular uma política externa que reflita os múltiplos interesses da sociedade nacional.

Há, contudo, desafios tanto no sentido de elaborar canais efetivos para que essas demandas sejam recebidas, analisadas e incorporadas quanto no sentido de se garantir, nesse processo, o sigilo das informações imprescindíveis para a segurança do Estado. A efetividade da diplomacia pública brasileira depende da sua capacidade de equilibrar a abertura às demandas da sociedade com a necessidade de que essas demandas múltiplas se convertam em uma política externa coerente.

Philippe Carvalho Raposo – 18,88

A democracia pressupõe satisfação das exigências da maioria, respeitados os interesses das minorias. No âmbito da política externa, a abertura de canais de interação entre a sociedade e os círculos decisórios atende aos anseios democráticos. Ações como a publicação periódica de notas à imprensa, a realização de consultas públicas sobre temas internacionais na Câmara dos Deputados e a disponibilização de entrevistas e discursos de autoridades diplomáticas nas redes eletrônicas são exemplos de uma chancelaria mais próxima à sociedade.

Há, contudo, desafios na diplomacia pública. O mito de que a política externa é um ofício restrito às elites deve ser desconstruído. Ademais, os currículos escolares e universitários ainda são relativamente tímidos quanto à relevância da diplomacia na construção histórica do Brasil. Os trabalhos publicados pela Fundação Alexandre de Gusmão assumem particular relevância nesse sentido. Busca-se, assim, uma gradual sinergia entre chancelaria e sociedade.

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema 8,88/10

Apresentação / Impressão geral do texto (legibilidade, estilo, coerência) 1,0/1,0

Capacidade de argumentação 3,38/4,5

Capacidade de análise e reflexão 4,5/4,5

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem 10/10

Pior nota**Anônimo – 14,88**

A diplomacia pública, em democracias, representa o vínculo de interação entre a chancelaria e a sociedade. Se, por um lado, ditaduras não precisam considerar as demandas internas da população, ao formularem seus objetivos de política externa, por outro, o êxito da diplomacia das democracias depende, necessariamente, da coordenação com a sociedade civil. Ao defender os interesses domésticos, esta, portanto, não pode ser estabelecida (erro de morfossintaxe) de forma insular, independente de outras instituições.

Os principais desafios da diplomacia pública referem-se à coordenação com outros atores nacionais, com vistas a identificar suas necessidades, e à tarefa de divulgar as vantagens da política externa para os cidadãos. Iniciativas de democratização e de abertura transparente, como as promovidas pelo Itamaraty no Brasil, contribuem para superar esses desafios, uma vez que a defesa dos interesses do país no exterior se torna mais coerente e legítima, por coadunar-se com as demandas da sociedade civil.

Organização (5,88/10)

Gramática (9/10)





INGLÊS

Composition

Many commentators are of the opinion that this grouping of five large and populous emerging nations has the potential to influence the international system, as regards for instance the reform of the International Monetary Fund and the implementation of the Paris Convention. Others, however, point out that Brazil, Russia, India, China and South Africa have their own separate diplomatic agendas, and that their differences will always make it impossible for the group to become a real force in world affairs. Nevertheless, the impact of the Trump presidency and the weakening of the post-Brexit European Union may open new perspectives for the BRICS.

In the light of the different opinions presented above, discuss if the BRICS can contribute to create a new world order.

Média: 42,06 amp. / 39,57 cotas negros

Desvio padrão: 1,79 amp. / 3,23 cotas negros

Elisa Hickmann Nickel – 45

When the BRICS acronym was created a few years ago, it had no political meaning. Since then, the countries have established regular meetings at which they coordinate policies in a variety of areas. They have also created a development bank and have successfully advocated new ways of tackling the recent world crisis. Although they may be very different countries, the BRICS' contribution to the changing world order cannot be denied.

Some analysts argue that the kaleidoscope of ethnicities, political systems and diplomatic agendas that composes the BRICS will prevent it from taking effective action. This has been true on occasion. In the WTO, for instance, Brazil and India disagree on trade liberalisation of agricultural goods. The former advocates it and the latter is against it. The countries also have very different opinions regarding the reform of the Security Council and the prohibition of nuclear weapons. While Russia and China favour the current order in both aspects, the other three nations strongly support change.

These criticisms may be tinged with a certain truth, but even these analysts cannot deny that the BRICS have already done much. For instance, the recent reform of the IMF would not have been possible without these countries' support. Their common position at

the G20 in favour of liberalising trade and using fiscal policies as a means of handling the economic crisis of 2008 was also essential in offsetting the protectionist views of other nations. The OECD, an organisation of developed nations created in the aftermath of World War II, also recognises the BRICS' potential: in 2007, it invited them to take part in its activities as special partners.

These past contributions are only a sample of what the BRICS can and indeed must do. The world stands at the threshold of a new era. As the US adopts a protectionist stance and retreats from multilateral institutions, the BRICS nations must take the lead in urgent matters such as climate change. Brazil, India and China are already among the countries that invest most in green energy. This kind of policy reaffirms the group's cohesion and its ability to lead in a world that is becoming increasingly leaderless.

Immanuel Wallerstein stated that US protectionism and **the** Brexit constitute an ominous harbinger of the growing disarray of the international order. Rather than seeing it as a dire predicament, however, the BRICS must treat these new conditions as an opportunity for them to continue to act as catalysts **of** change. If these nations manage to overcome their differences and act together, they can succeed in creating a more inclusive and egalitarian world order.

433 palavras

- 1) Apresentação/ impressão geral, legibilidade, estilo e coerência: 7,5 de 10,0
- 2) Capacidade de argumentação: 9,0 de 10,0
- 3) Capacidade de análise e reflexão: 5,0 de 5,0
- 4) Correção gramatical e propriedade de linguagem: 23,5 de 25,0
(pontos perdidos em: 0,5 por cada um dos pontos marcados em negrito)

A autora da questão chama a atenção ainda para o fato de que utilizou preposição incorreta na expressão “to act as catalysts of change” na conclusão; embora não tenha sido penalizada por isso, o mais comum é “catalysts for change”.

Fernanda Graeff Machry – 45

In an international context in which traditional powers, such as the United States and some European countries, give signs of turning to nationalistic, inward-looking agendas, emerging powers may exert an increased influence on the global order. The BRICS (Brasil, Russia, Índia, China and South Africa) are in a unique position to seize this opportunity. Despite **punctual**⁴ differences between the members, recent developments show that not only can the BRICS **contribute to shape**⁵ a new global order, but they can also advance on the topic of climate change.

At first, “BRIC” was an acronym by which economists referred to four large emerging markets. The political leaders of these countries decided to act on this idea and to expand it geographically, by including South Africa in 2011, and thematically, by

⁴ Penalização de 1,0 ponto.

⁵ Estrutura inicialmente penalizada em 1,0, mas foi aceito recurso em função de o enunciado estar incorreto. O correto seria “contribute to shaping”.

incorporating a political aspect to the group. Today, the BRICS represent a significant share of the world's GDP, population and territory. The group's existence as a political actor cannot be dismissed by any attentive observer.

Nonetheless, there are conflicting interests between the five countries, particularly with regard to nuclear disarmament and to reform of the United Nations Security Council. The group comprises two nuclear-armed states which are also members of the Security Council: China and Russia. Concerning climate change, the group does not have a common position so far, but there is a potential to achieve one, since all the members but Russia already form a coalition to negotiate the subject, the BASIC.

The main area in which the BRICS share a common view is the reform of the global financial architecture. Presently, power distribution in the Bretton Woods institutions is outdated, as their voting systems fail to reflect the economic order of the 21st century. For this reason, the BRICS press for a more balanced allocation of voting shares. Furthermore, in the 2014 Fortaleza Summit, the group created new financial institutions in order to complement the existing ones. The New Development Bank and the Contingent Reserves Arrangement prove that the BRICS are fully capable of influencing the global economic order.

The BRICS have established themselves as an influential international actor. As a heterogeneous group, its members' interests are not uniform. Whether this represents a weakness or not depends on how the countries' leaders act on it. Recent events demonstrate a willingness to focus on **the** convergences rather than on **the**⁶ differences. The group would do well, however, to work towards developing a common view on topics beyond finances, such as climate change. In this way, the BRICS can contribute to create a new global order based on sustainable development.

428 palavras

- 1) Apresentação/ impressão geral, legibilidade, estilo e coerência: 8,5 de 10,0
- 2) Capacidade de argumentação: 8,0 de 10,0
- 3) Capacidade de análise e reflexão: 4,0 de 5,0
- 4) Correção gramatical e propriedade de linguagem: 22,5 de 25,0

Após os recursos, as notas da autora foram 21,5 em conteúdo e 23,5 em correção gramatical.

Luana Alessandra Roeder – 45

The BRICS make the world less unfair. Brazil, Russia, India, China and South Africa have been affecting the international balance of power, not in the military sense of the term, but by increasing the opportunities of developing nations to pursue their political and economic interests. These five states do so, on two levels: multilateralism and financial credit; and even though the BRICS may not always see eye to eye, this does not reduce their influence on the creation of a new world order.

⁶ Penalização de 0,5 ponto.

Multilateralism is a synonym for previsibility, and this equation makes it easier for countries of relatively low income to find out which of the options on the negotiating table serve their respective interests best. Furthermore, differently from the bilateral context, the multilateral approach provides the developing nations with the possibility of forming groups, in order to counter-balance the power of stronger countries. Besides the fact that the BRICS are themselves an example of multilateralism, this group has been making great efforts to bring more transparency to international politics, an engagement of which the implementation of the Paris Convention is an example.

More than the reform of the international Monetary Fund, the foundation of the New Development Bank, also known as the bank of the BRICS, has raised the prospects of poor economies, concerning progress, for two main reasons. Firstly, it is an alternative to institutions such as the World Bank, which establishes difficult, almost harsh conditions for the concession of credit. Secondly, the new bank has made the investment in the construction of infrastructure, in developing states, a priority. In this sense, the BRICS contribute to a more equal international environment by incentivating long-term growth.

In spite of the many projects the five countries of the BRICS are bringing forward, they do not always share the same perspective; however this does not weaken their capability of influencing the international relations. China, for instance, has never openly endorsed Brazil in its ambition regarding a permanent seat in the United Nations Security Council, because this would mean that the Chinese would also have to accept Japan in this exclusive circle of decision-makers. Given the fact that these separate diplomatic agendas have not harmed the cooperation between Brazil and China, the BRICS remain intact in strength and focus.

The BRICS not only can contribute to create a new world order, but they are already working on it. They make it possible for poor countries to better evaluate their options and provide them with credit for profound development. These goals, which shift the weights of global power, are more important than disagreements within the BRICS.

434 palavras

- 1) Apresentação/ impressão geral, legibilidade, estilo e coerência: 8,5 de 10,0
- 2) Capacidade de argumentação: 9,0 de 10,0
- 3) Capacidade de análise e reflexão: 5,0 de 5,0
- 4) Correção gramatical e propriedade de linguagem: 21,5 de 25,0

Após os recursos, a nota da autora em correção gramatical foi 22,5.

Matheus Machado Hoscheidt – 44

The emergence of new powers poses challenges to current institutions designed to regulate the international system. In this context, the BRICS are a set of countries that are willing to contribute to the creation of a new world order. They can do so by improving economic institutions, by setting ambitious goals to reduce environmental problems and by establishing new standards for international cooperation. If they manage to accomplish their endeavors, they will make a major contribution to the upcoming world order.

The BRICS are key to effect the necessary reforms of economic institutions. In the International Monetary Fund, for instance, the group took a firm stance to defend a more equal share of voting power. Besides, in the last Ministerial Conference of the World Trade Organization, the BRICS took part in negotiations that led to the end of export subsidies for agricultural goods, an achievement that will benefit many developing countries. Therefore, following their past deeds, the BRICS will continue to positively impact economic institutions in the new world order.

The BRICS can also make upcoming international institutions better for the environment. Except for Russia, all of other BRICS members have already set bold Nationally Defined Contributions for the Paris Agreement. China, a carbon-intensive country, is progressively promoting a cleaner energy matrix. The New Development Bank, created by the BRICS in 2014, favors projects with low impact on the environment, having already approved a loan to finance wind power plants in Brazil. With the US no longer participating in the Paris Agreement, the BRICS will have a more significant role in the environmental questions of the new order.

The BRICS have established a new set of rules regarding international cooperation. The members of the group, unlike Western countries engaged in traditional North-South cooperation, refuse to demand economic and political requirements when delivering aid. Pro-Savana, a project developed by the Brazilian government in Africa, did not impose any sort of condition to receiving countries. Moreover, in order to approve cooperation projects, the NDB abides by the principle of horizontal treatment.

Since the end of the Cold War, there have been significant changes in the international distribution of power. The emergence of the BRICS is a part of these changes. The group already impacts international relations in terms of economic institutions, environmental commitments and rules governing cooperation. If the new world order is to promote development and fairness, it is fundamental that the BRICS continue to contribute to international governance in a growing variety of subjects.

414 palavras

- 1) Apresentação/ impressão geral, legibilidade, estilo e coerência: 8,0 de 10,0
- 2) Capacidade de argumentação: 8,0 de 10,0
- 3) Capacidade de análise e reflexão: 4,0 de 5,0
- 4) Correção gramatical e propriedade de linguagem: 24,0 de 25,0

Pior nota

Anônimo - 35,5

In 2001, when the acronym that stands for Brazil, Russia, India and China was coined by Jim O'Neill, many analysts alleged that the evidence to support the outlook of a new economic and political order that would include these four countries amongst the ten world powers was reduced. At that time, both Brazil and Russia had barely prevailed against currency exchange crises, hence the lack of optimistic future perspectives regarding these two countries. China and India attempted to gain more political prominence, after decades of isolation: Beijing struggled to accede to the World Trade Organization (WTO), whereas New Delhi fought against allegations of supporting terrorism. Eight years later,

the group was formed and it has currently achieved many of the political and economic objectives in its agenda, especially after including South Africa as a member. Therefore, these countries can surely contribute more to shape the new order.

Actions in favor of peace and development in poor countries in all continents have legitimated the three members of BRICS that do not have permanent seats in the United Nations Security Council (UNSC) to demand a reform in this body that includes them as permanent members with power to veto decisions. Although the revision of the Charter of the UN remains in negotiation, Brazil, India and South Africa continue to perform actions that favor peace and security through poverty reduction strategies. As a consequence, a new multilateral and multipolar world order is both a cause and an effect of the BRICS actions.

As for economy, the group also connects its initiatives with development. The reform of the voting quotas in the International Monetary Fund (IMF) and the World Bank (WB) with a view to reflecting the current economic situation was one of the most relevant pleas that BRICS has managed to achieve. Together with this, the group has also created the New Development Bank (NDB), so that they could ensure that changes in the current order will maintain its pace.

Despite recent domestic and international setbacks (Brazil's and Russia's economic crises; and Trump presidency and the Brexit, respectively), BRICS has proven itself cohesive to set some topics in the international agenda, such as the IMF and the WB reforms. However, the group still needs to strengthen the ties between its members, if it intends to reform the embodiment of the upcoming world order: the UNSC and become part of the ten most powerful countries, as Jim O'neill predicted at the beginning of the 21st century.

412 palavras

- 1) Apresentação/ impressão geral, legibilidade, estilo e coerência: 7,0 de 10,0
- 2) Capacidade de argumentação: 7,0 de 10,0
- 3) Capacidade de análise e reflexão: 4,0 de 5,0
- 4) Correção gramatical e propriedade de linguagem: 17,5 de 25,0



Translation A

Translate the following excerpt into Portuguese.

There were humans long before there was history. But for countless generations they did not stand out from the myriad other organisms with which they shared their habitats. On a hike in East Africa 2 million years ago, you might well have encountered a familiar cast of human characters: anxious mothers cuddling their babies and clutches of carefree children playing in the mud; temperamental youths chafing against the dictates of society and weary elders who just wanted to be left in peace; chest-thumping machos trying to impress the local beauty and wise old matriarchs who had already seen it all. Archaic humans loved, played, formed close friendships and competed for status and power — but so did chimpanzees, baboons and elephants. There was nothing special about humans. Nobody, least of all humans themselves, had any inkling that their descendants would one day walk on the moon, fathom the genetic code and write history books. The most important thing to know about prehistoric humans is that they were insignificant animals with no more impact on their environment than gorillas, fireflies or jellyfish.

Yuval Noah Harari. *Sapiens*. Harper, 2015 (adapted).

Média: 17,35 amp. / 16,21 cotas negros

Desvio padrão: 1,10 amp. / 2,28 cotas negros

Sarah Cruz Ferraz – 19,5

Havia seres humanos muito antes de haver história. Durante incontáveis gerações, contudo, eles não se destacaram da miríade de outros organismos com os quais compartilhavam seus habitats. Há dois milhões de anos, em uma caminhada pelo leste da África, você poderia muito bem ter encontrado um grupo de personagens humanos que lhe seria familiar: mães ansiosas a acalentarem seus bebês e bandos de crianças descontraídas a brincarem na lama; adolescentes temperamentais a se rebelarem contra os ditames da sociedade e idosos cansados que apenas queriam ser deixados em paz; homens de peito inflado a tentar impressionar a beldade local e velhas e sábias matriarcas que já viram de tudo. Seres humanos primitivos amavam, brincavam, formavam amizades estreitas e competiam por status e poder, mas isso também faziam os chimpanzés, os babuínos e os elefantes. Não havia nada de especial em relação aos seres humanos. Ninguém, muito menos os próprios seres humanos, fazia a menor ideia de que os descendentes dos humanos um dia caminhariam sobre a lua, desvendariam o código genético e escreveriam livros de história. A coisa mais importante a saber sobre os seres humanos pré-históricos é que eles eram animais insignificantes, sem impacto maior sobre seus ambientes que aquele gerado por gorilas, vagalumes e águas-vivas.

1) Fidelidade ao estilo do texto original: 5,0 de 5,0

2) Correção gramatical e propriedade de linguagem: 14,5 de 15,0

Elisa Hickmann Nickel – 19,00

Havia seres humanos muito antes de existir história. Por incontáveis gerações, porém, eles não se destacaram da miríade de outros organismos com os quais compartilhavam seus habitats. Durante uma caminhada no leste da África há dois milhões de anos, você poderia perfeitamente encontrar um agrupamento familiar de personalidades humanas: mães ansiosas **abraçando** seus bebês e bandos de crianças despreocupadas brincando na lama; jovens temperamentais desafiando os ditames da sociedade e velhos cansados que só querem ser deixados em paz; homens orgulhosos de suas **virilidades que as exibem** para impressionar as mulheres bonitas do lugar e velhas matriarcas sábias que já viram de tudo. Os humanos arcaicos amavam, brincavam, estabeleciam amizades íntimas e competiam por status e poder - mas chimpanzés, babuínos e elefantes faziam o mesmo. Os humanos não tinham nada de especial. Ninguém, sobretudo os próprios humanos, podia imaginar que seus descendentes um dia andariam sobre a lua, desvendariam o código genético e escreveriam livros de história. O mais importante a saber sobre os humanos pré-históricos é que eles eram animais insignificantes cujos impactos sobre o meio ambiente não eram maiores que os causados por gorilas, pirilampos ou águas-vivas.

- 1) Fidelidade ao estilo do texto original: 5,0 de 5,0
- 2) Correção gramatical e propriedade de linguagem: 14,0 de 15,0
(apenada em meio ponto por cada uma das marcações)

Graziela Streit Rodrigues da Silva – 18,5

Havia seres humanos muito antes de haver registro histórico. Mas, por incontáveis gerações, **eles** não se sobressaíram em relação à miríade de outros organismos com os quais **eles** dividiam o meio em que habitavam. Em uma **trilha**, na África Oriental, dois milhões de anos atrás, você poderia, muito bem, ter encontrado um elenco familiar de personagens humanos: mães ansiosas segurando, carinhosamente, seus bebês e grupos de crianças despreocupadas brincando na lama; jovens temperamentais questionando os ditames da sociedade e anciões exaustos que só querem ser deixados em paz; machos que batem no peito tentando impressionar a beldade local e velhas e sábias matriarcas que já haviam visto de tudo. Seres humanos arcaicos amaram, brincaram, formaram íntimos laços de amizade e competiram por posição social e poder – mas também o fizeram chimpanzés, babuínos e elefantes. Não havia nada de especial nos seres humanos, tinha ideia de que seus descendentes iriam, um dia, andar sobre a Lua, desvendar o código genético e escrever livros de história. O que se deve saber de mais importante sobre os seres humanos pré-históricos é que eles eram animais insignificantes, com impacto em seu meio ambiente não muito maior que os de gorilas, **vagalumes** ou águas-vivas.

- 1) Fidelidade ao estilo do texto original: 5,0 de 5,0
- 2) Correção gramatical e propriedade de linguagem: 13,50 de 15,0

Comentários da autora

Marcações:

-0,5: repetição de “eles”

-0,5: trilha

-0,5: vagalumes sem hífen

Fernanda Graeff Machry – 18,5

Havia humanos muito antes de haver História. Contudo, por incontáveis gerações, eles não se destacavam em meio à miríade de outros organismos com os quais compartilhavam seus habitats. Em uma **trilha**⁷ na África Oriental, há dois milhões de anos, você poderia facilmente ter encontrado um elenco familiar de personagens humanas: mães ansiosas aninhando seus bebês e crianças despreocupadas brincando na lama; jovens temperamentais reclamando das regras da sociedade e idosos cansados que apenas queriam ser deixados em paz; homens que tentavam impressionar a mais bela mulher local com demonstrações de virilidade e matriarcas velhas e sábias que já haviam visto de tudo. Os humanos arcaicos amavam, brincavam, estabeleciam amizades **próximas**⁸ e competiam por “status” e por poder – porém, também o faziam chimpanzés, babuínos e elefantes. Não havia nada de especial a respeito dos humanos. Ninguém, muito menos os próprios humanos, tinha a menor noção de que seus descendentes, um dia, caminhariam na lua, descobririam o código genético e escreveriam livros de História. A coisa mais importante a saber-se a respeito dos humanos pré-históricos é que eles eram animais insignificantes, cujo impacto sobre o ambiente que habitavam não era maior que o impacto causado por gorilas, por **vagalumes**⁹ ou por águas-vivas.

1) Fidelidade ao estilo do texto original: 5,0 de 5,0

2) Correção gramatical e propriedade de linguagem: 13,5 de 15,0

Pior nota

Anônimo – 13,50

Havia seres humanos muito antes de existir história. Mas, ao longo de inúmeras gerações, eles não se ausentavam da miríade de outros organismos com os quais compartilhavam seus locais de moradia. Numa caminhada pelo leste africano, dois milhões de anos atrás, você poderia muito bem ter encontrado uma casta familiar de características humanas: mães ansiosas criando seus bebês e grupos de crianças sem cuidado brincando na lama; jovens temperamentais protestando contra os ditados da sociedade e idosos cansados tentando impressionar a beleza local e matriarcas velhas e sensatas que já haviam visto aquilo tudo. Seres humanos arcaicos amaram, brincaram, formaram amizades próximas e competiram por posição e poder – mas assim também fizeram os chimpanzés, lagartos e elefantes. Não havia nada de especial sobre os seres humanos. Ninguém, menos ainda os próprios seres humanos, tinha alguma pista de que seus descendentes andariam um dia na lua, manipulariam o código genético

⁷ Penalização de 0,5 ponto

⁸ Penalização de 0,5 ponto

⁹ Penalização de 0,5 ponto

e escreveriam livros de história. A coisa mais importante para saber sobre os seres humanos pré-históricos é que eles eram animais insignificantes com não mais impacto sobre o seu ambiente do que os gorilas, vaga-lumes ou peixe-gelatina.

- 1) Fidelidade ao estilo do texto original: 5,0 de 5,0
- 2) Correção gramatical e propriedade de linguagem: 8,50 de 15,0



Translation B

Translate into English the following excerpt.

Quem somos nós, os brasileiros, feitos de tantos e tão variados contingentes humanos? A fusão deles todos em nós já se completou, está em curso, ou jamais se concluirá? Estaremos condenados a ser para sempre um povo multicolorido no plano racial e no cultural? Haverá alguma característica distintiva dos brasileiros como povo, feito que está por gente vinda de toda parte? Todas estas arguições seculares têm já resposta clara encontrada na ação concreta.

Nesse campo de forças é que o Brasil se fez a si mesmo, tão oposto ao projeto lusitano e tão surpreendente para os próprios brasileiros. Hoje nos tornamos o que os lusos aqui nos juntaram, tanto os tijolos biorraciais como as argamassas socioculturais com que o Brasil vem-se fazendo.

Assim é que, embora embarcados num projeto alheio, nos viabilizamos ao nos afirmar contra aquele projeto oficial e ao nos opor aos desígnios do colonizador e de seus sucessores. Pela vontade deles, os índios, os negros e todos nós, mestiços deles, arrebanhados pela empresa colonial, prosseguiríamos na função que nos foi prescrita de serviços de ultramar, destinados a produzir mercadoria exportável, sem jamais chegar a ser gente com destino próprio.

Média: 4,74 amp. / 3,93 cotas negros

Desvio padrão: 2,39 amp. / 1,37 cotas negros

Rafael Rodrigues Alves – 12,5

Who are we, Brazilians, made up from so many and so varied human groups? Has the fusion of all of them in us been completed, it is ongoing, or will it never be concluded? Are we forever destined to be a multicoloured people on the racial and cultural plan? Will there be any distinctive characteristic of Brazilians as a people, as it is made up of people who came from everywhere? All these secular enquiries have already a clear answer that is found in concrete action.

In this field of forces Brazil has made itself, so opposed to the Portuguese project and so surprising to Brazilians themselves. Today we have become what the Portuguese joined here to us, both the bio-racial bricks and the social and cultural cement with which Brazil has been making itself.

This way we, albeit shipped in a foreign project, made ourselves feasible, by affirming ourselves against that official project and by opposing to the purposes of the colonizer and his successors. By their will, the indians, the black people and all of us, their coloured descendants, ensnared by the colonial enterprise, would continue in the task of overseas employees that was ascribed to us, destined to produce tradables, without ever getting to become self-determined people.

1) Capacidade de síntese e concisão: 4,5 de 5,0

2) Correção gramatical e propriedade de linguagem: 8,0 de 10,0

Rafaela Junqueira de Oliveira – 9

Who are we the Brazilians, made of so many and so varied human groups? Has the mixture of them in us already been completed, is it under way or will it ever be concluded? Are we doomed to being a racially and culturally multicoloured people forever? Is there any distinctive characteristic of the Brazilians as a people, since it is composed of people coming from everywhere? All of these centuries-old questions already have a clear answer found in concrete action.

It was against this background that Brazil has made itself, so opposing to the Portuguese project and so surprising to the Brazilians themselves. Today we become what the Portuguese joined here for us, both the bio-racial bricks and the sociocultural cement with which Brazil has been making itself.

This is how, although boarded on someone else's project, we have made ourselves viable by standing against that official project and by opposing the wishes of the colonisers and their successors. According to their desire, the indigenous people, the black people and all of us, who are mixed-raced formed by them, gathered by the colonial enterprise, would continue playing the role that was established for us as overseas menial workers, destined to produce exportable goods and would never get to be a people with its own destiny.

1) Fidelidade ao estilo do texto original: 5,0 de 5,0

2) Correção gramatical e propriedade de linguagem: 4,0 de 10,0

Daniel Köhler Leite – 8,5

Who are we, Brazilians, made of so many and such a variety of human contingents? Has the fusion of all of them into us already been completed, is it afoot, or will it never be concluded? Will we be doomed to always be a multicolored people in the racial and the cultural sphere? Will there be any distinctive feature of the Brazilians as a people, inasmuch as it is made of persons coming from everywhere? All those secular ponderations have already found a clear answer in concrete action.

In this field of forces, Brazil made itself, opposed to the Portuguese project and so surprising to the very same Brazilians. Today, we have become what the Portuguese have gathered for us, both the bioracial bricks and the sociocultural mortar with which Brazil has been making itself.

Hence, although embarked on someone else's project, we became viable by strengthening our position against that official project and by opposing the will of the settler and his successors. According to their wishes, the natives, the blacks and all of us, their mixed descendants, absorbed by the colonial enterprise, we would continue in the function that was imposed on us by servants of the other side of the sea, destined to produce goods that can be exported, without ever becoming individuals with their own destiny.

- 1) Fidelidade ao estilo do texto original: 5,0 de 5,0
- 2) Correção gramatical e propriedade de linguagem: 3,5 de 10,0

Elisa Hickmann Nickel – 8

Who are we, Brazilians, made up of so many and so diverse human groups? **Is** the intermingling of all those groups inside us already **complete, still** in process, or will it never be concluded? Are we forever doomed to be a people of various colours both racially and culturally? **Is there** any characteristic that distinguishes Brazilians as a people, since it is composed of people from all places? All these secular questions have already been clearly answered in concrete action.

It is in this domain that Brazil **established** itself, so opposed to the Portuguese project and so surprising to Brazilians themselves. Today, we **became** what the Portuguese people have assembled together here, both the bioracial bricks and the sociocultural elements of cohesion with which Brazil is establishing itself.

Thus, although part of someone else's project, we became viable when we ascertained ourselves against that official project and when we opposed the **designs** of the settler and of those who came after him. **According to their will**, native Americans, black people and all of us, a mixture of their races, taken over by the settling enterprise, would remain in the role assigned to us: that of beyond-seas employees, destined to produce export goods, never becoming a people with its own destiny.

- 1) Fidelidade ao estilo do texto original: 5,0 de 5,0
- 2) Correção gramatical e propriedade de linguagem: 3,0 de 10,0
(em negrito: apenações de 1,0 cada; em negrito e sublinhado: apenado em 1,0, recuperado após recurso)

Pior nota

Anônimo – 1

Who are we, **the** Brazilians, made out of such a variety of human groups? Has the mingling of all of them in us been already completed? Is it **in** course? Or will it never be over? Are we **condemned** to always be a **multicolor** people at the racial and cultural levels? **Is there** any distinctive Brazilian characteristic as a people, since it is made of peoples that came from so many places? All these centuries-old questions already have their answers found in concrete action.

On this field of forces, Brazil **made** itself, so **opposite** to the Portuguese project, and so **outstanding** to Brazilian themselves. Today, we have become what the Portuguese put together: the racial **briks** and the sociocultural cement with which Brazil has been building itself. **By their will**, indigenous people, blacks, and us, **mestiços** from them, **conquered** by the colonial enterprise, would play the role of overseas **servents** which was ascribed to us; we were destined to produce export goods, without **never** achieving the status of a self-determined people.

- 1) Fidelidade ao estilo do texto original: 1,0 de 5,0

2) Correção gramatical e propriedade de linguagem: 0,00 de 10,0

Observação do corretor: “linha 12 - O candidato omitiu uma sentença inteira, composta de 29 palavras.”



Summary

Write a summary in your own words of the following excerpt.

The growing weight and importance given to the concept of soft power is a natural response to a rapidly changing global context. While it is hardly a new insight, it remains true that global geo-politics are in the midst of a fundamental transformation, throwing up a host of new challenges for leaders, policy makers, and diplomats. In terms of the importance of soft power, this shifting landscape is being driven by two megatrends. The first is the rise of networks as the driving force in global affairs. The second, and closely related trend, is the digital revolution, which means world events — large and small — increasingly play out online.

There are three main factors that are driving global affairs away from bilateral diplomacy and hierarchies and toward a much more complex world of networks. The first factor is the rapid diffusion of power between states. This century has seen the start of the global centre of economic and political power transfer from West to East. Whether it is the BRICS or whatever trendy acronym might come next, the “rise of the rest” has helped create a genuinely multi-polar world.

We have also seen the erosion of traditional power hierarchies. The nation state is no longer the only relevant actor in global affairs. At the same time power is moving from West to East, it is also shifting away from states altogether, as non-state actors — NGOs, multi-lateral organisations, corporations, civil society groups or even individuals — play increasingly significant roles and wield greater influence in world affairs.

The third agent of transformation is the mass urbanisation of the world's population. Only in the last few years has human history reached a point where the majority of people around the world live in cities. This trend will continue with the proportion of urban dwellers rising ever higher. Global urbanisation has implications for how information is shared, the diffusion of technology, cross-pollination of ideas, innovation, and the development of political movements. Moreover, cities themselves are becoming more assertive global actors in their own right. This trend challenges the primacy of the nation-state as the sole government actor in international relations. The rise of the city presents opportunities, but also illustrates the drift of power away from the nation state.

With more actors crowding the world stage and vying for influence, networks offer a means to coordinate interests, pool resources, and ultimately shape global outcomes. Border-spanning networks may comprise a diverse set of actors, drawing together governments and a range of non-government actors. They may form to tackle complex collective-action problems like climate change, or take up single issues like ending sexual violence in conflict zones. The life-span of such networks will vary by issue, but the speed with which they form and the ease with which they can now coordinate has made them a major factor in driving global change.

The second interlinked megatrend driving global change is that the world increasingly lives online. There are now over three billion internet users across the world, nearly half of the global population. Millions of transactions take place online every day,

with news and entertainment increasingly delivered via web-based channels. More of day-to-day life has gone digital. There are now over two billion active social media accounts.

The growth in computing power, the speed with which information is disseminated around the globe, and the spread of the smartphone has transformed the way information is shared. The subsequent democratisation of access to information has created a more informed — and increasingly activist — global public. The combined effects of rapid technological advances on global events have been demonstrated in the Arab Spring, the rise of Wikileaks, the #Occupy movement, citizen-journalism, and even the #BringBackOurGirls campaign. The rapid movement of information across borders, and the proliferation of platforms to share that information, has made individuals more powerful than they have been at any point in history.

One important aspect of the digital world has been difficult for many heads of government, foreign ministries, and over-zealous state broadcasters to accept: propaganda as we know it is dead. Governments and their various interlocutors no longer have the luxury of offering domestic audiences one message whilst feeding another to the international community. Moreover, any discrepancy between a country's international messaging and its corresponding conduct is leapt on by media, governments, pressure groups, and individuals. With information speeding across borders, the inconsistencies between a state's policy and messaging are more conspicuous. In today's networked world of instant information, global publics are smarter, more engaged, and likely to dismiss propaganda when they see it.

Rather than maximising the opportunities this provides for genuine dialogue, we have unfortunately seen some governments respond to the threat to propaganda by creating a state-backed "troll army". The practice of employing people to create fake social media accounts to both harass dissenting opinion and try to shape debate on digital platforms is receiving increasing attention in Western media. There has, however, yet to be a comprehensive assessment of the effect such practices have on their target audiences.

For most Western governments, these two megatrends — and the challenges they present — have come at a time when the resources available to adapt to them have been reduced. Foreign ministries have not managed to avoid deep spending cuts as governments struggle to get their public finances back under control.

There have been considerable fund reductions in the budgets of public institutions that play a role in generating and projecting their country's soft power. This is worrying as the above trends will make the tools and approaches of soft power more, not less, important to achieving foreign policy objectives. Reducing soft power capabilities at a time when they are increasingly critical to achieving both security and prosperity objectives may well prove to be a false economy.

Jonathan McClory. Why does soft power matter? In: *The Soft Power 30 Report*, p. 11-2 (adapted).

Média: 10,74 amp. / 9,93 cotas negros

Desvio padrão: 1,94 amp. / 1,76 cotas negros

Bruno Rodrigues Teixeira – 13

Soft power has become essential in a global context that changes quickly due to two main trends: the rise of networks and the digital revolution. The first has been shaped by the redistribution of power among different countries, the rise of non-state actors, and the continuing expansion of the urban space, which has changed the manner in which information is shared and strengthened cities as a new source of power to the detriment of nation-states. The growing number of global actors has, therefore, turned networks into the means through which collective action can be organized more effectively.

Regarding the second main trend, half of the global population has now access to the internet. This democratization of access, along with the rising speed of digital devices, has empowered individuals and social movements. Meanwhile, the propaganda traditionally promoted by states has lost its efficiency, since discrepancies of information can be quickly identified and highlighted by different actors, even though some governments have reacted to such changes by recruiting “trolls” to promote their views online.

These two main trends have become predominant in a context where foreign ministries have suffered from diminishing capabilities resulting from financial cuts. Nevertheless, sparing resources in this area may prove to be inadequate at a time when soft power has turned into a crucial asset.

217 palavras

1) Capacidade de síntese e concisão: 4,00 de 5,0

2) Correção gramatical e propriedade de linguagem: 5,5 de 10,0

Após os recursos, as notas do autor foram 5,0 em capacidade de síntese e 8,0 em correção gramatical.

Larissa Ferreira da Silva – 13

As global affairs adapt to the context that derived from the digital revolution and the expansion of networks, soft power becomes increasingly important to a successful foreign policy. Widespread urbanisation, subversion of traditional hierarchies and power diffusion create more complex networks that must coordinate varied actors and resources to solve global issues. Although countries are still key actor in the international order, they now have to cooperate with private institutions and civil society to effectively deal with global challenges. Moreover, states themselves have become a more diversified group, as emerging powers take on more responsibility in the international system.

The digital revolution was essential to these changes, since it allowed more people to access information online, at a quicker speed and relating to a vaster array of subjects. This has already altered every aspect of human life in contemporary society, including political dynamics. However incisive governmental efforts are, countries can no longer steer domestic opinion through official propaganda. Although this opened the opportunity for more democratic debates, it seems that some countries are not ready for this change, since they are cutting back on resources that could boost dialogue and soft power, or, even worse, are financing fake social media debates.

201 palavras

- 1) Capacidade de síntese e concisão: 5,00 de 5,0
- 2) Correção gramatical e propriedade de linguagem: 8,0 de 10,0

Priscila Liz Alves – 13

Global geo-politics are undergoing important changes, which makes the concept of soft power fundamental. On one hand, increasing networks are contributing to the emergence of a multi-polar world, in which the East becomes the centre of the economic and political system. On the other, the digital revolution is stimulating the rise of new actors, such as NGO's, individuals and corporations, in international affairs. Considering the increasing urbanization of the world's population, not only are cities becoming global actors, but they are also changing the way information is shared and innovation is encouraged, which also produces impacts on the power of nation-states.

No longer is the nation-state the only actor in global affairs, for networks help other actors to identify common interests and participate in the solution of complex problems, for instance, climate change. The spread of the Internet has made life digital and individuals more informed and activist, as exemplifies the Arab Spring. The increasing power of civil society is stimulating negative reactions by States, such as the creation of fake social media accounts and fund cuts in institutions that are responsible for strengthening the soft power of countries, which is an error.

193 palavras

- 1) Capacidade de síntese e concisão: 3,0 de 5,0
- 2) Correção gramatical e propriedade de linguagem: 8,00 de 10,0

Fernanda Graeff Machry – 12,5

In a rapidly transforming world, soft power has become more important than ever. The transformations observed in today's world are driven by two megatrends: the rise of networks and the digital revolution.

There is a myriad of new actors in international affairs today: new poles of power, non-state actors and subnational entities, such as cities, strengthened by the rise of urbanization. Networks provide a platform for these multiple actors to coordinate positions so to influence global issues¹⁰.

The digital revolution has changed the way information is disseminated. As a result of rapid flows of information, the public is now better informed and more activist. Individuals are, therefore, more powerful.

¹⁰ Houve penalização de 1,0 ponto nesta linha.

In this context, soft power could be a useful tool for governments to achieve foreign policy goals. Easy access to information makes consistency essential in governments' positions. However, governments¹¹ are responding to this new reality by either spreading false information or cutting budget destined to the projection of soft power. Despite the need to maintain financial stability, saving on the improvement of soft power capabilities is probably a false economy in the current global context.

184 palavras

- 1) Capacidade de síntese e concisão: 4,5 de 5,0
- 2) Correção gramatical e propriedade de linguagem: 8,0 de 10,0

Pior nota

Anônimo – 6

Soft power is hardly a new subject in foreign affairs. However, it plays a significant role in the context of globalization, mainly due to the relevance of networks and to the digital revolution.

The rise of new global players affects the concept of hierarchy. The emergence of the East and the importance of the institutions of the civil society are among the reasons of this change. Furthermore, as a result of the contemporary urbanization, non-state actors tend to be more relevant, and the state's primacy is being challenged. In this context, networks are more valuable, since making decisions about the environment or social conflicts becomes more complex with the presence of multiple actors.

Moreover, online technologies are of paramount importance. For instance, economic transactions no longer can be made offline. Furthermore, smartphones and new computers empowered individuals and strengthened demonstrations, as it became clear in the Arab Spring. State's propaganda also is weakened in the digital age. Governments may risk to have their propaganda dismissed by simple internet research. Nevertheless, as a response, politicians tend to create fake accounts on social media to support their agenda.

In the face of the recent economic crisis, Western nations did not succeed to adapt to the megatrends of the digital era. This is why the budget of public institutions may be a dangerous strategy, since it will undermine the projection of soft power and prove to be inefficient both in economic and security terms.

241 palavras

- 1) Capacidade de síntese e concisão: 3,0 de 5,0
 - 2) Correção gramatical e propriedade de linguagem: 3,0 de 10,0
- Obs: Correção sem marcações.



¹¹ Houve penalização de 1,0 ponto nesta linha.



HISTÓRIA DO BRASIL

Questão 1

O esforço para obter o reconhecimento da independência do Brasil se desenrola em duas fases distintas. A primeira se situa dentro do período em que José Bonifácio de Andrada e Silva foi o poderoso ministro da Guerra e dos Estrangeiros. A segunda etapa estende-se da queda do Patriarca da Independência até a assinatura do tratado de reconhecimento com Portugal, seguindo-se, em rápida sucessão, os reconhecimentos da Grã-Bretanha e das demais potências. (Rubens Recupero. O Brasil no mundo. In: Lilia Schwarcz (Coord.). História do Brasil Nação. Rio de Janeiro: Objetiva/MAPFRE, 2011, p. 140 - com adaptações).

Redija um texto dissertativo apresentando e analisando, de forma contextualizada, eventos históricos que possam fundamentar a afirmação feita por Rubens Recupero no fragmento de texto acima apresentado.

Média: 24,26 amp. / 20,71 cotas negros

Desvio padrão: 3,52 amp. / 5,09 cotas negros

Bruno Rodrigues Teixeira – 30

Rubens Ricupero divide o processo de reconhecimento da independência do Brasil em dois períodos diferenciados. Essa distinção é relevante porque as atitudes brasileiras e as estratégias de busca de reconhecimento eram bastante diversos antes e depois da saída de José Bonifácio. A presença do Patriarca, portanto, constitui marco diferenciador de como o Brasil buscou consolidar sua independência e como se comportou diante da necessidade de ser reconhecido pelos demais Estados independentes.

A primeira fase do reconhecimento da Independência do Brasil diferencia do período posterior porque José Bonifácio, na condição de ministro da Guerra e dos Estrangeiros, adota postura autonomista e, de certa forma, nacionalista em face dos desafios colocados ao Brasil recém-independente. Nesse sentido, dois elementos centrais destacaram-se em sua gestão. Por um lado, José Bonifácio entendia que o reconhecimento viria sem que o Brasil fizesse grandes concessões; afirmava que o Brasil seria “como os ‘chins’” da China, com um grande mercado interno que produzia bens básicos e que poderia prescindir, por algum tempo, dos bens de luxo da Europa, de modo que poderia barganhar o acesso ao mercado brasileiro em troca do reconhecimento pelas potências

européias. Por outro lado, José Bonifácio atuou de forma crucial para que a independência se tornasse um *fait accompli* a ser aceito pelos Estados da Europa; nesse sentido, recorreu a alianças externas, negociação interna e pressão a regiões insubordinadas.

Em relação às Américas, José Bonifácio enviou duas Missões a fim de angariar apoio contra pretensões recolonizadoras de Portugal. A Missão Correia da Câmara às Províncias Unidas, nesse sentido, buscava a superação das desconfianças mútuas e a configuração de um arranjo defensivo contra as ex-metrópoles. Por sua vez, aos Estados Unidos foi enviado o representante brasileiro “Cabugá”, que em 1817 procurara o apoio desse país à Revolução dos Padres em Pernambuco. Esse enviado contribuiu para a criação de uma imagem positiva do novo Império, o que foi somado às negociações, no Rio de Janeiro, entre José Bonifácio e o representante estadunidense, Peter Sartoris. Aquele perguntou a este se haveria intenções pacíficas dos EUA em relação ao Brasil e se o país estaria disposto a apoiar a independência brasileira. Tanto a Missão Correia da Câmara quanto os encontros com Sartoris tiveram resultados reticentes, mas demonstram a tendência de José Bonifácio de buscar coalizões para reforçar a posição do Brasil.

Nas relações com a Inglaterra, José Bonifácio envia a Missão Caldeira Brant a Londres, que não somente transmite uma mensagem de autossuficiência do Império brasileiro, mas que também recusa um empréstimo britânico (preferindo a emissão monetária) e questiona a validade dos Tratados de 1810, considerando que esse documento havia sido firmado pela ex-metrópole. Essa posição denota que José Bonifácio entendia que interessava à Inglaterra a independência brasileira e que havia poder de barganha a ser explorado. Tal comportamento no Eixo assimétrico era complementado pelas gestões para manter a ordem interna: José Bonifácio organizou o Exército Pacificador liderado por Labatut, que reprimiu a resistência na Bahia; organizou também a Marinha, sob a liderança de Cochrane, que contribuiu para submeter a região amazônica. Na Cisplatina, José Bonifácio entendeu a peculiaridade do caso e buscou negociar, mantendo Lucas Obes no Rio de Janeiro e propondo, na Assembleia Constituinte, que a Cisplatina fosse incorporada “por Federação”.

A segunda etapa do reconhecimento da independência inicia-se porque as políticas de José Bonifácio acarretaram sua própria queda. Por um lado, sua postura de autossuficiência desagradava a Inglaterra, que exercia influência considerável sobre a dinastia de Bragança dos dois lados do Oceano Atlântico. Por outro lado, a defesa de José Bonifácio da abolição gradual da escravidão, política que ele considerava necessária para a construção de uma nação forte, sofreu intensa oposição da base de apoio de D. Pedro, que era em grande medida a elite escravista do Centro-Sul do Império. Nesse sentido, a destituição de José Bonifácio representou a vitória dos interesses dinásticos sobre os que José Bonifácio considerava nacionais. Por esse motivo é possível tratar o período subsequente como relativamente coeso. A “segunda etapa”, conforme os termos de Rubens Ricupero, desconstruiu os esforços de José Bonifácio na busca de um reconhecimento internacional soberano, embora as medidas do Patriarca para a estabilização e manutenção da integridade territorial do Império tenham, em grande medida, perdurado e os reconhecimentos pelos EUA, pelas Províncias Unidas e por Reinos africanos como Benin já tivessem sido encaminhados.

Nas relações com as potências europeias, o reconhecimento passou a ser buscado com a mediação inglesa do reconhecimento português. Esse diálogo tripartite resultaria em acordo draconiano em que Portugal reconheceria o Império brasileiro com as seguintes

condições: indenização de £2 milhões, afastamento de pretensões brasileiras na África, aceitação de que tal acordo constituía “concessão” de Portugal e a nomeação de D. João VI como Imperador, em título, do Brasil, até sua morte. Tendo Portugal reconhecido o Brasil, a Inglaterra então pôde acertar seu reconhecimento, o que, entretanto, tampouco veio sem um preço. É certo que a Inglaterra arranhou para que o tratado de reconhecimento português não excluísse dom Pedro I da sucessão ao trono português, mas o preço disso foi a renovação dos Tratados de 1810, com a previsão de cláusula de Nação mais favorecida, taxa preferencial de 15% para produtos ingleses e a continuidade do estatuto do Juiz Conservador. Ademais, a Inglaterra impôs a continuidade da Convenção de 1817 sobre direito de visita e apresamento de navios negreiros e ainda arranhou para que o Tratado de 1827 prevísse o fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil em um prazo de 3 anos. Pago todo esse preço, as outras potências europeias seguiram o exemplo de Portugal e Inglaterra, promovendo o reconhecimento do Império brasileiro (embora houvesse alguns recalcitrantes, como Fernando VII de Espanha).

Rubens Ricupero está correto em fazer uma distinção clara entre dois períodos do processo de Reconhecimento da Independência do Brasil, pois a estratégia em cada um deles foi muito distinta. De todo modo, ambos os períodos contribuíram para a consolidação da emancipação brasileira. O primeiro, com a supressão de revoltas, negociação interna e externa. O segundo, por meio de concessões a Portugal e Inglaterra.

Érika Helena Campos – 28

O processo de independência do Brasil, segundo Rubens Ricupero, resultou em estratégia de reconhecimento do novo Estado, que se bifurca em duas fases: a primeira sob influência dos posicionamentos autônomos de José Bonifácio, a segunda sob o controle do próprio Imperador D. Pedro I, que optou por estratégia de política externa de viés continuista em relação ao período Joanino (1808-1822). De fato, o afastamento de José Bonifácio, um mineralogista que enxergava no Brasil o potencial para se erigir como uma nova civilização nos trópicos, determinou o rumo subserviente que tomaria a política externa brasileira em sua primeira fase de inserção no sistema internacional. D. Pedro I, ao não se desligar do *modus operandi* do *ancien régime* e da lógica geopolítica da metrópole portuguesa, lastreou a diplomacia do Primeiro Reinado nos interesses dinásticos da casa real de Bragança. Dessa forma, o esforço para a obtenção do reconhecimento da independência brasileira foi feito de forma a perpetuar no Brasil antigas dependências portuguesas em relação à Inglaterra e impediu que o Brasil elaborasse de forma autônoma sua estratégia externa entre 1822 e a década de 1840.

A proclamação da independência, em 1822, foi a culminação de um processo de afastamento entre portugueses da metrópole e reinóis transmigrados, associados à elite colonial do Sudeste, que se processou desde 1820, com a Revolução do Porto e o estabelecimento das cortes em Lisboa. A partir da proclamação, as ideias liberais que já circulavam ganharam ânimo, incorporadas pelo que se denominava “Partido Brasileiro”. Este incorporava, de forma ampla, os senhores de terra que viram na independência a chance de se libertarem do absolutismo português e se engajarem e comerciarem com diversos Estados. A Assembleia Constituinte, instalada em 1823, abrigava, predominantemente, esse grupo de interesse. Dentro dessa aristocracia da terra, destacava-

se José Bonifácio, nome da elite local que tinha uma proposta autônoma para a conformação do Estado brasileiro.

Defendendo a libertação gradual dos escravos, a abertura do Brasil para o mundo e até, pioneiramente, uma aproximação com as Províncias Unidas do Prata, Bonifácio atraiu a antipatia de seus concidadãos na Assembleia Constituinte e, não tardaria, seria expurgado pelo próprio Imperador a quem servia.

A celeuma em torno do projeto de constituição, que previa subterfúgio que levaria à exclusão dos portugueses do exercício da cidadania, somada às disputas entre ministro e imperador sobre o padrão de relacionamento a ser estabelecido entre o Brasil e Portugal, e as demais potências da época, levaram à demissão de Bonifácio e seu subsequente exílio. Em novembro de 1823, na noite da agonia, a Assembleia Constituinte é fechada. D. Pedro I e seus próceres da burocracia civil-militar lusa concentrariam o processo de formulação política que resultaria na Constituição outorgada de 1824 e na política externa predominantemente bragantina do Primeiro Reinado.

D. Pedro I, uma vez outorgada a Constituição de 1824, elabora junto a seu Conselho de Estado política externa que prioriza o reconhecimento da independência. Primeiramente, ocorrem negociações com Portugal, que terminam em impasse. Nesse momento, a Inglaterra, sob a liderança externa de George Canning, anseia pelo desfecho positivo dessas negociações. É relevante lembrar que, devido a tratados prévios, a Inglaterra havia se comprometido com a unidade do império português e com a exclusividade da legitimidade dos Bragança. Assim, tendo em vista o malogro das negociações luso-brasileiras, o Foreign Office oferece a mediação britânica, pelo que se dá a especificidade de o reconhecimento se dar de forma tripartite.

O reconhecimento por Portugal ocorre após negociação que foi mediada pelo delegado britânico Charles Stuart. Ficou acertado que Portugal concedia graciosamente a independência ao Brasil; que Don João seria imperador vitalício do reino; que o Brasil não aceitaria adesões por parte de reinos e colônias africanas; e que o Brasil deveria pagar indenização de 2 milhões de libras a Portugal - sendo uma parte correspondente às indenizações à Coroa lusa e outra à dívida que Portugal contraiu com a Inglaterra para financiar seu confronto com o Brasil, logo, uma dívida odiosa. Esse arranjo, claramente, gerou grande indignação na opinião nacional que testemunhou a vitória militar brasileira pela independência.

Com relação à Inglaterra, as concessões foram ainda mais desproporcionais. Como comenta Ricupero, o processo de reconhecimento que culminou nos tratados de 1827 reflete o paradigma dinástico que pautou as decisões de D. Pedro I. Ter reproduzido, em 1827, com o Brasil, o arcabouço normativo que vigorou no tratado entre Portugal e Inglaterra de 1810 demonstra anacronismo e inadequação por parte do Imperador.

Logo depois do reconhecimento por Portugal, Charles Stuart parte para o Rio de Janeiro, para negociar o reconhecimento britânico, nas bases da renovação dos tratados de 1810, que expiravam nesse momento. Stuart obteve do Brasil a tarifa favorecida de 15% *ad valorem*, acesso ao porto de Santa Catarina para redistribuição de mercadorias no Prata, o direito de visita a navios brasileiros e, após intervenção de Robert Gordon no processo, a renovação da extraterritorialidade (juiz conservador inglês). No tratado de amizade e cooperação, o Brasil comprometia-se a findar com o tráfico de escravos em três anos. Obviamente, os termos assimétricos e desproporcionais dos tratados indignaram os

brasileiros, pois nem as vantagens comerciais eram tangíveis, prevalecendo o que Oliveira Lima chamou de “reciprocidade cômica”.

Esses acordos com Portugal e Inglaterra foram possíveis porque, no momento do primeiro, o Parlamento estava ainda fechado, e, no segundo, o Parlamento estava vedado de agir. Pela constituição de 1824, tratados não precisavam ser aprovados pelo Parlamento, salvo se implicassem permuta territorial. Essa conjuntura, marcada pela insatisfação da elite escravocrata, que via um imperador português transigir livremente com seus interesses, determinaria a entropia do Primeiro Reinado.

A concentração do processo decisório de política externa nas mãos de um imperador que sequer havia renunciado ao direito de sucessão de Portugal alimentou a oposição liberal que tomou conta do Parlamento nas duas primeiras legislaturas. A decisão de D. Pedro I de ir à guerra na Cisplatina (1825-28) sem o respaldo da opinião pública nacional aprofundou ainda mais a [crise de]¹² legitimidade de D. Pedro que, apesar de dinástica, não mais se apoiava nas outras forças que compunham o Estado nascente.

A opção de D. Pedro I de defender, predominantemente, os interesses dinásticos comprometeu a inserção brasileira na ordem internacional até a década de 1840, quando os tratados de reconhecimento expirariam. O afastamento de Bonifácio, por sua vez, privou o cenário político brasileiro de ideias progressistas que levariam décadas para se reacenderem e transformarem a realidade nacional.

Coloco a resposta da banca ao meu recurso. Ainda que indeferido, acho interessante mostrar a indicação do que faltou na resposta da candidata, para que lhe fosse atribuída nota máxima.

Indeferido

CONTEÚDO

A nota reflete uma avaliação global da resposta do candidato, tendo em conta os elementos fundamentais de informação e análise esperados pela banca. A pontuação obedeceu a critérios tendo como parâmetros o desempenho ideal esperado do candidato quanto a contextualização; o respeito aos encadeamentos factuais e sua cronologia, de modo a demonstrar seu conhecimento do processo histórico. A Banca cumprimenta a candidata por sua resposta, refletida na nota 28, mas foram omitidos os acontecimentos de agosto de 1822 e as instruções para Caldeira Brant.

Luciano Prata Magalhães – 28

Rubens Ricupero divide o processo de reconhecimento da independência do Brasil em dois momentos, um com a participação de José Bonifácio e outro sem Bonifácio. A distinção de Ricupero é importante para a análise dos limites e das potencialidades de um processo negociador que tendeu a ser analisado posteriormente como extremamente concessivo aos interesses, principalmente, de Portugal e da Grã-Bretanha, sem que houvessem riscos reais à independência brasileira. Em uma primeira aproximação, é possível afirmar que Bonifácio buscou uma estratégia de afirmação do interesse nacional

¹² Omiti essa expressão no original.

ou, pelo menos, como o Patriarca entendia esses interesses, enquanto posteriormente interesses dinásticos são incluídos no processo negociador. A partir dessa afirmação simplificadora, é possível buscar explicitar os eventos de cada momento, bem como os métodos aplicados e os contextos interno e externo no qual interagem os principais atores.

A independência brasileira insere-se em um contexto de ruptura entre as elites portuguesas em Lisboa e as elites de brasileiros e portugueses “enraizados”, conforme a teorização de Maria Odila, no Rio de Janeiro. A independência não surge, a princípio, de um desejo de libertação do jugo colonial, mas sim de desencontros entre Lisboa e Rio sobre, primeiramente, o comando do Império luso-brasileiro e, em seguida, sobre o grau de autonomia de uma potencial Assembleia Brasileira. A intransigência lisboeta com relação a esse tema fez aproximar as oligarquias do centro-sul com D. Pedro I, o que levaria eventualmente ao rompimento com Portugal e a declaração do Império brasileiro. O Império deveria ser constitucional, conforme desejo das elites locais, apesar de alguma resistência de D. Pedro I e alguns burocratas do entorno da Coroa. As disputas a respeito do formato do Estado Imperial colocaram ideais “radicais”, simbolizadas pela atuação de Gonçalves Ledo, que defendiam maior descentralização do poder, liberais “centralistas”, capitaneados por Bonifácio e antiliberais, representados pelos apoiadores mais próximos de D. Pedro I. Não havia clareza nessa definição, nem as denominações apresentadas são consensuais na historiografia, mas essa divisão ajuda o argumento de que durante o processo de independência disputava-se internamente a forma do recém criado Estado brasileiro.

Com um projeto liberal centralizador, José Bonifácio foi o grande artífice da Independência. Intelectual santista de renome, formado nos moldes do reformismo esclarecido português, assim como fora a Geração de 1790 portuguesa, José Bonifácio teve papel fundamental para a articulação interna e externa da Independência. Em um ato que para os contemporâneos representou a própria emancipação, Bonifácio promulgou a “Carta às Nações Amigas” em que enunciava a efetiva liberdade da atuação política brasileira, bem como o interesse de inserção autônoma na comunidade das nações. Para dar suporte a emancipação política constituiu corpo diplomático, instruindo representantes a buscarem o reconhecimento do país, sem, contudo, realizar concessões excessivas. Dentre esses representantes, enviou instruções a Caldeira Brant para iniciar contatos com a Grã-Bretanha. No plano regional, o Patriarca vai buscar a aproximação com as Províncias Unidas do Prata, em articulação original do Americanismo enquanto proteção da independência, como viriam a fazer posteriormente Monroe e Bolívar. Provavelmente, esse movimento de José Bonifácio ensejaria o envio de Rivadavia de representante ao Rio de Janeiro para negociar a questão da Cisplatina, ocasionando o primeiro reconhecimento internacional do Brasil, ainda que informal e incompleto, ato seguido pelo reconhecimento dos reinos africanos de Onin e Odin e dos Estados Unidos.

José Bonifácio entendia, corretamente, que não haviam ameaças significativas à independência brasileira por parte da Grã-Bretanha, ainda que a aliança histórica com Portugal dificultasse o reconhecimento unilateral imediato. Bonifácio compreendia a importância do mercado brasileiro para a Grã-Bretanha e, por isso, permitia-se altivez no trato com os ingleses, o que trouxe inclusive o reconhecimento destes. Contudo, a percepção das potencialidades da nacionalidade, trazia, em seu âmbito, um projeto de país modernizador e centralizador, que começou a incomodar tanto liberais radicais que buscavam maior autonomia provincial, maior poder para o legislativo, quanto membros das

classes produtivas que discordavam de teses modernizadoras, que incluíam, em última instância, o fim da escravidão. Nesse contexto, o imperador aproveitou para afastar Bonifácio e fechar a Assembleia, assumindo tanto a condução da negociação pela independência quanto da constituinte.

O Imperador toma para si as rédeas da conformação do Estado brasileiro e, nesse contexto, ganha relevo os interesses da Cora e da dinastia. O reconhecimento da Independência pela Grã-Bretanha e também, por Portugal, que antes estavam garantidos pelo contexto fático da emancipação brasileira, passa a ser considerado como indispensável. Retomando a prática de subserviência à Grã-Bretanha, presente em muitos momentos da história portuguesa, o Estado brasileiro concederá em muitos temas, ressignificando a dependência à Grã-Bretanha, sem que houvessem os mesmos elementos matérias que a motivassem. Do mesmo modo, D. Pedro I, em negociações secretas, sem a participação do Parlamento, aceita negociar indenização à Portugal, mantendo o status de D. João, com proibição de aproximação com domínios portugueses na África, mesmo em um contexto de superioridade brasileira, em que a independência foi obtida autonomamente. O acordo com Portugal, a extensão das vantagens alfandegárias no Tratado de Amizade e de Comércio com a Grã-Bretanha e a aceitação da eliminação do tráfico negreiro, inclusive com a previsão de que o tráfico seria equiparado à Pirataria, somente podem ser compreendidos no imperativo de garantir a D. Pedro I espaço na Casa de Bragança.

A Grã-Bretanha atingiu todos os seus objetivos. Logrou manter a subordinação do Brasil, com privilégios alfandegários e políticos; ademais, obteve uma solução que era aceitável para seu aliado histórico, além de obter um compromisso para a eliminação do tráfico de escravos. O Brasil, por sua vez, teria de lidar com o que a nacionalidade tende a ver como um mal acordo, com graves impactos no orçamento público e com a manutenção da inserção de tipo agrário-exportadora, o que, de fato, correspondia aos interesses da elite da época. D. Pedro I, apesar de conseguir manter sua influência na política portuguesa, acabou minando as condições de continuar seu governo, o que ficaria evidente no momento em que o Parlamento foi reaberto em 1826, em plena Guerra da Cisplatina, em que líderes com Bernardo Pereira de Vasconcelos criticarão frontalmente as negociações secretas que levaram ao reconhecimento da independência.

É arriscado afirmar que, se Bonifácio tivesse continuado a frente do processo negociador, o Brasil teria obtido um melhor resultado ou um país diferente, mesmo porque o projeto de país do Patriarca tinha muita oposição internamente. Contudo, é fato que o primeiro momento do processo negociador da independência, conforme destacou Ricupero, demonstra que este poderia ter sido conduzido com maior altivez e autonomia e que haviam outras possibilidades aos tomadores de decisão da época.

Rafael Rodrigues Alves – 28

A proclamação da independência do Brasil insere-se em um contexto de crise geral do sistema colonial, que se explica, principalmente, pelo fato de que o avanço do capitalismo industrial liderado pela potência hegemônica da época, a Inglaterra, criava novas exigências em termos de expansão dos mercados consumidores e abertura comercial, exigências que tornavam insustentável a manutenção de vastos impérios coloniais de tipo

mercantilista, como era o império português. Essa realidade, sagazmente percebida por José Bonifácio, permitiu que o Patriarca da Independência esboçasse um projeto autonomista de inserção internacional do Brasil, respeitador da soberania e do interesse nacional. O projeto foi, entretanto, interrompido com a demissão de Bonifácio por D. Pedro I, cujos interesses pessoais e dinásticos foram preponderantes para determinar o rumo das negociações para a obtenção do reconhecimento da independência do país, ocasionando uma situação de inserção subalterna no sistema internacional.

Rubens Ricupero identifica duas etapas distintas no processo que levou as principais potências europeias a reconhecerem a independência do Brasil. De fato, o primeiro momento foi marcado pela atuação firme do Ministro da Guerra e dos Estrangeiros, José Bonifácio de Andrada e Silva, que já havia redigido, antes mesmo do 7 de setembro, o estratégico Manifesto às Nações Amigas, em que explicita que as intenções do Brasil, longe de serem hostis a Portugal e à dinastia Bragança, eram eminentemente pacíficas. Já se colocava Bonifácio na posição de quem arquitetava uma inserção positiva e legítima do novo país no sistema internacional, inserção que dificilmente criaria resistências insuperáveis. Ao contrário, sabia o Ministro que, consolidado o desenlace com Portugal, era do interesse imediato da Inglaterra, a maior potência econômica e militar da época, o pronto reconhecimento da independência brasileira.

Com efeito, após a abertura dos portos brasileiros, em 1808, e mais ainda após a celebração do Tratado de Comércio e Navegação entre Inglaterra e Portugal, em 1810, o Brasil chegou a assumir a posição de principal mercado para as exportações inglesas. Em 1822, a Inglaterra não poderia correr o risco de perder o acesso ao mercado brasileiro, caso não fosse reconhecida a independência do novo país. Por outro lado, apenas vínculos jurídicos e políticos com Portugal, cujas origens remontam a meados do século XVII, impediam a Inglaterra de reconhecer unilateralmente a independência brasileira sem a anuência portuguesa. Quando a Inglaterra enviou Stuart para mediar negociações tripartites entre Brasil, Portugal e a própria Inglaterra sobre os termos em que se dariam a independência, José Bonifácio sabia muito bem que o reconhecimento inglês era uma questão de tempo, ao qual inexoravelmente se seguiriam os reconhecimentos das demais potências. Essa primeira etapa do processo negociador foi, portanto, marcada por atitude firme de Bonifácio e dos negociadores brasileiros, que não se mostraram dispostos a fazer concessões desnecessárias nem à Inglaterra, altamente interessada em manter relações amistosas com o novo país e livrá-lo do jugo protecionista do colonialismo mercantilista lusitano, nem tampouco a Portugal, incapaz de sequer tentar retomar seu controle sobre o Brasil independente.

Essa atitude autonomista, pragmática e que resguardava a soberania nacional foi justamente um dos motivos que levaram à demissão de Bonifácio por D. Pedro, a quem interessava um processo rápido de reconhecimento da independência brasileira por parte de Portugal, da Inglaterra e das demais potências europeias. A urgência devia-se à priorização, por parte de D. Pedro, de seus interesses pessoais e dinásticos em detrimento de objetivos efetivamente determinados pelo interesse nacional. O pronto reconhecimento reforçaria a legitimidade interna e internacional do novo imperador e, o mais importante, dar-se-ia em condições que não desvinculariam totalmente D. Pedro do trono português, habilitando-o, inclusive, a pleitear, anos mais tarde, a sucessão de D. João, morto em 1826. Diante da leitura limitada das circunstâncias internacionais, D. Pedro fez prevalecer sua

agenda pessoal, substituindo não apenas Bonifácio, mas os demais negociadores brasileiros, por uma equipe de portugueses alinhados a seus interesses.

A fraqueza da posição negociadora brasileira a partir de então, que caracteriza a segunda fase do processo de obtenção do reconhecimento, foi viabilizada pelo estilo autoritário do imperador. Deve-se lembrar que em 1823, D. Pedro manda fechar a Assembleia Constituinte e outorga, no ano seguinte, a Constituição. Voltando a funcionar apenas quatro anos depois, o Parlamento sequer teve condições de opinar sobre os compromissos que estavam sendo assumidos pelo país em troca do reconhecimento.

E os compromissos foram, de fato, pesados e extremamente onerosos. Pagou-se a Portugal uma quantia de 2 milhões de libras, proibiu-se que territórios portugueses na África se unissem ao Brasil, declarou-se que a independência era uma concessão de D. João e não se desvinculou o imperador do Brasil dos direitos dinásticos portugueses. Tudo afrontava o interesse nacional, mas as concessões extraídas pela Inglaterra foram ainda mais graves e de repercussões muito mais duradouras, a ponto de o negociador inglês, Lorde Stuart, congratular-se com Canning, afirmando que eles haviam conseguido transferir para o novo país independente as mesmas relações de vassalagem que Portugal mantivera com a Inglaterra por mais de um século. Em 1826, assinou-se o tratado em que o Brasil, de forma subserviente, comprometia-se a terminar com o tráfico de escravos. No ano seguinte, foi a vez do tratado que renovava por mais 15 anos os privilégios alfandegários que haviam sido concedidos à Inglaterra em 1810. E à medida que cada potência europeia ia oficializando seu próprio reconhecimento da independência brasileira, os mesmos privilégios eram concedidos, enredando o Brasil em um verdadeiro sistema de tratados desiguais.

Essa postura equivocada, descolada do interesse nacional, que caracterizou a segunda fase do processo de negociação do reconhecimento, provocou uma situação que Amado Cervo chamou de “leilão da independência”, em que concessões excessivas foram outorgadas pelo Brasil com o objetivo de acelerar um processo que, diante das novas configurações do sistema internacional, mostrava-se inevitável. Esse primeiro fracasso da diplomacia nacional contrasta com as concepções esclarecidas, autonomistas e pragmáticas dos negociadores brasileiros liderados por José Bonifácio no estágio inicial das tratativas.

Pior nota

Anônimo - 15

O reconhecimento da independência do Brasil ante Portugal remonta de fatos ocorridos na virada do século XVIII para o século XIX. Nesse contexto, o aumento da importância relativa do Brasil em termos econômicos passou a influenciar o pensamento de membros da corte em Lisboa, no sentido de transferir a sede do Reino de Portugal para o atlântico sul, a fim de administra-lo mais eficazmente a partir do Rio de Janeiro. Em termos sistêmicos, a consolidação da fase expansionista da França imperial, sob o comando de Napoleão I, impeliu o então Príncipe-regente João a escolher entre permanecer em Portugal ou transferir a corte para o Brasil. Após o malogro de sua campanha militar contra a Grã-Bretanha, a França decidiu estrangular a economia britânica por meio do bloqueio continental. Diante do bombardeio britânico à Dinamarca, que havia decidido cumprir o decreto de Napoleão I, o príncipe-regente português optou por manter-se firme na aliança

com a Grã-Bretanha, cujo marco havia sido o Tratado de Methuen, de 1703. Com efeito, a corte portuguesa instalou-se no Rio de Janeiro em 1808, devido ao apoio britânico.

Com a transmigração da corte, de acordo com a análise de Maria Odila Dias, o Brasil passou a dispor tanto da proeminência econômica, como também do controle do aparato estatal português. Influenciado pelas ideias liberais do Visconde de Cairu, príncipe-regente João decidiu promover a abertura dos portos às nações amigas e revogar o alvará de proibição das manufaturas expedido por D. Maria I no século anterior. Por meio da abertura, era esperado o desenvolvimento de Portugal, na medida em que a consolidação tarifária era de 16% para produtos portugueses e de 24% para produtos de outros países. Interessada em manter sua posição de primazia sobre o mercado português (o qual incluía o Brasil), a Grã-Bretanha, por meio do Lorde Strangford, negociou dois instrumentos que garantiriam a posição britânica sem reciprocidade, na medida em que os produtos exportados por ela gozariam de 15% de tarifa.

Disposto a garantir sua posição no Congresso de Viena (1814-15), o príncipe-regente João elevou o Brasil à condição de Reino Unido, e foi coroado rei D. João VI no Rio de Janeiro. Relegado a segundo plano, o território português na Europa começou a orquestrar movimentos capazes de obrigar o retorno da corte portuguesa a Lisboa. Em paralelo, D. João VI iniciou um movimento de devolver a glória de Portugal por meio da constituição e um grande império nas Américas. Nesse sentido, as invasões portuguesas a Caïena (devolvida à França em 1817 em troca do reconhecimento do rio Oiapoque como limite com o Amapá) e as incursões na Banda Oriental do rio da Prata (posteriormente incorporada como província Cisplatina) demandaram recursos financeiros de grande monta.

As reações aconteceram tanto interna quanto externamente. Em 1817, a Revolução Pernambucana lutava contra o aumento excessivo de impostos em um contexto de rarefação do comércio de açúcar. Em Portugal, a Revolução Constitucionalista do Porto, na onda das revoluções liberais da década de 1820, exigiu o retorno imediato de D. João VI para jurar uma constituição. A fim de manter o status especial do Brasil, José Bonifácio despachou instruções específicas nesse sentido, contudo as cortes portuguesas desejavam o retorno do Brasil à situação de colônia. D. João VI retornou a Portugal, porém deixou seu filho, Pedro de Alcântara, como regente. Ciente da necessidade de garantir a posição do Brasil, Bonifácio passa a articular-se com as elites de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro para promover a independência da maneira mais controlada possível, com o intuito de preservar a unidade territorial e conter elementos dissidentes. Com efeito, o movimento de independência foi articulado em torno da figura de Pedro, um Bragança herdeiro do trono de Portugal.

Ainda nas reuniões da Assembleia Constituinte, Bonifácio começou a apresentar divergências entre seu projeto e os desígnios de D. Pedro I. A Constituição de 1824 foi, então, outorgada, de modo a demonstrar os desejos do imperador. Internacionalmente, conforme destaca Amado Cervo, o Brasil realizou uma leitura simplista de seu interesse nacional, ao eleger um objetivo estritamente estatal, o reconhecimento de sua independência, como sua meta-síntese. Com efeito, as negociações com as potências envolveram o reconhecimento a qualquer custo, de modo que a incipiente indústria existente e os interesses dos produtores agrícolas locais foram sacrificados.

O afastamento de Bonifácio é epítome dessa leitura limitada. Argumentos em favor do liberalismo da elite política negociadora não se sustentam, na medida em que houve

apenas uma concessão unilateral de benefícios comerciais em troca de um reconhecimento não ameaçado, porquanto Portugal não dispunha de meios e a Santa Aliança não conseguiria intervir sem Grã-Bretanha e França, as quais não eram contrárias à independência. Desde o Congresso de Verona, Londres apoiava incondicionalmente as independências nas Américas, com vistas a obter mercados para seus produtos industriais em regime especial. Sem embargo, no caso brasileiro, havia a necessidade de manter o apoio português com variável a ser considerada. Assim, Charles Stuart foi instruído a negociar primeiramente os interesses portugueses (preferências comerciais em tratado desigual e proibição de unificação com territórios africanos) para então representar os interesses britânicos. Com efeito, a percepção mais apurada do interesse nacional permitiu aos britânicos extrair a maior parcela possível em troca de um reconhecimento que nunca esteve de fato ameaçado, ao impor os mesmos termos dos tratados de 1810 com Portugal ao Brasil, além de obter vantagens para os portugueses, os quais haviam perdido sua colônia mais rica. Gradualmente, as demais potências firmaram reconhecimentos lastreados em termos semelhantes, de modo que se conformou o sistema de tratados desiguais, que incluía também os Estados Unidos.



Questão 2

Algumas interpretações da política brasileira após a Segunda Guerra Mundial são fragmentadas e tendem a encarar as relações exteriores do Brasil como mero reflexo da orientação dos Estados Unidos da América. (...) Uma avaliação desse período demonstrará o poder de barganha do Brasil diminuindo rapidamente, com a dificuldade de conduzir uma política autônoma sendo explicada tanto pela situação internacional quanto pelo equilíbrio político interno. (Gerson Moura. *Relações Exteriores do Brasil, 1939-1950. Mudança na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Brasília: FUNAG, 2012, p. 27 - com adaptações).

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, disserte sobre a influência das modificações sistêmicas internacionais nas relações exteriores do Brasil no período presidencial de Eurico Gaspar Dutra e sobre a influência da situação da política doméstica do Brasil na condução de sua política externa no mesmo período.

Média: 26,57 amp. / 23,86 cotas negros

Desvio padrão: 2,20 / 3,35 cotas negros

Larissa Ferreira da Silva – 29

O governo de Eurico Gaspar Dutra teve lugar em período de grandes alterações sistêmicas, tanto no âmbito interno como no âmbito externo. No governo Vargas, o Brasil alinhou-se aos Estados Unidos, participando de forma ativa na Segunda Guerra Mundial, o que lhe proporcionou projeção no cenário regional e internacional. Em razão disto, o país também participou das conferências internacionais que formaram a ordem internacional posterior, e na qual já se anunciava a conformação da dinâmica da Guerra Fria. No plano interno, a incongruência entre a ditadura de Vargas e a luta pela democracia contra as potências do Eixo levou à redemocratização do país, consubstanciada na eleição de Dutra e na promulgação da Constituição de 1946.

Uma das principais características da ordem do pós-guerra foi a consolidação dos Estados Unidos como potência mundial, líder do mundo livre. O Brasil, em razão da sua aliança estratégica com a superpotência durante a guerra, decidiu-se pela manutenção do alinhamento que, entretanto, não gerou recompensas para o país. No pós-guerra, a América Latina e o Brasil passaram a ocupar lugar secundário na agenda americana, que volta sua diplomacia e seus recursos econômicos para a Europa e para a Ásia. Apesar do ponto IV de Truman apontar para possível cooperação, esta não se efetivou em termos substanciais. No Brasil, a Missão Abbink ficou aquém do esperado, gerando poucos resultados na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos já no governo Vargas. A orientação americana passa a ser de que os recursos para o desenvolvimento deveriam advir da iniciativa privada, e para atraí-los, os países periféricos deveriam promover política econômica liberal. Conquanto tenha insistido na noção de uma aliança especial com os Estados Unidos, o Brasil também

envidou esforços de inserção na ordem liberal nesse momento, sendo que nenhuma das iniciativas ensejou os resultados esperados.

No plano econômico, o governo Dutra busca alinhar as políticas brasileiras ao liberalismo proposto pelos Estados Unidos. No plano interno, isto se coaduna com o processo de urbanização e desenvolvimento industrial, que fortalece uma classe social cujos interesses se harmonizam com o liberalismo. Nesse sentido, a política externa de Dutra mantém o compromisso assumido na Conferência de Bretton Woods de manutenção do câmbio valorizado e de livre comércio, o que é possível graças à ilusão de divisas provenientes da guerra, mas que não perdura em todo seu governo. Em face dos amplos déficits há reversão dessa política ainda que sem a retirada do compromisso internacional. Durante o governo Dutra também é negociado o GATT e a frustrada criação da OIC, ocasião em que o Brasil novamente se alinha aos interesses ocidentais. Entretanto, já nesse período começa o desenvolvimento de posições mais autônomas no âmbito econômico, como demonstram as manifestações reivindicando ajuda ao desenvolvimento e a criação da CEPAL no âmbito da ONU, apesar das manifestações contrárias americanas.

A ONU foi a indicação mais forte da crescente importância do multilateralismo na ordem internacional, tendo o Brasil prontamente se engajado nesse âmbito. O Brasil participa ativamente da Conferência de São Francisco por meio de sua delegação chefiada por Cyro Freitas do Valle, buscando influenciar a configuração do sistema onusiano. Apesar de não ter conseguido assento permanente no Conselho de Segurança, é eleito membro rotativo do órgão. Ademais Oswaldo Aranha tem participação destacada na organização, presidindo a primeira Assembleia Geral. Já nesse momento, o Brasil se mostra engajado no multilateralismo, enquanto tenha adotado política de alinhamento aos Estados Unidos e aos países europeus, votando sempre de acordo com esses países nas resoluções da Assembleia Geral. Esse fator está relacionado à auto-percepção brasileira enquanto país ocidental capitalista que deveria agir de acordo com esse bloco. Nesse sentido, o país apoia o colonialismo europeu, o que causa estranhamento em razão do seu passado colonial. Por outro lado, também nesse âmbito já há indicação de defesa do interesse nacional, como mostram as iniciativas que buscam reforçar o ECOSOC e também as preocupações do país com a questão da tecnologia nuclear.

Um dos fatores primordiais da política externa brasileira de Dutra foi o combate ao comunismo, o que teve relação com fatores internos e externos. O anti-comunismo ferrenho de Dutra levou o presidente a romper as relações recentemente restabelecidas com a União Soviética e a colocar o partido comunista brasileiro na ilegalidade, cassando seus membros que haviam sido eleitos. Essa política foi além da recomendação americana, demonstrando a aversão interna à ameaça comunista e a busca da identificação com o Ocidente Capitalista. Tratava-se de questão de segurança nacional, linha que foi de orientação tanto da política interna como da externa.

No âmbito regional, o governo Dutra também buscou uma política orientada pelo alinhamento aos Estados Unidos, visto como fator de prestígio, e pela luta contra o comunismo. Desde a conferência de Chapultepec, o Brasil busca liderar esforços latino-americanos de colaboração com os Estados Unidos dentro de um novo sistema internacional, tendo inclusive defendido a extensão de convite à Argentina para a Conferência de São Francisco. O Brasil busca posição de intermediação dos Estados Unidos com a América Latina novamente ao sediar a conferência que ensejou a criação do TIAR em 1947. Nessa conferência já pode ser notada preocupação quanto à ameaça comunista, a

qual orienta as relações intercontinentais por longo tempo. Também é criada a OEA em 1948, sob a liderança dos Estados Unidos, garantindo a influência preponderante desse país sobre todo o continente. O conflito leste-oeste, que se acirra no momento, domina a pauta da política externa brasileira, ao contrário do que ocorre na Argentina que, apesar de aderir ao TIAR, adota posição mais autônoma em outros temas e busca desvencilhar-se da influência americana em temas econômicos, por exemplo. No Brasil esse conflito é associado à crescente divisão da sociedade entre entreguistas e nacionalistas, a qual se acirra ao longo da República Democrática e contribui para o cenário do golpe civil-militar de 1964.

A política externa brasileira no governo Dutra foi marcada pelo alinhamento aos Estados Unidos e ao Ocidente, o que perdurou até a Política Externa Independente. As expectativas iniciais brasileiras de ganhos de prestígio e de auxílio ao desenvolvimento frustraram-se, apesar da percepção inicial de que o Brasil estava bem posicionado no pós-guerra, em razão da sua atuação no conflito. A aliança com os Estados Unidos não gerou os benefícios esperados, conforme apontou o memorando da frustração do chanceler Raul Fernandes. No âmbito regional e multilateral, a experiência que o Brasil adquiria na participação em foros internacionais possibilitou o desenvolvimento de expertise diplomática, a qual foi bem aproveitada em períodos posteriores.

Matheus Machado Hoscheidt – 29

O governo de Eurico Gaspar Dutra marca a entrada do Brasil na Guerra Fria. Nesse período, dadas as significativas modificações sistêmicas internacionais, cabe analisar seus impactos nas relações políticas domésticas. De modo análogo, é preciso atentar para as dinâmicas políticas internas que definiram a política externa do primeiro presidente da República Liberal.

No pós Segunda Guerra Mundial, inicia a dinâmica de consolidação de blocos da Guerra Fria. Com a Guerra Civil da Grécia, o governo Truman definiu o Plano Marshall para buscar barrar a expansão do comunismo na Europa. Com a expansão do plano para todos os países da Europa Ocidental, o plano transformar-se-ia no maior pacote de ajuda já visto até então. Após o telegrama secreto de George Kennan, o anúncio da Doutrina Truman em 1947 consolidou a dinâmica da chamada Guerra Fria Clássica. Nesse contexto, Dutra buscou marcar seu alinhamento com o bloco ocidental. Desde a Segunda Guerra Mundial, em face do sucesso da barganha da equidistância pragmática de Vargas, o governo brasileiro afirmou-se como subscrito à ordem de Bretton Woods dos países ocidentais. Com o fim da Guerra, o país subscreveu-se também à Ata de Chapultepec sobre a defesa continental. Mais tarde, no Rio de Janeiro, Dutra foi entusiasta do TIAR. Em Bogotá, além disso, o país afirmou-se como membro fundador e atuante da OEA, que substituiu a União Pan-Americana.

O alinhamento brasileiro visava receber contrapartidas por parte do governo americano, a exemplo do Plano Marshall para a Europa e do Plano Colombo para a Ásia. Nesse sentido, na sequência das Missões Taub e Cook, o ministro Otávio Bulhões promoveu a vinda de estudiosos econômicos americanos na chamada Missão Abbink. Essa missão ficaria encarregada de analisar potencialidades econômicas da economia sul-americana. Ao fim de seus trabalhos, entretanto, apenas recomendou a criação da Comissão

Mista Brasil-EUA de Desenvolvimento Econômico, a qual passaria a atuar durante o governo Vargas. Em termos de financiamento, a parceria com os EUA mostrou-se insuficiente, o que ensejaria o envio do chamado “memorando da frustração” ao embaixador americano no Rio de Janeiro por parte de Raul Fernandez, chanceler do governo Dutra. A tentativa falhada de conseguir contrapartidas econômicas deveu-se, também, a uma interpretação equivocada das prioridades geopolíticas americanas no pós Segunda Guerra. Com a expansão soviética no leste, com a Guerra Civil Grega e com a Revolução Chinesa em 1949, os EUA priorizou a ajuda econômica e a contenção securitária na Europa e na Ásia, nos marcos da OTAN e da OTASE.

O cenário de Guerra Fria encontrou seu paralelo na política doméstica por meio do combate ao comunismo. Com a Lei Agamenon Magalhães e a volta do pluripartidarismo, UDN, PSD e PB iriam se consolidar como os principais partidos nacionais. No final do governo Vargas, após soltar Luis Carlos Prestes, o PCB também ganhou novo ensejo. Nas eleições de 1945, por exemplo, foi o quarto partido mais votado, e o mandato de Prestes apenas não superou o número de votos de Vargas. Em ânsia anticomunista, Dutra promoveu o fechamento do PCB e a cassação de seus mandatos, restringindo a atuação da esquerda a alas incipientes do PTB. Em face disso, e depois de protestos de políticos soviéticos, Dutra romperia também as relações diplomáticas com a União Soviética. Esse rompimento não se deu com base em pedido dos EUA, os quais nunca romperiam relações com os soviéticos. A partir de 1947, a luta comunista seria intensificada por meios não partidários, a exemplo do conteúdo de radicalização do Manifesto de Prestes de 1948 e do Manifesto de Agosto de 1950.

A influência americana, que teve novo ensejo durante o governo Dutra, seria ampliada pela via institucional dos militares, de que Dutra fazia parte como general. Em 1949, cria-se a Escola Superior de Guerra, com base na preparação de Salvador César Obino no National War College americano. Essa instituição seria a base posterior da Doutrina de Segurança Nacional dormulada por Golbery do Couto e Silva, fortemente influenciado pelo combate à ameaça comunista. A luta contra o comunismo ficaria clara, outrossim, na recusa brasileira em reconhecer a China comunista em 1949 – o que também não foi feito pelos Estados Unidos.

A adesão de Dutra à ordem estabelecida pelas potências ocidentais no pós-guerra fundamentou também a recusa do governo em afastar-se dos marcos de Bretton Woods. Ao longo da primeira metade de seu governo, em face da adesão ao padrão dólar-ouro, ocorreu uma forte perda das reservas internacionais acumuladas durante a Segunda Guerra Mundial. Ao invés de desatrelar o cruzeiro do dólar, o governo Dutra preferiu apenas adotar as guias de importação e, assim, restringir a capacidade de importar do país. Além da questão econômica, destaca-se o início da cooperação tecnológico-científica com os EUA, com a criação do CNPq logo no final do mandato do general.

A atuação em política externa do governo Dutra teve importantes determinantes internos e externos. Externamente, destaca-se a formação do bloco ocidental e das instituições desse bloco no contexto de Guerra Fria. No plano interno, destaca-se a redemocratização pós-Vargas e a consolidação do primeiro longo período de pluripartidarismo com partidos de base nacional. Diferentemente da Primeira República, os partidos pós-Vargas consolidaram, progressivamente, sua base de sustentação social. Nesse contexto, Dutra, do PSD, fora eleito com apoio parcial do PTB, o qual, fruto do trabalhismo e do queremismo, não teve tempo hábil para lançar candidatura própria. Nesse

sentido, ao longo de seu mandato, Dutra perdeu, progressivamente, seu apoio nas alas do PTB, além de, obviamente, recrudescer a atuação extraoficial do PCB. A UDN, que teve Eduardo Gomes como candidato concorrente de Dutra, consolidou, outrossim, cada vez mais, seu papel de oposição política à direita.

O memorando da frustração de Raul Fernandes resume os parcos resultados da política que Mônica Hirst chama de “alinhamento sem recompensas”. De fato, as recompensas americanas ao governo pró-EUA do continente viriam, de forma ainda insuficiente, a partir do Ponto IV do discurso de reeleição de Truman em 1949. Ao final da década de 1950, após visita marcada por protestos de Nixon à América Latina e após a Revolução Cubana, o contexto de Guerra Fria permitiria maiores retorno nos marcos da OPA. Com Dutra, portanto, o alinhamento não rendeu frutos, dada a prioridade estratégica atribuída à luta anticomunista na Europa e na Ásia durante os primeiros anos da Guerra Fria.

Pedro Henrique de Sousa Zacarias – 29

As relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos representaram eixo prioritário da política externa ao longo do governo de Eurico Gaspar Dutra, sendo diretamente impactadas pelos câmbios observados em nível sistêmico, relacionados à emergência da ordem bipolar da Guerra Fria. Nesse contexto, a política externa de Dutra costuma ser caracterizada em termos de alinhamento automático aos EUA, ainda que este não tenha rendido as recompensas inicialmente esperadas pelo país. O imperativo da luta anticomunista foi incorporado pelo Brasil tanto em sua política interna como em suas relações exteriores, de modo que o mesmo não esteve dissociado das estratégias desenvolvimentistas em curso no país, desde o início da década de 1940.

Com a ascensão de Gaspar Dutra à presidência, em 1946, o Brasil esperava, fundamentalmente, a manutenção da relação especial com os EUA, gestada ao longo da 2ª Guerra. Com a participação brasileira no conflito e a conseqüente inserção do país na ordem multilateral emergente, por meio da adesão à Carta da ONU na conferência de São Francisco, e às instituições de Bretton Woods, FMI e Banco Mundial, além do GATT (diante da impossibilidade de constituição da Organização Internacional do Comércio), o Brasil supunha gozar de posição privilegiada junto a Washington. Nesse sentido, não faltaram demonstrações de adesão do governo ao americanismo ao longo da presidência de Dutra. Este foi, inclusive, o primeiro chefe de Estado brasileiro a realizar visita oficial àquele país (a visita de D. Pedro II, em 1876, havia sido a título pessoal).

No plano hemisférico, a orientação americanista da política externa traduziu-se em apoio irrestrito ao processo de institucionalização do Panamericanismo no pós-guerra. A celebração do TIAR, em conferência realizada em Petrópolis, em 1947 (“Pacto do Hotel Quitandinha”) simbolizou o entusiasmo brasileiro com a proposta norte-americana de segurança coletiva. A criação da OEA, na Conferência de Bogotá, de 1948, seria a consolidação desse projeto, inserindo o continente sob a égide da hegemonia norte-americana.

Esse processo foi pautado, em grande medida, pela emergência da ordem bipolar que, sobretudo a partir de 1947, oporia o bloco ocidental capitalista, capitaneado pelos EUA, ao bloco comunista, sob liderança da URSS, ao longo da Guerra Fria. A “cortina de

ferro” que, como observara Churchill, separava a Europa em blocos antagônicos obrigou a reavaliação da estratégia norte-americana em termos geopolíticos, a qual teve na doutrina de contenção, proposta, entre outros, por George Kennan, um de seus pilares principais. Com o combate ao comunismo alçado a prioridade da política externa norte-americana, o alinhamento do Brasil ganhou contornos cada vez mais ideológicos, assinalados tanto em posições em foros internacionais como na política doméstica.

O anticomunismo de Eurico Gaspar Dutra não foi, contudo, uma escolha de ocasião, mas característica importante de seu perfil político. No âmbito interno, destaca-se, nesse sentido, a opção pela ruptura das relações com a URSS, em 1947, na esteira de episódios envolvendo supostas críticas de Moscou ao Brasil em veículos da imprensa, e a proscricção do Partido Comunista Brasileiro, após breve interregno de legalidade entre 1945 e 1947. A presença dos comunistas na cena política interna havia sido explicitada pela votação expressiva do PCB nas eleições de 1945, com a eleição de Prestes como senador e com cerca de 10% dos votos para o candidato comunista às eleições presidenciais, Yedo Fiúza. Com efeito, o avanço anticomunista do governo Dutra superou, em alguma medida, o próprio engajamento norte-americano (a ruptura com a URSS, por exemplo, foi decisão unilateral do Brasil).

Entretanto, não convém dissociar o “alinhamento ideológico” do governo Dutra dos propósitos mais pragmáticos de desenvolvimento nacional. Ao Brasil, interessava a obtenção de apoio norte-americano, preferencialmente sob a forma de investimentos oficiais, em prol de projetos desenvolvimentistas, a exemplo do que ocorrera, em 1942, com a criação da CSN, em Volta Redonda. Destaca-se, a esse respeito, a vinda da Missão Abbink ao país, em 1948, que identificou a existência de gargalos infraestruturais e prescreveu uma série de medidas institucionais, sem, contudo, garantir investimentos oficiais, pois os EUA demonstraram preferência pela atuação de investimentos privados no país. Não escapava à diplomacia brasileira a discrepância dessa dinâmica em relação ao tratamento dado à Europa Ocidental no âmbito do Plano Marshall, por exemplo. A doutrina Trumann, elaborada em 1947 para fazer frente à nova realidade bipolar, legava à América Latina importância secundária. O chamado “Ponto IV”, que propunha a oferta de assistência técnica como forma de combate ao comunismo nos países necessitados, foi a iniciativa que oferecia maiores oportunidades aos desígnios brasileiros, a despeito de suas limitações. Foi sob a égide do Ponto IV, por exemplo, que o Brasil acordou, já ao final do governo Dutra, a criação da Comissão Mista Brasil-EUA, que entraria em operação no governo Vargas.

A referida aliança sem recompensas aos EUA orientou, ainda, a postura brasileira em importantes discussões no âmbito da ONU, a exemplo do apoio brasileiro ao Plano Baruch, sobre contenção da proliferação nuclear, ou às operações militares na Grécia e na Turquia. Entretanto, os poucos resultados concretos desses esforços, observados por Raul Fernandes no “memorando da frustração” entregue ao embaixador norte-americano, favoreceram a paulatina revisão desse alinhamento, nos anos posteriores.

Conforme observa Gerson Moura, a compreensão do alinhamento de Dutra ao paradigma americanista da política externa deve ser matizado pela dissolução das condições sistêmicas que haviam, em período anterior, favorecido a barganha, bem como pela dinâmica política interna. Dessa forma, como, diante do contexto de bipolaridade da Guerra Fria, os EUA não precisavam do Brasil da mesma forma que à época do esforço de

guerra aliado, a adesão brasileira ao anticomunismo não rendeu os frutos esperados pelo país, o que favoreceria a formulação posterior de estratégias mais autônomas.

Sarah Cruz Ferraz - 29

O governo Eurico Gaspar Dutra iniciou-se sob o signo do imediato pós-II Guerra Mundial. Enquanto, no plano internacional, erigiam-se as instituições multilaterais que conduziriam a uma nova ordem internacional, no plano doméstico, tinha início o primeiro período plenamente democrático do país. Ao longo desse governo, a emergência de um sistema bipolar bem como a formação de grupos políticos com visões de mundo distintas no plano interno exerceriam influência relevante sobre a condução da política externa brasileira.

A participação ativa do Brasil na II guerra Mundial trouxe consequências relevantes para a política doméstica e para a política externa do país. Nesse sentido, o combate, ao lado das potências aliadas, contra o autoritarismo nazifascista, acentuou as contradições internas da ditadura varguista e contribuiu para o processo de redemocratização em 1945. Nas eleições presidenciais verificou-se, de forma inédita, ampla participação popular e o país apresentou, pela primeira vez, a formação de partidos nacionais com projetos e visões distintos. Foi significativo, por exemplo, o ganho político e eleitoral do PCB, o qual conquistou número relevante de cadeiras parlamentares e 10% dos votos para seu candidato à presidência Yedo Fiúza, a despeito de ter permanecido a maior parte do tempo, desde a sua fundação, na ilegalidade.

No âmbito internacional, a vitória das forças Aliadas levou à consolidação, no plano institucional, do multilateralismo de cunho liberal capitaneado pelos EUA. Antes mesmo do fim das hostilidades, na Conferência de Bretton Woods, estabelecia-se a arquitetura básica do sistema financeiro mundial que consolidava, no plano institucional, a hegemonia do dólar norte-americano sob a forma do padrão dólar-ouro. Essa arquitetura financeira seria completada, ainda que sem a criação de uma instituição, com a assinatura do Acordo GATT em 1947. No plano político, a fundação das Nações Unidas, em 1945, seria o marco fundamental para a estruturação de um sistema multilateral de segurança coletiva. Paralelamente a esse avanço institucional, desfeita a aliança conjuntural entre a URSS e as demais potências aliadas, reemergiram as divergências entre os dois sistemas políticos opostos e teve início, a partir da Doutrina Truman (1947), o conflito bipolar.

O Brasil, dentro dessa conjuntura internacional, pautou sua política externa pelo americanismo e pelo engajamento ativo nas instituições multilaterais que se formavam. A exitosa aliança com os EUA durante a Guerra, a qual contribuiu para a modernização das Forças Armadas brasileiras e para projetos considerados vitais para o desenvolvimento industrial do país era vista, nos anos iniciais do Governo Dutra, como fundamental para o país. Desse modo, o Brasil adotou, nos anos iniciais do governo, políticas econômicas liberais e consoantes com os compromissos assumidos em Bretton Woods. No contexto do confronto ideológico da Guerra Fria que então se desenhava, o Brasil posicionou-se, de forma inequívoca, ao [lado do]bloco de poder Ocidental liderado pelos EUA. Não por acaso, o Brasil participou ativamente da constituição do sistema multilateral hemisférico, sediando a Conferência que levou à assinatura do TIAR e participando da Conferência de Bogotá, a qual criou a OEA.

Internamente, a política doméstica do governo Dutra parecia sintonizar-se com os enfrentamentos ideológicos da Guerra Fria. Com base nos dispositivos da lei Agamenon Magalhães, que obrigava os novos partidos a terem caráter nacional, foi efetuado o fechamento do PCB e a cassação dos mandatos dos parlamentares eleitos sob essa sigla. Também foram efetuadas perseguições aos movimentos sindicais e restringiu-se o direito de greve. Em 1947, como reflexo mais da conjuntura interna de combate ao comunismo que por determinação externa, o governo Dutra rompe relações diplomáticas com a URSS, dois anos após tê-las estabelecido.

Essa postura americanista do governo Dutra, embora tenha permanecido como linha fundamental de ação da política externa brasileira ao longo de todo o período, não ficou imune à adoção de postura demandante por parte do Brasil em relação à principal potência hemisférica. A partir de 1947, quando os ditames da Doutrina Truman ganham contornos efetivos por meio de financiamentos a espaços estratégicos como a Europa Ocidental (Plano Marshall) e Ásia (Plano Colombo), a América Latina e o Brasil, considerados pelos EUA como “áreas de baixa pressão”, se veem preteridas na recepção de ajuda para o desenvolvimento. Ciente desse novo contexto internacional, a diplomacia brasileira adotará postura demandante tanto no âmbito bilateral, quanto no âmbito multilateral.

Em que pesem as interpretações recorrentes do governo Dutra como submisso aos ditames da política externa dos EUA o que se percebe, especialmente na segunda metade do seu governo, é um posicionamento ativo para a conquista de apoio efetivo do governo estadunidense ao projeto desenvolvimentista nacional. No plano multilateral, percebe-se esse ativismo em prol do desenvolvimento, por exemplo, na Conferência de Havana de 1948, na qual discutia-se eventual criação de uma Organização Internacional do Comércio (OIC). No plano bilateral, os esforços brasileiros levaram à vinda da Missão Abbink, a qual teve poucos resultados práticos, e à constituição, no apagar das luzes do governo Dutra, da Comissão Mista Brasil-EUA (CMBEU). Foi marcante, também, a entrega, por parte do chanceler brasileiro Raul Fernandes, do chamado “Memorando da Frustração”, o qual reconhecia os avanços tímidos no fornecimento, pelos EUA, de recursos financeiros para a promoção do desenvolvimento nacional.

Ao longo do Governo Dutra, foram desfeitas as ilusões de continuidade do relacionamento especial com os EUA construído no contexto da II Guerra. Ao mesmo tempo em que mantinha sua firma opção pelo Ocidente capitalista e combatia internamente o movimento comunista, o governo Dutra vai assumindo, progressivamente, postura demandante frente aos EUA. No âmbito multilateral, o país procurou participar ativamente da construção das novas instituições balizadoras da nova ordem internacional liberal.

Pior nota

Anônimo - 19

O fim da Segunda Guerra Mundial ensejou modificações sistêmicas que afetariam as possibilidades da política externa brasileira no governo Dutra. Nesse sentido, haveria grande ênfase norte-americana para a reconstrução europeia, com o plano Marshall, e na Ásia, onde ocorrera a revolução comunista chinesa em 1949 e eclodia a guerra da Coreia.

Nesse contexto, a América Latina era considerada área estável, onde ocorreram processos de redemocratização, além de haver manutenção de acordos que manteriam estabilidade nos relacionamentos bilaterais, reforçados com a criação da OEA e do TIAR, em 1948 e 1947. Essa alteração não fora inicialmente entendida pelo governo, que lidava, internamente, com dificuldades econômicas, ensejando a adoção de medidas ortodoxas recessivas, além do afastamento do PTB da base do governo. Conseqüentemente, aspectos externos e domésticos influenciaram a condução da política externa do governo Dutra, que tentaria manter os benefícios da aproximação com os EUA do governo anterior, mas sem excluir outras opções.

Externamente, a América Latina deixara de ser compreendida pelos EUA como região com instabilidades ou oposições, como fora vista a neutralidade argentina, chilena e boliviana durante grande parte da Segunda Guerra Mundial. As percepções da essencialidade do Brasil e de suas áreas estratégicas, com as bases militares instaladas no Nordeste e no Sul, também foram reduzidas. Comparativamente, a situação europeia, com avanço dos partidos comunistas nas eleições do pós-guerra, além da consolidação soviética, que podia expandir-se para a Grécia, era percebida com maior preocupação imediata, havendo a criação da OTAN, além do plano Marshall. O governo Truman, com a política do Ponto IV, daria maior ênfase para a Ásia, em que a presença comunista era compreendida como mais perigosa, não somente na Coreia, mas também em países como a Malásia, sendo essencial, de acordo com a teoria do dominó, o fortalecimento de aliados como as Filipinas, Coreia do Sul e Japão. Os benefícios direcionados ao Brasil, na Segunda Guerra, como o lend & lease e os acordos de Washington, conseqüentemente, seriam mais aspectos conjunturais do que uma tendência permanente de aproximação. Deve-se ressaltar, também, que os EUA haviam concluído acordos militares semelhantes com países vizinhos, de forma que não houvera, necessariamente, um tratamento preferencial ao Brasil.

Em contrapartida, os ânimos da diplomacia acerca da aproximação com os EUA na Segunda Guerra ensejariam a expectativa de continuidades. Nesse sentido, o Brasil sediaria a conferência para o tratado do TIAR, no ano de 1947, em Petrópolis. O Brasil seria, também, membro fundador da OEA e, durante sua presença como membro não permanente no Conselho de Segurança, recusaria propostas soviéticas que condenavam interferências de países europeus. Apesar disso, o país não conseguiria manter a continuidade dos investimentos estadunidenses, que rapidamente se direcionariam a outras áreas, gerando a perda de divisas que haviam sido acumuladas na Segunda Guerra, porquanto o Brasil aderira ao câmbio fixo estabelecido em Bretton Woods.

Conseqüentemente, houve rápida deterioração da situação do balanço de pagamentos em um contexto no qual o governo tinha adotado medidas anti-inflacionárias, gerando insatisfação com os rumos da economia em comparação com outras regiões do mundo. Além disso, o governo Dutra afastaria-se do PTB, formando coalisão com a UDN, alterando as dinâmicas iniciais do governo domesticamente. No entanto, pode-se afirmar que houve estabilidade, principalmente devido ao apoio dos militares, que, em 1949, estabeleceriam a Escola Superior de Guerra, cujas perspectivas de segurança coletiva coadunavam-se com a posição americanista num momento inicial. O caráter ideológico seria marcante para a proibição de greves e na aplicação do atestado de ideologia nos sindicatos, havendo repressão aos comunistas, acabando por suscitar o rompimento das relações com a URSS, em que pese não ter havido pressões dos EUA nesse sentido. As

vitórias eleitorais do PCB nas eleições, em que Prestes fora eleito senador e o desconhecido Yedo Fiúza alcançara 10% dos votos para presidente, acentuavam tensões de temor aos comunistas, causando o banimento do PDB. Há, nesse sentido, evidente ligação entre a política externa e a doméstica, porquanto foram as críticas a esse ato por um jornal soviético que embasariam o rompimento das relações.

O governo brasileiro celebraria, ainda, acordos com os EUA, referentes a atividades nucleares e a areias monazíticas, além de prever o estabelecimento de uma comissão mista, que somente se concretizaria no governo seguinte. Esses acordos não dariam o retorno esperado e provocariam o envio do Memorando da Frustração de Raul Fernandes, em que ele indicava a quebra de expectativas presentes na diplomacia brasileira. Haveria, então, a adoção de uma perspectiva mais crítica, a exemplo do discurso de Neves da Fontoura em 1951, indicando a necessidade de promoção do desenvolvimento na América Latina, a fim de impedir-se a expansão de ideias comunistas. Similarmente, haveria busca de aproximação com países vizinhos, com a assinatura de tratados de comércio.

No âmbito doméstico, a alteração da postura ortodoxa na economia ocorreria com a adoção de um sistema de guias de importação, limitando o livre comércio. Haveria, também, certo afrouxamento dos gastos e a proposição do plano SALTE de investimento, mas que somente seria aprovado no final do governo, tendo poucos resultados além da hidrelétrica de Paulo Afonso, no Nordeste. Apesar do temor aos comunistas, com o surgimento dos chamados “comandos de caça” por civis, haveria a sensação crescente de que a segurança coletiva, instalada pelo TIAR e pela OEA não ofereciam os mecanismos necessários para o desenvolvimento do país. A retomada do crescimento econômico europeu ensejaria, também, uma perspectiva menos atrelada aos EUA, apesar das constantes tentativas de aproximação. Desse modo, o governo Dutra se absteria de comprometer o Brasil em uma presença militar na guerra da Coreia, posição confirmada pelos militares. Dessa forma, a atuação nacional no conflito restringiria-se ao envio de alimentos e de matérias-primas. A aproximação militar, apesar de comissões bilaterais, se enfraqueceria diante da não importância estratégica conferida pelos EUA, tendo esse país se negado a financiar à manutenção de bases criadas na Segunda Guerra.

Desse modo, o governo Dutra foi paradigmático ao entendimento diplomático da necessidade de iniciativas com outros países, além da ênfase no desenvolvimento, mas sem comprometimento das relações com os EUA, a exemplo da CMBEU no governo Vargas. A divisão Leste-Oeste e os conflitos ideológicos dariam lugar a uma maior ênfase a uma perspectiva Norte-Sul, ressaltada pela OPA no governo Juscelino Kubistchek aduz-se que o período do governo Dutra foi, portanto, de adaptação às novas situações sistêmicas do pós-guerra, consoante a própria delimitação da guerra fria, inicialmente, mais conflituosa e que se estabilizaria com a Détente. O inter-relacionamento da política doméstica e externa também seria característico de momentos posteriores, a exemplo da polemica relacionada ao acordo militar Brasil-EUA como fator de instabilidade no segundo governo Vargas. O entorno regional, com o peronismo, também se mostraria mais presente, incentivando a aproximação com o Paraguai. Dessa maneira, o governo Dutra foi um momento de adaptação da diplomacia pátria consoante mudanças no sistema global.



Questão 3

O colapso da Primeira República e de seus arranjos políticos, que excluía outras forças sociais que não viessem das oligarquias rurais tradicionais, não se deu pela sonhada revolução proletária de anarquistas e comunistas. Os algozes do regime foram as próprias dissidências oligárquicas aliadas a uma parte importante dos “tenentes”, os jovens militares rebeldes. Mas o encontro das dissidências oligárquicas com os “tenentes” não foi direto e rápido. Foi fruto de uma série de articulações políticas feitas a partir de 1927. (Marcos Napolitano. História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: contexto, 2016, p. 86).

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo que sintetize o processo de colapso da Primeira República ao longo da década de 20 do século XX, abordando, necessariamente, a Política dos Estados como sustentáculo da República Oligárquica, o movimento tenentistas e o salvacionismo militar.

Média: 19,09 amp. / 18,00 cotas negros

Desvio padrão: 1,47 amp. / 1,21 cotas negros

Felipe Ferreira Marques – 20

Os anos de 1920 assinalam a crise do arranjo oligárquico que havia sustentado a Primeira República. Em função das dissidências oligárquicas, do avanço do tenentismo e do salvacionismo militar, a Política dos Governadores arquitetada por Campo Sales entrou em crise. Esses fatores possibilitariam a constituição da Aliança Liberal e a queda de Washington Luís, tendo como estopim o assassinado do vice de Getúlio Vargas, João Pessoa, da Paraíba. Finalmente, é preciso destacar que a crise de 1929 também se destaca como elemento desestabilizador do modelo econômico agroexportador que sustentou o regime oligárquico de 1889 até 1930.

A crise da Política dos Governadores concorreu para a crise da Primeira República. Campos Sales arquitetou um esquema política que reduzia as discordâncias entre a União e os Estados e favorecia a alternância das oligarquias no poder, sobretudo de Minas Gerais e São Paulo. No contexto do voto aberto, os partidos acionavam a máquina eleitoral com vistas a assegurar as sucessões oligárquicas, processo no qual se destaca a figura dos coronéis no âmbito local e das trocas de favores. Deve-se ressaltar, todavia, que, devido às dissidências oligárquicas, esse processo de alternância foi desafiado de forma sistemática, principalmente nas eleições de Hermes da Fonseca, em 1910, de Artur Bernardes, em 1922 e de Júlio Prestes, em 1930. Mesmo do ponto de vista institucional, o ideal da política dos governadores foi questionado, como ficou claro com a fundação do Partido Democrático em São Paulo, em 1926, que desafiava a hegemonia do Partido Republicano Paulista. As dissidências políticas seriam fundamentais para a fundação da Aliança Liberal no contexto das eleições de 1930 e seu desfecho.

A ideologia tenentista e o salvacionismo militar também se inserem no rol de fatores que levariam ao início da Era Vargas. Nas acirradas eleições de Artur Bernardes, em 1922, foi expressiva a manifestação dos tenentes em desfavor das oligarquias. O movimento dos dezoito do forte insere-se nesse contexto de protesto. Os tenentes, além da forte retórica oligárquica, apresentavam forte caráter nacionalista e autoritário. O movimento ganharia notoriedade com a Coluna Prestes, que percorreria o território nacional e daria maior visibilidade ao ideário tenentista. Com o tenentismo, passava-se a considerar o recurso à força como mecanismo de mudança política. Igualmente, surgia a ideia do salvacionismo militar, isto é, de que caberia ao Exército o dever moralizante, mesmo que fosse necessário recorrer às armas. O movimento tenentista foi tão expressivo que Artur Bernardes governou durante quase todo seu mandato em estado de sítio. Fortalecia-se, assim, a crença de que a participação do exército seria imprescindível para o fim do regime oligárquico.

O contexto eleitoral de 1920 foi o estopim que levou ao colapso da Primeira República. Washington Luís, em detrimento dos mineiros, escolheu Júlio Prestes para sucedê-lo como candidato – um paulista considerado estratégico para os planos valorizadores do café. Como resultado, as cisões oligárquicas aprofundaram-se. Fundou-se, nesse contexto, a Aliança Liberal que lança a candidatura de Getúlio Vargas, com o apoio de cisões do Partido Democrático de São Paulo, de parte de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e da Paraíba. Ainda assim, mormente em função da máquina eleitoral do PRP, Júlio Prestes venceu as eleições de 1930. Todavia, o resultado das eleições é contestado. O pretexto encontrado foi o assassinato de João Pessoa, vice de Getúlio que foi transformado em mártir. Em resposta, Getúlio articulou-se às Forças Armadas, apoiado no ideário tenentista e no salvacionismo, disposto a tomar o poder pela força na suposta Batalha de Itararé, que nunca ocorreu. Como resultado, o regime oligárquico recebeu seu golpe fatal.

Por fim, cabe menção à crise de 1929. Como pontuou Celso Furtado, a crise de 1929 expôs a fragilidade da economia agroexportadora e dos planos de valorização artificial do café, que eram a base econômica de sustentação do regime. Os planos valorizadores, os empréstimos internacionais para mantê-los e para consolidar a dívida – a exemplos do “funding loan” – e as desvalorizações cambiais garantiam a renda dos cafeicultores, mas também promoviam a socialização das perdas e os avanços da inflação, o que reduzia a qualidade de vida das camadas médias urbanas. A crise de 1929 acentuou a descrença no modelo agroexportador e contribuía para a difusão dos ideários anti-oligárquicos.

Um balanço geral indicaria que um intrincado rol de fatores concorreu para a crise do sistema oligárquico que caracterizou a Primeira República. Estão entre eles a crise da Política dos Governadores, as cisões e dissidências oligárquicas, o avanço do tenentismo e do salvacionismo militar e a crise de 1929. Esses fatores, somados ao contexto eleitoral de 1930 e ao assassinato de João Pessoa, levaram ao fim do regime oligárquico que, entre avanços e recuos, vigorou entre os anos de 1889 e 1930. (766 palavras)

Bruno Palazon Imperato – 20

Após a “década do caos”, como caracteriza R. Lessa, que marcou o início da República brasileira (1889 – 1898), as elites dirigentes, especialmente do PRMG e do PRP, sob a liderança de Campos Salles (membro do PRP e presidente de 1898 a 1902)

construíram um sistema político amparado na “Política dos Estados”, ou “dos governadores”. Segundo Lessa, esta política criava nova “rotinização” da política interna, após a “desrotinização” que o fim do Segundo Império (1840-1889) ocasionou. Nesse sentido, a fragilização dessa política, bem como os fatores militares do tenentismo e do salvacionismo hermista, estará na base do processo de colapso da Primeira República, ao longo da década de 1920.

Inicialmente, cabe compreender que a “Política dos Governadores”, como também explica Lessa, era composta [por uma “Técnica Política” e por “valores substantivos”. A primeira remetia ao sistema criado por Salles para garantir o poder das oligarquias dominantes em cada estado da federação. Os governadores garantiam o apoio ao governo central em troca do apoio do executivo central, tanto em termos econômicos (investimentos e vantagens) quanto durante as eleições, já que a comissão verificadora de mandatos do Congresso Federal, controlada pelo presidente da legislatura anterior, que com C. Salles passava a ser um governista garantido, fazia a “degola” de candidaturas opositoras que, mesmo ante o ferrenho controle oligárquico, conseguiam votos. Assim, apenas os candidatos dos partidos dominantes eram confirmados. Já os “valores substantivos” eram uma desideologização política, quicá uma homogeneização da política nacional, respaldando o sistema. Junto a isso, como ressalva V. Nunes Leal, o voto de cabresto e o coronelismo, comandado pelos líderes locais dessas oligarquias dominantes, mantinham uma estabilidade política, na qual a participação popular era mero referendo especioso.

Comandada por Minas Gerais, que contava com o maior eleitorado, e por São Paulo, que contava com a maior economia, a “Política dos Estados” foi sustentáculo da Primeira República. Seriam justamente as rugas entre as oligarquias desses estados, no contexto da eleição presidencial de 1912, que fragilizariam pela primeira vez a nova rotina política do Brasil republicano. Não encontrando consenso em uma candidatura para 1912, o PRMG e o PRP romperam o pacto oligárquico. São Paulo e o PR baiano apoiaram a candidatura “civilista” de Ruy Barbosa (que teve 1/3 dos votos totais) e o PRMG e a maior parte das demais oligarquias apoiaram o candidato do Partido Republicano Conservador (PRC), Hermes da Fonseca. Hermes, ex-ministro da guerra de Afonso Pena (1906-1909) e responsável pelas primeiras missões militares do Brasil à Alemanha, que dariam subsídios aos “jovens turcos”, foi marcado pelo “salvacionismo”. Esse “salvacionismo” de intervenções militares federais junto às oligarquias que não obedecessem os desígnios do governo central, como no caso do governador Accioly e do vice, Padre Cícero, na Bahia. Nesse contexto, a “Revolta de Juazeiro”, liderada por Cícero, ao ser vitoriosa contra o governo central, marcou o início do fim do “salvacionismo”, ao menos sob Hermes da Fonseca. O progressivo descontrole, como viam os líderes do PRMG e do PRP, do governo Hermes da Fonseca, motivaram a reunificação das oligarquias e um restauro do pacto.

Em 1922, ante a vitória de Arthur Bernardes (PRMG) nas eleições presidenciais, e de uma suposta e inverídica carta na qual Bernardes desmerecia o exército, motivaria o retorno do espírito dos “jovens turcos” e dos princípios do salvacionismo. As revoltas tenentistas de 1922, “18 do forte”, e de 1924, “Revolta de Miguel Costa”, em SP, bem como a coluna Costa-Prestes, 1924-1927, marcavam a insatisfação das baixas patentes do estamento militar, não somente com a hierarquia militar, como explica J. M. de Carvalho, mas principalmente com o domínio oligárquico da política. Como caracterizou Mário de

Andrade, toda a sociedade, e não só os Modernistas de 1922, estava imbuída de um “espírito destruidor” e contrário às velhas oligarquias. Esse espírito, ante o novo atrito oligárquico pela eleição de 1929 à presidência, subsidiariam a candidatura da Aliança Liberal (Getúlio Vargas) e a posterior Revolução de 1930, que iniciou a Era Vargas, amparada tanto no tenentismo quanto no salvacionismo.

Por questões de ordem social e política, o pacto oligárquico iniciado por Campos Salles não resistiu à ruptura de 1929, ocasionando a deposição de Washington Luís (1930) e o início do governo Vargas. Por fim, a crise econômica de 1929 apenas complementaria um processo de colapso das bases oligárquicas que já estava em curso.

Observações do autor

1 – Quase todos os erros de português e de conteúdo foram mantidos (só foram alterados aqueles erros que impediam a compreensão do texto).

2 - Como escrever tudo isso em apenas 60 linhas? Canetas de ponta fina (0.6 mm), letra pequena, compressão de palavras (as palavras foram escritas de forma completa para o guia, mas um bom exemplo dessa compressão é: população = pop.) e “double-deckers” (escrever em dois andares na mesma linha; não sempre, mas sempre que for necessário para incluir novas informações lembradas a posteriori).

Lauro Grott – 20

A Primeira República iniciou-se sob o signo da "década do caos", segundo Renato Lessa, o que prenunciava os problemas vindouros. A partir do governo Campos Sales, o governo nacional passou a ser regido pela Política dos Estados, segundo a qual o governo federal concedia benefícios aos presidentes da província, enquanto estes garantiam votos nas eleições presidenciais. Nesse sistema, destacava-se o revezamento de poder entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, o qual não ocorreu sem revezes e contestações. Argumentava-se que o aspecto descentralizador da República e a falta de fiscalização acarretavam corrupção e ineficiência, o que foi o mote para a criação do movimento tenentista e para o desenvolvimento do ideal de salvacionismo militar.

Ao longo da década de 1920, o sistema político implementado na I República sofreu diversos abalos. Nas eleições presidenciais para o mandato de 1922, surgiu dissidência ao eixo político MG-SP, que nomeara Artur Bernardes para concorrer à presidência. A Reação Republicana – nome do bloco dissidente – nomeou candidato próprio e, em que pese Bernardes ter vencido, significou que o sistema não funcionava a contento. A política dos Estados funcionava com base no atendimento dos interesses de oligarquias, e estas sempre disputavam pelo poder.

Os tenentes condenavam esse sistema. O movimento tenentista surgira com base na perspectiva de soldado-cidadão, segundo José Murilo de Carvalho, a qual era de fundamento positivista e propugnava a participação do Exército na política. Os tenentes eram contra práticas retrógradas, como o voto aberto, e a forma como se garantiam as eleições, por meio do coronelismo, o qual simbolizava o encontro de interesses entre oligarquias decadentes e a necessidade de votos do presidente de província. É nesse sentido que surgiria o salvacionismo militar, o qual visava a salvar o Brasil de mazelas políticas e

sociais que o acometiam desde o Império e, por que não, desde o período colonial. Os tenentes, em suma, queriam moralizar a República.

O tenentismo, dessa forma, ameaçava o sistema político vigente tanto por querer exterminá-lo quanto em razão de causar dissidências no âmbito do próprio Exército. Se os tenentes eram soldados-cidadãos, seus superiores eram soldados-profissionais, formados na perspectiva militar alemã, à qual eles aderiram quando o barão do Rio Branco enviou-os à Alemanha para treinamento. Estes não acreditavam na intervenção política do Exército e condenavam o tenentismo.

Aliado a esses motivos, os tenentes sublevaram-se em razão da estagnação no avanço da carreira militar e, a partir de 1922, partiram para movimentos concretos, como a revolta do Forte de Copacabana, o levante de Isidoro Dias e a coluna Miguel Costa-Prestes, a qual marchou pelo país propagando o salvacionismo militar e condenando os vícios da República. No governo Bernardes, o mandato praticamente inteiro ocorreu sob estado de sítio.

Em que pese a relativa contenção do tenentismo e a manutenção da Política de Estados, a Primeira República sofreria golpe fatal na sucessão presidencial de Washington Luís, quando houve nova dissidência oligárquica. Nas eleições, Luís, que era paulista, nomeia outro paulista para a corrida presidencial, Júlio Prestes. Surge dissidência em que Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba nomeiam Getúlio Vargas para chefe do Poder Executivo. Vargas perde as eleições, mas, em razão do assassinato de João Pessoa, desencadeia-se processo que culminaria com a Revolução de 1930. O homicídio fora passional, porém foi utilizado como escusa em favor do fim da Política dos Estados, da qual tanto os tenentistas quanto as oligarquias insatisfeitas discordavam.

Em razão do tenentismo e das dissidências, a "colmeia oligárquica" (Lessa) entrou em colapso na Primeira República. A longo prazo, a Política de Estados não se sustentava, na medida em que se baseava em práticas retrógradas e que não abarcava todos os interesses presentes no cenário político nacional. A Revolução de 1930 ocorreu com o fim de sanar esses vícios, o que, em verdade, não ocorreu. Se o Estado passou por processo centralizador na década de 1930, como meio de substituir a Política dos Estados e orientar o desenvolvimento nacional, nem todas as mazelas deixaram de existir. O voto passou a ser secreto, mas continuou a ser utilizado como meio de troca. A corrupção, que o salvacionismo militar dos tenentistas visava coibir, teve curso continuado nos anos seguintes.

Fabio Coelho Caetano Baptista - 20

A Primeira República caracterizou-se por um início e um fim extremamente conturbados. Os anos entrópicos da República da Espada apenas seriam superados plenamente no governo Campos Sales, com as consolidações econômica, sob a forma do Funding Loan, e política, sob a Política dos Estados. A "Invenção Republicana", na expressão de Renato Lessa, seria testada de diversas formas ao longo de sua existência. O mais sério teste e aquele que redundaria em sua derrocada, seria feito, progressivamente, ao longo de toda a década de 1920, em que se observaram as profundas convulsões sociais e políticas originadas do movimento tenentista. A impossibilidade de conjugar, constantemente, todos os interesses das oligarquias estaduais redundaria, em 1930, na

queda da Primeira República pelas mãos da Aliança Liberal, cujos integrantes estavam longe de ser os anarquistas e comunistas a que faz referência Marcos Napolitano.

A fim de compreender o colapso da Primeira República, deve-se considerar que a estabilidade política do regime somente foi garantida por meio da Política dos Estados, ou Política dos Governadores. O arranjo consistia, essencialmente, em um entendimento entre o governo federal e as elites locais dos Estados que garantia que ambas as partes fossem mutuamente beneficiadas. Quando das eleições nos Estados, em que o voto era público, os chefes locais, em sua maioria coronéis, apoiariam os candidatos do governo e incentivariam o voto popular por meio da entrega das mais variadas benesses materiais. O governo federal, em troca, executaria os projetos de interesse das oligarquias, protegendo seus projetos de poder. A última instância de controle eleitoral, a Comissão Verificadora de Poderes, era encarregada de “degolar” os candidatos oposicionistas que eventualmente obtivessem a eleição. Essa sistemática de controle funcionou razoavelmente bem durante os primeiros anos em que foi implementada, mas logo suscitou questionamentos por parte de militares e das classes médias, cujos interesses eram diversos daqueles das elites locais.

Naturalmente, não se deve conceber os militares como um grupo único e monolítico, já que a divisão entre a alta e a baixa oficialidade era evidente, muitas vezes até mesmo em termos políticos. Nesse sentido, a progressiva consolidação dos interesses dos grupos de militares de patente inferior redundou na formação do denominado movimento tenentista, que se opunha aos desmandos e à corrupção dos setores oligárquicos, exigindo reformas substanciais. O salvacionismo militar também constitui expressão típica da caserna durante a Primeira República. Nos momentos em que o Pacto Oligárquico não funcionava a contento, como durante a eleição de Hermes da Fonseca, era natural de que o Presidente da República buscasse dar voz aos anseios militares pela limitação dos jogos de poder perpetrados pelas elites estaduais, nomeando interventores que deveriam governar as províncias por um período de tempo delimitado.

Como se pode perceber, a Primeira República já dava sinais de desgaste mesmo antes da década de 1920. Nesse período, contudo, as insatisfações dos militares tenentistas e das oligarquias estaduais insatisfeitas explodiriam em uma série de eventos que acabaria por eliminar o regime. Arthur Bernardes governaria por quase todo o seu mandato em estado de sítio, em decorrência dos movimentos e das colunas formadas pelos tenentistas, que não hesitavam em se contrapor ao governo federal. Além dessa instabilidade constante, o regime republicano teria de se conciliar com o fato de que era impossível agradar a elites estaduais tão diversas como as de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e do Nordeste a todo o tempo. Em ocasiões pretéritas, as dissensões entre elas haviam poupado o regime republicano, mas não havia garantia de que isso continuaria a ocorrer. A fagulha gerada pelo movimento revolucionário desencadeado pela Aliança Liberal representaria apenas a culminância das contradições e das fortes instabilidades sobre as quais se sustentava o regime republicano oligárquico.

A implantação da República no Brasil revelava a nítida contradição de se implementar uma forma de governo que preza pela neutralidade diante do patrimônio público em uma nação que, segundo Sérgio Buarque de Holanda, era caracterizada pelo favor e pelo cunhadismo. Por meio de estratégias de cooptação dos poderosos locais, o governo central logrou impor o federalismo a uma nação de dimensões continentais, ao custo da eliminação da moralidade. As críticas a essas práticas, realizadas por setores militares, redundaram no questionamento violento, amplo e aberto ao regime durante a

década de 1920. As origens do colapso da República Velha, como se pode perceber, vinculam-se à sua concepção.

Pior nota

Anônimo - 15

Após a chamada “década do caos”, conforme propõe Renato Lessa, as oligarquias brasileiras buscam estruturar o controle sobre o poder político, mediante mecanismos de coordenação para perpetuação de seus interesses no poder. Não obstante, a existência de divergências de objetivos entre as elites estaduais, bem como a ascensão de novos grupos, em decorrência das rápidas transformações por que passava o país, provocam o progressivo declínio da Primeira República, até seu efetivo colapso com a Revolução de 1930.

Diante da percepção da existência de disputas interestaduais pelo poder, a presidência de Campos Sales firmara mecanismo que assegurava o controle do exercício político pelas principais oligarquias, em fenômeno conhecido como Política dos Estados. Tratava-se da disputa prévia dentro dos partidos estaduais e da definição da liderança que sucederia o presidente em exercício, evitando, desse modo, que as demais camadas sociais participassem do processo político de forma mais direta e representativa. A instituição da Comissão de Verificação de Poderes assegurava válvula de escape caso os procedimentos anteriores fossem insuficientes. Nesse sentido, os deputados que não apoiassem a presidência de turno não seriam aprovados e empossados pelo presidente da Comissão, que era o membro mais antigo da legislatura anterior. Assim, por meio da chamada “degola”, mantinha-se o controle do poder político nas mãos das elites econômicas. Esses mecanismos seriam reforçados em 1919, com o chamado Pacto do Hotel Gloria, que, na verdade, corresponde ao ápice da Política dos Estados e do poderio das oligarquias de São Paulo e Minas Gerais. A despeito de controvérsias sobre a real existência de uma “política do café-com-leite”, é inegável que representantes dessas duas oligarquias foram majoritariamente os ocupantes da presidência, apesar de se verificarem eleições com efetiva disputa, como a própria de 1919, em que formara a Aliança Republicana, demonstrando as fissuras no chamado pacto oligárquico.

A essas dimensões, soma-se a emergência de novos grupos sociais, em grande medida, formados pelo processo de urbanização e industrialização que começava a se verificar em 1917 e 1919, demonstrando a formação de um proletariado. Embora o anarcossindicalismo tivesse maior presença inicial, funda-se o Partido Comunista Brasileiro, que também é reflexo da influência dos imigrantes chegados no país. Além do operariado, começa-se a delinear uma classe média urbana, sobretudo, em São Paulo, que daria origem ao Partido Democrático. Assim, no marco do centenário da independência brasileira, as celebrações são conturbadas pela expressão dessas novas classes sociais e de seus interesses, bem como das manifestações culturais novas do Modernismo, representadas pela Semana de Arte de 22.

Ademais desse contexto de indiscutíveis turbulências, destaca-se a relevância da atuação dos tenentes na esfera política, em meio ao fortalecimento da ideia de soldado-corporação. Adquire grande importância a tese, influenciada pelo positivismo, do chamado salvacionismo militar, que apregoava a responsabilidade dos militares por recolocar o país no caminho adequado, uma vez que os civis seriam incapazes de fazer essa condução.

Diante disso, os militares passam a recuperar experiências passadas de sua liderança como modelo para o exercício da presidência no novo contexto, inspirando-se, por exemplo, no florianismo. A partir dessa perspectiva, desenrola-se, na eleição de 1922, um processo que constitui o início do movimento tenentista. Por meio do episódio das cartas falsas, em que se atribuiu a Artur Bernardes supostas críticas ao ex-presidente e Marechal Hermes da Fonseca, os militares opõem-se à candidatura daquele, verificando-se grande agitação no Clube Militar. Em paralelo, oficiais de menor patente começam a se mobilizar para marchar pelo país em busca da deposição do presidente Epitácio Pessoa e da impossibilidade, posteriormente, de posse por Artur Bernardes. A junção das colunas saídas do sul e de São Paulo sob o nome de Prestes-Costa, embora tenha fundado importante movimento que contribuiu para o colapso da Primeira República, encontrou dificuldades para mobilizar a população do interior do país.

O movimento que culminou com a Revolução de 1930 e ascensão da Aliança Liberal ao poder, com Getúlio Vargas à frente, é reflexo dos desafios enfrentados para manutenção dos mecanismos de controle do poder pelas principais oligarquias do país diante das transformações vividas por esse, notadamente, pela emergência de novos grupos sociais.



Questão 4

O governo nunca foi derrotado eleitoralmente ao longo de todo o Segundo Reinado. A alternância partidária no poder foi sempre ditada pela intervenção do Poder Moderador. A elite política imperial empreendeu bom número de modificações na legislação eleitoral, visando assegurar a “verdade eleitoral”. Nenhuma dessas reformas foi bem-sucedida. As denúncias de violência, manipulação e fraude foram frequentes e dominaram os debates políticos. Para os contemporâneos, eleições se caracterizariam pela reiterada falsificação dos princípios do governo representativo.

Eleições, contudo, não eram encenações ou eventos destituídos de significado, tampouco se deve inferir que o insucesso das reformas institucionais determinou o modo como as eleições foram travadas e ganhas pelo governo. (Fernando Limongi. Revisitando as eleições do Segundo Reinado: manipulação, fraude e violência. In: Lua Nova, São Paulo, 91: 13-51, 2014, p. 46-7 - com adaptações).

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca das eleições no Segundo Reinado. Em seu texto, aborde as reformas eleitorais efetivadas nesse período.

Média: 12,65 amp. / 7,43 cotas negros

Desvio padrão: 2,87 amp. / 2,75 cotas negros

Bruno Rodrigues Teixeira – 17

O sistema eleitoral do Império continha inúmeros problemas que possibilitaram fraudes e a tendência à criação de Parlamentos hegemônicos com baixa participação da oposição. As reformas eleitorais não conseguiram resolver esses dois grandes problemas, em grande parte.

As eleições no Segundo Reinado, desde o início, foram caracterizadas por fraudes e por mecanismos de coerção, conforme ocorreu já nas primeiras eleições após o golpe da Maioridade, que ficaram conhecidas como “eleições do cacete”. Desde esse episódio, ficou claro que seria o Poder Moderador o responsável por arbitrar as disputas intraelites, pois o Imperador, após as denúncias generalizadas de fraude, derruba o gabinete liberal e institui um conservador. É certo, porém, que desde a década de 1840, houve tentativas de aperfeiçoamento do sistema eleitoral. Em 1846, reforma aumenta os requisitos de renda dos votantes de 100\$000 para 200\$000, medida que deveria limitar o número de votantes mas que acaba sendo inócua em razão dos efeitos corrosivos da inflação.

Mesmo com a atuação do Poder Moderador no arbitramento de conflitos intraelite, fato é que desde o Tempo Saquarema, verificou-se tendência de hegemonia de um partido no Parlamento em razão do sistema de voto em Listas. A hegemonia saquarema, nesse sentido, dar-se-á por um lustro com a quase ausência de parlamentares liberais no

Parlamento imperial. Essa situação representava um problema porque a incapacidade de a oposição chegar ao poder poderia levar a que elites recorressem a outros métodos, como o fizeram em 1942, quando liberais se insurgiram em Minas Gerais e São Paulo após a derrubada dos liberais pelo Imperador. Nesse sentido, o Marquês do Paraná formou o Gabinete da Conciliação, com a presença tanto de conservadores quanto de liberais, e instituiu duas mudanças fundamentais que extinguíram o voto em lista. Por um lado, o estabelecimento do voto distrital permitiu que políticos das localidades não articulados nacionalmente pudessem eleger-se ao Parlamento. Por outro, a instituição das inelegibilidades dificultou o uso da influência que os magistrados tinham para reeleger-se indefinidamente. Essas duas mudanças permitiram o aumento do número de profissionais liberais e de oligarquias locais no Parlamento, o que significou uma ascensão dos Liberais, que a partir de 1962 conquistaram o Gabinete e, aliando-se a certos conservadores moderados, instituíram a Liga Progressista.

Essas mudanças do gabinete da Conciliação não resolveram a longo prazo, porém, o problema da hegemonia de um partido no Parlamento. Durante o Gabinete do Visconde do Rio Branco, portanto, este instituiu a Lei do Terço, que separava 1/3 da Legislatura a candidatos opositoristas. Essa medida por certo possibilitou alguma diversidade no Parlamento Imperial, mas não foi acompanhada de ações que visassem a eliminar o problema estrutural das fraudes eleitorais, que perpassaram todo o Segundo Reinado. Um Gabinete Liberal buscou tratar essa questão em 1881; a Lei Saraiva, nesse sentido, recorreu a maior seletividade do eleitor, por meio da instituição do censo literário. Diferentemente da Lei de 1846, essa medida não poderia ser inutilizada pela ação corrosiva da inflação; de fato ela foi capaz de reduzir consideravelmente o número de eleitores que passou de 10% para cerca de 1% da população. Além disso, a Lei Saraiva extinguiu o sistema de duas fases, eliminando a diferenciação entre votantes. O argumento dessa lei estava fundado na suposição de que eleitores com alguma educação seriam menos propensos a fraudes eleitorais.

As reformas eleitorais não lograram corrigir as amplas fraudes nem o problema da renovação e circulação de políticos no Parlamento, renovação que em grande medida continuou sendo gerida pelo Poder Moderador. Além disso, a reforma final instituiu a exclusão do analfabeto do eleitorado, medida que perduraria no período republicano.

Pedro Henrique de Sousa Zacarias – 17

Conforme assevera Fernando Limongi, as eleições foram, ao longo do 2º Reinado, eventos significativos na política doméstica, a despeito das críticas feitas à prática disseminada da fraude eleitoral. Desde o início daquele período, a partir das “eleições do cacete” de 1841, na qual a vitória dos liberais foi marcada pelo amplo recurso à força e à violência, o Império demonstrou preocupação com o aperfeiçoamento da dinâmica eleitoral.

O exercício eleitoral fora disciplinado na Constituição de 1824 conforme os preceitos liberais da época: o voto era censitário e indireto, com diferentes exigências de renda para “votantes” e “eleitores” (estes iriam, efetivamente, eleger o deputados), além de exigências maiores de renda para candidatar-se aos cargos do legislativo. Nesse sentido, uma primeira reforma eleitoral de relevo ocorreu em 1846, quando foram atualizados os

critérios de renda para as eleições. Não obstante, é preciso destacar que o acesso aos direitos políticos era consideravelmente mais disseminado no Brasil do que em outros países, como a Inglaterra, por exemplo, onde as exigências eram maiores.

Com a criação, a partir de 1847, do cargo de Presidente do Conselho de Ministros, o Poder Moderador passou a atuar de forma mais incisiva, com a faculdade de dissolver o Parlamento. Consubstanciou-se, desse modo, o que Nabuco de Araújo chamaria de “parlamentarismo às avessas” do sistema brasileiro. O Parlamento, atuando como “caixa de ressonância”, nos termos de J. M. Carvalho, da sociedade, estava, assim, condicionado tanto pela dinâmica eleitoral como pelo Poder Moderador do Imperador.

Nesse contexto, o período da conciliação, capitaneado por Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês do Paraná, introduziu reforma eleitoral de relevo, com a Lei dos Círculos Eleitorais, de 1855. Por meio desta, buscou-se atender a demandas de membros do Partido Liberal por maior representação. Com essa lei, foi introduzido o voto distrital no país, com cada “círculo eleitoral” podendo eleger um representante (posteriormente, em nova reforma, esse número seria aumentado para três). Além disso, determinaram-se as regras das incompatibilidades eleitorais, segundo as quais quem exercesse cargos públicos em um distrito não poderia apresentar candidatura naquela circunscrição.

Em 1875, no âmbito do chamado “decênio conservador” (1868-1878), nova reforma eleitoral foi aprovada, após trabalhosa articulação ao longo do gabinete Rio Branco. Pela chamada Lei do Terço, garantia-se a representação de pelo menos um terço das cadeiras do Parlamento à oposição. Essa reforma insere-se, assim, no âmbito da chamada prática do “reform mongering”, por meio da qual conservadores buscaram esvaziar as pautas do Partido Liberal.

Em 1881, a Lei Saraiva, aprovada sob o gabinete liberal, introduziu as reformas de maior relevo até então, que perdurariam, em alguns aspectos, até depois do período imperial. Foi instituído por ela o voto direto e universal (masculino), antigo pleito liberal, sendo extintos os requisitos de comprovação de renda (*). Por outro lado, longe de significar ampliação da participação democrática, essa reforma reduziu drasticamente o eleitorado, ao introduzir a proibição de voto dos analfabetos, em país de população majoritariamente iletrada. Esse movimento não esteve dissociado da perspectiva de abolição do regime escravista, de modo que se buscou resguardar o viés oligárquico da participação eleitoral.

Para além dessas reformas, foram realizados, ao longo do Segundo Reinado, outros ajustes pontuais em critérios como a forma de comprovação de renda e o alistamento eleitoral, de modo a reduzir a possibilidade de fraudes e preservar a “verdade eleitoral”. Entretanto, mesmo após a instauração da República, a prática eleitoral no Brasil continuaria refém de práticas que, da perspectiva contemporânea, pareceriam contrárias ao princípio democrático (como o voto aberto, por exemplo).

Dessa forma, as eleições no Segundo Reinado devem ser vistas como um longo aprendizado no exercício de direitos políticos, marcado por avanços e recuos. Desse período, a proibição do voto dos analfabetos, a partir da Lei Saraiva, legaria efeitos mais duradouros no alijamento da população da construção da cidadania.

**Nota: Informação incorreta. A Lei Saraiva não acabou com o voto censitário.*

Sarah Cruz Ferraz – 17

O sistema eleitoral brasileiro, conforme previsto pela Constituição de 1824, previa eleições indiretas em dois níveis e voto censitário. Ao longo do Segundo Reinado, conforme se consolidava um projeto de Estado centralizado e calcado nos princípios do “liberalismo à brasileira”, procedeu-se à realização de sucessivas reformas eleitorais cujo objetivo principal era a “verdade eleitoral”, mas cujos resultados foram, na prática, responsáveis por reduzir a participação eleitoral. Ao final do Império, houve redução sensível do número de eleitores, em movimento que era contrário às tendências internacionais de expansão da participação democrática.

Com a chegada ao poder do Imperador D. Pedro II, completou-se, na década de 1840, o longo processo de formação do Estado brasileiro. A vitória do Regresso Conservador e a adesão das elites políticas ao projeto centralizador permitiu [sic] que, a despeito da alternância periódica entre liberais e conservadores no poder, se alcançasse estabilidade institucional e consenso em torno do projeto centralizador. A partir de 1847, com a criação do cargo de Presidente do Conselho de Ministros, conformou-se o chamado Parlamentarismo “às avessas”, no qual formava-se primeiro o Gabinete e depois este definia a Câmara, blindando o Imperador contra eventuais críticas.

Conforme o previsto na Carta de 1824, as eleições parlamentares se dariam em dois níveis: no primeiro, os votantes de paróquia, com renda mínima de 100 mil reis, elegiam os eleitores e estes, com renda mínima de 200 mil reis, elegiam seus representantes no Parlamento. Para possuir capacidade eleitoral passiva, os indivíduos do sexo masculino deveriam atender a requisitos mínimos como renda mínima de 400 mil reis para candidatar-se a deputado e 800 mil reis para candidatar-se a senador, além de não serem libertos. A despeito de seu caráter censitário, percebe-se uma participação eleitora crescente nas primeiras décadas do Império, quando a inflação crescente acabou por reduzir, na prática, as limitações de renda à participação cidadã. Dessa forma, ainda na década de 1840, empreendeu-se uma primeira reforma eleitoral que recrudescia novamente os critérios de renda.

Essa primeira reforma, contudo, não foi capaz de desfazer as críticas crescentes que se faziam às fraudes e aos limites do sistema político em garantir a representatividade das minorias políticas. Com base nas pressões políticas crescentes de grupos de oposição, que se queixavam das dificuldades de acesso ao Legislativo, aprovou-se, em 1855, a Lei dos Círculos. Esta apresentou limites concretos ao predomínio de potentados locais ao proibir a candidatura, no distrito eleitoral onde exercessem suas funções, de funcionários públicos e clérigos. Os resultados imediatos da nova lei, que restringia as eleições a um representante por distrito, foi uma renovação significativa da Câmara, com a derrota eleitoral de figuras políticas tradicionais em alguns distritos. Dessa forma, em 1860, reformou-se a Lei de 1855 de forma a ampliar o número de representantes por distrito, que passaram de um para três.

Ao longo das décadas de 1860 e 1870 assiste-se, no país ao Renascer Liberal e à formação de um “clamor por reformas”. Alijada do poder após a queda do Gabinete Gois de Vasconcelos em 1868, a oposição liberal articula-se em grupos diversos que vão desde o liberalismo moderado do Novo Partido Liberal, ao republicanismo federalista dos partidos republicanos que surgem após o Manifesto de 1870. É relevante, no conjunto das demandas liberais por reformas, a defesa da moralização do processo eleitoral com a

adoção do voto direto e secreto. Dessa forma, ainda no bojo do processo modernizador empreendido pelos conservadores no decênio de 1868-78, aprova-se a Lei do Terço em 1875, a qual estabelece a reserva de um terço das cadeiras para a oposição e institui o voto direto e o título eleitoral.

Mais relevante, contudo, foi a aprovação, 1881, da Lei Saraiva que, em contexto de crise política do Império, buscou novamente atender aos pleitos por redução de fraudes eleitorais e instituiu, dentre outras medidas, o censo literário, o que significou, na prática, uma drástica redução do eleitorado. Percebe-se, ao longo do Império brasileiro, a permanência de um ideário político que, a despeito da defesa recorrente do discurso liberal de defesa dos direitos individuais, mantém afastados da verdadeira participação política parcela substantiva da população brasileira.

Érika Helena Campos – 16

A cidadania no Segundo Reinado era fragmentada, como coloca José Murilo de Carvalho. Ainda que a carta constitucional de 1824 garantisse direitos individuais e políticos de forma relativamente abrangente, o arranjo institucional do império gerava direitos políticos mutilados. Primeiramente, cabe lembrar que o voto era censitário e indireto; segundo, é importante retratar um fato muito polêmico durante o Segundo Reinado: ser o imperador o grande eleitor. Efetivamente, como coloca Fernando Limongi, o exercício do Poder Moderador conferia ao imperador a cidadania total, pois, pelo seu uso, ele desconstituía os gabinetes de ministros, alternava os partidos no Poder e convocava eleições para formar o Parlamento, sendo que o partido que detinha o novo gabinete necessariamente formaria maioria legislativa, dada a escala das fraudes eleitorais.

Devido a esse panorama, durante o império grassou o debate sobre o sistema eleitoral; debate esse que, recorrentemente, recaía na crítica ao Poder Moderador. Com o gabinete da Conciliação, articulado por Carneiro Leão, entre 1853 e 1858, o Marquês do Paraná avançou essa pauta cara aos liberais e, em 1855 fez aprovar a Primeira Lei do Círculo. Esta criava, na prática, o voto distrital, sendo que, em cada distrito se elegeria um representante. Essa lei facilitaria a eleição de notabilidades locais em detrimento de políticos tradicionais, geralmente filiados ao partido conservador.

Testada essa lei, ficou patente sua relativa eficácia. A legislatura formada a partir de sua aplicação já tinha uma bancada mais significativa de liberais. Essa maior presença de liberais, contudo, gerou dificuldades para a governabilidade do gabinete conservador, entre 1858 e 1862. Dessa forma, os conservadores buscaram passar a segunda lei do círculo, em 1860, a fim de aumentar os distritos e reduzir a elegibilidade de líderes locais.

Essas reformas, contudo, viabilizaram o chamado “renascer liberal”, uma vez que os liberais passaram a ter porcentagens crescentes na bancada parlamentar.

As leis do círculo repercutiram na posterior tentativa de se prolongar o esforço de conciliação entre partidos conservador e liberal. Na Câmara e no Senado, respectivamente, Zacarias de Góis e Vasconcelos e Joaquim Nabuco aproveitaram-se da ampliação da presença de liberais e dos impasses com os conservadores puros para avançar o projeto da Liga Progressista, coalizão de conservadores e liberais moderados defensores dos benefícios de uma pauta comum.

Durante todo o período em que vigorou o arranjo da Liga e, posteriormente, Partido Progressista (1862-1868), o Imperador se furto de usar o Poder Moderador para dissolver legislaturas e convocar novas eleições. Ele dava posse a gabinetes que repercutissem as maiorias formadas no Parlamento pela via eleitoral. Esse foi o período em que mais próximos estivemos de uma prática de Parlamentarismo clássico.

A partir de 1868, contudo, a dissolução do gabinete Progressista e a convocação de novas eleições para ratificar os conservadores no poder acenderam o clamor por reformas que caracterizou a política imperial de pós-guerra do Paraguai. As fraudes eleitorais voltariam ao centro dos debates e o Poder Moderador seria contestado como nunca pelos liberais.

É em meio à tônica de debates acirrados que o gabinete conservador do Visconde do Rio Branco passa a capturar pautas liberais relevantes, como a reforma eleitoral. Em 1875, ele tenta passar a Lei do Terço e não obtém êxito. Será pelas mãos de Caxias, seu sucessor, que será aprovada a lei que garantiria $\frac{1}{3}$ da bancada parlamentar para o partido minoritário. A próxima lei relevante é aprovada pelo gabinete liberal de Saraiva. Em 1881, convictos de que a fraude eleitoral era fruto da manipulação das massas ignorantes - raciocínio comum nas elites brasileiras -, esse gabinete passou a Lei Saraiva, que vedava o direito de voto aos analfabetos. Essa lei reduziu, de forma drástica, a franquia eleitoral brasileira, que, à época, era uma das mais elevadas do mundo.

Conclui-se desse trajeto, que a cidadania brasileira, sobretudo sua dimensão eleitoral, foi construída sobre avanços e recuos. Importante é enfatizar os aprendizados das experiências eleitorais que, apesar das fraudes, deram aos cidadãos a dimensão do valor do voto.

Pior nota

Anônimo - 2

O tema eleitoral é fundamental para a compreensão do funcionamento do sistema político imperial. Apesar do sistema eleitoral do Império ser censitário, é importante destacar que gerou participação bastante destacada para os padrões da época, em um sistema de eleição indireta em que primeiro votava-se nos eleitores para, em seguida, os eleitores votassem para os representantes do parlamento. Os requisitos censitários variavam de modo que uma parcela da sociedade podia ser eleitora ou representante no parlamento. A grande questão, portanto, não é seu aspecto censitário, mas sim a forma como as eleições são realizadas, e o próprio funcionamento do parlamentarismo pátrio. Nesse contexto, algumas reformas eleitorais podem ser destacadas, denotando os limites do sistema.

Um primeiro aspecto do sistema eleitoral é seu caráter fraudulento. De fato, o governo central sempre vencia as eleições. As eleições de 1843, que marcaram a volta dos liberais ao poder, após o regresso conservador, ficaram conhecidas como “eleições do cacete” devido a ampla violência empregada. Nesse contexto, tem-se uma inversão na lógica parlamentarista. Não é a composição do parlamento que forma o gabinete, mas o gabinete que força a composição do Parlamento. Assim, no que ficou conhecido como “parlamentarismo às avessas”, o Imperador, utilizando de suas prerrogativas de poder moderador, escolher o gabinete, que vai, assim, formar a maioria no Parlamento. Ao longo de todo o Segundo Reinado, haverá críticas ao arbítrio do Imperador, fazendo com que o

descontentamento em relação à distribuição de poder fosse também dirigida ao Imperador, que ficava com o ônus de compor as forças políticas de acordo com a sua sensibilidade política do momento. Esse aspecto vai minando a legitimidade do sistema.

Outro aspecto importante é o fato de que, a despeito da pluralidade de opiniões, há uma certa homogeneidade da elite, conforme a teorização de José Murilo de Carvalho, que torna mais fácil absorção das contradições do sistema. Assim os representantes parlamentares brasileiros, serão compostos de indivíduos que passaram pelas faculdades de Direito de São Paulo e Recife ou, em menor medida, de Medicina do Rio de Janeiro e de Salvador e que, ao longo da carreira vão desempenhar funções públicas como a Magistratura, a administração das províncias, a representação no parlamento e, eventualmente, o exercício de cargo ministerial.

Mesmo em um contexto de homogeneidade das elites, as contradições e os limites do sistema eleitoral serão causa de instabilidade, principalmente, porque não existem meios de ascensão ao poder político que não seja motivado pela vontade do Imperador. Assim, por exemplo, durante o gabinete da Conciliação, após longo predomínio conservador, ficou evidente que era necessário abrir espaço institucional para a oposição. A lei dos círculos eleitorais de 1856 traz em seu âmbito, o objetivo de aproximar a representação, de modo a garantir maior pluralidade no Parlamento. Na década de 1870, novamente em um contexto de predomínio conservador, Angela Alonso vai apresentar um grupo de jovens da elite, filhos de membros do Partido Liberal, vão buscar outras formas de atuação política, como a panfletagem, a realização de comícios, aderindo a causas como o abolicionismo, o republicanismo. Esse movimento levará a nova alteração eleitoral no Gabinete Rio Branco. Já no final do Império, com base no argumento da baixa qualidade do voto, será iniciado o debate sobre o imperativo de proibir o voto de analfabetos, o que levará, efetivamente a redução do número de eleitores no país.





POLÍTICA INTERNACIONAL

Questão 1

Discorra a respeito das relações políticas entre o Brasil e a Argentina no período entre 1945 e 1980, contextualizando e analisando os eventos históricos que marcaram tais relações.

Média: 25,87 amp. / 22 cotas negros

Desvio padrão: 2,61 amp. / 2,62 cotas negros

Érika Helena Campos – 30

A história das relações entre Brasil e Argentina, entre 1945 e a década de 1980, marca a evolução entre a rivalidade conjuntural e o paradigma da integração. Consistindo em relação vital para a política externa brasileira, o Brasil sempre cultivou laços com seu vizinho austral, ainda que, não raro, prevalecesse o desencontro. No entanto, é importante salientar que, desde o século XIX, quando os dois Estados nacionais se formavam, sempre houve, em ambos os lados, homens de Estado que defendiam a aproximação bilateral. No período a ser analisado, isso permanece verdadeiro, sendo notável que os dois países tenham concluído a década de 1980 sob o marco da cooperação e da integração visando ao progresso mútuo e regional.

O pós-Segunda Guerra mundial foi momento de desencontro entre Brasil e Argentina. Durante o conflito mundial, desde a Conferência Americana de 1942, o Brasil havia se aliado às democracias liberais contra o Eixo, enquanto a Argentina manteve-se neutra até o início de 1945. No panorama de reorganização do sistema intercontinental americano, em 1945, Buenos Aires furtou-se de participar da conferência que resultou na Ata de Chapultepec e, com a ascensão de Domingo Perón, adotou o que ficou conhecido como “terceira posição”, atitude neutralista e autônoma diante da bipolaridade que se vislumbrava. O Brasil, por sua vez, nutria o mito das “relações especiais” com os Estados Unidos, e posicionou-se de forma alinhada à potência americana, tanto na ONU quanto no sistema interamericano. Dessa forma, durante os governos Dutra (1946-1950), Vargas (1951-1954) e Café Filho (1955) as relações bilaterais foram prejudicadas em virtude da adoção de perspectivas opostas de política externa.

Vale fazer referência, contudo, ao esforço de inteligência bilateral que teve lugar durante a administração Vargas. Em 1952, Perón, insatisfeito com as negociações para o Acordo Militar Brasil-EUA, chegou a propor uma revitalizada versão do pacto ABC. A conjuntura interna brasileira, no entanto, obstaculizou essa proposta, que foi acusada de arranjo sindicalista por João Neves da Fontoura e outros membros da diplomacia. A

frustração de Perón, somada à ratificação do Acordo Militar Brasil-EUA ilustra o desacordo entre os dois países sul-americanos.

O governo de Juscelino Kubitschek, com sua abordagem pan-americanista de política externa deu novo impulso à relação com a Argentina. Se a primeira fase do governo JK foi caracterizada por maior alinhamento com Washington, como demonstra a cessão da base de rastreamento de foguetes em Fernando de Noronha aos americanos e o apoio ao levante antissoviético na Hungria, a partir de 1958, com o lançamento da Operação Pan-Americana (OPA), sua política externa voltar-se-ia para as Américas. JK, antes de se articular junto à presidência Eisenhower para lançar a OPA, estabeleceu canais de contato com Arturo Frondizi, quem recebeu positivamente a proposta e abriu caminho para que outros países latino-americanos também simpatizassem com a ideia. Apesar da reticência americana diante da OPA, essa aproximação entre Brasil e Argentina rendeu frutos positivos, como o convênio de cooperação industrial de 1959 e as relações amistosas que se desenvolverão na primeira metade da década de 1960.

De fato, o ponto alto da relação bilateral se daria na administração Jânio Quadros-João Goulart. Em 1961, como parte da abordagem da Política Externa Independente, Jânio se reúne com Frondizi em Uruguaiana, firmando Acordo de Cooperação e Amizade. Com a ascensão de Goulart à presidência, essa relação não seria modificada, como demonstra a declaração do Galeão, feita por Goulart e Frondizi. Adicionalmente, deve-se destacar que os dois países coincidiam em temas sensíveis, como a questão da suspensão de Cuba da OEA - tanto Brasil quanto Argentina se abstiveram, compondo o outersix - e a relevância do Movimento dos países não alinhados, do qual o Brasil era observador e a Argentina veio a fazer parte.

O radicalismo da bipolaridade sistêmica, refletido em seus respectivos territórios, cobrou seu preço em ambos os países, e tanto Jango quanto Frondizi não lograram concluir seus mandatos em virtude da ocorrência de golpes de Estado. Ingressando em período de ditadura militar, o Brasil reposicionou-se: abandona, temporariamente, o discurso independente e passa a valorizar a interdependência e a teoria dos círculos concêntricos. A lógica securitária prevalecerá, turvando as relações bilaterais.

O governo Castello Branco elabora estratégia sul-americana baseada na segurança tanto dos eixos da bacia amazônica, quanto do eixo do Prata. Neste, promove aproximação com o Paraguai de Strossener e, em 1966, assina a Ata das Cataratas, cujo objetivo era findar com disputa territorial longeva e lançar as bases para o projeto hidrelétrico. Nesse momento se inicia a desconfiança da Argentina sobre a política brasileira na região, fato que não se arrefecerá nem com a assinatura do Tratado da Bacia do Prata, no final do governo Costa e Silva.

A década de 1970 foi momento de aprofundamento das desconfianças. Em 1973, Brasil e Paraguai assinam o Tratado de Itaipu, gerando grande insatisfação no governo argentino e iniciando a crise Itaipu-Corpus. O afastamento fica ainda mais evidente durante a presidência de Isabelita Perón, momento de grande instabilidade argentina, enquanto o Brasil ainda vivia seu milagre. Pode-se, contudo, dizer que houve uma cooperação nefasta: aquela da Operação Condor, que só gerou frutos negativos.

O processo de redemocratização do Brasil, sobretudo a partir do governo Figueiredo, abriu novos horizontes para a relação bilateral. Em 1979, Saraiva Guerreiro havia sido orientado a firmar o Acordo Tripartite, que findou com a celeuma de Itaipu-Corpus. Com a Guerra das Malvinas (82) a disposição de amizade do Brasil comprovou-se

com a posição de “neutralidade imperfeita” diante do conflito entre Buenos Aires e Londres. Neste, o Brasil reafirmou posicionamento que remonta a 1833.

A correção de rumos que se verifica nesse momento repercute em área sensível: os programas nucleares. Em 1980, Figueiredo e Viola assinam acordo nuclear que será reafirmado em 1985, na Declaração de Iguazu, entre Sarney e Alfonsín. Inicia-se aqui uma virada paradigmática definitiva rumo à cooperação e à integração. Como coloca Miriam Saraiva, com Sarney e Alfonsín, Brasil e Argentina chegam ao ponto ótimo da parceria bilateral, em momento que ambos os países reingressam na democracia.

O Acordo de Cooperação, Desenvolvimento e Integração de 1988, e a futura fundação do Mercosul, junto a Uruguai e Paraguai marcam o desfecho exitoso do processo de reconciliação e projeção para o século 21.

Priscila Liz Alves – 30

O início da Segunda Guerra Mundial provocou efeitos destacáveis na região platina. Em meio às discussões promovidas pelos chanceleres americanos em 1942, no Rio de Janeiro, acordou-se a recomendação de rompimento das relações diplomáticas entre os países americanos e o Eixo. Já nesse momento, observou-se a discordância da Argentina, que, junto do Chile, se colocaram contra a medida de rompimento com os países do Eixo. As desconfianças para com a postura argentina elevaram-se com o golpe de Estado na Bolívia, que, embora tivesse aderido ao rompimento, voltou a defender a neutralidade, medida também tomada pela Argentina, mesmo depois do golpe promovido pelos Oficiais Unidos, que se mostravam favoráveis ao Eixo. Tendo em vista essas mudanças políticas na Argentina e na Bolívia, o governo de Getúlio Vargas chegou a solicitar o envio de armamento aos Estados Unidos para que pudesse resguardar a fronteira sul do Brasil. Observa-se, portanto, que o ano de 1945 caracterizou-se pelo sentimento de desconfianças entre Brasil e Argentina, ainda que a última tenha rompido relações com o Eixo e declarado guerra ao bloco, com o objetivo de participar da nova ordem mundial que, então, se formava com o término do conflito e com a criação das Nações Unidas. No que concerne à América, a Ata de Chapultepec consolidava a noção da segurança coletiva e da solidariedade continental, da qual Brasil era grande defensor, sobretudo no governo de Eurico Gaspar Dutra.

No decorrer da administração de Dutra (1946-1951), o qual era ferrenho anti-comunista, as relações políticas com a Argentina caracterizaram-se pela baixa intensidade. Enquanto Dutra era grande defensor da aliança política e militar com os Estados Unidos, líder do bloco ocidental, o governo de Perón, que vencera as eleições presidenciais argentinas no pós-II GG, propugnava pela política externa da “terceira via”, a qual objetivava elevar a autonomia política da Argentina em um sistema internacional bipolar. Nesse sentido, o governo Dutra, apoiador do TIAR e da OEA, nutriu desconfianças com relação à Argentina, que, para os políticos brasileiros, estaria tentando projetar poder na América do Sul sob o governo de Perón. Essa desconfiança cresceu ainda mais no segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), pois havia, a princípio, nítida afinidade ideológica entre Vargas e Perón, ambos defensores do paradigma trabalhista. De fato, Perón tentou aproximar-se do governo brasileiro, propondo a recriação do pacto ABC, agora com viés mais fortemente contrário aos Estados Unidos. Considerando-se a grande oposição

interna, liderada pela UDN, Vargas não aderiu aos planos de Perón, que chegou a responsabilizar o Itamaraty pela relação distante com o Brasil. De fato, o ex-chanceler de Vargas, fortemente contrário à aproximação com a Argentina, desestabilizou o governo de Getúlio, alegando haver plano conjunto entre Vargas e Perón para a criação de república sindicalista.

As desconfianças políticas entre Argentina e Brasil permanecem até o governo de JK, na década de 1950. Nesse período, ascendeu ao poder, na Argentina, Frondizi, que compartilhava muitos dos ideais de JK em termos de industrialização e modernização nacional. De fato, JK priorizou o diálogo prévio com Frondizi quando da elaboração da Operação Pan-Americana, que recebeu apoio do governante argentino desde o início da divulgação do projeto para América Latina. Para além da cooperação na OPA e na ALALC, criada ao término do governo de JK, a cooperação e o bom relacionamento político entre Brasil e Argentina prosseguiram nos governos de Jânio Quadros e João Goulart. O Encontro e o Espírito de Uruguaiana entre Jânio Quadros e Frondizi caracterizaram as boas relações entre Brasil e Argentina, com a celebração de acordos nas áreas comercial, política e econômica, havendo, inclusive, convergência de posturas sobre a questão cubana, já que tanto Argentina quanto Brasil posicionaram-se pela abstenção na votação para suspensão de Cuba na OEA, juntamente com os demais “Outer Six”.

A defesa de uma política externa mais autônoma e voltada para o desenvolvimento e a cooperação com o Brasil fomentou um golpe de Estado contra o presidente argentino. No Brasil, também houve a deposição de João Goulart e o início do regime militar (1964-1985). A partir de 1964, há distanciamento político entre Argentina e Brasil, inicialmente pela falta de convergência política, pois, na Argentina, ainda havia democracia em 1964. Após o início do regime militar argentino, em meados da década de 1960, observou-se a continuidade do afastamento político entre Brasil e Argentina, agora em virtude das disputas geopolíticas entre os dois Estados na América do Sul, bem como da prática de políticas externas divergentes, pois a Argentina buscava alinhamento aos Estados Unidos, enquanto o Brasil voltava a praticar, gradualmente, princípios da PEI, sobretudo independência e terceiro-mundismo no governo de Costa e Silva (1967-1969).

A disputa geopolítica caracterizou o relacionamento entre Brasil e Argentina a partir de 1966, quando o Brasil deu início à diplomacia das cataratas, que objetivava aproveitar potencial hídrico das Sete Quedas com o Paraguai. Nos governos de Costa e Silva e Médici, quando Paraguai e Brasil celebraram o Acordo de Itaipu, e Geisel, quando Itaipu começa a ser construída, a disputa geopolítica entre Brasil e Argentina fica cada vez mais acirrada, com a oposição ferrenha da Argentina ao projeto de Itaipu, que, para ela, frustraria a realização do projeto de aproveitamento hidráulico de Corpus. Os embates entre Brasil e Argentina sobre a questão ultrapassaram o âmbito regional e chegaram à ONU. O bom termo entre os países só retornou, após a mobilização de tropas na fronteira no governo Geisel, quando Figueiredo assumiu o poder e, com seu chanceler Saraiva Guerreiro, logrou chegar a um acordo com a Argentina (Acordo Tripartite), compatibilizando os projetos de Itaipu e Corpus. A partir de 1979, quando, na Argentina, já há, igualmente, regime militar, os Estados aproximam-se. A neutralidade positiva do Brasil para com a Argentina na Guerra das Malvinas facilita o relacionamento, também marcado por troca de visitas e pela celebração de acordo nuclear para fins pacíficos. De fato, estavam postas as condições para a aproximação crescente e para o futuro projeto de integração brasileiro-argentino.

Rafael Rodrigues Alves – 30

As relações políticas entre o Brasil e a Argentina entre 1945 e 1980 foram marcadas pela alternância entre períodos de tensões e antagonismos e períodos de forte aproximação e convergência, que se explicam em virtude de circunstâncias internas próprias a cada um dos países, mas também por questões sistêmicas do âmbito regional e mesmo internacional. Ao final do período em questão, verificou-se uma compreensão tanto por parte do Brasil quanto da Argentina de que a superação das rivalidades e a construção de uma parceria sólida baseada no respeito mútuo e na cooperação seriam condições indispensáveis para o desenvolvimento e a segurança dos dois países, bem como para a estabilidade e a paz regionais.

Os dois maiores países da América do Sul haviam mantido, durante a Segunda Guerra Mundial, posições divergentes, o que gerou na Argentina prevenções em relação ao papel do Brasil no contexto americano. De fato, seguindo recomendação da III Reunião de Consulta dos Chanceleres do hemisfério americano, o Brasil havia rompido relações com os países do Eixo, em 1942, e, poucos meses depois, entra na guerra ao lado dos aliados. A contrariedade entre Brasil e Argentina em relação à natureza do pan-americanismo e às relações com os Estados Unidos ficou evidente no fato de a Argentina ter sido uma das últimas nações americanas a declarar guerra aos países do Eixo, fazendo-o apenas nos últimos meses do conflito. O Brasil, por sua relação política de alinhamento aos Estados Unidos, esperava obter recompensas de natureza estratégica e econômica, o que motivou o Presidente Dutra, já em 1946, a tentar prosseguir a política de barganha com os EUA que havia sido tão exitosamente levada a cabo por Vargas durante a guerra. A Argentina, por sua vez, já se encaminhava, a partir da eleição de Perón para a presidência, também em 1946, para a busca de uma terceira via nas relações internacionais, equidistante dos blocos capitalista e comunista. A política externa autonomista adotada por Perón via com desconfianças um suposto papel subimperialista do Brasil a serviço dos interesses norteamericanos na região.

A ascensão de Vargas, entretanto, à presidência do Brasil, em 1950, abria novas perspectivas para as relações entre Brasil e Argentina, na medida em que Perón percebia certa identidade ideológica entre seu governo e o regime varguista. De fato, ambos os presidentes apoiavam-se em projetos desenvolvimentistas de forte apelo popular, com ampla penetração nas massas trabalhadoras e intenso apoio dos sindicatos. Concebiam o papel do Estado em moldes corporatistas e fortemente intervencionistas. Tais semelhanças levaram Perón a propor a Vargas uma estreita cooperação entre Brasil e Argentina que incluiria também o Chile, no que seria uma espécie de reedição do antigo Pacto ABC. A revelação da proposta no Brasil, entretanto, gerou escândalo, levando os opositores de Vargas, inclusive seu ex-Chanceler, João Neves da Fontoura, a acusá-lo de querer implantar no país uma “república sindicalista”, nos moldes peronistas, o que, sem dúvida, contribuiu para a crise de agosto de 1954, que culminou em seu suicídio.

A coincidência política e ideológica entre regimes, entretanto, revelou-se efetivamente proveitosa para a relação bilateral entre 1958 e 1962. Trata-se do período em que a Argentina foi governada por Arturo Frondizi, sob plena vigência do Estado Democrático de Direito. Seu projeto nacional-desenvolvimentista, reformista e não hostil

ao capital estrangeiro assemelhava-se tanto ao do Presidente brasileiro Juscelino Kubitschek que ele chegou a ser chamado de “o JK argentino”. Seu amplo apoio, por exemplo, à Operação Pan-Americana, lançada por Kubitschek, demonstrava forte identidade de concepções e vontade de estreitar a cooperação bilateral. Em 1961, a disposição e a abertura ao diálogo tanto do Brasil quanto da Argentina culminaram no célebre Encontro de Uruguiana, entre os Presidentes Arturo Frondizi e Jânio Quadros, que celebraram o Convênio de Consulta e Amizade entre os dois países.

O intenso processo de estreitamento dos laços bilaterais, entretanto, foi interrompido devido a novas mudanças nas circunstâncias nacionais respectivas, com o advento de regimes militares primeiramente na Argentina, em 1962, e logo em seguida no Brasil, em 1964, a despeito de alguns entendimentos que foram alcançados durante o governo Castelo Branco. O enrijecimento do regime militar nos dois países repercutiu negativamente nas relações bilaterais, reavivando sentimentos históricos de rivalidade e competição. Durante o governo Médici, por exemplo, o papel atribuído ao Brasil pelos EUA de “potência média regional” foi profundamente ressentido pela Argentina. Mas o ápice da rivalidade bilateral se deu, certamente, durante o governo Geisel, a despeito de este ter tentado estimular uma aproximação, ao nomear como chanceler Azeredo da Silveira, até então Embaixador brasileiro em Buenos Aires. A “questão das águas”, como ficou conhecida, consistiu na veemente oposição argentina ao projeto brasileiro de utilização do potencial hídrico do Rio Paraná; segundo Buenos Aires a construção da hidrelétrica de Itaipu inviabilizaria o projeto argentino da usina de Corpus. As tensões chegaram ao paroxismo entre 1976 e 1979, inclusive levando ao fechamento das fronteiras.

Foi, entretanto, a própria decisão dos países de reconduzir o conflito ao leito diplomático que abriu caminho não apenas para a superação das divergências, como também para o início da construção de uma relação estratégica fundada na cooperação. As tratativas diplomáticas e a decisão do Brasil de fazer ajustes no projeto Itaipu levaram ao bom entendimento entre as partes, que culminou na assinatura do Acordo Tripartite entre Brasil, Argentina e Paraguai, já em 1979, primeiro ano do governo Figueiredo. A evolução da compreensão mútua foi tão evidente que permitiu, já no ano seguinte, entendimento sobre matéria altamente sensível, que culminou na assinatura de acordo sobre a utilização da energia nuclear para fins exclusivamente pacíficos.

Constata-se que as relações entre Brasil e Argentina entre 1945 e 1980 transitaram por situações bastante variadas. Se, por um lado, pesaram fatores regionais e internacionais na definição das relações, por outro, observa-se uma importância muito maior das condições internas de cada país, especialmente seu regime político e seu entendimento das relações bilaterais, como elementos determinantes das dinâmicas de aproximação, distância ou rivalidade.

Bruno Rodrigues Teixeira – 29

O passado histórico das relações entre Brasil e Argentina contribuiu para que as relações bilaterais fossem moldadas, no século XX, à luz do binômio desconfiança-

superação de desconfianças, ou rivalidade-superação de rivalidades. Tentativas de aproximação, como a Tríplice Aliança (1864), a cordialidade oficial de Roca (1880s) e o malogrado Pacto ABC não duraram no tempo. Entre 1945 e 1980, essa dinâmica de busca de superação da rivalidade e das desconfianças permanece existente, mas, ao final desse período, os dois países alcançam sucessos inéditos na construção de uma aproximação estrutural e duradoura.

Em 1945, Brasil e Argentina posicionavam-se de forma distinta no contexto internacional. A Argentina acabara de sair de um contexto de pressões políticas dos EUA devido a sua posição de neutralidade na Segunda Guerra Mundial, sobretudo após o golpe de 1943 que resultou na ascensão de facção nacionalista, que incluía Perón no governo Ramires. Divergências intraburocráticas nos EUA levaram a pressões crescentes de Spruille Braden sobre Perón, muito embora o Departamento de Guerra, que já vislumbrava a URSS como principal inimigo, fosse favorável a negociações com o governo argentino. A partir de 1945, a Argentina, no entanto, é integrada ao processo de negociações iniciado desde a Conferência de Chapultepec, e participa da Conferência de San Francisco como membra fundadora da ONU. Por outro lado, o Brasil, pelo menos desde a Missão Aranha, já tinha se posicionado como aliado dos EUA e, a partir de 1945, almejava a condição de aliado especial dos EUA, tanto devido a sua participação na guerra por meio da FEB quanto devido a sua atuação no Prata, que trouxe Morínigo do Paraguai para sua esfera de influência e buscou neutralizar a ascensão da influência argentina com o golpe de Villaruel na Bolívia.

Após o fim da “primavera democrática” de Morínigo no Paraguai, no entanto, o governo Dutra adota posição contrária a esse governo, o que permite a ascensão da influência de Perón sobre o Paraguai. Nesse contexto, Perón passou a ser visto no Brasil, sobretudo na Imprensa, como tendo tendências expansionistas, no mesmo padrão do passado de restauração do Vice-Reinado do Prata. A simpatia de Vargas por Perón, portanto, será vista de forma negativa internamente, e contribuirá para a desestabilização do governo getulista. Mais especificamente, a proposta de reativação do Pacto ABC, repassado por Perón a Vargas via embaixador João Batista Lusardo será objeto de intensas críticas na imprensa, contribuindo para a Crise de Agosto. O ministro das RE brasileiro, nesse momento, promoverá “diplomacia da obstrução”, que impedirá maior aproximação bilateral.

Com a queda de Perón em 1955 e a saída de Vargas no Brasil, os eventos históricos levarão a que, em 1958, surgissem maiores oportunidades de aproximação. Por um lado, ascendeu Frondizi à presidência, e este foi favorável a maior diálogo, sobretudo na questão da OPA e no Processo de Uruguaiana. Nesses dois episódios, os interesses argentinos e brasileiros coadunavam-se na busca do desenvolvimento econômico, que exigia, por um lado, o aumento de financiamento de longo prazo (demanda da OPA) para o desenvolvimento e, por outro, o não desvio desses recursos para eventuais disputas ou corridas armamentistas decorrentes da rivalidade bilateral. Essas iniciativas, além disso, foram complementadas por uma posição comum na defesa do princípio da não intervenção na Conferência de Punta del Este, em 1962, quando os “Outer Six” se abstiveram na exclusão de Cuba do sistema interamericano. Os êxitos da OPA e da aproximação bilateral, no entanto, seriam modestos, seja porque as prioridades dos EUA estavam em outras regiões, seja porque o Espírito de Uruguaiana foi interrompido pela queda de Frondizi, em 1962, e pelo golpe militar brasileiro, em 1964.

A ascensão de governos militares em ambos os países alinhou as visões ideológicas anticomunistas dos dois vizinhos, mas não permitiu aproximações por dois motivos objetivos. Por um lado, ambos os governos militares tinham visões geopolíticas de ganhos relativos que implicavam enxergar o vizinho com certa desconfiança. Por outro, a ascensão econômica do Brasil, sobretudo após o início do Milagre, passou a contrastar com a estagnação relativa da Argentina, cuja economia industrial perdia fôlego em razão do projeto antissindicalista de Onganía. Em 1966, com a solução do contencioso paraguaio-brasileiro via Ata das Cataratas, que previu a construção de hidrelétrica nas 7 Quedas, a questão hidrelétrica somou-se e acirrou as forças profundas da rivalidade bilateral, criando jogo de soma zero aos olhos do governo argentino, que passou a exigir a aplicação do princípio da consulta prévia na utilização de recursos fluviais comuns. Aos olhos argentinos, seu projeto de Yaciretá seria comprometido pela construção de hidrelétrica a montante, de modo que, nas negociações, passou a exigir altura mínima de 115m, ao passo que o Brasil não aceitaria mais do que 105m para o nível de alagamento. De todo modo, o Brasil, sobretudo na Chancelaria de Azeredo da Silveira, contestava a própria premissa de que deveria haver acordo prévio sobre essa questão.

No início da década de 1970, o Milagre Econômico somou-se à política externa brasileira de apoio a golpes militares em países vizinhos (Bordaberry no Uruguai e Hugo Banzer na Bolívia) e a abertura de corredores de exportação que permitiram o escoamento de produtos dos países do Prata sem passar pelo território argentino, mas passando pelo brasileiro, via portos de Rio Grande e Santos. Essas transformações levaram a um salto da influência do Brasil na região e estimularam a criação da doutrina de Héctor Campora segundo a qual a expansão econômica de certos países em detrimento de seus vizinhos constituiria “agressão econômica”. Apesar de tentativas de Perón e de Isabelita de melhorar as relações com o Brasil e de superar o isolamento em que a Argentina estava afundando-se, o golpe de 1976, com a instauração do “Proceso Nacional”, levou à adoção, por Videla, de política de busca de equilíbrio com o Brasil. Dessa forma, as sucessivas negativas do governo brasileiro somadas à decisão paraguaia de alinhar sua ciclagem ao padrão brasileiro levou a um paroxismo de tensões em 1977, com o fechamento do Túnel Cuevas-Caracoles a caminhões brasileiros, medidas que o Brasil respondeu com o fechamento da fronteira brasileira a 80% da frota argentina. Essas tensões, no entanto, não sobreviveram no tempo, pois a ameaça maior aos interesses argentinos estava na questão das ilhas Lennon, Picton e Nueva com o Chile. Buscando não criar um conflito em duas frentes, a Argentina cedeu na questão hidrelétrica, aceitando 105m e assinando o Tratado Tripartite, que levaria ao fim das tensões entre Argentina e Brasil e a início de processo de aproximação.

Entre 1945 e 1980, houve ensaios de aproximação bilateral, os quais, no entanto, foram comprometidos pelas forças profundas da desconfiança e por questões objetivas, como a hidrelétrica. A partir de 1980, no entanto, as relações bilaterais passam por processo de dessecuritização, com medidas de “confidence building”, como a neutralidade imperfeita do Brasil na questão das Malvinas. Essa dessecuritização permitiu, doze anos depois, a constituição do Mercosul.

Pior nota
Anônimo – 20

As relações políticas entre Brasil e Argentina no período que compreende os anos de 1945 a 1980 são delimitadas pelo encerramento da Segunda Guerra Mundial e da progressiva débacle das ditaduras militares em ambos os países. Nesse contexto, verifica-se que cada Estado traçou caminhos divergentes, de início, e convergentes, ao final desse ínterim. Com efeito, a decisão da Argentina de não romper com o Eixo quando da realização da Conferência do Rio, em 1942, pautou a inserção internacional do país platino na segunda metade do século XX, restando este à margem da ordem internacional que se erigia, ao passo que o Brasil se afirmava como partícipe desse ordenamento. De modo alternativo, a proximidade entre os presidentes Figueiredo e Videla esboçaria o arranjo integracionista que se efetivaria mais adiante.

Na conjuntura de término da Segunda Guerra Mundial, o Estado brasileiro goza de inserção privilegiada na ordem liberal que se constituía sob a batuta da potência norte-americana. Nesse sentido, observa-se a participação do Brasil na reunião de Bretton Woods, ainda em 1944, e na de São Francisco, no ano seguinte. Nesta, a delegação portenha somente se fez presente em virtude da gestão de sua contraparte brasileira, liderada por Cyro de Freitas Valle, junto ao centro decisório das Nações Unidas. Por seu turno, no âmbito regional, o segundo governo Vargas coincide, em parte, com um dos períodos em que Perón ocupa a Casa Rosada. Apesar de ambos os líderes apresentarem características similares entre si, não houve maiores ganhos no que concerne às relações bilaterais, ao contrário do que se poderia supor inicialmente. Isso se deveu, no entanto, não a resistências impostas por Vargas, uma vez que esta se mostrava, de fato, simpático a Perón, mas em razão do óbice do próprio Ministério das Relações Exteriores, sob a administração de João Neves da Fontoura. O chanceler, assim como demais setores da opinião pública, temia da emergência de uma República sindicalista de orientação peronista no Brasil. Some-se a isso o cenário de intensa polarização política e ideológica doméstica, que impôs a recusa da tentativa de reedição do famigerado Pacto ABC.

Em seguida, com a ascensão de JK à presidência da República tem-se significativa melhora nas relações entre esses vizinhos platinos. Esse fato decorre das afinidades políticas e ideológicas entre o mandatário brasileiro e seu homólogo Arturo Frondizi. Esse bom momento do relacionamento bilateral encontraria continuidade até o advento do regime civil-militar, tendo em vista que Jânio prosseguiu com as diretrizes emanadas por seu sucessor. Cabe ressaltar que a Operação Pan-Americana seria saudada pelos argentinos, em um contexto internacional em que parte significativa do financiamento global para o desenvolvimento – que contava com os EUA como principal credor – era destinada, sobretudo, à reconstrução da Europa e do Japão, como se propunha basicamente o Plano Marshall. Assim, com Quadros à frente da presidência da República por alguns meses, nasce o denominado “espírito de Uruguaiana”, que marcaria a tentativa de superação do clima de rivalidade durante a maior parte do relacionamento brasileiro-argentino, desde suas respectivas independências, por meio da assinatura de acordos de cooperação em diversas áreas. Ainda que breve, considerando-se as rupturas da ordem constitucional que se procederia em ambos os Estados, o “espírito de Uruguaiana” seria reivindicado e, por que não dizer, continuado quando de seus respectivos processos de redemocratização.

Com a chegada dos militares ao poder nos dois países suas agendas internacionais são securitizadas, com base em doutrinas de segurança internacional que afirmavam o potencial perigo que os maiores contentores do Prata representavam para sua mútua existência, em um momento que a Guerra Fria mostrava seus efeitos na América Latina, com o consequente “perigo vermelho”, mormente após o êxito da Revolução Cubana, em 1959, e de sua posterior reivindicação de apoio à URSS. Desse modo, a principal questão que pautou as relações políticas entre Brasil e Argentina nesse contexto foi aquela referente ao aproveitamento dos rios na Bacia do Prata. A temática aguçava desconfianças deste, principalmente depois da assinatura da Ata das Cataratas para a construção de uma hidrelétrica no Rio Paraguai, firmada entre Brasília e Assunção. Com isso, Buenos Aires temia que fosse comprometido o aproveitamento de seus rios situados à jusante. Esse contencioso atinge seu ápice quando do mandato de Médici, quando há o abandono da chamada “cordialidade oficial”, como descreve Matias Spektor. Esse estado de coisas demanda ampla articulação de seu chanceler, Mario Gibson Barboza, como testemunhado em seu livro “Na diplomacia, o traço todo da vida”. Seu esforço, no entanto, seria continuado e resultaria no Acordo Tripartite Itaipu-Corpus, de 1979. Juntamente com a “Declaração Nuclear Conjunta”, datada do ano seguinte, o acordo para o aproveitamento conjunto dos rios marcaria um novo momento do relacionamento bilateral.

Pode-se constatar que as relações políticas brasileiro-argentinas transitam da rivalidade à progressiva cooperação no período de 1945 a 1980. Nesse intervalo, as articulações entre ambos obedecem a constrangimentos domésticos e internacionais. Indubitavelmente, o fato de o Brasil “ter ficado do lado certo” durante a Segunda Guerra Mundial favoreceu sua inserção internacional na nova ordem mundial, ao passo que a Argentina ficaria à margem dela. Por fim, a cooperação em áreas sensíveis, como o é a nuclear ou mesmo o aproveitamento hídrico, pavimentaria o caminho para que o vizinho portenho se tornasse “cenário obrigatório” da política externa brasileira, na acepção de Gelson Fonseca Jr.



Questão 2

No dia 7 de julho de 2017, foi adotado, no âmbito da Organização das Nações Unidas, o Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares. Esse tratado complementa o arcabouço jurídico existente na área de desarmamento, uma vez que as outras armas de destruição em massa - químicas e biológicas - já haviam sido banidas. O Brasil foi um dos proponentes - ao lado de África do Sul, Áustria, Irlanda, México e Nigéria - da resolução da Assembleia-Geral das Nações Unidas que convocou a conferência internacional para negociar o texto do tratado.

À luz dos compromissos brasileiros no âmbito do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), dos princípios do direito internacional humanitário e do preceito constitucional relativo à atividade nuclear em território nacional, discorra sobre as razões que levaram o Brasil a exercer papel de liderança na convocação da conferência negociadora e na adoção do Tratado sobre Proibição de Armas Nucleares.

Média: 27,52 amp. / 20,43 cotas negros

Desvio padrão: 2,28 amp. / 4,67 cotas negros

Bruno Rodrigues Teixeira – 30

O desarmamento nuclear é objetivo central da política externa brasileira. A existência de armas nucleares ameaça não somente a segurança dos Estados no presente, mas a própria sobrevivência futura da humanidade. Dessa forma, o Brasil foi protagonista de diversas iniciativas visando a esse intento e, mais recentemente, contribuiu decisivamente à realização da Conferência negociadora do Tratado sobre Proibição de Armas Nucleares, também denominado “Ban Treaty”. A atuação brasileira, nesse contexto, coaduna-se aos princípios constitucionais e humanitários que tradicionalmente guiaram o país em suas relações exteriores.

A razão principal que levou o Brasil a exercer papel de liderança na adoção do Ban Treaty está vinculada à desmoralização da barganha contida no TNP. As partes deste tratado de 1968 concordaram com a não proliferação de armas nucleares, mas essa obrigação tem como contrapartida o artigo 6 do acordo, que prevê que Estados nuclearmente armados devem travar negociações que levem ao desarmamento nuclear por todos os Estados. Cinquenta anos após a assinatura do Tratado, a não proliferação nuclear foi em grande medida cumprida, mas a obrigação de desarmamento nuclear não foi cumprida. Atualmente, ainda há cerca de 166 mil armas nucleares no mundo, e a abordagem passo-a-passo dos países nuclearmente armados não resultou em grandes avanços.

O Brasil é um país pacífico e não busca adquirir arsenais nucleares, inclusive porque o art. 21 da CF88 o proíbe de perseguir esse objetivo. Ainda assim, a Resolução 65 de internalização do TNP previu reserva de que a validade desse tratado estaria vinculada a avanços concretos na aplicação do art. 6. O Brasil tomou inúmeras medidas e iniciativas

para que isso fosse realizado no âmbito das Conferências de Exame do TNP, a exemplo da participação protagônica em coalizão que fez avançar o documento “13 passos práticos para implementação do art. 6”, a Coalizão da Nova Agenda. Apesar disso, a agenda de desarmamento nuclear tem enfrentado grandes resistências e mesmo a abordagem passo-a-passo não conseguiu a entrada em vigor do CTBT, por exemplo. Nesse sentido, o Brasil entendeu ser necessário buscar outras alternativas para o avanço dessa agenda que é crucial para a preservação e existência futura da humanidade.

Desde 2013, o Brasil participou das três Conferências para a discussão dos impactos humanitários de armas nucleares, realizadas em Nayarit, Oslo e Viena. Nessas ocasiões, foram discutidos os imensos desdobramentos do uso dessas armas para a saúde humana, para o meio ambiente e para as gerações futuras. Armas nucleares violam normas do direito humanitário como o princípio da humanidade e a necessidade de discriminar combatentes e não combatentes em um conflito. Contrários a princípios básicos do direito e às chances de sobrevivência da espécie humana a longo prazo, as armas nucleares foram identificadas nessas conferências como algo a ser definitivamente eliminado. Por meio da “Austrian pledge”, os países participantes concordaram com os objetivos de “estigmatizar, proibir e eliminar” as armas nucleares, e o passo inicial foi dado em 2017, com a adoção e assinatura do “Ban Treaty” por grande número de Estados.

As razões do Brasil, no entanto, incorporam outras considerações, mais complexas. Alguns Estados nuclearmente armados afirmam que a existência de armas nucleares por alguns países é a única forma de manter a lógica da destruição mútua assegurada (MAD), a qual, por sua vez, seria crucial para evitar o “first strike” e o eventual uso dessas armas de forma generalizada. O Brasil entende que esse argumento contém sérios problemas, pois não considera os avanços tecnológicos recentes. A existência crescente de ‘hackers’, por exemplo, pode ameaçar os sistemas de segurança que resguardam essas armas. Além disso, a criação de bombas nucleares miniaturizadas poderá, no futuro, atacar alvos menores e mais direcionados, o que tornaria mais plausível o uso dessas armas. Ademais, a proliferação de escudos antimísseis, como o THAAD (Coreia do Sul), Deveselu (Europa Oriental), BADZ (Índia), Hetz (Israel) e A-135 (Moscou), podem enfraquecer a certeza da MAD e, portanto, facilitar o primeiro uso. Outra ponderação feita pelo Brasil relaciona-se à ameaça de que essas armas caiam em mãos de atores não estatais, mais especificamente células terroristas. A resolução 1504 do CSNU afirma que a não proliferação é a condição essencial para impedir que isso ocorra, mas o Brasil acredita que somente o desarmamento nuclear pode eliminar, definitivamente, esse perigo. De fato, a existência de 16 mil ogivas, ainda que cuidadosamente guardadas pelos Estados nuclearmente armados, poderão eventualmente cair em mãos erradas, sobretudo com a difusão de tecnologias digitais e de capacidades tecnológicas que permitem a células terroristas buscar enfraquecer os sistemas de segurança dos arsenais nucleares.

O Brasil entende que os deveres de não proliferação e de desarmamento nuclear não devem prejudicar o terceiro pilar do TNP, relativo ao uso de energia nuclear para fins pacíficos. Efetivamente, a energia nuclear abre oportunidades ao desenvolvimento tecnológico e econômico dos países, inserindo-se em todos os setores da economia, como a medicina (radiofármacos), a indústria (a técnica da gamagrafia) e a agricultura (traçadores nucleares). Nesse sentido, o Brasil entende que seus esforços de obter autonomia em radioisótopos não deve ser prejudicados pela agenda de proibição das armas nucleares. Ainda assim, entende ser necessária a adoção de certas precauções, a exemplo do JCPOA,

tratado com o Irã e os P5 que dirimiu a controvérsia por meio da tomada de certas medidas, como limitar o enriquecimento de urânio no Irã a 3,67% por 15 anos e converter reatores de água pesada (Arak) em centros de pesquisa que não promovam o uso dessa técnica.

“Estigmatizar, proibir e eliminar” terá como ponto de partida o “Ban Treaty”, mas devido à manifesta oposição dos nove países nuclearmente armados a esse acordo, será necessária atuação de longo prazo que vise a criar consenso sobre a necessidade da eliminação completa das armas nucleares. A Diplomacia Pública, nesse sentido, poderá ser instrumento fundamental, pois contribuirá para o engajamento da sociedade civil nesse debate, o que é condição necessária para a criação de consensos a nível internacional. Iniciativas como o “Doomsday Clock”, que alerta para o perigo iminente da destruição nuclear, poderão ser emuladas pelos Estados. A longo prazo, esse trabalho de convencimento poderá tornar o desarmamento nuclear condição para que Estados nuclearmente armados se legitimem internamente.

A assinatura recente do “Ban Treaty” revela que é possível avançar em direção ao desarmamento completo. O protagonismo brasileiro nesse processo revela que o Brasil tem-se mostrado coerente com sua tradição pacifista e humanitária. Esse tratado recente, no entanto, é apenas o ponto de partida. Serão necessários consideráveis esforços para concretizar o necessário objetivo do desarmamento nuclear completo.

Bruno Palazon Imparato – 29

Após recusa inicial da assinatura do TNP, em 1968, o Brasil, já no contexto da redemocratização, revisaria suas posições. Sem deixar de considerar que o TNP e o poder de veto dos 5 membros permanentes do CSNU, como afirmou Araújo Castro, em 1971, eram o símbolo do “congelamento do poder mundial”, o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) optaria pela assinatura do TNP, sob a égide da percepção de que a participação em foros multilaterais sobre o tema era a única forma de propugnar por um real desarmamento. A assinatura, em 2017, do Tratado de Proibição de Armas Nucleares coroa esse processo.

Depois da criação da ABACC (com a Argentina) e da assinatura do “acordo quadripartite” (Argentina-Brasil-ABACC-AIEA), ambas em 1991, o Brasil iniciava uma inserção em foros multilaterais sobre o tema, bem como cumpria a previsão de uso estritamente pacífico das tecnologias nucleares (artigo 4º do TNP), imposta pelo artigo 21º, da CF/88. Nesse período, o Brasil também retirou sua declaração interpretativa ao artigo 18º e renunciou à dispensa prevista pelo artigo 28(1), que condicionava o vigor do acordo à ratificação das potências nucleares e coloniais na América, ambas parte do “Tratado de Tlatelolco” (1967). O Brasil iniciava, assim, um paulatino processo de consolidação de sua liderança à frente das questões sobre o desarmamento nuclear.

Passando a integrar e coliderar a “Coalização da Nova Agenda”, no âmbito das convenções revisoras do TNP, o Brasil e seus aliados “like-minded”, advogaram os “passos práticos para o artigo 6º”. O artigo em tela aborda o desarmamento que, em larga medida, foi ignorado pelos “nuclear-weaponized states”, que enfocavam mais os artigos 1º e 2º, relativos à não proliferação dessas armas. Seria o mesmo grupo de países que, por exemplo, liderariam a aprovação da resolução de 2010, no âmbito das conferências revisoras, sobre a proibição do “primeiro uso” dessas armas.

As ações em prol do desarmamento, muito em função do que G. Buzan denominou “securitização” das agendas internacionais após os atentados do 11 de setembro de 2001, foram amplamente obstaculizadas, malgrado o parecer consultivo da CIJ, em 1996, sobre a probabilidade de as armas nucleares serem ilegais ante o direito internacional humanitário, já que não podem diferenciar alvos civis de alvos militares e que causam excessivos e desproporcionados danos.

Seria nesse contexto que se avolumaria a “iniciativa humanitária” em prol do desarmamento. Contando com a decidida participação brasileira, esse grupo de países iniciou discussões e ações sobre esse caráter contrário ao direito humanitário que, é importante ressaltar, é considerado pela CIJ e pelo TPI como norma de “Jus Cogens”. A iniciativa humanitária combateu os argumentos dos Estados possuidores de armas nucleares sob a égide de argumentos como a incompatibilidade dessas armas com princípios caros aos membros permanentes do CSNU, como a “responsabilidade de proteger”, “R2P”. No entanto, os países refratários ao desarmamento argumentavam que o direito humanitário era uma “lex specialis”, não aplicável a todos os casos. Assim, houve um surgimento de argumentos de suporte, amparados no direito internacional dos direitos humanos, bem como no fato de que os gastos anuais do mundo com armamentos superam em 285 vezes o orçamento da ONU (US\$ 17 trilhões contra US\$ 6 bilhões).

A perspectiva dos direitos humanos complementou a iniciativa humanitária” e está no seio das ações brasileiras em prol do desarmamento. A “dignidade da pessoa humana” (tanto um princípio de direito internacional quanto o “epicentro axiológico do ordenamento brasileiro”, artigo 1º, III, CF/88, como explica D. Sarmento) tornar-se-ia, assim, o principal instrumento para legitimar o desarmamento no contexto da perspectiva dos direitos humanos. Dessa forma, atuando tanto sob os auspícios desse fundamento constitucional quanto do artigo 4º, II, de sua CF/88, que vincula, como princípio de suas relações internacionais, o Brasil a agir em prol dos direitos humanos, o país tomaria a frente, uma vez mais, das negociações do Tratado de Proibição de Armas Nucleares, firmado em 2017.

O tratado em questão, como expôs o Chanceler Aloysio Nunes em artigo sobre o tema, resulta da conjunção das duas citadas perspectivas de direito humanitário e de direitos humanos. Além disso, como também expôs Nunes, o direito internacional já conta com tratados de proscricção de armas químicas e biológicas, o que ampara a percepção de que a proscricção de armas nucleares é um passo natural, e até tardio, rumo a um caminho que é desejado pela maior parte dos indivíduos. Nesse contexto, objetivou-se um abandono de uma perspectiva meramente “estadocêntrica” sobre o tema e a incorporação da sociedade civil nos debates, pois só assim haveria a possibilidade de estabelecer uma influência positiva sobre as forças dirigentes dos países nuclearmente armados.

As negociações do tratado, que só foi aberto para a assinatura em setembro de 2017, no âmbito da AGNU 1972, e que contou com o Brasil como seu primeiro signatário, contaram também com o apoio de acontecimentos recentes, como a edição de resolução do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em 2016, sobre o “direito à paz”. Os recentes testes nucleares da Coreia do Norte, é impossível não citar, também subsidiaram o debate, pois alertavam uma vez mais para os perigos relativos a esses armamentos. Como afirmou o ex-Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-Moon, sobre essa temática, “não há mãos certas para as armas erradas”, malgrado o que defendem Rússia, China, França, EUA, Reino

Unido, Índia e a própria Coreia do Norte, apenas para citar alguns Estados com capacidades bélicas nucleares.

A guerra, que já foi considerada por C. Clausewitz como a “continuação da política por outros meios”, foi proscrita pela carta da ONU, salvo exceções. O uso de armas nucleares nesses casos de exceção ameaçam a todos, inclusive em termos de saúde e meio ambiente. É nesse sentido que as armas nucleares devem ser banidas pela via diplomática, pois, como afirmou C. Amorim, “a paz é a continuação da diplomacia por todos os meios”.

Observação do autor

Quase todos os erros de português e de conteúdo foram mantidos (só foram alterados aqueles erros que impediam a compreensão do texto).

Carolina Mye Saito – 29

O tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares de 1968 é pautado por três princípios, entre os quais o desarmamento. No entanto, o acordo não previa medidas práticas para a redução de arsenais, sem metas concretas, o que Araújo Castro denunciou, em 1970, como congelamento do poder. Na mesma ocasião, o diplomata brasileiro, na AGNU, afirmaria que a luta pelo desarmamento seria a luta pela igualdade jurídica, de modo que nenhuma nação fosse capaz de coagir as demais. Desse modo, desde o tratamento inicial do tema pelo Direito Internacional, com a comissão específica da ONU e o tratado de proibição de alguns tipos de testes de 1963, o Brasil apresentou uma perspectiva da ilegalidade desses meios e da necessidade de desarmamento, cujos recursos poderiam ser aplicados para o desenvolvimento, como alegara Araújo Castro no discurso dos “3Ds” de 1963. A perspectiva de uso nuclear apenas para fins pacíficos, de desarmamento e de proibição de armas desse tipo foi reafirmada na Constituição de 1988, fortalecendo a atuação diplomática nesse sentido nas décadas posteriores, o que incentivaria a posição de liderança nacional para a negociação e adoção do Tratado sobre Proibição de Armas Nucleares, sendo o Brasil o primeiro país a assinar o acordo.

Devido aos parâmetros desiguais entre os não armados e as potências nucleares, o Brasil não ratificou o TNP em um momento inicial, alegando já ter assinado o tratado de Tlatelolco anteriormente, que proibia o desenvolvimento de armas nucleares na América Latina. Apesar disso, o país manteria sua perspectiva de soluções pacíficas negociadas, tendo celebrado o acordo de proibição de armas biológicas de 1972, além de aderir ao tratado da Antártica, que proíbe testes nessa região. O desenvolvimento da energia nuclear pelos militares seria focado na capacitação e promoção de tecnologias, característica ressaltada após a aproximação com a Argentina, depois do acordo tripartite (1979) e de acordos bilaterais nucleares na década de 1980, tendo o Brasil avisado com antecedência aos argentinos quando do êxito doméstico do enriquecimento de urânio. Em 1986, os esforços para a desnuclearização seriam marcados pela criação da ZOPACA, incluindo países da América do Sul e da África, como uma zona de paz no atlântico.

A redemocratização marcaria um novo ímpeto para o tema. A CF/88 prevê o uso exclusivo de tecnologia nuclear para fins pacíficos, além de condicionar atividades desse tipo à prévia autorização do Congresso Nacional. Adicionalmente, Brasil e Argentina estreitariam sua cooperação com a criação da ABACC e do acordo quadripartite com a

AIEA (1991), ressaltando o viés pacífico das instalações dos dois países. O Brasil aderiria ao TNP e ao CTBT (proibindo todos os tipos de testes nucleares), aumentando sua participação em órgãos multilaterais e encontros de partes de tratados, a fim de promover o desarmamento. A renovação de credenciais estaria presente, também, na adesão ao NSG, grupo que estabelece controles à venda de armamento sensível, além do fechamento do poço de testes no território brasileiro. Essas medidas coadunam-se com a perspectiva de banimento do uso de armas nucleares, que já teria seus argumentos reforçados com o voto do juiz Shahabuddeen no caso dos testes nucleares da França de 1995, em que ele alegou que desde a sua criação, essas armas seriam incompatíveis com o direito humanitário. A corte acabaria por restringir a legalidade do uso dessas armas, que deveriam seguir os preceitos do Direito humanitário de necessidade (com fins específicos, sendo único meio propício) e da proporcionalidade (sem afligir civis e não combatentes). A defesa do desarmamento, porquanto impossível sua adequação aos parâmetros da corte, uma vez que as armas nucleares não distinguem seus alvos, criando danos desproporcionais, embasaria a ação diplomática do Brasil na conferência das partes do TNP. No entanto, a criação do protocolo adicional de 1997 não iria ressaltar a necessidade de desarmamento, somente aumentando a fiscalização de países desarmados e com visitas sem aviso prévio superior a 24 horas, sem nenhuma medida para países já armados.

O TNP, cujos três princípios basilares estabelecidos foram os de desarmamento, de cooperação tecnológica pacífica e de não proliferação, acabaria por focar suas medidas apenas nesse último aspecto. Em 2000, haveria a proposição de uma nova agenda, com 13 passos para o desarmamento e a possível criação de uma zona de proibição de armas nucleares no Oriente Médio, com apoio do Brasil e respaldada pela criação de áreas semelhantes como Tlatelolco e Bangkok (1995). Não obstante, não houve a adoção de medidas concretas no âmbito do TNP nas conferências posteriores, em que se pese a proatividade nacional, com presidência na conferência de 2010. A escalção de tensões com a Coreia do Norte e com o Irã ensejaram medidas de desarmamento para todos, uma vez que esses países inicialmente se comprometeram com o TNP (a Coreia do Norte somente denunciou em 2003 e o Irã sempre foi Estado-parte). Na prática, houve o desenvolvimento de armas mais perigosas, por número maior de países além dos 5 permanentes do CSNU, incluindo Índia, Paquistão, Israel e Coreia do Norte, havendo tratamento diferenciado entre esses países, a exemplo do acordo 123 entre EUA e Índia e deste país com o NSG.

Além do perigo do uso por Estados, ressalta-se a possibilidade de acesso a esse tipo de armas por grupos terroristas e dos efeitos ao meio ambiente. Esses problemas não existiriam com um desarmamento total. Nesse sentido, as Ilhas Marshall instalaram os países nuclearmente armados a prometerem seu não uso, no âmbito de um caso na CIJ. A decisão da Corte seria da inexistência de conflito entre as Ilhas Marshall e os demais países, não julgando o mérito da questão de forma semelhante à consulta da OMS e a da AGNU. Não obstante, o voto do juiz Cançado Trindade, publicado pela FUNAG, ressalta a ilegalidade e não justificativa do uso de armas nucleares, nem por legítima defesa.

Se os casos de 1995 sobre armas nucleares foram seguidos pelo CTBT, há certo paralelo com a decisão do caso das Ilhas Marshall e o Tratado de proibição de Armas Nucleares. A comunidade internacional compreendeu a necessidade de o Direito Internacional Público expressamente proibir o uso de bombas desse tipo. O Brasil já estava engajado no tema, fortalecido pelo reconhecimento pela AIEA e pelo NSG de que o programa de verificação quadripartite existente equivaleria às obrigações do protocolo

adicional. Além disso, a celebração dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável aponta pela necessidade de maior investimento ao desenvolvimento e não de armas, inclusive, para a segurança mundial, como o próprio CSNU reconheceu na resolução número 688/91, em que afirmou haver vinculação entre a segurança e os direitos humanos. Como os países da CELAC, em fórum com a China, em 2015, afirmaram, os recursos anuais destinados para a criação e a manutenção de armas nucleares seriam capazes de ter financiado o pleno cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Há, conseqüentemente, um imperativo à diplomacia brasileira de defender o desarmamento nuclear, devido aos seus efeitos contrários aos direitos humanitários, ao desenvolvimento e à segurança. Nesse contexto, mais de 100 países compartilham essa perspectiva de desarmamento, haja vista a criação de novas zonas de desarmamento como Pelindaba e Semipalatinsk, além do apoio à adoção do texto do novo tratado.

O desarmamento nuclear é um imperativo ao futuro da humanidade, reconhecido pelo Brasil. Não se trata de um objetivo impossível, haja vista a adoção do tratado de armas biológicas que impôs a destruição de estoques, sendo recentemente implantado pela Rússia. O reconhecimento do Nobel da Paz à campanha de desarmamento nuclear revela a perspectiva da comunidade internacional, formando um *opinio juris communis*, consoante a expressão de Cançado Trindade acerca da necessidade de banimento. De acordo com objetivos e princípios constitucionais do Brasil, a posição de liderança e proatividade no tema se adequam à promoção da paz e ao desenvolvimento para o futuro.

Philippe Carvalho Raposo – 29

No último debate da Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2017, foi aberto para assinaturas o tratado sobre proibição de armas nucleares, que torna ilícito, para fins de Direito Internacional, o desenvolvimento, a posse, o uso e a ameaça de uso de armas nucleares. Foi o primeiro passo para o preenchimento de uma perigosa lacuna normativa no DI acerca das armas de destruição em massa – armas químicas e biológicas já haviam sido banidas. O Brasil exerceu papel de liderança na convocação da conferência negociadora, no início de 2017, e foi o primeiro a adotar o tratado, mediante a assinatura do presidente Michel Temer. As razões para essa postura brasileira têm fundamento nos planos jurídicos, político, humanitário e ambiental.

O Brasil é signatário do TNP, que prevê o desarmamento, o uso pacífico da tecnologia nuclear e a não-proliferação como princípios. De fato, o governo brasileiro possui domínio da tecnologia nuclear para fins de geração de energia, conforme evidencia a atividade da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, em Angra dos Reis (RJ). No plano jurídico interno, o artigo 21, inciso XXIII, alínea “a” da CF/88 prevê que a tecnologia nuclear será utilizada somente para fins pacíficos. Outros tratados dos quais o Brasil é signatário, como o CTBT (proibição total de testes nucleares) e Tlatelolco (estabelecimento de uma área livre de armas nucleares na América Latina), bem como o estabelecimento da ABACC junto com a Argentina e a celebração do Acordo Quadripartite entre Brasil, Argentina, ABACC e AIEA, juntos conformam uma ampla rede de acordos juridicamente vinculantes que impõem ao Brasil deveres e obrigações sobre o tema.

O artigo VI do tratado de não-proliferação, por si só, já constitui razão suficiente para o Brasil exercer o papel de liderança no tema. O dispositivo prevê que as partes

signatárias do acordo deverão negociar, de boa-fé, os termos de um tratado com vistas ao desarmamento nuclear, a fim de cumprir um dos pilares do TNP. O Brasil deu cumprimento ao dispositivo ao negociar os termos do tratado sobre proibição de armas nucleares, convocar a conferência negociadora e ser o primeiro país a assinar o texto. A despeito da resistência inicial dos países nuclearmente armados em integrar o acordo, o Brasil cumpriu suas obrigações estabelecidas no direito interno e internacional.

No plano político, o empenho brasileiro para o desarmamento nuclear visa à garantia da segurança e paz internacionais, associada à preservação e à valorização do multilateralismo. É sugestivo o fato de que a Resolução n. 1 da Assembleia-Geral das Nações Unidas tenha criado a comissão sobre energia atômica, à luz do potencial destrutivo das armas nucleares evidenciado nos ataques de Hiroshima e Nagasaki, em 1945. Pela delegação brasileira, participou o Almirante Álvaro Alberto, entusiasta da criação do CNPQ (1951) e da consolidação de uma comunidade científica brasileira qualificada para o uso de minérios. Álvaro Alberto não tinha pretensões de integrar o país no núcleo ainda incipiente de países armados, mas, sim, desenvolver capacidades para evitar que o Brasil se tornasse mero fornecedor de minérios, urânio e outros insumos para o exterior. Desde essa época, o governo brasileiro manifesta preocupações políticas quanto à insegurança internacional provocada pela existência e pela proliferação de armas nucleares. O pacifismo, previsto na ordem constitucional brasileira desde 1891, até hoje constitui princípio da política externa (art. 4º da CF/88), o que justifica a postura em prol de um mundo sem armas nucleares. Há quem diga que tal visão é ingênua e idealista. Contudo, conforme assevera o ex-chanceler Celso Amorim, “deve-se evitar a armadilha das impossibilidades imaginárias”, e acreditar no gradualismo e construtivismo da ação diplomática que, no futuro, pode lograr atingir o objetivo. A adoção do tratado de proibição de armas nucleares, em setembro de 2017, é o primeiro passo rumo à abolição da “Espada de Dâmocles” referente às armas nucleares.

No plano humanitário, a chancelaria brasileira se espelha na tese de que a consciência universal da humanidade repugna a existência de armas nucleares, tal como evidenciado no voto de Antônio Augusto Cançado Trindade no caso “Ilhas Marshall vs Reino Unido, Índia e Paquistão”, na Corte Internacional de Justiça, acerca do não comprometimento desses países com a negociação do tratado sobre proibição de armas nucleares. O voto dissidente, assim como pensa a chancelaria brasileira, reflete um ideal de Totus Orbis caracterizado pela solidariedade internacional e princípios Recta Ratio nas decisões políticas no campo nuclear. Essa perspectiva humanista, na qual prevalece o interesse coletivo humanitário sobre os interesses egoístas dos Estados nuclearmente armados, constitui um panorama principiológico que justifica a liderança brasileira na adoção do tratado de proibição. A esse respeito, tem sido retomada a doutrina humanitária da “Cláusula Martens”, em referência ao Embaixador russo na II Conferência de Haia (1907), para quem as ações dos Estados, ainda que no curso de uma guerra, não devem colocar em risco a existência da própria humanidade. Os esforços brasileiros rumo a um mundo sem armas nucleares caminham nessa perspectiva.

Por fim, questões ambientais também motivam a ação brasileira no campo nuclear. São conhecidos os danos ao meio ambiente – e às populações – decorrentes de testes nucleares da França na Polinésia Francesa, dos EUA nas Ilhas Marshall, entre outros casos. Ao exercer o papel de liderança na convocação da conferência negociadora e na adoção do TPAN (2017), o governo brasileiro cumpre seus compromissos previstos no TNP, na CF/

1988 e no direito internacional humanitário, contribui para a segurança internacional e, em última análise, para a preservação do meio ambiente.

Pior nota

Anônimo – 12

Desde o início de seu emprego, a tecnologia nuclear demonstrou aparente vocação para a dissuasão de países em desconformidade com os princípios definidores da ordem internacional vigente. Nesse sentido, os países que obtiveram o domínio do ciclo do urânio no primeiro momento decidiram fabricar armamentos nucleares como forma de aumentar sua segurança, de acordo com princípios observados pela Escola Realista das Relações Internacionais. Ao perceberem o potencial destrutivo dessas armas, as duas superpotências à época, Estados Unidos da América (EUA) e União Soviética (URSS), concordaram em negociar um regime multilateral de controle da proliferação dessas armas de destruição em massa, o qual foi consubstanciado no Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), assinado em 1968, e em vigor desde 1970.

O regime militar brasileiro posicionou-se veementemente contrário ao esquema proposto pelo TNP, o qual caracterizava os países e distinguia-os entre “have” e “have not”. Para os primeiros, o TNP definiu compromissos no sentido de desmantelamento de seus arsenais, contudo não previa prazos nem metas verificáveis. Por seu turno, os países “have not” firmavam o compromisso de não desenvolver tecnologia nuclear, na medida em que ela poderia ser empregada para fins bélicos. Os então denominados “system-affecting States”, como Brasil, Argentina, Índia, Paquistão e África do Sul, não aceitaram os termos desse tratado e mantiveram-se refratários a esse regime. À época, Araújo Castro, ex-chanceler do Brasil, proferiu na embaixada brasileira em Washington um discurso que versava sobre a tentativa das nações mais poderosas de promover o “congelamento do poder mundial”, na medida em que os possuidores poderiam continuar a desenvolver tecnologia nuclear, ao passo que os demais não poderiam desenvolvê-la. O Brasil optou por manter-se, ainda que não juridicamente vinculado em razão da proibição de reservas pelo texto do tratado, politicamente atrelado ao Tratado para Proscrição de Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (TLATELOLCO), firmado em 1967.

Gradualmente, o Brasil percebeu que, em um contexto internacional em que sua autonomia seria garantida por meio de sua participação (como afirmado por Gelson Fonseca Júnior), era necessário passar a imagem de que seu programa nuclear se destina a fins pacíficos. Nesse sentido, a redemocratização trouxe consigo a necessidade de renovação de suas credenciais no sistema internacional como forma de assegurar o interesse nacional. Assim, o Brasil ratificou o TNP e vinculou-se de fato a TLATELOLCO na década de 1990, além de ter ratificado o tratado para o banimento completo de testes nucleares (CTBT, em inglês).

Internamente, o Brasil prevê constitucionalmente o uso restrito de tecnologia nuclear para fins pacíficos, de modo que ele é mantido como competência exclusiva da União. Em termos do Direito Internacional Humanitário, o Brasil mostra-se em conformidade com o parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça (CIJ) sobre o sofrimento causado pelo emprego de armas nucleares.



Questão 3

Ao se tratar do Conselho de Segurança, não se pode deixar de mencionar o tema da reforma. Atualmente, há uma ampla percepção de que o órgão reflete a realidade de quando foi criado e, ainda menos, a de 1965, quando foi reformado para incluir novos membros eletivos. Houve reformas inconfessadas, quando, em 1971, a China nacionalista foi substituída pela China comunista, ou em 1991, quando a URSS foi sucedida pela Rússia. Mas o órgão carece claramente de uma reformulação. A partir de 1993, o tema da reforma do Conselho de Segurança tem sido discutido anualmente nas Nações Unidas. (Ronaldo Mota Sardenberg. O Brasil e as Nações Unidas. FUNAG: Brasília, 2013, p. 67-8 - com adaptações).

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Em seu texto, aborde os seguintes aspectos:

- 1 - principais elementos responsáveis pela atual conformação do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em uma perspectiva histórica;
- 2 - posição brasileira quanto à reforma do Conselho de Segurança, bem como seus fundamentos;
- 3 - principais atores nas discussões sobre o tema, assim como os desdobramentos mais recentes e as perspectivas futuras desse debate.

Média: 16,78 amp. / 13,71 cotas negros

Desvio padrão: 1,79 amp. / 1,57 cotas negros

Fernanda Graeff Machry – 20

A atual conformação do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) é a principal evidência do descompasso existente entre a ordem internacional, entendida como as regras e instituições que regulam o sistema global, e a configuração de poder do século XXI, caracterizada por múltiplas polaridades. O anacronismo do CSNU, além de impedir uma maior democratização da ordem global, mina a própria eficácia do órgão, que vem falhando na sua missão de manter a paz e a segurança internacionais, como evidencia a situação na Síria. É necessária, pois, uma reformulação, levando em conta a atual realidade de poder. O Brasil postula, nesse contexto, assento permanente no CSNU, cuja ampliação defende. Há múltiplos atores interessados, com propostas por vezes conflitantes, o que tem dificultado o avanço do tema.

O CSNU foi criado pela Carta de São Francisco, em 1945, para ser o órgão responsável pela manutenção da paz e da segurança internacionais. Sua conformação inicial refletia a realidade do pós-Segunda Guerra Mundial. Os países vencedores da guerra

ocupariam assentos permanentes, com direito a veto (EUA, URSS, Reino Unido, França e China), e haveria outros seis assentos rotativos, sem poder de veto. Garantia-se, assim, a participação das principais potências globais, ao lhes conceder o veto, mas eliminou-se a necessidade de consenso para aprovação de resoluções, de modo a evitar dificuldades enfrentadas na Liga das Nações.

Com o processo de descolonização afro-asiática dos anos 1950 e 1960, o número de membros da ONU aumentou muito em relação aos 51 presentes em São Francisco. O tamanho do CSNU não mais correspondia ao da ONU. Assim, em 1965, o Conselho foi reformado para incluir quatro novos membros rotativos. Com a substituição da China nacionalista pela China popular em 1971 e a sucessão da URSS pela Rússia após a desintegração da URSS em 1991, tem-se a conformação atual.

O Brasil, que foi considerado para membro permanente em 1945, o que não ocorreu devido à oposição britânica e soviética, é hoje um postulante a assento permanente em um CSNU renovado. A proposta brasileira é feita junto ao G-4, que integra com Japão, Índia e Alemanha, e compreende a criação de seis novos assentos permanentes sem veto, incluindo dois para a África, e quatro novos assentos rotativos. A proposta do G-4 assemelha-se ao “Modelo 1” proposto por Kofi Annan nos anos 2000. O pleito brasileiro se fundamenta na necessidade de representação de regiões sub-representadas, como América Latina, África e Ásia. As credenciais brasileiras são fortes, dada sua economia, seu território, sua população e sua ampla rede diplomática, que inclui relações com todos os membros da ONU.

Como a reforma depende de aprovação do CSNU atual, os membros permanentes são atores centrais na discussão. A ambição brasileira é apoiada por França, Reino Unido e Rússia e conta com o “apreço” dos EUA. O principal obstáculo é, hoje, a oposição chinesa ao pleito do G-4, o qual inclui o Japão, seu rival histórico e regional. Há, ainda, propostas concorrentes, como a do Unidos pelo Consenso, que congrega países como Argentina e Espanha e defende outro tipo de proposta, incluindo categoria de membros semipermanentes. A reforma esbarra, ainda, na posição maximalista adotada pelos países africanos e consubstanciada no Consenso de Ezulwini, que exige assentos permanentes com veto. As divergências acerca do veto levaram a França a propor critérios para sua aplicação no caso de crimes contra a humanidade. Quanto ao veto, o G-4 defende que seja rediscutido após 15 anos de vigência a reforma. Após 10 anos de sua criação, o G-4 teve sua primeira reunião de Cúpula à margem da 70ª AGNU, em 2015, o que evidencia a continuidade de seu interesse na reforma.

Portanto, as perspectivas de uma reforma no curto prazo são difíceis, diante das divergências que persistem e, sobretudo, da oposição chinesa. Entretanto, o assunto está na pauta e é apoiado pelo Secretário-Geral, Antonio Guterres. A posição brasileira coaduna-se com a ambição de exercer papel protagonista na ordem global multipolar do século XXI, de maneira construtiva e de modo a fortalecer o CSNU como principal órgão para a promoção de soluções políticas aos conflitos globais.

Philippe Carvalho Raposo – 19

“Deve-se evitar a armadilha das impossibilidades imaginárias”, afirmou o ex-chanceler Celso Amorim. Há quem defenda a impossibilidade de reforma do Conselho de

Segurança, a partir de uma visão exclusivamente realista. Essa não é a perspectiva da diplomacia brasileira.

Em perspectiva histórica, relações de força e diferenciação em termos de capacidades materiais justificaram a conformação restrita do Conselho de Segurança com direito de veto aos membros permanentes, à luz do pensamento de Morgenthau e Mearsheimer. Momentos “after victory”, como o de 1945, são pontuais para que potências predominantes e vitoriosas na guerra conformem uma ordem pós-guerra conforme seus interesses próprios. A lógica de “ofertantes de segurança” pelas potências militares de 1945 e de “consumidores de segurança” pelos países intermediários e mais fracos justifica a desconsideração da Emenda Veloso, proposta por Leão Veloso e Cyro de Freiras Valle, para quem uma conferência revisora da Carta da ONU devia ser convocada no curto prazo. Prevaleceu a lógica do atual artigo 108 da Carta, de acordo com o qual alterações na Carta pressupõem a aprovação pelos membros permanentes do CSNU, com direito de veto, diferentemente da proposta brasileira apresentada em 1945. Em 1965, o CSNU teve sua primeira e única ampliação do número de assentos não-permanentes (de 6 para 10), totalizando 15 membros. Em 1971, a República Popular da China substituiu Taiwan no CSNU e, em 1991, a Rússia sucedeu a URSS. Essas foram as únicas mudanças relevantes na composição do Conselho, para além de questões procedimentais negociadas desde 1945. O Brasil chegou a ser cogitado como sexto membro permanente pelo presidente Roosevelt, conforme registrou Eugênio Vargas Garcia, o que foi rejeitado pela Rússia e pelo Reino Unido. Diferentemente da intransigência com que Artur Bernardes havia lidado com tema similar em 1926, a chancelaria brasileira aceitou a situação, em 1945, em nome da boa-fé e da estabilidade internacional.

Atualmente, o governo brasileiro defende uma reforma da ONU e, em particular, do seu Conselho de Segurança. A posição pauta-se na atual inadequação do Conselho para lidar, com base na estrutura estabelecida em 1945, com os complexos desafios do século XXI. A pretendida ampliação visa a aumentar a eficiência e legitimidade do órgão, além de superar a oligarquização do poder decisório e democratizar os foros multilaterais, em particular no campo da segurança. O pacifismo e a natureza conciliatória da diplomacia brasileira são fundamentos dessa posição. O universalismo da PEB confere credenciais para que o país possa ser interlocutor internacional sobre qualquer tema da agenda, e entre quaisquer atores. O Brasil possui relações diplomáticas amistosas com todos os Estados membros da ONU, além de ter ocupado dez vezes o assento não-permanente no CSNU (número superado apenas pelo Japão) e ter um acumulado histórico de participação em missões de paz, como Suez, UNIFIL, MONUSCO e MINUSTAH. O juridicismo e o multilateralismo inerentes à ação externa brasileira, associados à anacrônica composição do CSNU, fundamentam o pleito de reforma.

Qualquer alteração na composição do CSNU pressupõe a aprovação dos cinco membros permanentes (P5). França, Rússia e Reino Unido apoiam a candidatura brasileira a um assento permanente, e os EUA apoiam a da Índia. O G-4 (Brasil, Alemanha, Japão e Índia) assumem particular relevância ao propor a inclusão de 6 novos membros permanentes – dos quais dois devem ser países africanos –, além de 4 novos membros transitórios, com moratória ao direito de veto para os novos integrantes permanentes. Argentina, China e Paquistão (“coffee-club”) por vezes manifestam oposição à tese do G-4. O Secretário-Geral da ONU é relevante ator nesse processo, visto o relatório de Kofi Annan sobre a reforma e o compromisso atual de Antonio Guterres em dar sequência ao

tema. Não há perspectivas futuras imediatas de ampliação do Conselho, embora o próprio P5 reconheça a necessidade de reforma. Não há consenso quanto às propostas, mas o Itamaraty mantém esforços de tornar o CSNU mais realista e, ao mesmo tempo, grotiana.

Victor Oliveira Tibau – 19

A ONU é a organização internacional multilateral mais relevante, e seu Conselho de Segurança (CSNU) configura-se centro da arquitetura global de paz e segurança. Não obstante, sua atual configuração remonta ao contexto histórico do imediato pós-Segunda Guerra Mundial, que já não condiz com a atual relação de global de poder. Quando foi criado, notadamente, o CSNU incorporou os líderes vencedores dos Aliados - Estados Unidos, União Soviética e Reino Unido -, a China e, em uma vitória diplomática britânica, a França. Os EUA de Roosevelt tentaram incluir o Brasil como “sexto membro permanente”, mas a oposição dos demais não possibilitou que essa proposta se concretizasse.

O CSNU, enfim, não apenas refletiu a conjuntura de 1945, como o aprendizado histórico dos atores políticos que, ao dotarem-no de instrumentos coercitivos, buscaram evitar o fracasso da Liga das Nações. Mesmo que a Guerra Fria tenha paralisado o CSNU, essa estratégia mostrou-se acertada, pela existência da ONU até hoje. Todavia, o mundo transformou-se significativamente desde então, com destaque para a reintegração e desenvolvimento de Alemanha e Japão e o crescimento econômico dos emergentes, notadamente os BRICS, com maior projeção diplomática. A única reforma do CSNU, desde então, em 1965, o aumentou de 6 para 10 membros rotativos, mas isso não foi o suficiente.

O Brasil, outrossim, vem empreendendo uma “campanha permanente” pela reforma do CSNU, que está localizada no centro de sua defesa de uma reforma ampla e democratizante da ordem global como um todo. O argumento central brasileiro é o de que a reforma do CSNU, com a inclusão de novos membros permanentes, tornaria o órgão mais legítimo e, como consequência direta, mais eficaz na promoção da paz e da segurança internacionais. O país aponta, notadamente, que a atual configuração do CSNU, irrepresentativa da correlação global de forças, debilita-o, contribuindo para sua conversão em mero “stamp rubber”, ao apenas cancelar decisões tomadas em outro âmbito, como o ISSG, no caso da Síria, e o Quarteto, na questão israelo-palestina.

Ademais de clamar pela reforma do órgão, o Brasil apresenta-se como candidato a um assento permanente em um CSNU ampliado. Para basear sua posição, conta com argumentos concretos - como o tamanho de sua economia, território e população - e diplomáticos - é um país defensor da paz e do multilateralismo, um dos poucos a ter relações diplomáticas estabelecidas com todos os demais Estados-membros da ONU. Ainda, o Brasil nota que a América Latina não está presente no CSNU de forma permanente. Destarte, a inclusão do país, graças aos atributos destacados, seria passo fundamental para esse aumento de legitimidade do CSNU, de forma a torná-lo mais eficaz.

Por ser temática multilateral sensível a muitos atores, contudo, a reforma do CSNU é altamente controversa. Entre seus principais proponentes, destaca-se o G-4, grupo composto por Brasil, Índia, Alemanha e Japão, que advoga pela inclusão de novos membros nas duas categorias. Em postura conciliadora, esse grupo, criado em 2004,

propõe que os novos membros permanentes não tenham direito de veto a princípio, até que uma conferência de revisão, 15 anos após a reforma, decida sobre a questão. Essa cautela, no entanto, está ausente da postura dos países africanos, que, conforme o Consenso de Ezulwini, demanda um aumento expressivo do número de membros, já com direito a veto desde o início. Semelhante postura extremista é adotada pelo Unidos pelo Consenso, que, no entanto, visa a dificultar a concretização da reforma. Composto por países que disputam liderança regional com os principais candidatos, esse grupo propõe que qualquer reforma seja adotada por consenso, o que, na prática, a inviabiliza.

Mesmo que a questão continue sem decisão, nos últimos anos ocorreram desdobramentos positivos. Em 2005, por exemplo, a ocasião do aniversário de 60 anos da ONU ensejou ambiente propício para a discussão do tema. Foi nesse contexto que se criou o G-4, principal proponente da reforma desde então, bem como o então Secretário-Geral, Kofi Annan, apresentou plano importante para o tema. Desde então, no entanto, pouca coisa ocorreu de concreto, até que, em 2013, fosse decidida a adoção de processo negociador com base em texto, o que torna mais concreta a questão, ao evidenciar pontos de concordância e de discordância, facilitando a obtenção de possível entendimento.

As perspectivas futuras, contudo, são mistas. Por um lado, o G-4 já alcançou importantes apoios, incluindo de França e Reino Unido (enquanto a Rússia apoia individualmente o Brasil e os EUA apoiam a Índia). Por outro lado, a China é explicitamente contrária à entrada do Japão, e os EUA mantêm postura ambivalente. Nesse cenário, pois, torna-se difícil uma reforma “top down”. No entanto, há maior possibilidade de sucesso caso ela ocorra “bottom up”. Para isso, é fundamental que o G-4 chegue a um entendimento com os países africanos, bem como com seus vizinhos regionais que hoje se opõem a seu pleito. Lembre-se, enfim, que a única reforma, em 1965, ocorreu conforme essa dinâmica, e a despeito da oposição inicial dos P-5. Se for bem sucedida, a reforma atual garantirá a sobrevivência e relevância da ONU pelas próximas décadas, fortalecendo o multilateralismo e a paz.

Maybi Rodrigues Mota - 18

Apesar da reforma de 1965, realizada para acomodar o grande aumento do número de membros da ONU no contexto da descolonização, o Conselho de Segurança reflete essencialmente a conformação que ganhou no contexto do fim da Segunda Guerra Mundial. Embora uma nova ordem internacional tenha começado a emergir com o fim da Guerra Fria e a superação de um momento de unipolaridade dos Estados Unidos, não foram levadas adiante reformas substanciais.

Em Dubarton Oaks, iniciaram-se as discussões sobre qual seria a estrutura da nova organização mundial que substituiria a Liga das Nações. Antes mesmo da conclusão da Segunda Guerra Mundial, já estava delineado um Conselho de Segurança semelhante ao da Liga: membros permanentes, que seriam as potências vencedoras, e membros rotativos. Restava uma dúvida sobre a possibilidade de o Brasil ser membro permanente, dado seu papel na guerra, mas a proposta foi vetada pela Inglaterra, apesar do apoio dos EUA ao pleito brasileiro. A Conferência de São Francisco vai confirmar um conselho de cinco membros permanentes (Rússia, EUA, China, Inglaterra e França) e cinco não permanentes, sendo que, na prática, pela interpretação da Carta da ONU, os cinco permanentes detêm

poder de veto sobre questões substanciais. O Conselho de Segurança foi moldado, portanto, de acordo com os interesses das potências. Com a descolonização na década de 1960, decidiu-se, em 1965, pelo aumento dos assentos não permanentes para o total de 10, sendo distribuídos por critérios regionais. O Brasil e o Japão são dois dos países que mais vezes ocuparam assentos não-permanentes.

O Brasil sustenta que na nova ordem multipolar que emergiu na década de 1990, o Conselho deve ser reformado para refleti-la. O Conselho, na atual conformação, não reflete o atual arranjo de poder, mantém as noções de “potência vencedora” e “países derrotados” e não encontra nem eficiência nem legitimidade nas suas decisões. Não há razões para importantes países desenvolvidos como Japão e Alemanha permanecerem alijados das decisões do CS e nem para países emergentes como Brasil e Índia permanecerem sem voz representativa no Conselho. Para o Brasil, a inação do CS diante das crises da década de 1990, particularmente na Iugoslávia e em Ruanda, o caso da Líbia e a ineficiência em lidar com a crise na Síria são sinais claros de que o CS não está preparado para lidar com os desafios contemporâneos.

A diplomacia brasileira defende, assim, a reforma do Conselho na sua composição para aumentar a eficiência. Dentro do Grupo dos 4 (Brasil, Japão, Alemanha e Índia), o Brasil defende a ampliação dos assentos permanentes e não permanentes, sendo que os novos permanentes teriam direito a veto. A efetivação do direito de veto poderia ser adiada para decisão em conferência posterior segundo uma proposta de flexibilizada apresentada pelo Brasil. Os assentos permanentes deveriam refletir a representatividade dos continentes, bem como os não permanentes.

Segundo o Brasil, além de o país ter credenciais históricas para ocupar o assento permanente desde a Liga das Nações, passando pela quase eleição para sexto membro permanente em 1945, tem legitimidade para tanto. Isso porque é defensor permanente da busca de solução pacífica de controvérsias, contribuiu para diversas missões de paz, a exemplo da atuação marcante na MINUSTAH, que será desmobilizada com sucesso em 2017 e tem atuação constante em temas de paz e segurança.

Além da proposta do G4, há outros grupos importantes, como o United for Consensus e a União Africana, por exemplo, que apresentaram propostas alternativas. As discussões prosseguem nas Nações Unidas, não tendo nenhuma proposta chegado à etapa de votação. Além da atuação dos membros da ONU como um todo para que a reforma prossiga, é determinante que os membros permanentes do CS deem impulso à mudança. Ademais, o Secretário-Geral da ONU também tem papel importante como demonstrou a atuação de Koffi Anan nas suas propostas da década de 1990 e início de 2000. Daí a importância de processos transparentes de eleição do SG.

Pior nota

Anônimo – 13

A criação das Nações Unidas, estabelecidas pela Carta de São Francisco, representou relevante marco no que se refere à prevalência da cooperação nas relações internacionais. Presumia-se que a coordenação multilateral em torno de temas de segurança e de paz global atuaria como dissuasor contra a eclosão de novos conflitos sistêmicos, com as duas guerras mundiais. O Conselho de Segurança constitui o principal pilar desse regime internacional. Sua atual composição, resultado de parcas reformas em 1965 e de sucessões

estatais em 1971 e em 1991, no entanto, não é mais representativa, eficaz e eficiente para combater as ameaças contemporâneas à segurança mundial, de sorte a lançar a luz sobre a constante necessidade de reforma e aperfeiçoamento do Conselho de Segurança (CS).

Em uma perspectiva histórica, a atual conformação do CS é, em grande medida, resultado do final da Segunda Guerra Mundial, uma vez que seus cinco membros permanentes são, também, as cinco principais potências dos aliados que venceram o conflito. Como consequência, o CS representa uma instituição que reflete, sobretudo, experiências anteriores da Liga das Nações, carente de capacidade de atuação para a segurança mundial, e as negociações consubstanciadas nas Conferências de Dumbarton Oaks e Ialta, bem como os princípios da Carta do Atlântico. Esses eventos foram os principais fatores que contribuíram para a consolidação dos dispositivos da Carta da ONU, inclusive o veto do P5. Nas décadas que se seguiram, a descolonização na Ásia e, principalmente, na África acarretaram forte aumento de membros das Nações Unidas, de sorte a justificar a primeira e única reforma do CS, em 1965, pela qual passou a ter 10 membros não permanentes. Salvo a substituição da China taiwanesa pela República Popular e a entrada da Rússia em sucessão à União Soviética, o Conselho não foi mais reformado no que se refere à sua composição, e houve poucos resultados quanto a atualização de conceitos e princípios, como foi o caso do “capítulo VI e meio” das missões de paz.

Diante da noção de que esse órgão constitui uma instituição anacrônica, que não é compatível com a atual realidade multipolar da ordem internacional e que não reflete a diversidade cultural dos países no mundo, o Brasil tem advogado desde pelo menos 1993 a necessidade de promover um “aggiornamento” do CS, de modo a torna-lo mais representativo, eficaz e eficiente. Tendo em vista diversos impasses que ocorreram no seio do Conselho, como no caso da invasão unilateral do Iraque pelos Estados Unidos e da dificuldade de resolver questões como a guerra civil da Síria, assim como os abusos de poder na invasão da Líbia, o Brasil tem apoiado seus pleitos no direito humanitário, na medida em que a crescente securitização de temas promovidos pelo P5 não pode acarretar retrocessos nem justificar a gradual expansão do uso da força por um órgão que carece de legitimidade internacional. Adicionalmente, o país tem argumentado que, diante de desafios “sem fronteiras”, como as mudanças climáticas e o terrorismo transnacional, é essencial que o CS esteja dotado de novos atores que possam promover avanços conceituais e soluções criativas, de sorte a replicar progressos em direção ao multilateralismo, do mesmo modo como tem ocorrido em outros regimes, como o comercial.

Para ganhar maior voz e defender seus pleitos, o Brasil tem-se coordenado com o G4 (Brasil, Alemanha, Japão e Índia), advogando a extensão do CS para 25 membros, com 5 novos membros permanentes. Esse pleito tem sofrido a resistência do Unidos pelo Consenso, grupo composto sobretudo por potências médias, como a Espanha, a República da Coreia e o México, defendendo somente a criação de novos assentos semi-permanentes e de mais membros não permanentes no CS. Adicionalmente, os países africanos têm-se articulado por meio do Consenso de Ezulwini, buscando maior representatividade africana no CS. Como únicos países com poder de veto nas reformas da Carta da ONU, os P5 (EUA, Grã Bretanha, França, China e Rússia) são outros atores fundamentais nas discussões sobre as reformas do CS. Conquanto a maioria dos P5 tenha expressado o apoio à reforma do CS, não apenas de sua composição, mas também de seus procedimentos, como evidenciado pela proposta de “responsible protection” chinesa e pela iniciativa francesa de não usar o veto em casos de violações de crimes contra a humanidade, as

perspectivas futuras do debate são parcas diante de desentendimentos, especialmente entre os P5 euro-atlânticos e a China e a Rússia. É, portanto, necessário que atores intermediadores “articuladores de consenso”, como o Brasil atuem de modo a atenuar resistências sobre a reforma do CS.



Questão 4

O retorno à África foi talvez um dos capítulos mais marcantes da política exterior do Brasil na década de 70 do século XX. Os novos movimentos tornaram o Atlântico cada vez mais mediterrâneo. A visita de presidentes africanos ao Brasil e o intercâmbio de diplomatas e empresários no Atlântico aproximaram a África do Brasil de forma incontestável. Deu-se, afinal, consistência prática aos discursos de aproximação gestados no início da década de 1960 pelo presidente Jânio Quadros. (José Flávio Sombra Saraiva. O lugar da África - A dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias). Brasília: UnB, 1996, p. 133-4 - com adaptações).

Considerando que o texto acima tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo contextualizando e analisando a gestação da política africana brasileira na década de 60 do século passado e a aproximação efetiva com a África na década seguinte. Em seu texto, discuta os fatores que retardaram ou dificultaram a concretização dessa política - especialmente os aspectos políticos que retardaram sua ampla implementação ainda na década de 60 - e a atuação da diplomacia brasileira diante dos desafios então colocados.

Média: 18,57 amp. / 19,14 cotas negros

Desvio padrão: 2,24 amp. / 0,9 cotas negros

Neylor Caldas Monteiro – 20

A política africana brasileira teve sua evolução estritamente atrelada a variáveis tanto internas quanto sistêmicas. Nesse sentido, ainda na década de 1950, o antigo chanceler Osvaldo Aranha já exortava, por meio de correspondência, o governo Juscelino Kubitschek a acompanhar o processo de descolonização que estava em curso naquele continente. Na década seguinte, a Política Externa Independente (PEI) anunciou que apoiaria o processo de descolonização, contudo as poucas iniciativas que redundaram dessa nova diretriz de política externa ficaram limitadas a declarações retóricas que pouco se converteram em aspectos práticos. Em termos sistêmicos, a França governada por Charles de Gaulle decidiu promover a descolonização com mais intensidade, na medida em que as guerras de libertação nacional em suas colônias drenavam muitos recursos; porém o governo de Portugal, chefiado por Antonio de Oliveira Salazar, mantinha postura firme no sentido de continuar a controlar suas possessões ultramarinas. Para o Brasil, restava uma contradição: ainda que João Augusto de Araújo Castro tivesse proferido o célebre discurso dos 3Ds (desarmamento, desenvolvimento e descolonização), as nações europeias continuavam a render melhores resultados econômicos e financeiros que as nações da África, de modo que o Brasil se abstinha em resoluções aprovadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), a despeito das visitas realizadas por representantes dos Estados africanos independentes, em que o apoio do Brasil era solicitado.

Gradualmente, o Brasil passou a rever sua postura em relação ao continente africano, mas segundo uma lógica de avanços e recuos. No governo de Castelo Branco, a África (notadamente a África do Sul) começou a ser percebida como mercado consumidor importante, em uma conjuntura interna de promoção das exportações de produtos manufaturados. Sem embargo, devido a essa postura mais focada na intensificação do comércio e não relutante em realizar comércio com a África do Sul em plena vigência do apartheid, alguns países africanos já independentes e representantes de movimentos de libertação nacional passaram a demonstrar relativa resistência ao Brasil, mormente na África portuguesa.

Durante a década de 1970, o Brasil tentou aproximar-se mais da África, todavia resistiu (no governo de Emílio Garrastazu Médici) a declarar seu apoio às independências dos países africanos colonizados por Portugal. Segundo o então chanceler Mário Gibson Barboza, era possível convencer Lisboa a revisar e acabar com seu colonialismo na África sem confrontar o regime salazarista diretamente na ONU. Essa ambiguidade era refletida na imagem brasileira dentre os países africanos, principalmente porque o Brasil hesitava em condenar a África do Sul.

Somente quando do governo de Ernesto Geisel a política africana brasileira adquiriu contornos políticos condizentes com seus objetivos em termos de interesse nacional. Ao assumir o posto de chanceler, Azeredo da Silveira decidiu imprimir o peso político do Brasil em favor da independência da África portuguesa. Em âmbito multilateral, o Brasil voltou favoravelmente à resolução da AGNU aprovada em 1975 que condenava tanto o apartheid quanto o sionismo como formas de racismo, com vistas a melhorar sua imagem diante dos países africanos. Ademais, a fim de participar mais ativamente das negociações acerca da libertação de Angola, o Brasil criou uma representação especial nesse país. Com efeito, quando da independência declarada, o Brasil reconheceu Angola sob um governo de socialista liderado pelo Movimento para a Libertação de Angola (MPLA), o qual controlava a região mais rica em petróleo, produto desejado pelo Brasil em época de escassez energética. Apesar dos progressos imediatos com Angola, o Brasil demoraria um pouco mais para obter a simpatia do governo de Moçambique.

Graziela Streit Rodrigues da Silva – 20

As relações entre o Brasil e o continente africano sofreram profunda inflexão durante a década de 1970, quando o Brasil abandonou a tese do “lusotropicalismo”, em defesa do colonialismo português, e adotou postura mais assertiva em relação ao regime de “apartheid” na África do Sul, em relação ao qual havia adotado postura, de certo modo, leniente. Para reverter a imagem ruim que o Brasil tinha perante muitos países africanos, a diplomacia brasileira precisou adotar iniciativas que promovessem aproximação entre o país e a África, dentre as quais se destacam o périplo africano de Mário Gibson Barboza, o reconhecimento da independência da Angola e a votação, na Assembleia Geral da ONU, contra o apartheid.

A política africana do Brasil começou a ser delineada durante a Política Externa Independente (PEI), de Jânio Quadros e de João Goulart. Foi nesse momento em que o Brasil nomeou seu primeiro embaixador negro, Raimundo Souza Dantas, para sua embaixada em Gana. Contudo, essa iniciativa foi insuficiente, tendo em vista o pouco apoio

que recebeu Souza Dantas em sua missão e o fato de o Brasil, apesar de condenar publicamente o colonialismo europeu na África e promover a autodeterminação dos povos africanos, silenciar diante do colonialismo português nesse continente. O Brasil adotava a tese do “lusotropicalismo” de Gilberto Freyre, segundo a qual as colônias portuguesas seriam apenas “província ultramarinas”, por influência de tratados de amizade com Portugal e do lobby de grandes comerciantes portugueses no Brasil.

No início da ditadura civil-militar, principalmente nas presidências de Castello Branco e de Costa e Silva, a parca política externa para a África, que estava se desenvolvendo, sofreu forte retrocesso. Pautado pela lógica da Guerra Fria e dos círculos concêntricos, nos quais o continente africano nem mesmo figurava, Castello Branco voltou-se para o conflito Leste-Oeste e para o alinhamento com os Estados Unidos, abandonando a política africana. Durante a presidência de Costa e Silva, alguns pilares da PEI foram retomados, como o universalismo e a diversificação de parcerias e, com isso, foi retomado o interesse pelo continente africano; contudo, sem abandonar a defesa do colonialismo português, essa aproximação não foi possível.

Com a chegada de Geisel à presidência e com o estabelecimento do “pragmatismo ecumênico e responsável”, a aproximação em relação à África tornou-se uma das prioridades da diplomacia brasileira. Entretanto, os países africanos não viam com bons olhos o Brasil, tanto em virtude de sua defesa do colonialismo português quanto em razão de sua postura leniente em relação ao apartheid sul-africano, com o qual o Brasil continuava mantendo relações diplomáticas e comerciais efetivas. Desse modo, a diplomacia brasileira buscou incentivar a aproximação com medidas concretas. O périplo africano de Mário Gibson Barboza não visitou colônias portuguesas, por conta da situação complicada entre elas e o Brasil. Nesse sentido, a partir de 1973, o Brasil passou a condenar tanto o colonialismo português quanto o apartheid. Além disso, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência da Angola, que estava em guerra civil e se tornara independente, sob o governo comunista do MPLA, antes mesmo que a URSS a reconhecesse internacionalmente.

A política externa brasileira para a África foi impactada pelo regime militar, pela defesa do colonialismo português e do apartheid. Assim, durante a década de 1970, a diplomacia brasileira buscou “quitar essas hipotecas” e iniciou o processo de superação do “rio chamado Atlântico”, que sofreu solução de continuidade nas décadas seguintes.

Comentário da Autora

Em função do tempo, não deu tempo de escrever a última palavra da questão (“seguintes”), mas não prejudicou em nada a minha nota. Problemas assim acontecem!

Fernando Sousa Leite – 20

A política africana brasileira foi gestada ainda em 1961, por iniciativa do presidente Jânio Quadros e de seu chanceler Afonso Arinos. No entanto, o cenário de polarização político-ideológica que marcou o governo Quadros, acentuado em razão de sua renúncia e da conseqüente ascensão de João Goulart ao poder, obstou a efetiva implementação da denominada Política Externa Independente (PEI), que contava com orientação para a África. Ainda assim, a década seguinte recuperaria as diretrizes da PEI para o continente

africano, em um cenário de maior estabilidade doméstica, depois de passado o “passo fora da cadência” que caracterizaria o mandato de Castello Branco, logo após a ruptura da ordem democrática em 1964.

Diferentemente de JK que permaneceu silente ao “le soleil des indépendances”, ocorrida em 1960, no qual 17 países africanos adquiriram independência, Quadros e Arinos se propunham a inaugurar, efetivamente, uma política dita africanista. Com efeito, Afonso Arinos é o primeiro chanceler brasileiro a ir ao continente africano em visita oficial. Ademais, durante o governo Jânio é nomeado o primeiro embaixador negro, Raymundo de Souza Dantas, que não era da carreira e que posteriormente escreveu seu livro de memórias intitulado “África difícil: missão condenada”. Além disso, é criada a Divisão de África (DAF), no Itamaraty, como um dos resultados da reforma Arinos. Todas essas são ações que denotam o esforço do então mandatário e de seu chanceler de implementarem uma política africana do Brasil.

Não obstante o empreendimento dessas iniciativas, Quadros não logrou se desvencilhar das manifestações de apoio, ou não condenação, ao colonialismo português na ONU, apesar do apelo que fazia nesse sentido em sua Mensagem Presidencial encaminhada ao Congresso Nacional quando de sua posse ou mesmo em seu artigo publicado após sua renúncia na revista *Foreign Affairs*. Talvez isso se devesse à própria personalidade errática de Quadros, conforme alegaria posteriormente Arinos. Por seu turno, João Goulart constituía um “não governo”, conforme escreve Gibson Barboza, tendo em vista que teve que conviver inicialmente com a chamada “emenda parlamentarista” e não tinha a devida sustentação política. Em suma, a PEI era uma “política externa certa, num governo errado”, como argumenta Barboza.

O advento do regime civil-militar em 1964 também retardaria a concretização da política externa para a África. Nesse mesmo ano, Leopold Senghor, presidente do Senegal, visita o Brasil, mas em resposta a convite feito por Jango, e não por Castello Branco. Este extingue a DAF, que será recriada por Costa e Silva. Em seguida, sob a gestão de Médici, Mario Gibson Barboza realizava aquilo que se tornou conhecido como périplo africano, que não envolvia a visita a países lusófonos. A missão de Barboza também tinha por objetivo recuperar a credibilidade do Brasil, maculada em razão do apoio deste ao chamado ultracolonialismo português. Finalmente, o efetivo abandono do apoio a Portugal na ONU somente se daria na década de 1970, após a Revolução dos Cravos, que destituiria o regime salazarista de Marcelo Caetano.

Apesar de o regime civil-militar ter reconhecido a independência de diversos países africanos após a Revolução dos Cravos – sendo o Estado brasileiro o primeiro a reconhecer o governo socialista do MPLA, em Angola, por exemplo – essa política africana não se fez sem inúmeros percalços, em virtude da demora do país em romper com o colonialismo português e mesmo devido ao seu apoio ao regime segregacionista da África do Sul. Exemplo emblemático nesse sentido é a resistência de Moçambique em aceitar uma representação oficial brasileira em seu território quando de sua emancipação política, aceitando a presença de poucos indivíduos, a exemplo do político Miguel Arraes.

Fábio Coelho Caetano Baptista – 20

A dimensão africana consiste em relevante vertente da estratégia contemporânea de inserção internacional do Brasil. Com efeito, a África é vista como um vizinho do leste, separada por um “rio chamado Atlântico”. Nem sempre, contudo, a política externa brasileira atribuiu esse grau de relevância ao continente africano. Até a década de 1950, o paradigma americanista era por demais predominante na política exterior brasileira para que se pudesse buscar uma aproximação com países do sul geopolítico e grande parte dos países africanos não haviam obtido suas independências. É na década de 1960 que ganha corpo a política africana do Brasil. Naquele momento, fatores políticos e culturais como o luso-tropicalismo, no entanto, ainda impediam sua plena implementação. A diplomacia brasileira teria de aguardar até a década de 1970 para implementar o “retorno à África”.

O interesse brasileiro pela África, gestado durante a década de 1960, não decorria apenas de uma afinidade social e cultural, originada do fenômeno escravista. Àquela época, a África começava a afirmar-se como novo polo de poder nas relações internacionais. Com efeito, a descolonização levou ao aumento exponencial de países na Assembleia Geral. Além disso, os novos países demandavam investimentos, bens e serviços e parcerias para o desenvolvimento. Estratégias mais autônomas de inserção internacional, tais como a Política Externa Independente, também foram idealizadas no Brasil na década de 1960. A África, portanto, tornou-se alvo relevante dos interesses dos idealizadores da diplomacia brasileira, já que a aproximação com os jovens países africanos poderia não apenas satisfazer as necessidades da florescente indústria brasileira, como também constituir alternativa em relação às parcerias tradicionais dos Estados Unidos e da Europa.

A adoção de uma posição nítida de parceria com os países africanos, no entanto, esbarraria nos interesses de um país importante para o Brasil: Portugal. Por mais que, à época, Portugal vivesse às sombras das glórias do passado, o luso-tropicalismo, cujo principal ideólogo, no Brasil, era Gilberto Freyre, exercia forte influência sobre empresários e políticos importantes, que acreditavam na existência de uma “comunidade luso-brasileira”. Essa “comunidade” legitimaria a política colonial portuguesa, já que, segundo o luso-tropicalismo, Portugal se caracterizava por uma relação única e especial com suas colônias, que eram chamadas de “departamentos ultramarinos”. Impossível seria, portanto, ao Brasil, ainda na década de 1960, posicionar-se em foros internacionais de maneira claramente oposta ao colonialismo português. Esse constrangimento impedia que se implementasse, ainda àquela época, a política africana brasileira.

Diante dos obstáculos da ordem político-cultural, a diplomacia brasileira soube contornar as dificuldades: promoveram-se inúmeras iniciativas, entre os anos 1960 e 1970, com o intuito de estreitar os laços diplomáticos entre Brasil e África. Foi designado, por exemplo, o primeiro embaixador negro da história do país. Além disso, destacou-se o périplo africano de Mário Gibson Barboza, que visitou inúmeros países daquele continente e, junto a Ítalo Zappa, constituía um núcleo africanista no Itamaraty. Graças a essas iniciativas, tornou-se inevitável, na década de 1970, que a política africana se implementasse. As necessidades energéticas e econômicas do Brasil haviam-se tornado ainda mais prementes e o regime de Marcelo Caetano havia sido eliminado pela Revolução dos Cravos. O Brasil, portanto, reconheceria, com rapidez, o regime socialista de Angola recém-independente e passaria a votar contrariamente aos interesses de Portugal na ONU. Some-se a esse conjunto de medidas a condenação inequívoca do apartheid na África do

Sul e completar-se-ia a base diplomática sobre a qual se estruturou a política africana do Brasil.

Os laços que ligam o Brasil à África são de múltiplas naturezas e não se resumem à raça, à cultura ou mesmo ao passado acometido pelo flagelo da escravidão. O continente africano consiste em valiosa oportunidade para a diplomacia brasileira, que pode articular seus interesses junto a países que compartilham dos valores e das ideias brasileiras. Por muitos anos, no entanto, os dirigentes pátrios foram influenciados por doutrinas políticas e sociais que impediram que a diplomacia brasileira implementasse, plenamente, seus objetivos junto à África. O estudo da gestação e posterior implementação da política africana do Brasil permite constatar que as Relações Internacionais são igualmente influenciadas tanto por contingências financeiras, econômicas e militares quanto por contextos culturais, sociais e políticos.

Pior nota

Anônimo – 10

É consagrada a interpretação historiográfica que considera que as relações entre o Brasil e o continente africano ao longo da década de 1960 teriam sido marcadas por avanços e recuos. De fato, não se podem ignorar os constrangimentos domésticos de ordem política e mesmo cultural que impediam uma efetiva aproximação brasileira da África, a despeito de algumas incipientes tentativas. Removidos os constrangimentos na década seguinte e evidenciado o potencial estratégico que a relação proporcionaria ao Brasil, foram efetivamente lançadas as bases para uma verdadeira e proveitosa política externa africanista.

Data, pelo menos, de 1955 o início de uma concepção segundo a qual uma aproximação decidida em direção ao continente africano seria vantajosa para o Brasil. Nesse ano, o diplomata brasileiro Adolfo Bezerra de Menezes representou o país na Conferência de Bandung e passou a defender no Itamaraty que o Brasil, país subdesenvolvido com laços históricos, afetivos e culturais com a África, deveria unir-se aos povos africanos em suas demandas por uma ordem internacional mais justa. Prevalencia, no Brasil, entretanto, forte compromisso com o colonialismo português, o que inviabilizava uma relação mais amistosa com os países da África, unânimes em condenar ocupações coloniais.

Na década de 1960, sob a égide da Política Externa Independente, o Brasil passou a condenar fortemente na ONU a política das potências coloniais, votando a favor de resoluções que condenavam França e Reino Unido, por exemplo. O compromisso com Portugal, entretanto, consubstanciado no Tratado de Amizade de 1953, impedia a condenação do colonialismo português em importantes países africanos, como Angola e Moçambique. O lusitanismo brasileiro tinha fundamentos culturais e políticos, sendo seu principal representante, durante o governo Médici, o Ministro Delfim Neto.

Já no início da década de 1970, entretanto, o debate interno é vencido pela ala africanista, liderada pelo Chanceler Gibson Barbosa, que realiza, em 1973, um périplo por 9 países africanos. Com a crise do petróleo, posteriormente, ficaram evidentes as vantagens econômicas que o Brasil poderia extrair, caso superasse seu afastamento em relação

Comentário do autor

O candidato não conseguiu completar a frase devido à falta de tempo, tendo preenchido apenas 31 linhas da resposta.





GEOGRAFIA

Questão 1

Após quatro décadas de política do filho único, a China agora quer mais crianças.

O casamento sempre foi uma instituição de extrema importância e um sinal de status e estabilidade para os chineses, que, por tradição, têm no núcleo familiar a sua referência maior. A pressão em torno do casamento, porém, já não é só dos pais do casal. Desde que flexibilizou, no início de 2016, a política do filho único, em vigor há quase quatro décadas, o Partido Comunista quer que a população volte a crescer aceleradamente. Internet: www.bbc.com - set/2017 (com adaptações).

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, disserte acerca do declínio da política do filho único na China. Ao elaborar seu texto, aborde os seguintes aspectos:

- 1 - consequências da política do filho único durante o período de vigência da lei que a instituiu;
- 2 - transformações na estrutura socioeconômica chinesa que explicam a diminuição do crescimento da população;
- 3 - atual dinâmica demográfica na China e seus impactos no território e na economia nacional.

Média: 26,09 amp. / 23 cotas negros

Desvio padrão: 3,73 amp. / 2,94 cotas negros

Bruno Palazon Imperato – 30

Como já ressaltava George Kennan em meados do século XX, a China é um dos “monster countries”, sendo seu histórico gigantismo demográfico uma das questões definidoras de sua economia, bem como de seu ordenamento territorial. Após a “grande fome”, que marcou o início da China comunista e que matou milhões de chineses, a taxa de natalidade do país passou por uma rápida aceleração, o que começou a pressionar a capacidade do governo de prover a subsistência de sua população. Já entre o final dos anos de 1960 e o início da década de 1970, a China instaurou a política do “Wan Xi Shao”, que visava a estimular a redução da população pela via educativa e do planejamento familiar. Não tendo o sucesso esperado, já durante a fase de Deng Xiao Ping, o país instituiu a

política do filho único, ressalvadas exceções, como para províncias com baixa densidade demográfica e para etnias específicas (os “Hui”, chineses muçulmanos, por exemplo). Essa política, inegavelmente bem-sucedida em controlar (sem, porém, frear) o crescimento demográfico chinês, gerou, todavia, transformações na estrutura socioeconômica do país, assim como foi impactada por ela. Ou seja, a política do filho único e as mudanças econômicas que marcaram as 3 últimas décadas da China passaram por processo de coconstituição.

Durante a vigência da lei, que foi sendo flexibilizada desde o início do governo de Xi Jinping até se transformar em uma política de 2 filhos, as principais consequências, das quais derivam as demais consequências, da política do filho único foram: o desvio de gênero, o envelhecimento populacional, a redução da velocidade do processo de urbanização e a ampliação da capacidade de planejamento estratégico-econômico do Estado chinês. Em relação ao desvio de gênero, como cada família só poderia ter um filho e como, segundo a tradição cultural chinesa, são os filhos homens que cuidam dos pais na velhice (já que, segundo essa visão tradicional, as mulheres deveriam permanecer com as famílias de seus maridos), a população chinesa tornou-se uma das poucas do mundo com maior percentual de homens (aproximadamente 102 homens para 98 mulheres). Deste processo derivam ainda outras consequências como os assombrosos números de infanticídios femininos e a busca de noivas estrangeiras em países vizinhos (por vezes, através da força, de sequestros e da “compra”). Há, também, o envelhecimento populacional, já que a taxa de reposição (2,1 filhos por casal) não é atingida.

Há que perceber, contudo que a política não produziu apenas consequências nefastas. O Estado chinês, após 1949, inicia um processo de rápida industrialização, o que em um país essencialmente agrário, mas que já contava com aproximadamente 600 milhões de habitantes, era preocupante. O avanço e a modernização socioeconômica da China, especialmente antes da Era Deng Xiao Ping, não acompanhavam o ritmo de sua urbanização e, assim, a política do filho único permitiu que o Estado reduzisse a velocidade do processo, já que menos pessoas nasceriam nas cidades e que menos pessoas deixariam o campo rumo aos centros urbanos. Outra consequência, ligada a essa ideia de planejamento e ordenamentos territorial-demográfico, foi a ampliação da capacidade de controle de um Estado que, no contexto das “4 modernizações”, de Deng, iniciava uma virada econômica para a “hiperindustrialização” e para o “socialismo de mercado”, como escreveu Kissinger, em *On China*. A planificação estatal atingiu, na China, o ápice do controle do Estado sobre o indivíduo.

Mesmo que o objetivo da política do filho único tenha sido esse controle da disparada demográfica, seu efeito foi mais mitigador (ao menos em suas 2 primeiras décadas), pois a população chinesa atingiria, na virada do século XX para o XXI, a marca de 1 bilhão de habitantes. Nesse sentido, como mencionado, é importante perceber uma coconstituição entre as “4 modernizações” e a política demográfica, já que, a um só tempo, a China: industrializou-se, controlou sua urbanização conforme um projeto preestabelecido e foi capaz de prover as necessidades socioeconômicas de sua população (como saúde, educação e alimentação). Com a imposição de famílias monofiliais, houve um aumento dos investimentos que cada núcleo familiar poderia fazer em seus descendentes, o que, junto com as paulatinas flexibilizações do sistema socialista, tendeu a criar uma classe média considerável que pudesse se educar e operar a evolução industrial do país, que fazia a transição (décadas de 1990 e 2000) de uma economia de baixíssimo valor agregado para

uma centrada na produção de valor. Com o aumento da classe média chinesa, que hoje, já está próxima de se igualar à população estadunidense, a China iniciou uma transição para a “4ª fase” do modelo de Thompson, onde a população tem menos filhos devido a fatores como: maior participação feminina no mercado de trabalho e percepção negativa dos custos advindos da criação de filhos (esses custos, junto a percepção de que a qualidade de vida depende de mais dinheiro, influenciam poderosamente a diminuição do crescimento da população).

Além desse crescimento da classe média, cabe ressaltar que a China, embora em ritmo mais lento, não deixou de se urbanizar. É justamente com a virada urbana, quando as pessoas vivendo em áreas urbanas superam o número de pessoas vivendo em áreas rurais, que o abandono da política do filho único fez-se tão primordial. Nesse contexto, junto com a instituição da política de 2 filhos, a China passou a ser mais de 50% urbana, em 2016.

A atual dinâmica demográfica chinesa pode ser sintetizada assim: população prevalentemente urbana, envelhecida (em função da não reposição de 2,1 filhos por casal), masculina e em processo de passagem para a classe média. Além disso, há uma considerável emigração de chineses para diversos países, em busca de melhores condições. Em termos de impactos territoriais, isso implica um aumento das manchas urbanas em grandes centros e um paulatino esvaziamento de zonas já com baixa densidade (como as próximas ao deserto de Gobi). O projeto “One belt, One Road” (Nova Rota da Seda), visa a interligar esses espaços vazios e a direcionar o fluxo de mão de obra das cidades para os projetos de infraestrutura. Em termos de impactos econômicos, é notável que, em 2014, pouco antes do abandono total da política do filho único, a China tenha sofrido sua primeira perda absoluta de população economicamente ativa (- 2,44 milhões). Nesse sentido, a dinâmica demográfica chinesa impõe impactos não só puramente econômicos, já que a queda da população economicamente ativa reduz a mão de obra (basilar a uma economia cujo PIB aumenta a taxas impressionantes) e a urbanização e o aumento da classe média força um aumento dos salários pagos (o que encarece a produção), mas também previdenciários, já que há um envelhecimento populacional junto com uma queda de população economicamente ativa, o que pressiona a razão de dependência da economia (população ativa/população inativa).

Observações do autor

1 – Quase todos os erros de português e de conteúdo foram mantidos (só foram alterados aqueles erros que impediam a compreensão do texto).

2 - Como escrever tudo isso em apenas 60 linhas? Canetas de ponta fina (0.6 mm), letra pequena, compressão de palavras (as palavras foram escritas de forma completa para o guia, mas um bom exemplo dessa compressão é: população = pop.) e “double-deckers” (escrever em dois andares na mesma linha; não sempre, mas sempre que for necessário para incluir novas informações lembradas a posteriori).

Carolina Mye Saito – 30

A política do filho único foi estabelecida em um contexto de grande crescimento populacional esperado após a recuperação dos efeitos do “salto para frente”, em 1979. A política foi efetiva, com grande controle social, instituindo registros chamados hukou, que

davam acesso aos serviços públicos, limitados apenas para os primeiros filhos, além da previsão de altas multas àqueles que tivessem uma segunda criança. Apesar de estabelecer algumas exceções, notadamente para famílias com filhos deficientes e algumas minorias étnicas, houve a mudança de hábitos sociais, com apoio de propagandas políticas. Não obstante o êxito do objetivo de desacelerar o crescimento populacional, diversas consequências negativas à manutenção do desenvolvimento socioeconômico começaram a surgir, dessa forma, em 2016, houve a liberalização para o segundo filho que, no entanto, pode não ser medida suficiente para reverter as dinâmicas demográficas hodiernas.

Houve diversas consequências devido à política do filho único. Uma das mais graves é o desvio de gênero, porquanto a sociedade valorizava mais filhos homens para sustentarem a família, abandonando e abortando filhas. Consequentemente, há mais homens do que mulheres na China, o que limita os efeitos da liberalização do segundo filho. Ademais, o desvio de gênero relaciona-se com o problema do número crescente de idosos, uma vez que se espera, culturalmente, que as mulheres da família cuidem de seus parentes na velhice. Adicionalmente, se, por um lado, a política permitiu que a China chegasse ao período do bônus demográfico de modo acelerado (com menor razão de dependência), por outro, prevê-se que o período temporal do bônus chinês esteja sendo relativamente curto, devendo acabar em 2020, antes de que o país chegue ao nível de uma economia desenvolvida. Desse modo, o Estado terá maiores gastos com saúde e previdência de idosos, sem ter alcançado uma renda per capita elevada, simultaneamente à diminuição da disponibilidade de mão de obra. Durante a vigência da política, famílias sem condições de pagarem as elevadas multas de seu descumprimento tiveram crianças sem acesso a serviços públicos, dificultando, também o acesso ao mercado de trabalho, causando uma forte mudança de hábitos, intensificada com a urbanização.

A crescente urbanização causa, por si só, a tendência de diminuição do número de filhos, devido aos custos de vida mais elevados, superando os benefícios de se ter mais mão de obra familiar, como no campo. Na China, devido ao sistema de passaportes e do oferecimento de serviços públicos apenas para pessoas registradas nas localidades, tentou-se evitar uma urbanização demasiadamente acelerada. Não obstante, o país passou a ter a maior parte de sua população urbana em 2011, o que trouxe benefícios e desafios. Por um lado, a urbanização gerou o crescimento da demanda por infraestrutura e de bens, impulsionando a economia. Por outro lado, houve a concentração populacional em áreas litorâneas, aumentando disparidades regionais. A tendência de queda demográfica da urbanização e do filho único adicionaram o aspecto da elevação de custos do trabalhador que, recentemente, em termos de poder de compra, ultrapassou o salário pago aos brasileiros em média. A elevação do nível de renda das últimas décadas reforça o crescimento do custo de vida e a diminuição do número de filhos.

De acordo com o XIII plano quinquenal, o governo espera duplicar seu PIB e ter 60% da população urbana. Esses objetivos vinculam-se ao gradual fim da política do filho único, que, inicialmente, em 2013, era restrita a pessoas que fossem filhos únicos. Não obstante, a rápida desaceleração do crescimento populacional e a ineficácia dessa medida fizeram que o governo acabasse por liberar o segundo filho em 2016. Em contrapartida, ainda não está claro se essa política será capaz de reverter os hábitos de mais de 40 anos de política do filho único, além das questões da disparidade quantitativa de gênero. Além disso, o número crescente de idosos indica alterações na estrutura produtiva, porquanto eles tendem a consumir mais serviços do que bens. O crescimento embasado em grandes obras

de infraestrutura também será dificultado com a mudança demográfica, o que levou o governo a priorizar o desenvolvimento de áreas de pesquisa de ciência e de tecnologia, que tendem a demandar menos trabalhadores, mas mais qualificados. Atualmente, há, ademais, o problema do modelo 4-2-1, com 4 avós, 2 filhos e 1 neto, demonstrando o peso econômico a ser sustentado pelos descendentes. Apesar disso, não há iniciativas para que haja alguma política de imigração, o que poderia estimular algum crescimento populacional, além de aumentar a oferta de trabalhadores. Consequentemente, há uma “corrida contra o tempo” por parte do governo, para alterar hábitos da coletividade e a própria estrutura econômica, com programas de incentivo ao desenvolvimento de regiões do interior e o estímulo ao segundo filho, mas sem fornecer direitos trabalhistas e com diversos problemas ambientais, que também são fatores que desestimulam alterações demográficas.

A reversão de hábitos da coletividade é de difícil êxito na questão demográfica devido à urbanização e aos custos de vida decorrentes. Na China, soma-se a isso o efeito psicológico da pressão governamental, além do desvio de gênero, que limita os efeitos da liberação do segundo filho. Em 2016, houve crescimento populacional, mas principalmente no número de primeiros filhos. Em 2017, aponta-se para o crescimento do número de nascimento de segundos filhos, mas que dificilmente alcançarão a proporção necessária para a postergação do fim do bônus demográfico. Dessa maneira, a China lida com diversos óbices ao objetivo de alcançar o desenvolvimento, sendo que a liberação pode ter ocorrido tardiamente.

Fernando José Caldeira Bastos Neto – 30

A China possui uma dinâmica e um ritmo demográfico bastante característico. Após o fracasso das reformas socioeconômicas propostas por Mao Tse-Tung, na esteira da revolução cultural, o Estado chinês se viu num contexto de crise não apenas econômica mas demográfica. A precária estrutura agrária do país que, apesar de ser um dos maiores territórios do mundo, possui relativamente poucas áreas propriamente cultiváveis, todas elas concentradas na região leste e sul da China, agravaram a situação. O governo chinês, ao se ver perante um cenário de estagnação econômica, optou por incluir em suas reformas modernizadoras a política de filho único. O objetivo era mais que puramente econômico: a política de filho único servia o propósito de evitar uma convulsão social e a eventual perda de controle de territórios por parte da China em virtude de elevado grau de dependência do cenário demográfico chinês de então.

Assim, é possível afirmar que a China foi bem sucedida em sua política. Normalmente, o Modelo de Thompson supõe que fenômenos como a urbanização são os principais responsáveis por uma mudança de hábitos e de cultura que, associada à melhora nas condições de acesso a equipamentos de saúde, inicialmente reduz a taxa de mortalidade, posteriormente provocando uma redução nas taxas de natalidade. No caso específico da China, o governo chinês impôs à população graves sanções àqueles que tivessem mais que um filho, de tal maneira que aquilo que, pelo modelo de Thompson, ocorreria de maneira natural e paulatina, pela força da lei chinesa ocorreu de maneira acelerada pela pressão do Estado. A partir da década de 70, portanto, a China observou um sensível declínio no ritmo de crescimento de sua população. Ao contrário de países como a Índia, que tiveram maiores dificuldades para implementar políticas de controle de

natalidade, possivelmente pelo grau de controle que o governo exerce sobre a população, a pressão demográfica foi controlada. A questão que permanece é em que grau a política de filho único não funcionou de maneira rápida demais.

Já a partir da década de 70, mas principalmente a partir da década de 80, a China passará por transformações socioeconômicas notáveis. A industrialização chinesa será responsável por um crescimento urbano aceleradíssimo, nos moldes da terceira onda de globalização, típicas da segunda metade do século XX. Tal crescimento e fenômeno de urbanização provocará impactos profundos na estrutura social chinesa, não apenas alterando a dinâmica territorial de um país tradicionalmente agrário, mas dando incentivos à população a ter menos filhos, como ocorre em outros países conforme descrito no modelo de Thompson. A rigor, contudo, a política de filho único dará maior intensidade à passagem da fase 2 à fase 4 do modelo. O aumento do custo de vida nas cidades, o menor incentivo a ter filhos como solução de mão de obra para as famílias rurais, todos esses elementos são causas da diminuição da taxa de natalidade que acaba por cair mais rapidamente do que o esperado. A geração de “baby boomers”, como ocorreu na Europa e na América do Norte, será sustada pelo governo chinês. Evidentemente, o cenário demográfico na Ásia do leste costumava ser distinto, na medida em que o modelo de rizicultura irrigada incentivou por séculos o amplo aumento populacional. A dinâmica da urbanização alterou este cenário.

Não é possível afirmar que tais políticas tenham ocorrido sem qualquer resistência ou impactos nocivos por parte da população. Há relatos de preferência por filhos homens, mais apropriados para a mão-de-obra e a conseqüente recusa de filhas mulheres. A política de reassentamento de populações inteiras por parte da China também faz parte desse quadro. Capazes de construir cidades inteiras a partir do zero em relativo pouco tempo, os chineses reconhecem em sua população, a maior do mundo atualmente, um claro recurso de poder geopolítico. Neste sentido, agora que a população chinesa dá sinais de estagnação, agravada por todos os fatores mencionados, a China procura manejar sua situação demográfica ao seu favor, tentando se antecipar a futuros problemas.

Para Gérard Dumont, o maior problema demográfico do século XXI não será o aumento populacional, como previam malthusianos e neomalthusianos. Do contrário, o maior problema, segundo o geógrafo francês, será o envelhecimento populacional. Neste sentido, ao passo que a China, após mais de 30 anos de crescimento econômico ininterrupto, promove um novo rearranjo e ajuste de rumos, o rápido envelhecimento populacional pode vir a ser um problema grave. A China apenas recentemente passou a contar com legislação trabalhista, de modo que uma maior pressão previdenciária está no horizonte do país. Ao passo que a China se consolida como uma economia de serviços, uma maior classe média urbana pode demandar melhores aposentadorias. A atual dinâmica demográfica já aponta para o fim do bônus demográfico e uma retomada de níveis preocupantes do grau de dependência do país. Dessa vez, o cenário é ainda mais preocupante porque a parcela de dependentes da pirâmide etária chinesa não são mais crianças, como era durante um período de elevadas taxas de natalidade. Agora, os dependentes chineses são cada vez mais idosos, o que significa que não poderão ser futuramente incorporados nas cadeias produtivas. Caso a China siga o mesmo rumo, a eventual redução da população economicamente ativa terá efeitos graves e preocupantes para a economia chinesa com possíveis efeitos sociais.

Em termos demográficos, a China é um país de extremos. Da redução absoluta da população durante reformas da década de 60, passando pela política de filho único após a recuperação da taxa de natalidade, até o momento atual de paulatino envelhecimento populacional, a China chama atenção não só pelo seu poder demográfico, como pela atenção dispensada pelo Estado chinês a esse tema. Nesse sentido, há que se observar atentamente a dinâmica demográfica chinesa, já que seus impactos não se restringem à China, mas a todo o mundo. Ainda é cedo para dizer que a China seguirá um envelhecimento nos moldes japoneses, mas previsões já mostram que a Índia e o continente africano agora são aqueles com maior crescimento no mundo. Há que se observar essas novas dinâmicas.

Matheus Machado Hoscheidt – 30

A estrutura demográfica chinesa, fortemente influenciada pelos ditames da Cúpula do Partido Comunista, sofreu mudanças significativas nos anos recentes. A política do filho único, marco normativo do controle estatal sobre a estrutura demográfica, alterou consideravelmente o ritmo das dinâmicas populacionais, acelerando o processo de envelhecimento relativo. Somado a essa política, outros fatores socioeconômicos também contribuíram para as novas realidades demográficas, gerando impactos significativos no território e na economia chinesas.

A consequência da política do filho único, desde sua criação até 2016, foi a aceleração do processo de redução da taxa de natalidade chinesa. De modo análogo, engendrou um relativo envelhecimento da população – que ainda é uma das mais jovens do mundo e possui altas taxas de crescimento populacional, mas que cresce a taxas decrescentes. A razão de dependência da população chinesa (relação entre população em idade inativa e população em idade ativa) é de cerca de 35%, e vem crescendo com a entrada de jovens à idade adulta. A redução das taxas de crescimento da população chinesa permite enquadrar o país na terceira fase do modelo de transição demográfica de Warren Thompson, na medida em que, após o boom demográfico entre 1970 e 1990, as taxas de natalidade passaram a reduzir-se a patamares mais próximos dos níveis de mortalidade, graças à política de filho único.

Além da questão normativa, diversas transformações socioeconômicas explicam a diminuição do crescimento populacional chinês, sendo a principal delas a formação de uma classe média urbanizada e com altos níveis de escolaridade. Desde a “política das quatro modernizações” de Deng Xiaoping, a economia chinesa apresentou taxas significativas (>10%) de crescimento econômico, o que foi endossado e fortalecido, posteriormente, com as políticas de ascensão e de desenvolvimento pacífico de Hu Jintao no início dos anos 2000. O modelo de integração econômica global da China envolveu a constituição de modernas Zonas Econômicas Exclusivas, constituindo, para tanto, novos centros urbanos que requeriam uma população educada em setores de TI e design de produto, bem como de uma elite burocrática para expandir a capacidade estatal do Partido Comunista. Essas mudanças ensejaram um verdadeiro êxodo rural do interior centro-meridional chinês em direção às costas orientais do território, fornecendo à nova classe média educação preventiva e métodos anticoncepcionais que inexistiam no campo. Além disso, o aumento significativo dos salários reais e do custo de vida nas cidades, que ensejaram a migração das

diversas indústrias de trabalho pouco especializado para países vizinhos (como Vietnã e Laos), também colaborou para o planejamento familiar autônomo no sentido de limitar a natalidade do núcleo de família. Esse processo de urbanização rápida e de crescimento da classe média ainda é promovido pela gestão de Xi Jinping, com o foco do 13º Plano Quinquenal de expansão do mercado interno e de resolução de problemas ambientais relacionados a uma urbanização macrocéfala.

A atual dinâmica demográfica chinesa, bem representada pela terceira fase do modelo de Warren Thompson, indica uma diminuição das taxas de crescimento populacional. A dinâmica que ensejou a atual estrutura demográfica teve impactos marcantes no território. O desenvolvimento econômico e urbano deu-se com foco concentrado em grandes capitais litorâneas (Pequim, Xangai e, posteriormente, Hong Kong). Como consequência, constituíram-se relativos vazios demográficos em regiões centro-setentrionais do território, marcadamente nas regiões de fronteira desértica com a Mongólia e no extremo ocidental com a província de Xinjiang. Esses vazios consolidam, por vezes, fronteiras porosas, nos marcos de limite capilar de Cuisinier-Raynal, permitindo a ascensão de movimentos terroristas e separatistas. A má distribuição da população no território também é central para o entendimento de conflitos territoriais com a Índia, tanto na região da Caxemira quanto em Arunachal-Pradesh. A recente iniciativa One Belt One Road, ciente desses problemas, busca ampliar a ocupação de anecúmenos do território e de fronteiras porosas, como demonstra a ligação da região de Kunming à cidade de Vientiane no Laos e o Corredor Econômico China-Paquistão. Além das consequências territoriais, a atual dinâmica demográfica impacta a economia nacional. Deve-se esperar, progressivamente, o aumento das classes médias. Ademais, com a aceleração da redução do boom demográfico, é possível vislumbrar uma alteração das taxas de poupança da população, uma vez que, nos marcos da Teoria do Ciclo de Vida de Ando-Modigliani, as populações mais jovens tendem a poupar mais que as adultas. Com a redução das taxas de poupança, cabe inferir uma manutenção ou redução da capacidade de investir do Estado chinês.

A política do filho único engendrou diversas modificações na estrutura demográfica chinesa. Como consequência, alterou-se também a distribuição espacial das populações, bem como a estrutura socioeconômica. A constituição de uma classe média urbanizada está intimamente ligada a essas novas dinâmicas. A condição atual da população chinesa enseja novos desafios a serem discutidos no vindouro 19º Congresso do Partido Comunista Chinês, como os problemas ambientais e para a saúde advindos de uma urbanização macrocéfala e a gestão do desenvolvimento em regiões de anecúmeno.

Pior nota

Anônimo – 17

Em razão do tamanho de sua população, a China teve de estabelecer políticas específicas para controlar seu crescimento demográfico. Este ocorreu aceleradamente até a década de 1960, mais pela melhora da qualidade de vida no campo do que em razão da urbanização. O "Grande Salto para Frente", de Mao Tsé-Tung, interrompeu essa tendência de crescimento demográfico, a qual foi ainda mais relativizada com a adoção da política do filho único, em 1979. A política, de fato, conteve o ímpeto do crescimento demográfico,

mas não sem ocasionar efeitos adversos, em particular o envelhecimento precoce e a prática de aborto forçado de bebês do gênero feminino. Atualmente, verifica-se flexibilização do controle demográfico, tanto para coibir efeitos deletérios dele advindos quanto para manter quantidade de mão de obra que sustente o crescimento econômico chinês.

Pode-se afirmar que a política do filho único atingiu seu principal objetivo, qual seja, o de conter o crescimento populacional chinês acelerado. Excedentes populacionais podem causar escassez de alimentos, gerar mão de obra ociosa e deteriorar a qualidade de vida nas cidades. As consequências do crescimento populacional chinês ainda hoje são verificadas, como em Pequim, onde há falta de espaço, escassez de habitações e poluição acima de limites internacionais. O controle demográfico, outrossim, fez que a população chinesa envelhecesse comparativamente mais rápido, uma vez que, a cada casal, somente era permitido ter um filho, o que diminuiu a proporção de pessoas jovens no país. Havia exceções a essas regras, como aquela que permitia a casais de origem étnica minoritária ter dois filhos. As ressalvas, entretanto, não foram suficientes para conter o aumento do número de feminicídios. Por razões sociais e culturais, casais chineses preferiam ter homens a mulheres. No caso de constatação de gestação de uma menina, abortava-se para engravidar novamente. Essa prática resultou em desvio de gênero importante na China, onde hoje há mais homens do que mulheres.

Junto às mudanças promovidas pela política do filho único, a China também passou por transformações em sua estrutura socioeconômica que contribuíram para a diminuição do crescimento populacional. Atualmente, a China é um país majoritariamente urbano. Nas cidades, o custo de vida é mais alto e a taxa de mortalidade infantil é menor. Esses fatores fazem que as pessoas optem por ter menos filhos – ou não ter nenhum. Padrões comportamentais também foram alterados, e ter filhos deixou de ser uma obrigação para os indivíduos e se tornou uma possibilidade.

A urbanização chinesa está associada à mudança de sua estrutura econômica, que passou a pautar-se crescentemente pela industrialização. O trabalho no setor secundário da economia faz que cresça a mão de obra urbano-residente, em padrão que se mantém na atualidade. Com mais moradores urbanos e com êxodo rural, também proporcionado pela industrialização, o crescimento populacional tende a continuar diminuindo.

Contemporaneamente, os governantes chineses verificam que, ao contrário da contenção estabelecida pela política do filho único, é necessário relativizar o controle demográfico. São necessários mais jovens para financiar os gastos previdenciários, majorados com o envelhecimento populacional. Para coibir feminicídios, autorizou-se que casais que tenham mulheres possam ter outro filho. Flexibilizaram-se ainda mais as regras para minorias étnicas, em particular para aquelas que vivem no oeste do país, que é menos povoado (mais de 90 da população chinesa vive no leste) e que necessita de maior integração com o núcleo econômico e político. Por fim, o controle demográfico foi flexibilizado para manter estoque de mão de obra adequado, para que se viabilize a manutenção do crescimento econômico chinês. Em um contexto em que a economia chinesa se concentra menos no setor externo e fortalece o mercado interno, a manutenção do crescimento populacional seria imprescindível para que o objetivo de promover desenvolvimento econômico fosse atingido.

Entre 1979 e 2016, a população e a economia chinesas passaram por alterações que influenciaram sobremaneira a dinâmica demográfica do país. A política do filho único foi

exitosa em conter o crescimento populacional, mas não esteve isenta de problemas, como o ocasionamento do envelhecimento precoce da população e a prática de feminicídios. Com o crescimento industrial, a urbanização e a mudança de padrões comportamentais, a contenção do crescimento demográfico chegou ao ponto em que necessita ser convertida, ou ao menos flexibilizada. Essas são as mudanças que ocasionaram a alteração das diretrizes políticas chinesas. Atualmente, o país busca equilíbrio demográfico que garanta padrão de crescimento sustentável e que não deteriore a qualidade de vida da população.



Questão 2

Nas últimas décadas, o setor agrícola brasileiro cresceu rapidamente com base na produtividade, bem como na expansão e consolidação da fronteira agrícola nas regiões Centro-Oeste e Norte do país. Além de atender ao mercado interno, a produção agrícola destina-se à exportação, com a participação de novos parceiros comerciais. A agricultura no Brasil contribui, ainda de forma importante para o fornecimento de energia no país. A utilização de energia renovável da agricultura está composta principalmente por biomassa, pela energia hidráulica e pela lenha. Toda essa trajetória de expansão está associada a pressões ambientais sobre o território brasileiro e seus recursos em escala de modo nenhum desprezível, o que suscita a preocupação com o conseqüente comprometimento da capacidade produtiva dos agroecossistemas, resultante de diversos sistemas de lavoura praticados nas diferentes regiões do país. Assim, os impactos ambientais associados ao setor agrícola tornam a ampliação do debate sobre meio ambiente e desenvolvimento necessária, o que envolve não só as relações entre gestão ambiental e agricultura, mas, igualmente, a agenda diplomática de diversos países e a pauta das negociações intergovernamentais.

Considerando a necessidade de exame da política ambiental no contexto produtivo do país, disserte sobre a problemática acima apresentada, incluindo exemplos específicos e abordando as características de ecossistemas brasileiros e a necessidade de um efetivo gerenciamento ambiental. Em seu texto, atenda, ainda, ao que se pede abaixo.

- 1 - Evidencie os impactos ambientais relativos às atividades agrícolas praticadas nas diversas regiões brasileiras, levando em conta biomas, ecossistemas e domínios encontrados nessas regiões, já que assumem caráter diferenciado conforme condicionantes locais.
- 2 - Comente a necessidade de gerenciamento ambiental efetivo frente aos custos ambientais associados à implantação de modelos agrícolas intensivos na utilização de recursos naturais, ressaltando o papel fundamental das políticas ambientais no Brasil.
- 3 - Discuta a incorporação da variável ambiental na evolução das trajetórias tecnológicas na agricultura a partir do paradigma da sustentabilidade e a exigência de marcos fundamentais para a gestão ambiental no país.
- 4 - Comente sobre os custos ambientais da inserção do Brasil no mercado global, bem como as possíveis restrições ambientais de caráter comercial, e o atendimento ao crescimento da demanda interna relativamente aos produtos agrícolas, considerando a segurança alimentar e energética.

Média: 21,17 amp. / 20,86 cotas negros

Desvio padrão: 2,28 amp. / 2,86 cotas negros

Fernando José Caldeira Bastos Neto – 26

A atividade agrícola é atualmente uma das principais responsáveis pelos impactos ambientais em boa parte das regiões, biomas, ecossistemas e domínios morfoclimáticos do Brasil. Assim, desde a década de 70, quando o Brasil desenvolveu a tecnologia que lhe permite, por meio do ajuste da acidez do solo, cultivar soja no cerrado, este bioma está em risco. Mais do que isso: relatórios bastante preocupantes indicam que a situação do cerrado é dramática. Menos midiático que a Amazônia, o cerrado é possivelmente o maior bioma brasileiro e fundamental para o equilíbrio de nossos ecossistemas. Além disso, chama a atenção a principal atividade responsável pelo desmatamento na Amazônia: a pecuária. Profundamente improdutiva, a produção de carne no Brasil está baseada num modelo muito mais extensivo do que intensivo, de modo que a terra barata na fronteira amazônica surge como região “ideal” para esses investimentos. Sem um claro e efetivo combate a essas práticas nocivas, sem o reconhecimento de que a floresta, por conta de suas inestimáveis riquezas em termos de biodiversidade, vale mais em pé, é possível esperar que tanto a Amazônia quanto o cerrado estejam ameaçados. Além disso, a própria mata das araucárias é a região mais devastada, hoje muito pouco preservada, em virtude do uso intensivo da lenha. O mesmo pode ser dito da Mata Atlântica que, apesar de possuir uma série de normas que regulamentam sua proteção, é, em virtude da conformação populacional do território brasileiro, um dos biomas mais devastados.

Quanto ao gerenciamento ambiental efetivo, cabe mencionar o caso do PPCdAm, política governamental implementada pelo Ministério do Meio Ambiente no ano de 2004. O gerenciamento, pela primeira vez realizado com uma mentalidade de longo prazo, não mais simplesmente para resolver uma situação emergencial, logrou rápido sucesso e, em última instância, retirou o Brasil do rol de vilões ambientais. O plano consistia em uma série de medidas de monitoramento, controle e incentivo a práticas mais sustentáveis no contexto amazônico. Neste sentido, o PPCdAM é modelo para outras iniciativas menos bem sucedidas como o PPCerrado, que não tem logrado o mesmo êxito. Quanto à exploração de recursos naturais na Amazônia, cabe mencionar o complexo dos Carajás no Pará, que revolucionou a oferta de minério de ferro no mundo. No contexto do maior desastre ambiental da história do Brasil, no Rio Doce, causa preocupação a possibilidade de novos projetos de mineração na Amazônia. Uma tragédia das proporções do Rio Doce no Rio Amazonas não apenas mancharia para sempre a imagem do Brasil como provocaria um dano ambiental inestimável. No que tange à exploração de energia hidrelétrica na Amazônia, o exemplo da usina de Balbina é particularmente preocupante pela sua baixa produtividade e alto custo ambiental. Apesar da bacia Amazônica ser uma das maiores do mundo, seu baixo declive impede a construção de complexos hidrelétricos mais eficientes como as do Rio Paraná. A técnica de fio d’água, apesar de provocar menores alagamentos, gera menos energia em média, particularmente em momentos de seca do rio. Assim, causam preocupação as usinas de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio, a primeira pelos impactos socioambientais no Xingu, e as duas últimas por estarem localizadas no Rio Madeira, na parte ocidental da Amazônia, considerada de valor estratégico por planos de desenvolvimento como o “Amazônia Sustentável” de 2008.

Para Bertha Becker, a Amazônia seria a “incógnita do Heartland”, na medida em que caberia ao Brasil escolher que tipo de desenvolvimento deveria ser realizado na região. Neste sentido, a constituição da Amazônia Legal em três diferentes regiões: o arco da

ocupação consolidada, a Amazônia oriental e a Amazônia ocidental apontam para uma preocupação totalizante da região. Proteger a Amazônia seria encontrar meios de exploração sustentável da biotecnologia a partir do conhecimento de povos tradicionais, assim como seriam incorporados ao projeto regiões ligadas à soja e à pecuária. Proteger a Amazônia, neste sentido, envolveria necessariamente incorporar ganhos de produtividade à pecuária e à soja. O aumento da produção de soja deveria ser realizado por expansão vertical através de ganhos de tecnologia. Por outro lado, um aumento de produtividade na pecuária significaria uma menor pressão econômica pelo desmatamento. Tais objetivos são notoriamente de difícil alcance. Marcos ambientais mais recentes como o último código florestal indicam claros retrocessos na política ambiental brasileira. A força da bancada ruralista no Congresso também dificulta que aconteça a incorporação do paradigma da sustentabilidade na região.

Atualmente, no caso particular do desmatamento amazônico, a expansão pecuária depende do nível de preços interno e externo e do grau de inserção internacional e o crescimento da economia. Nos últimos anos, nota-se uma sensível piora nos índices de desmatamento da Amazônia. A crise, contudo, concedeu algum alívio muito recentemente. A recessão provoca menor nível de renda na população e conseqüentemente diminuição no preço da carne. Os indicadores, contudo, permanecem preocupantes. Boa parte das metas do Brasil junto ao acordo de Paris demandam uma política efetiva de combate ao desmatamento. Caso a tendência atual se confirme, o Brasil, que poderia ser liderança no tema ambiental, na vanguarda da sustentabilidade do mundo, poderá pagar caro pela falta de senso estratégico. A redução do apoio norueguês ao Fundo Amazônia é um sinal que precisa ser considerado.

Além disso, em termos de segurança ambiental, é digno de nota que, apesar da importância da soja em nossa balança comercial, a grande maioria dos produtos que compõem a alimentação do brasileiro é produzida pela agricultura familiar. Em termos produtivos, a agricultura familiar produz em termos relativos tanto quanto os produtos de agroexportação, sem sequer se aproximar do mesmo nível de financiamento e uso extensivo da terra. Além disso, caso a agroexportação ocupe o lugar da agricultura familiar, o Brasil terá razões para se preocupar com sua segurança e soberania alimentar. Como se não fosse o bastante, a agricultura é responsável pela maior parte de nosso consumo hídrico. Isso significa que, na prática, o Brasil, um dos maiores repositórios de recursos hídricos do mundo, pode estar na verdade exportando água, algo que alguns autores conceituaram como água virtual. Neste sentido, os compromissos internos e internacionais do Brasil em matéria ambiental provocam preocupação em particular por conta dos rumos que o País tem seguido de modo a debelar a recessão econômica dos últimos anos.

Graziela Streit Rodrigues da Silva – 26

No Brasil, a expansão do Complexo Agroindustrial (CAI) é importante fator de promoção de crescimento econômico, urbanização e de integração territorial; contudo a expansão e a consolidação da fronteira agrícola, para fins de produção de alimentos ou de insumos energéticos, tem impactado os diferentes biomas brasileiros. Nesse sentido, a busca por um modelo que consiga associar a necessidade de desenvolvimento e a proteção ambiental tem sido o foco de diversas políticas ambientais racionais, que visam fazer a

transição para um modelo técnico-ecológico de desenvolvimento sustentável. Esse processo apresenta desafios relacionados à tensão entre restrições ambientais e a inserção do Brasil como grande produtor global de produtos primários e de insumos energéticos para biocombustíveis.

A consolidação e a expansão do CAI tem gerado diversos impactos nos distintos biomas brasileiros. Na Mata Atlântica, onde a expansão é mais antiga, as atividades agrícolas geraram profundas perdas de cobertura vegetal e de biodiversidade. O mesmo ocorreu nos Pampas, onde a pecuária tem causado arenização do solo. No cerrado, nas regiões do Centro-Oeste e do MAPITOBA, atividades agropecuárias causam perda de cobertura vegetal e contaminação das águas, o que assume grave relevância nesse “berço das águas” brasileiro. Além disso, queimadas e incêndios criminosos aumentaram nesse bioma. Na Amazônia, a agropecuária tem gerado perda de biodiversidade, contaminação do solo e das águas subsuperficiais e desmatamento, o qual compromete a circulação pluvial de todo o território brasileiro, através dos “rios voadores”.

Tendo em vista todos os impactos ambientais causados por atividades agropecuárias, a expansão da fronteira agrícola sob a lógica de “economia de fronteira” tem sido repensada por diversas políticas ambientais brasileiras, que visam à transição para um modelo técnico-ecológico de desenvolvimento sustentável, o qual possa ser replicado continuamente sem promover o exaurimento dos recursos naturais. Nesse sentido, marco dessa preocupação foi o lançamento do PPCDAm, que, além de conter o desmatamento por meio de monitoramento e fiscalização, promove atividades sustentáveis para a Amazônia. O sucesso do PPCDAm estimulou o lançamento do PPCerrado e do PPCatinga, que buscam proteger os respectivos biomas e promover sustentabilidade. O Plano Amazônia Sustentável propõe, ainda, uma série de diretrizes às quais as atividades econômicas na Amazônia precisam obedecer é considerado marco do desenvolvimento sustentável. Outras políticas, como a PNMC e a PNMLT também buscam diminuir a degradação ambiental de forma associada ao desenvolvimento nacional.

A incorporação da variável ambiental na agricultura, por meio da tecnologia, foi estimulada pela ideia de sustentabilidade econômica e pela exigência das políticas ambientais brasileiras, como o PPCDAm, o PAS e a PNMC. Exemplo dessa incorporação é o plano ABC, que visa à integração lavoura-pecuária-floresta, de modo a conter o desmatamento e aumentar a produtividade da agropecuária. Outros importantes exemplos são as inovações na área de irrigação agrícola, um sistema de gotejamento, e o uso de lenha de replantio para a produção de carvão vegetal, fonte importante de energia em muitas localidades.

Importantes desafios para a transição para um modelo técnico-ecológico são a inserção brasileira na economia global como produtor primário de insumos alimentares e energéticos e a própria demanda interna de energia e alimentos. Nesse sentido, destaca-se o papel da soja – que se destina tanto à produção de biocombustíveis quanto à alimentação – e da cana-de-açúcar, destinada à produção de açúcar e de biomassa. Ambos os insumos sofrem tensão entre a produção para fins de exportação e para a segurança energética; entretanto a expansão horizontal da produção deve ser aliada à expansão vertical e à preocupação com a sustentabilidade.

A expansão do CAI, no Brasil, seja para a produção de alimentos, seja para energia, tem gerado impactos ambientais nos diferentes biomas, os quais tem sido combatidos por

políticas ambientais e inovações tecnológicas. Contudo, o modelo econômico brasileiro ainda apresenta desafios a serem solucionados.

Comentários da autora

Como a questão exigia muitas informações em um espaço limitado, o uso das siglas foi essencial para economizar linhas. Percebe-se que nem cheguei a explicar alguns dos acrônimos, mas, partindo do pressuposto que a banca muito provavelmente os conhece, optei por usar o espaço para adicionar tanta informação quanto coubesse.

Fernando Souza Leite – 26

Atualmente, verifica-se a ocorrência de impactos ambientais relativos às atividades agrícolas praticadas em diferentes regiões brasileiras, a exemplo do aumento do desmatamento resultante da expansão da cultura da soja na Amazônia e no Cerrado, acentuando-se, neste caso, na região do MATOPIBA. Nesse contexto, pode-se evidenciar que a política ambiental brasileira segue uma trajetória de avanços e recuos, que congrega iniciativas consideradas exitosas, como o PPCDam e o Plano Amazônia Sustentável (PAS), com retrocessos como aquele representado pela promulgação do Novo Código Florestal, que traz em seu texto o instituto da anistia a ser conferidos àqueles que desmataram até determinada data, além de reduzir consideravelmente áreas a serem protegidas em torno da nascente de rios e de encostas, entre outros aspectos estarrecedores.

Em consonância com o sucesso obtido pelo PPCDam, há intenção de que esse êxito se repita em biomas não florestais, como o Cerrado (PPCerrado) e a Caatinga (PPCatinga). Ademais, a preocupação em relação à preservação do Pantanal mato-grossense, uma vez que a soja se expande significativamente pelo território dessa unidade da Federação, comprometendo o regime de chuvas da região e a continuidade daquilo que Antonio Nobre qualifica como “rios voadores”, essencial para a manutenção da biodiversidade. Por seu turno, tem-se a promoção de iniciativas que contemporizam conhecimento científico e tecnológico à gestão do território. Nesse sentido, é emblemático a consecução dos sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta, cuja efetiva implementação foi acordada pela diplomacia pátria no âmbito de sua INDC apresentada na COP-21, realizada em Paris. Essa inovação, que já dispõe de casos exemplificativos, denota o compromisso brasileiro com o paradigma da sustentabilidade.

No que concerne aos custos ambientais da inserção do Brasil no mercado global, deve-se fazer menção ao fenômeno da água virtual ou fictícia, conforme define Bertha Becker. De acordo com esse processo, constata-se que o fato de o país figurar como grande exportador de carne acarreta a externalidade negativa de ter que lidar com o emprego elevado de recursos hídricos para a produção desse produto primário, em um cenário global em que se assiste à “commoditização da água”. Esse estado de coisas apresenta tendência ao crescimento desde a década de 1980, quando ganha fôlego o processo de reprimarização da economia nacional, que se seguiu ao esgotamento do processo de industrialização por substituição de importações. Por outro lado, as atividades agrícolas contribuem para a segurança energética, tendo em vista que delas decorrem subprodutos que geram a biomassa usada como fonte de energia limpa, como o bagaço da cana.

É necessário que haja políticas assertivas para a temática ambiental, de modo que interesses comerciais não se sobreponham à sustentabilidade. Dessa forma, cumpre frisar que parte expressiva dos gêneros alimentícios destinados ao consumo interno são devidamente providos pela agricultura familiar, a exemplo da mandioca (cerca de 90%), do milho e do arroz, o que demonstra a importância de o governo continuar a promover ações como o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), atendendo também à preservação da segurança alimentar. Para além da agricultura familiar, outras iniciativas de caráter mais sustentável se fazem notar. A fruticultura, voltada basicamente à exportação, no Vale do Açu (RN) vai ao encontro dessa perspectiva, com a produção de melão e manga, entre outras frutas. Alternativamente, pode-se citar o caso do café cultivado nos estados do Acre e Rondônia, que não se caracterizam como produtores tradicionais da rubiácea.

O avanço das políticas empreendidas pela forte bancada ruralista do Congresso Nacional causa temor quanto à efetiva continuidade da política ambiental brasileira orientada por parâmetros que atendam ao requisito de sustentabilidade. Por fim, os compromissos firmados pelo Brasil são ameaçados pelo viés errático com o qual o Estado lida com a temática internamente, o que gera dúvida quanto à sua capacidade de zerar o desmatamento ilegal até 2030.

Victor Oliveira Tibau – 25

Embora o setor agrícola seja fundamental para a economia brasileira, ele gera pressões ambientais significativas, que devem ser reguladas por uma gestão efetiva e coerente. A evolução do eixo dinâmico da agricultura brasileira na segunda metade do século XX - do Sul para o Centro-Oeste e, então, para o Norte e o Nordeste -, realizada com investimento governamental (Embrapa) e cooperação internacional (Prodecer), fez com que essa atividade se espalhasse por todas as regiões brasileiras.

No Sul, região dos Pampas, a tradicional pecuária, muitas vezes feita com um manejo irregular, gerou processo de arenização, de importante impacto ambiental. Com as inovações técnicas dos anos 1970, a soja adentrou no Cerrado do Centro-Oeste. Bioma de cobertura vegetal não florestal, o Cerrado sofreu, pois, importante negligência, que fez com que padecesse de altos níveis de desmatamento e degradação ambiental. Antes dele, notadamente, a soja tinha causado grande impacto no Sul - a Mata de Araucária é o domínio mais desmatado -, e, com o avanço em direção ao Cerrado nordestino, mantém a mesma dinâmica. Na região do vale do rio São Francisco, por exemplo, a fruticultura irrigada exerce grande pressão sobre os recursos hídricos. Com relação ao Norte do país, enfim, note-se que a agropecuária é o principal vetor de desmatamento da Amazônia. Ademais, além de ser a principal fronteira energética atual - com impactos ambientais e sociais sobre as populações locais -, o Norte abriga, hoje, o maior rebanho bovino do país.

Uma gestão ambiental efetiva é fundamental, pois, para diminuir esses custos ambientais. Marco importante foi a Constituição de 1988, que, pela primeira vez, incluiu capítulo sobre a proteção ambiental, um ano após o Relatório Brundtland ter consagrado o conceito de desenvolvimento sustentável. No entanto, a CF-88 protegeu apenas os biomas florestais, deixando de lado, por exemplo, Cerrado e Caatinga. EM 1996, após pico de desmatamento na Amazônia, uma medida provisória ampliou a área de proteção e

fortaleceu os mecanismos de controle. Na década seguinte, em 2004, foi lançado o Plano de Proteção e Combate ao Desmatamento na Amazônia (PPCDAm), que foi o responsável por uma tendência de queda contínua no desmatamento amazônico. Ao PPCDAm, seguiu-se o Plano Amazônia Sustentável (2008), conjunto de diretrizes, inspiradas no trabalho de Bertha Becker, para que a “incógnita do heartland” pudesse ser equacionada, por meio da adoção de um modelo de desenvolvimento sustentável para a Amazônia. Mais recentemente, enfim, a criação do PPCerrado e do PPCatinga visam a proteger esses ecossistemas que, embora historicamente negligenciados, são cruciais para que o Brasil possa conjugar os benefícios de seus complexos agro-industriais, intensivos na utilização de recursos, com a mitigação das pressões ambientais.

É necessário, ademais, que a própria produção agrária ocorra com base no paradigma da sustentabilidade. No seio das políticas ambientais brasileiras, o Plano Amazônia Sustentável (PAS) é exemplo precípuo de como esse ideal pode se converter em gestão. A essência do PAS não é o preservacionismo estrito da Amazônia, mas o encaminhamento de um modelo de produção sustentável. Para tanto, ele ressalta, inclusive, a importância de atividades de alto valor tecnológico, bem como a valorização de investimentos que se beneficiem da proteção florestal, sempre com caráter social.

Mais recentemente, a INDC brasileira apresentada à COP-21, em 2015, é outro exemplo da adequação entre agricultura e sustentabilidade. Entre os compromissos assumidos, está o desenvolvimento de uma agricultura de baixo carbono, a adoção do modelo de integração lavoura-pecuária-floresta e a recuperação de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas, bem como o aumento em 10% da eficiência energética e a garantia de 45% de energias renováveis na composição da matriz energética. Essas medidas mostram como é possível aliar produtividade e sustentabilidade na agricultura.

Adotar o modelo sustentável é imperativo, face aos custos e desafios impostos atualmente. O novo eixo dinâmico da agricultura brasileira localiza-se espacialmente longe dos portos, o que faz com que a inserção do Brasil no mercado global gere um relevante desafio infraestrutural. Para superá-lo, o país tem investido em soluções multimodais, como o Arco Norte, que reconfiguram a dinâmica territorial brasileira e impõem graves custos ambientais e sociais, com poucos benefícios imediatos às populações envolvidas, por serem redes extrovertidas. Ademais, a França anunciou, recentemente, política de que evitará comprar produtos originários de áreas de desmatamento, o que impõe restrição ambiental de caráter comercial significativo ao Brasil. Entre outros desafios, é possível citar a questão energética. O desmatamento da Amazônia - com seus “rios voadores” - e do Cerrado - o “berço das águas” - está intimamente ligado às crises hídricas que assolam o Brasil nos últimos anos, com destaque, atualmente, para o Distrito Federal. Além de prejudicar a produção rural e a população, há impacto direto sobre as fontes de energia hidrelétrica, de importante peso na matriz nacional. Por fim, os custos ambientais de uma agricultura voltada à exportação são diretos sobre a redução da oferta doméstica de alimentos, em momento de ampliação da demanda.

Em suma, a relação entre agricultura e política ambiental configura importante desafio a ser solucionado pelo Brasil. Note-se que, ao fazê-lo, o país contribuirá decididamente com os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS), notadamente o de proteção dos ecossistemas terrestres, mas também o que propugna um novo modelo de produção e consumo. Trata-se de tarefa inadiável, para o Brasil e para o Mundo.

Pior nota**Anônimo – 15**

O Brasil apresenta grande diversidade de fauna e de flora, além de uma agricultura de destaque no cenário internacional. Essas duas características têm aspectos contraditórios, em que pese a busca pelo desenvolvimento sustentável, de forma a possibilitar o crescimento socioeconômico e preservar as riquezas naturais. Se, por um lado, o país possui um vasto marco normativo, aprimorado nas últimas décadas, para o meio ambiente, por outro, lida com a expansão de atividades agrícolas com efeitos dúbios a longo prazo, aliados a alterações como o Código Florestal de 2012, com elementos de retrocesso. Desse modo, é necessária a percepção dos benefícios ao país no futuro, com outros potenciais sustentáveis, além da aprimoração do modelo vigente em diversos âmbitos.

As atividades agrícolas têm forte impacto ambiental nos ecossistemas e biomas. A Mata Atlântica tem seu percentual de desmatamento próximo a 90%, devido a décadas de exploração madeireira e da produção de commodities como açúcar e café, sem nenhum controle. Esse bioma, cuja biodiversidade relativa é maior do que a da Amazônia, por conseguinte, tem poucas áreas restantes, localizadas, principalmente, em relevos mais elevados e de difícil acesso. A Amazônia, por sua vez, tem seu índice de desmatamento um pouco superior a 20%, mas cujo processo pode ser acelerado com a concretização de rodovias na área da Amazônia Oriental, que é a mais preservada. Biomas menos valorizados pela mídia como o Cerrado e a Caatinga tiveram cerca de 50% de desmatamento, vinculados à expansão agropecuária, assim como na Amazônia, e similarmente à destruição dos Pampas, também em metade da cobertura original. Áreas de transição como a Mata dos Cocais e das Araucárias também são sensíveis à exploração, a primeira com oleaginosas e a segunda pelo uso da madeira para moveis, tendo 90% de sua área desmatada. Alguns desses biomas, como o cerrado, têm sua exploração mais recente, devido à adaptação do solo (latossolo ácido), permitindo a expansão produtiva da soja e do milho, que têm tendência a alcançar as regiões ainda preservadas dos estados do MATOPIBA.

Essas tendências de desmatamento, no caso da Amazônia, foram controladas significativamente com mudanças de marcos ambientais, inicialmente com a criação do Ministério do Meio Ambiente, após a CNUMAD-92, com regulação da lei da Amazônia (1996), lei de crimes ambientais (1998), estabelecimento do Sistema de Unidades de Conservação (2000) e de seu organizador, o ICMBIO (2007), além do Plano Amazônia Sustentável de 2008. Esse último, aliado ao PPCDAM (2004), visa a estabelecer um novo parâmetro produtivo, concebido por Bertha Becker, para o aumento do uso dos potenciais do “enigma do heartland” de modo sustentável, aumentando a produtividade nas regiões do arco de ocupação consolidada e estimulando o desenvolvimento da biotecnologia, cujos ganhos econômicos são superiores ao da produção de commodities. Essas políticas ambientais permitiram grande redução do desmatamento na Amazônia após um período de grande destruição na década de 1990. Adicionalmente, a Política Nacional de Mudança Climática, fortalecida com as NDCs nacionais do acordo de Paris, comprometem o país ao reflorestamento de áreas degradadas e recuperação de pastos. Em contrapartida, não se verificou a mesma efetividade na diminuição do desmatamento em outros biomas,

notadamente, o cerrado e a caatinga, que, com o PPCerrado e PPCaatinga, não obtiveram a mesma alocação de recursos, nem o sistema de monitoramento presente na Amazônia, que somente recentemente foi estabelecido de forma permanente, dificultando a comparação com dados anteriores. Desse modo, percebe-se que as políticas ambientais podem ser efetivas, mas demandam esforços em diferentes localidades e biomas.

De acordo com a perspectiva de Bertha Becker, a perda de biodiversidade resulta em grande perda de potencial tecnológico e financeiro, com produtos farmacêuticos e biotecnologia e outros produtos, como de beleza, cujos termos de troca são superiores aos bens agrícolas. Não obstante, vale-se ressaltar a importância econômica do primeiro setor, vinculado às demandas logísticas. No Brasil, há grande diferenciação dos modelos agrícolas, com cerca de 5 milhões de propriedades, das quais as pequenas são que fornecem o principal abastecimento da demanda doméstica, frequentemente vinculados a empresas maiores compradoras e distribuidoras, em um sistema de monopólio. As grandes propriedades concentram mais de 70% do crédito e das terras, direcionando a sua produção ao exterior e de forma concentrada em três produtos agrícolas: soja (32 milhões de hectares dos cerca de 77 milhões totais de áreas plantadas), milho e açúcar. A produção de soja tem como grande compradora a China, com cerca de 75% do total exportado. Há diferencial tecnológico, com a produção da soja, por exemplo, empregando pouca mão de obra, com maior uso de tratores e de fertilizantes, enquanto as pequenas propriedades usam mais trabalhadores, sendo que, com acesso ao crédito mais limitado, tem seu acesso à tecnologia muitas vezes vinculados ao fornecimento de produtos para empresas maiores. Com vistas a melhorar a produtividade nacional, a Embrapa atua para o desenvolvimento de sementes e de produtos diferenciados, que são essenciais à menor necessidade de expansão do uso de terras, além disso, há o programa de agricultura sustentável e o de REDD+, ainda em desenvolvimento.

Há tendência de aumento de produtividade nacional com a incorporação de tecnologias, mas que depende da atenção também aos pequenos e médios produtores, que abastecem a demanda interna. O uso de produtos agrícolas para a energia é outro potencial econômico, incentivado pelo Renovabio e pelo aumento das taxas de etanol na gasolina, e o incentivo ao biodiesel. Percebe-se que o modelo de agricultura monocultora, como afirma Milton Santos, limita as potencialidades do território, representando custos de oportunidade de setores mais rentáveis ou dos quais depende a segurança alimentar e energética, afetada pelo uso da agricultura por meio da água e de transportes. Deve-se atentar, igualmente, aos demais biomas e seus potenciais, a exemplo da biodiversidade presente no Pantanal, área ainda parcialmente preservada, mas próxima de grandes regiões produtoras. Os compromissos nacionais do Acordo de Paris e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável requerem, nesse sentido, maior atenção a uma regulação efetiva nos distintos biomas, relacionados às multifuncionalidades do uso do território nacional, tendo em vista o desenvolvimento do país a longo prazo.



Questão 3

Na América Latina, particularmente, tem-se observado um processo de transformação territorial decorrente das novas dinâmicas econômicas, demográficas e urbanas, resultantes das novas lógicas advindas da reestruturação produtiva tanto na indústria quanto na agricultura. Considerando esse contexto, disserte sobre os principais processos, dinâmicas e variáveis responsáveis pelas mudanças que vêm ampliando a articulação, interna e externa, dos países latinos. Em seu texto, aborde:

- 1 - a redefinição das dinâmicas territoriais decorrentes dos processos do crescimento demográfico;
- 2 - a redefinição das novas dinâmicas territoriais: industrial e agrícola, regional e urbana.

Média: 13,52 amp. / 14,14 cotas negros

Desvio padrão: 3,68 amp. / 2,81 cotas negros

Christian Bicca Estivallet – 20

A América Latina (AL) vem passando por profunda redefinição de suas dinâmicas territoriais, conforme constatado no livro *América Latina: continente em chamas*. Esse processo decorre tanto do crescimento geográfico quanto das transformações industrial e agrícola, regional e urbana. À medida que a globalização difundiu o meio técnico-científico-informacional pelo globo, nas últimas décadas do século XX, surgiram novas relações de trabalho que não mais se enquadram na tradicional divisão centro-periferia gerada pelo fordismo. O capital tornou-se mais dinâmico e promoveu a industrialização de áreas periféricas do capitalismo, como a AL, o que redefiniu suas dinâmicas territoriais.

A AL passou por um processo de urbanização que Milton Santos denominou terciária, na medida em que, entre as décadas de 1960 e 1970, quando houve o auge da urbanização na região, os empregos industriais não foram capazes de absorver grande parte do contingente populacional advindo do campo, como ocorrera nos países centrais entre meados do século XIX e começo do XX. Além de ter ocorrido de forma muito mais concentrada no tempo e no espaço, na AL a urbanização atraiu as pessoas para o setor de serviços de baixa qualificação e remuneração, muitas vezes informais. Isso gerou a involução metropolitana pois, a despeito de viverem nas cidades, essas populações reproduziam modos de vida arcaicos.

Essa urbanização, ainda que baseada nos setores inferiores da economia, acelerou a transição demográfica no continente. Se, em um primeiro momento, há aumento da natalidade devido a melhoria das condições básicas de vida e dos sistemas sanitário e de saúde; posteriormente, as dinâmicas urbanas transformam as relações familiares e, à medida que os filhos se tornam um custo crescente – devido à educação, saúde, alimentação –, diminui a taxa de natalidade. Essa rápida mudança faz que, na atualidade, tenha-se cerca de 1,9 filho por mulher na AL como um todo, variando entre países que tem taxa de

fecundidade ainda mais baixas, como o Brasil, e outros que a têm mais elevada, como a Bolívia e países do caribe.

Ao longo do século XX, muitos países da AL, como Brasil, Argentina e México, industrializaram-se com incentivo do Estado, na lógica da industrialização por substituição de importações (ISI), como pregado pela CEPAL. Para isso, criaram-se subsídios e proteções cambiais. A onda liberalizante da década de 1990, porém, reordenou parte dessas estruturas produtivas. No México, por exemplo, apesar de décadas de investimentos governamentais para industrializar o sul do país e reduzir as disparidades regionais, a criação do NAFTA e os baixos salários e proximidade ao mercado consumidor norte-americano fizeram que muitas das plantas industriais se transferissem para o Norte do país. Outras iniciativas governamentais foram suficientes, em alguma medida, para tornarem-se uma espécie de determinismo das condições passadas, em alguns casos de modo positivo, como a Zona Franca de Manaus que, ainda que com algum incentivo estatal, manteve-se como importante polo industrial.

Entretanto, o “boom” das commodities, na primeira década do século XXI, sobretudo devido ao forte crescimento da China (principal parceiro comercial, atualmente, de muitos países da AL), ocorreu certa tendência de desindustrialização (“doença holandesa”) em favor da produção de minérios, hidrocarbonetos e produtos agrícolas, notadamente a soja. A agricultura voltou a ganhar peso em muitas das economias regionais, principalmente na maior delas, o Brasil. Porém, essa é uma agricultura moderna, que acentua a urbanização por meio das “cidades do campo” (Denise Elias), as quais estão diretamente relacionadas às cadeias do agronegócio, tanto à jusante quanto à montante. Como se percebe, urbanização, industrialização e completo agroindustrial são fatores fundamentais da contemporânea transformação territorial regional e urbana na AL.

Daniel Köhler Leite – 20

A América Latina, analisada em sua totalidade, vem passando por significativas transformações territoriais em decorrência de novas dinâmicas econômica, demográfica e urbana. Diante da reestruturação produtiva na indústria e na agricultura, como consequência do processo de universalização do meio-técnico-científico-informacional (MTCI), conforme identificado por Milton Santos, assim como da transição demográfica e da tendência de maior saturação relativa da urbanização em um continente altamente urbanizado, a articulação, interna e externa, dos países latinos tende a ampliar-se. Cabe, portanto, pormenorizar os principais processos, dinâmicas e variáveis desse processo.

Embora seja um continente heterogêneo, com países com elevado crescimento demográfico e vegetativo, como a Bolívia, e com territórios com estágio demográfico mais avançado, como o Uruguai e o Brasil, a América Latina, em termos gerais, tende ao fim da transição demográfica, de sorte a alcançar maior equilíbrio entre as taxas de nascimento e de mortalidade (fim da fase 3 do modelo de Warren Thompson). Como consequência, a população do continente, na média, deve envelhecer, e o crescimento demográfico deve reduzir-se. Essa nova dinâmica acarreta desafios adicionais aos planejadores geográficos do continente, à medida que o fim do bônus demográfico tende a pressionar o crescimento da produção econômica regional, ao reduzir a quantidade de mão de obra disponível.

Adicionalmente, a expansão dos serviços, em detrimento da indústria e da agricultura, tem ocasionado novas lógicas nos fluxos migratórios e nas estruturas urbanas do continente. Se, tradicionalmente, a indústria foi, em países como a Argentina, o México e o Brasil, fator de atração de migrantes do campo, repulsados tanto pela precariedade técnica quanto pela expansão da agricultura moderna, o setor de serviços tem provocado novas dinâmicas de interação nos espaços geográficos e nos territórios latinos, de sorte a, por um lado, favorecer o poder de controle dos centros urbanos do “mandar” e, por outro, contribuir para acirrar desigualdades históricas entre as regiões, os lugares e os territórios, à medida que a expansão e a flexibilização da produção industrial implicou o fenômeno de fábricas-dispersas e fazendas-dispersas no continente latino-americano. Essas instituições, no entanto, não têm sido acompanhadas das capacidades de decisão, de modo a dependerem dos processos de decisão dos centros globais e regionais comandantes, a exemplo de Nova Iorque, Londres ou São Paulo.

Uma vez que a América Latina, de acordo com as Nações Unidas, representa uma área de elevada urbanização, o crescimento das cidades pela migração do campo tende a estabilizar-se, com prevalência do modo de vida urbano em todas as escalas. A dinâmica de migração, no entanto, deve alterar-se de modo a favorecer uma desconcentração populacional relativa para cidades médias e a atenuar a macrocefalia em países como o Chile. Nos tecidos intraurbanos, a fragmentação territorial e a especialização laboral também devem ter repercussões, com provável aumento de segregação especial e da dualização social entre “haves” e “have nots” em função das desigualdades sociais proporcionadas pela universalização da “era digital” (M. Castells).

A América Latina, portanto, será transformada territorialmente pelo avanço da transição demográfica, bem como da redefinição das dinâmicas dialéticas industrial-agrícola e regional-urbana.

Rafaela Junqueira de Oliveira – 18

As transformações verificadas atualmente no modelo de produção capitalista vêm impactando profundamente as dinâmicas econômicas e a distribuição espacial na América Latina. Por sua vez, a aceleração dos processos demográficos ocasionou consequências de extremo relevo para a dinâmica territorial desses países e suas relações internas e externas.

O elevado crescimento demográfico verificado em países latino-americanos, na segunda metade do século XX, produziu a região com o segundo maior índice de urbanização do mundo, com cerca de 80%, dada a íntima relação entre esses dois fenômenos. Essa acentuada expansão deu-se em redes urbanas extremamente concentradas, em razão das dificuldades de planejamento urbano. Desse modo, a América Latina detém, atualmente, grande número de megacidades, a exemplo de São Paulo, Rio de Janeiro, Cidade do México e Buenos Aires. Embora alguns países, como Brasil, Argentina e México, apresentem tendências de estabilização de seu ritmo de crescimento tanto demográfico quanto urbano, outros países, menos desenvolvidos, estão acelerando esses processos, provocando uma realocação espacial da produção, a qual, simultaneamente, impulsiona aquelas mudanças.

Considerando-se a atual lógica de acumulação flexível, conforme propõe David Harvey, a distribuição territorial da produção capitalista tornou-se substancialmente

dispersa pelo mundo. Embora os centros de comando ainda detenham o controle sobre a concepção e geração de valor pela capacidade inovadora, permanecendo em cidades globais em geral, a exemplo de São Paulo, a produção industrial tende a espalhar-se fisicamente em suas etapas intermediárias, como a de montagem. Processo semelhante ocorre na América Latina, em que países mais pobres acabam sendo articulados em redes com o exterior, inclusive dentro da própria região, por meio da redistribuição territorial da indústria.

Esse movimento combina-se também com uma reordenação do território provocada pelos novos modos de produção agrícola. Com efeito, a forte demanda global por commodities leva a que países latino-americanos ocupem o papel de grandes produtores e exportadores desses bens primários, como ocorre não apenas com o Brasil, mas também o Paraguai, sobretudo, no caso da soja, e da Argentina, para carnes e trigo. Em que pesem ligadas ao setor primário, essas atividades tendem a ser fomentadoras de urbanização, em decorrência da expansão da produtividade pela Revolução Verde e outras inovações tecnológicas. Igualmente, essa nova expansão da agropecuária ligada ao setor externo tende a se basear no modelo do complexo agroindustrial, conforme sugerido por José Graziano, imprimindo forte vínculo entre setores primário e terciário, tanto no sentido à montante quanto à jusante da produção. Desse modo, promove-se intensa articulação também no âmbito interno dos países latino-americanos entre espaços urbano e rural, como consequência da reestruturação produtiva.

São inegáveis as transformações verificadas nos modelos produtivos tanto no âmbito industrial quanto na agropecuária. Esse fenômeno, conciliado ao processo demográfico experimentado pela América Latina acarreta impactos territoriais profundos nesses países.

Luciano Prata Magalhães – 18

Em um contexto de influência do meio-técnico-científico-informacional, a América Latina amplia tanto a integração interna quanto as conexões com o resto do mundo, ocasionando importantes transformações territoriais, com causas econômicas, demográficas e urbanas. O território fica muito mais poroso, ampliando a conexão com fluxos externos. A integração emerge como alternativa para fortalecer a capacidade de atuação e de autodeterminação em um período globalizado.

Em uma primeira aproximação com o tema, é importante destacar que o continente, em grande medida, completou a transição demográfica, com queda da taxa de mortalidade e da taxa de natalidade, esta ainda acima da taxa de reposição. Ademais, a maior parte dos países da região iniciam a experimentar os benefícios do bônus demográfico, com maximização da relação entre população ativa e população dependente (jovens e idosos). Esse contexto de crescimento demográfico, porém não em ritmos acelerados, reduziu a pressão migratória para as grandes metrópoles nacionais, como São Paulo, Buenos Aires, Cidade do México, em um contexto de redução ainda que não eliminação, do êxodo rural. De fato, verifica-se, em alguns lugares, migrações de retorno ou em direção a outros centros dinâmicos do território ou mesmo de outros países da região, com aumento da imigração intra-regional.

Em um contexto fortemente urbanizado, com mais de 70% de população urbana no continente, é notável que os novos impulsos da economia globalizada têm levado a uma

desconcentração territorial na América Latina, ainda que as grandes metrópoles nacionais mantenham sua relevância. Do ponto de vista industrial, em uma lógica corporativa reticular, é notável a existência de deseconomias de escala, incentivando a busca por regiões mais afastadas que possam suportar a atividade industrial, com efetiva competição entre os lugares, muitas vezes, até em âmbito regional. O deslocamento da indústria brasileira para o Paraguai, em busca de benefícios fiscais auxilia a exemplificar o argumento. Do mesmo modo, surgem clusters regionalizados, como, por exemplo, o polo automotivo que conecta Brasil e Argentina ou as indústrias maquiladoras do norte do México. De fato, por diferentes motivos a região conhece uma certa dispersão do crescimento industrial. Do mesmo modo, o dinamismo dos setores primários, conectados com o mercado globalizado, tem motivado um desenvolvimento interiorizado. As “cidades do campo” no caso brasileiro demonstram o aspecto descentralizador da agricultura brasileira. O desenvolvimento regional, em grande medida, passa a ocorrer em pontos e manchas.

No âmbito da integração regional, podemos identificar também componentes que aceleram a transformação territorial. O desenvolvimento da infraestrutura compartilhada, como, por exemplo, a Rodovia do Pacífico, que liga o Brasil ao litoral peruano ou a Rodovia Transandina, que conecta Chile, Peru, Equador e Colômbia, amplia a fluidez do território e resignificam os espaços fronteiriços. A crescente conexão entre Brasil e Venezuela, devido aos fluxos mútuos na região de Roraima, ou a expansão da soja brasileira para o Paraguai e para a Bolívia são exemplos do aspecto transformador da crescente integração interna da região.

A reestruturação produtiva no âmbito da globalização, seja no setor primário ou secundário, traz em seu âmbito, o imperativo de maior interconexão entre os países da região e também com o restante do mundo, impactando a conformação territorial. Contudo, é imperativo que a abertura do território aos fluxos globalizados seja acompanhada pelo esforço de construção de canas de integração regional, permitindo o surgimento de arranjos produtivos integrados que ampliem as possibilidades externas dos países da região.

Pior nota

Anônimo – 8

A América Latina testemunha um processo de articulação interna e externa, à luz das redes e dos fluxos globalizantes. O crescimento demográfico está associado aos elevados níveis de urbanização, que articula e fragmenta, simultaneamente, as dinâmicas territoriais. No caso dos países andinos, por exemplo, populações tradicionalmente rurais migram para as grandes cidades, como Lima, La Paz, Quito e Santiago, ou incorporam suas atividades agrícolas aos movimentos do capital internacional. Curiosamente, o aumento da demanda urbana em países como Brasil, Argentina e México por produtos andinos como quinoa, maca e chia redefine as dinâmicas territoriais, sobretudo no Peru e na Bolívia. O aumento da demanda, intrinsecamente relacionado à urbanização e à aquisição de novos hábitos de consumo, provoca o aumento do preço desses produtos que, historicamente, estão na base alimentar dos povos andinos. Com o aumento do preço, ocorre o fenômeno da “desintegração do campesinato”, em que o pequeno produtor cede às pressões de grandes empresas que conformam um oligopólio no setor, e não raramente migra para os

centros urbanos em busca de oportunidades. No campo, grandes propriedades incorporam pequenos lotes em processo de “fagocitose rural”. Esse movimento dialético e contraditório foi denominado “dilema da quinoa”, e tem como causas os fluxos de capital orientados para o lucro, além do crescimento demográfico nas grandes cidades.

Muito se fala sobre a desindustrialização dos países latino-americanos, duplamente prejudicados pela demanda chinesa por bens primários e sua oferta de bens manufaturados. A indústria nacional de países como Brasil, Argentina e Peru tem dificuldades de competir com as economias de escala chinesas, o que leva à “reprimarização”. Por sua vez, os investimentos estrangeiros reforçam esse processo de reestruturação produtiva com ganhos de eficiência no setor primário, de que são exemplos a exploração de cobre no Chile, a soja no Brasil e o petróleo no México e na Venezuela, entre outros exemplos. Essa dinâmica provoca sintomas de doença holandesa sobre países que, mesmo sendo industrializados, retornam a níveis pré-industriais de processamento de bens. Na escala regional e urbana, amplia-se o percentual dos setores de serviços na composição do produto nacional, em particular os serviços primários não evoluídos, na acepção de Milton Santos. A “esclerose” que se impõe sobre os meios rurais provoca fluxos de urbanização, mas, também, inversamente, fluxos de retorno para o campo por aqueles não beneficiados pelo grande capital. Numa lógica de “dois circuitos”, o emprego informal tende a crescer mais do que o formal nos países da América Latina, o que provoca novas dinâmicas.

Nesse contexto, o espaço testemunha localmente as redes globalizantes, evidenciando um teatro de fluxos em que coexistem, dialeticamente, movimentos de articulação e, também, de desarticulação da sociedade.



Questão 4

Uma alternativa para tratar a questão regional é buscar defini-la no quadro da integração territorial, que manifesta a síntese concreta dos processos de divisão técnica e social do trabalho, de concentração produtiva e de centralização financeira do território. O conceito de território pressupõe a existência de relações de poder, seja definidas por relações jurídicas, seja definidas por relações políticas ou econômicas. (Questão regional e gestão do território no Brasil. In: I. Castro, P. Gomes e R. Corrêa. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 207-38 - com adaptações).

Aplicando as concepções do excerto acima à economia espacial brasileira do período 1960-2017, explique como a transferência da capital federal para Brasília - inaugurada em 1960 - redefiniu, em âmbito nacional, as dinâmicas regionais e influenciou a integração do território e a centralização espacial-financeira.

Média: 13,57 amp. / 12,57 cotas negros

Desvio padrão: 1,77 amp. / 1,60 cotas negros

Larissa Ferreira da Silva – 17

A formação do território brasileiro, desde o período colonial foi orientada pela ocupação populacional e econômica primordialmente da área litorânea. Os vazios demográficos, principalmente no Centro-Oeste e no Norte foram objeto de políticas estatais de organização de frentes de ocupação, que buscavam expandir atividades primordialmente agropecuárias para a região, de forma a garantir a soberania e o efetivo controle do território. Pode-se afirmar que a construção de Brasília foi a mais bem-sucedida dessas políticas, uma vez que conseguiu integrar a região ao polo socioeconômico dinâmico do país.

Além da construção de Brasília ter ensejado a transferência do polo de poder político central do país para o interior, esta também permitiu a integração territorial em novas bases. A reorganização do sistema rodoviário nacional, que passou a ser centrado em Brasília, foi um marco desse processo, visto que o rodoviarismo persiste como principal forma de circulação nacional. Nesse contexto, tiveram destaque as rodovias Belém-Brasília e Porto Velho-Brasília, que formaram eixos essenciais de ocupação do Norte, ensejando a formação daquilo que Bertha Becker denominou eixo de ocupação consolidada da Amazônia. Nesse sentido, as atividades econômicas do Norte passaram a ser fortemente influenciadas por Brasília, que também se tornou a cidade que rege primordialmente a rede urbana do Centro-Oeste. Além de sua importância na rede urbana nacional, segundo o último Regic publicado pelo IBGE, Brasília influencia diretamente o triângulo mineiro, Tocantins e a dinâmica área do complexo agroindustrial do centro-oeste. A construção de Brasília em si atraiu grande migração do Nordeste, de mão de obra para a construção civil,

que esteve na origem do desenvolvimento das cidades satélites. Desse modo, pode ser percebido como Brasília mudou a dinâmica das relações interregionais, formando um novo polo poderoso de comando do território brasileiro, que permitiu uma maior interiorização da ocupação do espaço nacional.

Ao analisar as dinâmicas do território brasileiro das últimas décadas do século XX, Milton Santos propôs uma nova divisão regional do país, a qual demonstra como a construção de Brasília alterou profundamente as relações espacial-financeiras do país. Conforme indica Milton Santos, formou-se no Brasil a região concentrada, composta basicamente pelo Sul, Sudeste e o dinâmico centro-oeste dos complexos agroindustriais. Nessas regiões há o grande adensamento do meio técnico-científico-informacional, que engloba a maior parte da produção de riqueza do país, contém a maior parte da infraestrutura moderna e que comanda o espaço nacional. Brasília é ponto essencial da região concentrada, apresentando economia dinâmica, além de ser centro político decisório ao qual se subordina todo o país. Apesar de Brasília ter ensejado uma maior interiorização da população e das atividades econômicas em relação ao modelo anterior, voltado para o litoral e para o sudeste, de certa forma, ela também significou uma nova concentração, ao reforçar os vínculos da região concentrada, em detrimento do Norte e do Nordeste. Nesse sentido, pode ser percebido como a tendência de desconcentração, acarretada pela desmetropolização dos anos 90, levou a uma reconcentração na região concentrada, para onde se dirigiu significativa parte da população, da indústria e da agroindústria que saiu do Sudeste em razão das crescentes deseconomias de escala.

A construção de Brasília foi um marco da integração territorial brasileira, que mudou profundamente as dinâmicas regionais, ao interiorizar a ocupação e formar um novo polo de poder político. Todavia, essas mudanças não resolveram os problemas de desigualdade regional tradicionais do país, levando apenas ao reforço do poder espacial-financeiro do Sudeste, ao qual se ligaram de modo mais íntimo o Sul e o Centro-Oeste, de modo a reforçar a região concentrada.

Matheus Freitas Rocha Bastos – 16

A questão das diferenças regionais e do processo de integração nacional é fundamental nas discussões acerca das políticas territoriais do Brasil. A partir da década de 1960, o poder público brasileiro iniciou um processo de integração regional, bem como de desconcentração industrial, fundamental para a superação do padrão de arquipélago e para uma dinâmica mais interdependente em termos nacionais.

Ainda nas décadas de 1930 e 1940, o governo de Getúlio Vargas ensejou processo de urbanização e industrialização que pressupunha aumento da produção de alimentos para o mercado interno. A única região capaz de atender essa necessidade em termos infraestruturais era o Oeste do Paraná. Segundo Milton Santos, até a década de 1970, havia evidente falha de integração do território nacional, uma vez que a infraestrutura apenas ligava o polo de produção até as regiões de escoamento para o exterior, não se prestando a conectar efetivamente o território nacional. Não obstante isso, esse padrão foi consideravelmente alterado a partir do Plano de Metas de JK, cuja meta síntese era a construção de Brasília, no Planalto Central. Essa nova dinâmicas de integração territorial, que em termos físicos se deu pela consolidação da rodovia como principal modal do país,

ensejou, ao menos até a década de 1990, o que Clélio Campolina denominou de desconcentração concentrada, um padrão de dispersão da produção industrial nacional, incentivado pela busca de menos custos e pelo próprio Estado, mas consideravelmente concentrada no Centro-Sul.

A transferência da capital federal para Brasília, em 1960, alterou o processo de formulação e implementação de políticas territoriais no país. Em primeiro lugar, o aumento da infraestrutura do Centro-Oeste, sobretudo de sua malha ferroviária, permitiu o avanço, já na década de 1970, da fronteira agrícola para a região. Segundo Milton Santos, o cultivo de soja no Cerrado, viabilizado pelas modificações genéticas realizadas pela EMBRAPA, é a comprovação da instalação do meio técnico-científico-informacional na região Centro-Oeste. Em segundo lugar, a relevância política do próprio setor público que se territorializou em Brasília apresenta relevante impacto na centralização espacial-financeira do país. Segundo dados do REGIC de 2007, Brasília está no topo da hierarquia urbana nacional, sendo classificada como metrópole nacional. O alto grau de capacidade de polarização que decorre dessa classificação torna a cidade área de comando e controle dos fluxos econômico-financeiro nacionais, ao lado de São Paulo e do Rio de Janeiro. Em termos logísticos, essa dinâmica é exemplificada pelo elevado padrão de conexão terrestre e, sobretudo aéreo, de Brasília para as outras regiões do país, consolidando a noção apresentada por Castro, Gomes e Corrêa de que o território representa intrínseca relação de poder.

A presença de um polo de poder tão relevante quanto a capital federal em uma região intermediária entre as demais no Brasil foi igualmente basilar para ampliar a percepção do governo federal acerca das demandas infraestruturais do país. Em 2012, criou-se o Plano Nacional de Logística Integrada, cujo objetivo basilar é aumentar a integração regional, bem como a diversidade de modais, reduzindo o peso das rodovias e aumentando o das ferrovias e hidrovias. Esse processo está amplamente relacionado com a dinamização da produção agrícola do Centro-Oeste, em cidades como Sinop e Sorriso, e em regiões como o MATOPIBA. Projetos ferroviários como a Ferrovia Norte-Sul (Açailândia/MA a São Paulo) e a Transnordestina – ligando o sul do Piauí aos complexos portuários de Pecém (CE) e Suape (PE) – são exemplificativos da nova dinâmica de integração regional iniciada com a transferência da capital federal para o Centro-Oeste.

A dinâmica econômico-espacial brasileira, desde a década de 1960, aponta para um processo de desconcentração da produção, bem como para um padrão de maior integração entre as regiões. Em grande medida, assiste ao governo federal a consecução de política macroestruturais que possam aprofundar os benefícios desse processo.

Rafaela Junqueira Oliveira – 16

A inauguração de Brasília em 1960, como meta-síntese do Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, embora constituísse projeto antigo para dispersão espacial da população brasileira e das atividades produtivas, redundou em uma reordenação do território nacional. Não obstante a redistribuição de funções, sobretudo, políticas, não se verificou verdadeira integração territorial, na medida em que as novas dinâmicas regionais e a criação do novo centro não foram capazes de efetivamente articular as distintas regiões brasileiras, superando suas intensas desigualdades.

O lançamento da nova capital em porção central do território brasileiro visava a promover a integração entre as várias regiões do país, destruindo o histórico de arquipélago. Nesse sentido, Brasília poderia ser considerada como ponto de germinação e foi acompanhada da construção de rodovias que a conectavam a outras localidades, como Belém e Salvador. Verificou-se, diante disso, nítido movimento de ampliação da região de influência de Brasília, conforme, aliás, se pode observar no mapa do REGIC, produzido pelo IBGE. É nesse sentido que a capital passou a constituir o elo de ligação entre distintas áreas do território nacional, o que se constata, por exemplo, pela realização de escala naquela cidade para voos entre São Paulo e Porto Velho. Igualmente, ao se configurar novo polo atrativo para imigração, Brasília modificou, em certa medida, tendência de fluxo populacional de nordestinos rumo a São Paulo e outros centros do Sudeste, uma vez que ela passou a constituir destino migratório.

A despeito dessas mudanças, não se pode considerar que houve integração territorial profunda ocasionada por Brasília, uma vez que uma articulação verdadeira do território, conforme propunha Celso Furtado, levaria ao desenvolvimento das demais regiões e mesmo no entorno da nova capital, com a superação das desigualdades regionais. Ao contrário, o que se verificou, em geral, foi uma desconcentração concentrada, de acordo com Milton Santos, na medida em que Brasília passou a ser mais um centro de comando, especialmente, para as funções políticas. Nesse sentido, ao atrair atividades políticas e, conseqüentemente, econômicas, Brasília manifesta nova distribuição das relações de poder dentro do território brasileiro, como proposto por Castro, Gomes e Corrêa. Entretanto, essa redistribuição foi concentrada na capital em larga medida, o que se constata, inclusive pela configuração das chamadas cidades-satélite, que representam verdadeira periferização da pobreza, com carência de acesso a serviços e infraestrutura. Igualmente, embora Brasília tenha sido capaz de atrair boa parte das funções políticas do país e, em menor medida, econômicas, São Paulo ainda se afigura o centro financeiro do Brasil, tendendo a concentrar o comando dessas atividades e o maior contingente de sedes de bancos. É por esse motivo, entre outros, que Brasília não constitui cidade global alfa como São Paulo (GAWC).

Em que pese importante contribuição para minimizar a concentração político-econômica do Sudeste, a construção de Brasília não teve o condão de conduzir a integração mais profunda das regiões brasileiras e à superação de suas disparidades.

Sarah Cruz Ferraz – 16

A construção de Brasília, meta-síntese de um projeto neobismarckiano desenvolvimentista empreendido no governo JK representou, ao mesmo tempo, a concretização de um projeto longamente maturado de integrar o território nacional e a redefinição das dinâmicas regionais do país. Ao contrário do que ocorreu quando da transferência da capital russa de Moscou para São Petersburgo, onde buscava-se ampliar, em direção aos mares, projeção do poder estatal, a transferência da capital brasileira para o interior significou a tentativa de projeção do poder estatal rumo ao interior do território. Tratava-se, dessa forma, de uma busca pela “verdadeira brasilidade” que, desde a Era Vargas, era percebida como localizada no interior do país. Paralelamente, a construção de Brasília integrava um projeto maior de levar, para os espaços onde até então predominavam

modos de vida rurais, os ditames de uma moderna cultura urbano-industrial que se buscava implantar no país.

De fato, a ênfase que o Plano de Metas conferiu aos transportes e à energia provocou mudanças profundas no território nacional. Com a execução de um extenso Plano Rodoviário, estavam finalmente construídas as pontes de ligação entre as diversas “ilhas” regionais que compunham o arquipélago nacional. Estavam abertas, portanto, as vias para os fluxos demográficos e de capitais, estes oriundos principalmente da área core do país de sua grande metrópole nacional. Como afirmou Claude Raffestin, a “circulação e a comunicação são as duas faces da mobilidade”, e as novas vias de circulação, combinadas com melhorias técnicas no âmbito de projetos como o PRODECER, permitiam a implantação, no centro-Oeste brasileiro, do moderno complexo agroindustrial. Essa nova dinâmica produziu, no Brasil Central, alterações sensíveis em sua paisagem natural e social, sendo relevantes nesse sentido a formação de redes de cidades diretamente ligadas às dinâmicas do agribusiness brasileiro. É nessas “cidades do campo” que se estabelecerá uma população diretamente ligada à moderna produção agrícola, seja como reserva de mão de obra, seja como empregada nos serviços urbanos diretamente ligados às cadeias produtivas agrícolas.

Se, por um lado, a construção de Brasília como cabeça de ponte de um projeto desenvolvimentista de integração nacional facilitou a circulação de indivíduos e capitais em direção à hinterlândia brasileira, percebe-se, todavia, que os centros de comando econômico e financeiro do país permanecem concentrados no Sudeste, de modo geral, e, especificamente, na capital paulista. A desconcentração do poder político não coincidiu, portanto, com uma desconcentração do poder econômico. Com a maior integração do território, por meio dos sistemas de logística e transporte, percebe-se uma dinâmica de especialização produtiva territorial comandada pelos ditames do capital transnacional. Como afirmou Milton Santos, dentro das novas dinâmicas da globalização econômico-financeira, o local subordina-se ao global, ao mesmo tempo em que resiste, frequentemente, a essa dominação. Embora a transferência da capital tenha efetivamente contribuído para uma maior integração territorial, permanece válida a lógica centro-periferia entre as regiões brasileiras.

Pior nota

Anônimo – 11

Durante a maior parte da existência independente do Estado brasileiro, sua realidade territorial foi caracterizada pela preponderância dos centros urbanos do litoral, com escassas conexões entre cidades. A mudança da capital para uma localização central, medida já concebida desde os tempos do Império, contribuiu para a ocupação territorial do interior do Brasil e rompeu com a lógica que prevalecera anteriormente, orientada pela empresa colonial de extração de produtos primários.

A gestão do território envolve, necessariamente, considerações acerca do exercício de poder por certo Estado sobre certa porção de espaço. Nesse sentido, o Estado brasileiro revelou, em diversas ocasiões, preocupações em relação à interferência de potências estrangeiras sobre porções inabitadas do território nacional. Getúlio Vargas, por exemplo, promovera a “Marcha para o Oeste”. A verdadeira ocupação e integração do oeste

brasileiro ao território do país, contudo, ocorreria apenas após a construção de Brasília. A nova capital federal, por concentrar poder político e econômico, atraiu, naturalmente, empreendimentos e habitantes, que, por sua vez, fomentaram a potencialização da infraestrutura de comunicações e transportes na região.

Deve-se ressaltar, ainda, a relevância de Brasília como elemento de redefinição das dinâmicas regionais no Brasil. Com efeito, em 1960, a Região Sudeste concentrava parcela extremamente relevante da população e dos recursos financeiros do país. A construção da nova capital federal ajudou a desconcentrar, nas décadas seguintes, a riqueza nacional. Cidades próximas a Brasília beneficiaram-se do afluxo de negócios, obras e empreendimentos, que, de outra maneira, teriam ficado próximas ao eixo dinâmico da economia brasileira, o Sudeste.

Mais do que o resultado de um planejamento geopolítico e territorial, Brasília consiste em uma etapa relevante da organização espacial do Estado brasileiro, que ainda hoje enfrenta as consequências decorrentes do modelo de exploração colonial empreendido por Portugal. Ainda que, à época de sua construção, o projeto da nova capital pudesse parecer controverso, com denúncias de corrupção lançadas frequentemente, pode-se afirmar, atualmente, que a configuração territorial do Brasil contemporâneo seria radicalmente diferente caso Brasília não tivesse sido construída. A concentração, em pleno Planalto Central, de inúmeros órgãos governamentais e funcionários públicos bem remunerados teve a função de servir de incentivo à ocupação de tal porção territorial. Diferentemente do passado, em que o governo limitava-se a incentivos insignificantes ou a discursos retóricos, Brasília representou a decisão do Estado por um novo paradigma territorial, por uma nova forma de gestão do espaço que, a um só tempo, permitisse a desconcentração de riquezas e rompesse com as lógicas colonialistas que ainda se faziam presentes.

Muito se discute acerca do êxito ou do fracasso do projeto de Brasília. A despeito das críticas que podem ser formuladas ao projeto, especialmente no que concerne ao distanciamento do povo em relação ao poder e ao uso de formas urbanas que não incentivam o contato humano, é certo que Brasília contribuiu para a efetiva ocupação e integração das regiões centrais do Brasil, outrora abandonadas. Houve, também, um nítido estímulo à desconcentração das finanças e dos empreendimentos produtivos, que, historicamente, preferiam a Região Sudeste ao interior do Brasil. Nesse sentido, o êxito foi considerável.





ECONOMIA

Questão 1

Inspirado na experiência da Nova Zelândia, que se tornou uma referência no debate internacional sobre política fiscal ao definir critérios e compromissos de transparência e responsabilidade na administração das finanças públicas, o Brasil aprovou, no ano 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), para nortear o comportamento das autoridades no governo federal e nos governos estaduais e municipais rumo a um equilíbrio fiscal duradouro.

Uma das diretrizes mais importantes da LRF é a imposição de se definirem e se respeitarem metas fiscais. Assim, soberanamente e em cada nível de governo, são fixadas, entre outras variáveis, metas e limites para o resultado fiscal e a dívida pública. Tais metas servem de parâmetros para os agentes econômicos e possibilitam a avaliação o desempenho das contas públicas pela sociedade.

Tendo o texto acima como referência inicial, discorra sobre:

- 1 - a relação entre a despesa de juros e o resultado primário, considerando que o desempenho do resultado primário, sem cobertura por senhoriagem, se reflete na conta de juros, mesmo em caso de taxa de juros constante;
- 2 - os efeitos no investimento público federal brasileiro decorrentes das necessidades de se alcançar as metas fiscais no país desde a LRF e as respectivas implicações desses efeitos para o custo Brasil e a eficiência do setor privado; e
- 3 - o desempenho da arrecadação tributária brasileira requerida pela cobertura da despesa primária e seus impactos sobre a economia.

Média: 26,65 amp. / 24,86 cotas negros

Desvio padrão: 1,86 amp. / 3,31 cotas negros

Christian Bicca Estivallet – 29

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), aprovada em 2000, complementa outras leis que buscam regular e limitar os gastos do setor público, entre as quais se destacam o Plano Plurianual (PPA). A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei do Orçamento Anual (LOA). Dada a importância dos resultados fiscais para o desempenho macroeconômico do país, cumpre analisar a relação entre a despesa de juros e o resultado

primário, os efeitos da LRF no investimento público federal e o desempenho da arrecadação tributária.

As três principais fórmulas de cálculo dos resultados fiscais do governo são resultado primário, operacional e nominal. O resultado primário decorre de toda a arrecadação do governo (nesses casos, considera-se como governo todos os entes federados) menos as despesas, exceto gastos com juros nominais. O resultado operacional, que não é mais calculado no Brasil devido ao cenário de baixa inflação, é a arrecadação menos gastos, incluindo juros reais (ou seja, juros nominais menos a inflação). O resultado nominal – também conhecido como Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP), por ser o cálculo mais abrangente das contas do governo – é a arrecadação menos os gastos, incluindo juros nominais (juros reais mais a inflação).

O resultado primário é fundamental para os controles das contas públicas, porque demonstra o esforço atual do governo para pagar déficits passados – caso se registrem superávits. Em razão dessa importância como âncora das expectativas dos agentes econômicos, desde 1999, o Brasil adota o superávit primário como uma das âncoras de sua política macroeconômica – que também é formada por câmbio flutuante e por metas de inflação. O registro de déficits primários, como vem ocorrendo no Brasil, desde 2015, é preocupante porque caso não haja cobertura por senhoriagem (o que, de fato, é proibido no Brasil desde a Constituição de 1988), mesmo em caso de juros constantes, haverá ampliação da dívida pública e, conseqüentemente, aumentará o “quantum” do déficit sobre o qual incidem os juros, refletindo, portanto, na conta juros. No Brasil, em 2017, a NFSP atingiu cerca de 70%, o que decorre, em grande medida, da recorrência, nos últimos anos, de déficit primário – já que os juros têm caído, por conta do controle da inflação, estando a taxa SELIC em 8,25% a.a., o que contribui para a contenção do aumento da NFSP, mas não será suficiente caso continue a ocorrer déficit primário.

A exigência, pela LRF, de que o governo cumpra metas fiscais tem efeitos ambíguos sobre o investimento público federal. Certamente, prevalece um efeito negativo da LRF sobre o investimento público, na medida em que o governo não pode expandir indiscriminadamente seus gastos, de modo que, muitas vezes, o investimento fica em segundo plano, o que é um grande desafio em um país cuja taxa de poupança é relativamente baixa e historicamente utilizou o investimento das estatais como sinalizador de expectativas para o setor privado. Positivamente, porém, é possível considerar que uma política fiscal equilibrada passe sinais positivos para os agentes econômicos, o que pode atrair investimento estrangeiro direto (IED), melhorar o crescimento, aumentando a arrecadação, o que pode ampliar o investimento público.

Caso se considere a prevalência de efeito negativo da LRF sobre o investimento público federal, é de se esperar que o custo Brasil não só se mantenha elevado, mas também aumente, em razão da não compensação da depreciação, como claramente se percebe em inúmeras rodovias utilizadas para o transporte de grãos até os portos. Ademais, aumento da demanda externa, por exemplo de grãos, pode ampliar a produção e gerar ainda maior saturação da infraestrutura já existente, o que reduz a eficiência e a produtividade do setor privado. Situação análoga pode ocorrer com expansões da demanda interna por serviços e infraestrutura sem o correspondente investimento, o que pode gerar, no setor elétrico, por exemplo, apagões, como os que ocorreram no ano de 2000, quando a privatização do setor elétrico sem a exigência de novos investimentos fez que a demanda

superasse a oferta e tanto ampliasse o custo Brasil quanto reduzisse a eficiência do setor privado.

A arrecadação tributária, embora não tenha sido suficiente para gerar superávits primários nos últimos anos, é muito elevada – gerando efeito deslocamento – e disfuncional. Apesar das profundas transformações, na economia nacional e global, nas últimas décadas, verdadeira reforma tributária ocorreu, pela última vez, no bojo do PAED, em 1964. Nesse contexto, ganha importância o Novo Regime Fiscal, recentemente aprovado, que, por meio de Emenda Constitucional, busca conter o gasto público, que, por 20 anos, só poderá ser reajustado na mesma medida da inflação do ano anterior. Esse passo importante para contenção da despesa primária também depende de outras reformas, como a trabalhista e a previdenciária, esta responsável por parte importante das despesas fixas do governo, que não podem ser contidas sem reforma.

O Brasil, nas últimas décadas, vem buscando coadunar-se com as melhores práticas em política fiscal. Embora, na prática os desafios sejam imensos, é louvável que haja crescente transparência das contas públicas e interesse do governo em restabelecer uma rota sustentável para a NFSP, que não pode depender somente de períodos de forte crescimento do PIB.

Maybi Rodrigues Mota – 29

Para manter a transparência e a boa gestão das contas públicas, o governo divulga periodicamente os resultados fiscais e os dados da dívida pública ou necessidade de financiamento do setor público (NFSP). Uma das formas de apresentar os resultados é pelo resultado primário, que exclui as despesas com os juros da dívida. O resultado primário, portanto, reflete o esforço fiscal do governo, referindo-se tão somente à diferença entre receitas e despesas.

Embora o resultado primário não inclua os juros que incidem sobre a NFSP, ele se refletirá na conta de juros, já que, quanto maior for a NFSP, maior será a base de incidência dos juros. Assim, o desempenho do resultado primário sem cobertura por senhoriagem (ou emissão) se reflete na conta de juros ainda que a taxa seja constante.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), de 2000, estabeleceu regras gerais que limitam os gastos públicos, já que os governos passam a ter que estabelecer e cumprir metas fiscais sob pena de responsabilização do chefe do Executivo. Assim, a LRF trouxe modificações que afetam o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) na sua elaboração. Assim, caso as receitas previstas sejam baixas – em caso de queda da arrecadação, por exemplo -, o governo não poderá manter os gastos muito altos, o que reduz sua capacidade de executar projetos. Isso significa que, para manter o resultado primário fixado nas metas, o país não poderá prever despesas com investimentos além dos montantes que equilibrem as contas, como é o caso no atual cenário de crise.

Como os gastos do governo estarão em um baixo patamar na situação descrita, o governo brasileiro não tem recursos suficientes para projetar e executar obras de infraestrutura e modernização. Consequentemente, o custo Brasil se torna mais alto, já que, na falta de ferrovias suficientes, de estradas bem mantidas, de portos modernos e de tecnologia moderna, os custos com logística e transporte ficam relativamente altos. Basta

analisar o caso da soja: o Brasil é um dos maiores produtores mundiais, mas, nas exportações, acaba perdendo posição porque seu preço final é menos competitivo do que o norte-americano, por exemplo, em razão dos custos de transporte. Assim, quanto menor o investimento público nesses setores, maior é o custo Brasil.

O setor privado perde em eficiência por conta dos custos decorrentes das deficiências em estrutura e também pelo baixo grau de inovação. Os custos altos se traduzem em preços pouco competitivos no exterior e redução do bem-estar do consumidor interno, já que o setor privado tem baixa eficiência. A falta de investimentos em inovação e pesquisa e desenvolvimento – além da educação propriamente – também acaba por afetar a eficiência do setor privado, uma vez que ele deixa de ter acesso a mão de obra eficiente e altamente qualificada e a tecnologia de ponta nacional, a qual tanto modelos endógenos como modelos exógenos apontam como importantes para aumentar a produção e o crescimento, junto com a eficiência das empresas.

Para que o governo possa aumentar os gastos (G), ele tem que aumentar as receitas, em uma situação de equilíbrio fiscal – e, portanto, cobertura da despesa primária. Assim, será necessário aumentar a arrecadação. Caso o governo tenha mesmo um cenário de manutenção de gastos, ainda assim, tem que manter um nível de arrecadação adequado. Em uma situação de crise ou estagnação, a saída para aumentar a arrecadação é aumentar as alíquotas de tributos existentes ou criar novos tributos, o que implica efeitos negativos para a economia.

Quando o governo aumenta a incidência tributária, ele diminui a renda das famílias disponível para o consumo se reduz, o que significa dizer que as famílias consumirão menos, o consumo diminuirá e o Produto Interno Bruto diminuirá, já que $PIB=C+I+G+X-Y$, sendo C o consumo, que tem um componente autônomo (C_a) e um componente relacionado à renda disponível, sendo $C=C_a+a.Y_d$ (a =multiplicador – propensão marginal a consumir, Y_d = renda disponível, que é renda total subtraídos os tributos).

A incidência tributária também afeta a própria atividade econômica, pois impacta a poupança – e, portanto, os investimentos – além de encarecer insumos e o produto final. Um produto final mais caro, por sua vez, por sua vez, pode redundar em quedas no consumo externo (X) e interno (C) e inflação, com repasse dos custos para o consumidor. Dessa forma, maior tributação pode causar ainda maior redução do PIB e crise, com perda da capacidade do governo de cumprir as metas.

É importante, portanto, que o governo mantenha os gastos sob controle e obedeça as metas estabelecidas para o resultado primário, garantindo o equilíbrio fiscal, ainda que as limitações possam causar queda no investimento. O desequilíbrio fiscal, ainda que as limitações possam causar queda no investimento. O desequilíbrio fiscal, por resultar em maior NFSP, pode elevar as despesas com juros e demandar ainda maior aumento da arrecadação e, assim, dos tributos quando uma economia não está em crescimento.

Rafael Rodrigues Alves – 29

A adequada administração das contas públicas, com especial atenção em relação às dinâmicas de evolução da dívida pública, constitui não apenas um dos pilares de uma política econômica previsível, responsável e transparente, mas também uma conquista de

toda a sociedade. Nesse sentido, o Brasil implantou, há quase duas décadas, um arcabouço jurídico e institucional que permite um gerenciamento sustentável das contas públicas nos três níveis de governo. A Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, é o principal componente desse arcabouço, estabelecendo limites de gastos e de endividamento, de modo a assegurar uma trajetória de sustentabilidade fiscal do Estado brasileiro.

A partir de 1999, estabeleceu-se no Brasil um tripé de política econômica que combinava câmbio flutuante, sistema de metas de inflação e responsabilidade fiscal. Esse último componente consiste em uma administração eficiente das contas públicas, de maneira a se alcançar uma trajetória declinante para a relação dívida pública/PIB, o que exige a obtenção, por longo período, de superávits no resultado primário, que é a diferença entre todas as receitas e despesas não financeiras da administração pública brasileira. Esses superávits são justamente utilizados para o pagamento dos juros que incidem sobre a dívida pública, de modo que esses juros não se somem ao principal, o que aumentaria o montante total do endividamento, gerando despesas com juros ainda maiores.

De fato, se a relação dívida/PIB é crescente, enfraquece-se a confiança dos credores na capacidade do Estado brasileiro de honrar seus compromissos, o que implica a exigência pelos credores de maiores prêmios de risco, o que, na prática, significa juros mais elevados sobre a dívida, pressionando a conta de juros. A manutenção de superávits primários, por sua vez, em níveis que asseguram a trajetória declinante da dívida possibilita despesas de juros também declinantes. A ocorrência de déficits fiscais primários significa que o Estado não foi capaz de economizar para pagar sequer os juros incidentes sobre a dívida, o que faz com que esses juros não pagos se tornem eles mesmos parte da dívida.

O cumprimento das metas fiscais previsto na LRF, entretanto, exige enormes sacrifícios do Estado e da sociedade brasileira. A obtenção de superávits primários, por exemplo, geralmente exige que a administração pública reduza suas despesas primárias, por meio do corte de gastos, ou aumente suas receitas, mediante o aumento da carga tributária. Como esta no Brasil já é extremamente elevada, variando nos anos recentes entre 31% e 36% do PIB, o espaço para aumento de tributos ou para criação de novos é bastante reduzido. Por outro lado, as despesas do governo já são bastante engessadas, pois quase todo o orçamento público é consumido com despesas obrigatórias ou cuja redução é praticamente inviável. Já o gasto com investimento público, por ser despesa discricionária, é o mais fácil de ser reduzido.

Com efeito, a tentativa de diminuição do déficit fiscal primário do governo federal nos últimos anos vem sendo feita a custo dos gastos com investimento, na medida em que as despesas com custeio, pessoal, previdência e assistência social são muito mais difíceis de serem reduzidas, seja por razões políticas, constitucionais ou mesmo operacionais. O fato é que o investimento público brasileiro, que chegou a alcançar 1,6% do PIB em anos recentes, encontra-se atualmente em níveis historicamente baixos, mesmo para os padrões brasileiros, não passando de 0,8% do PIB. O desinvestimento de grandes empresas, como a Petrobrás, e a paralisação e o adiamento de obras infraestruturais urgentes, como portos, rodovias e ferrovias, representam um duro golpe à produtividade e a eficiência do setor produtivo brasileiro, implicando aumento excessivo do custo Brasil.

Do lado das receitas, a situação fiscal também se deteriorou bastante, nos últimos anos, principalmente devido aos efeitos da queda acumulada de quase 8% do PIB em dois anos, o que reduziu drasticamente a arrecadação de impostos, tornando inviável a meta de

déficit primário estabelecida pelo governo federal para 2017, de R\$ 139 bilhões. Mesmo para cumprir a nova meta, de R\$ 159 bilhões, o governo encontrará dificuldades, razão pela qual decidiu recentemente pelo aumento das alíquotas da CIDE e do PIS/COFINS. Sem a retomada do crescimento econômico, entretanto, não se vislumbra melhora na situação fiscal do país.

Larissa Ferreira da Silva – 28

A Constituição Federal de 1988, do ponto de vista fiscal, trouxe problemas graves para o setor público nacional, ao estabelecer uma série de despesas sociais, sem determinar fontes suficientes para o seu financiamento. Esse problema foi apenas parcialmente revolido pela desvinculação parcial das receitas da União, com a criação do Fundo Social de Emergência, e pela promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal, que limitou a porcentagem de gastos dos entes federais com gastos em pessoal e generalizou os requisitos de responsabilidade fiscal e de busca de superávites primários. Essas reformas, entre várias outras promovidas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, foram essenciais para o saneamento das bases macroeconômicas do Brasil, que garantiram a estabilidade econômica até o governo Rousseff.

As contas públicas podem ser analisadas tendo em vista os resultados primário, operacional e nominal. O resultado primário leva em conta receitas e despesas da Administração pública, autarquias e fundações públicas, sem ter em consideração operações financeiras, o que inclui gastos com juros da dívida pública. O resultado operacional inclui correção monetária, enquanto o resultado nominal inclui operações financeiras, contabilizando pagamentos de juros, amortizações de dívidas, variações de ativos e das reservas internacionais. A obtenção de superávit primário é essencial para que não haja aumento do estoque da dívida pública e, principalmente, para a cobertura dos juros da dívida passada. Em caso de déficit fiscal, será necessária a rolagem da dívida e dos juros com emissão de novos títulos da dívida pública, o que aumenta riscos de default e deteriora expectativas na economia, desincentivando investimentos e entrada de capital externo, levando igualmente ao adiamento de decisões de consumo. Nesse caso é possível haver a deterioração dos indicadores macroeconômicos, notadamente, da proporção entre dívida bruta e PIB, o que vem ocorrendo no Brasil de forma perigosa. A “contabilidade criativa” desenvolvida durante o governo Rousseff mostra como o resultado primário pode ser alterado em caso de ações como adiamento de despesas e realização de operações pouco transparentes de empréstimos entre o Tesouro Nacional e bancos públicos como o BNDES, que não pioraram o resultado primário do governo, de modo artificial, tendo em vista que ensejaram aumento do nível de endividamento bruto do setor público.

A austeridade fiscal imposta pela imposição e cumprimento, sem subterfúgios artificiais, das metas fiscais previstas na base do tripé econômico que embasa a política macroeconômica brasileira levou à redução da capacidade do poder público de realização de investimentos. Isto é associado à grande vinculação das receitas públicas, que ainda perdura apesar da emenda constitucional conseguida no governo FHC, que promoveu a desvinculação parcial, aos gastos previdenciários do governo, que se busca limitar com a reforma previdenciária, e os relevantes gastos com folha de pagamento. Essas despesas tendem a consumir grande parte das receitas públicas, deixando pouco espaço para a

realização de investimentos públicos. Nesse contexto, a infraestrutura nacional, que já é precária, se deteriora ainda mais, aumentando o custo Brasil, que se refere aos altos custos de transporte e ao maior tempo de deslocamento imposto pelos portos e vias engarrafados, além da grande burocracia que domina todas as atividades nacionais. Nesse contexto, e em razão das altas taxas de juros do país, que garantem altas taxas de retorno para investimentos financeiros, a iniciativa privada no país não tem incentivos para realizar investimentos produtivos. Por esse motivo, não se verifica uma reversão do efeito crowding-out quando a administração pública reduz suas atividades econômicas, pois a iniciativa privada não tem incentivos para ocupar esse espaço. A falta de competitividade tende a se tornar sistêmica, à medida que o custo Brasil aumenta e nenhum dos agentes econômicos atua para reverter esse cenário.

Ademais, a inadequação da estrutura tributária vigente tende a agravar os problemas econômicos nacionais, o que indica para a necessidade de realização de uma reforma tributária. Além de ser altamente burocrático e pouco transparente, o sistema tributário nacional é fortemente regressivo e baseado em impostos sobre o consumo que tende a incidir em cascata. A legislação fiscal é enorme, com grande número de isenções, regimes especiais e exceções que tornam o sistema pouco transparente e extremamente complexo. A incidência do IPI, ICMS, ISS, PIS/COFINS, impostos sobre o consumo que correspondem a cerca de 50% da arrecadação vincula a arrecadação ao consumo, o que onera mais os pobres, e leva a forte queda da receita tributária em momentos de crise, situação que ocorreu nos últimos anos. Desse modo, o impacto negativo do sistema é fortemente negativo, tanto por desincentivar a atividade produtiva ao criar custos absurdos de gestão, quanto por agravar ciclos recessivos por conectar queda do consumo a queda dos gastos públicos, em contexto de seguimento de política de metas fiscais, o que afeta negativamente o PIB nacional de forma dupla, isto é, pela queda do C e do G, considerando $Y = C + G + I + (X - M)$.

A recente crise econômica demonstrou os graves problemas estruturais da economia brasileira que precisam ser enfrentados para que o país possa crescer de forma sustentável. Tanto a estrutura de gastos quanto a de receitas públicas devem ser reestruturadas, de forma a garantir maior eficiência e transparência, essenciais para o desenvolvimento da iniciativa privada, que requer instituições fortes para se desenvolver, e a abrir espaço para o investimento público em infraestrutura.

Pior nota

Anônimo - 18

Com vistas a substituir a âncora cambial que sustentava a estabilidade da moeda doméstica, o real, o Brasil decidiu implantar um sistema baseado nas metas de inflação. Como definidor da política monetária do país, o Comitê de Política Monetária (COPOM) define a meta de inflação a ser perseguida durante o ano, com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de modo que cabe ao Banco Central do Brasil (BCB), como executor da política, controlar o nível de emissão monetária e evitar que o setor público se valha da senhoriagem para honrar suas despesas. Nesse contexto, o governo monitora seu resultado primário a fim de gerir seus gastos, de acordo com a diferença entre a arrecadação (receita) e os gastos, sem incluir despesas com juros ou com correções

monetária e cambial. Caso gaste mais que arrecade, o governo necessita aumentar a arrecadação ou emitir títulos dessa dívida, atrelados à taxa básica de juros da economia brasileira: o Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), para cobrir a diferença deficitária. Gradualmente, recorrer à emissão de títulos resulta na pior das contas públicas no aspecto nominal. Nas metas de inflação, a taxa SELIC é amplamente empregada como instrumento para conter aumentos de curto prazo sobre a Demanda Agregada, os quais pressionam o nível geral de preços.

A perseguição das metas fiscais por meio da taxa de juros tem um duplo efeito negativo sobre a economia: quanto mais elevados os juros, menores são os níveis de investimento, de modo que a capacidade produtiva de longo prazo se mantém aquém das necessidades e o governo vê-se obrigado a investir nesses setores não rentáveis para o investidor privado. O segundo efeito é a dependência do governo em termos de disposição dos emprestadores a manter o nível crescente de endividamento. Assim, o setor privado é afastado do mercado de empréstimos pelo setor público, na medida em que este estabelece o nível da SELIC em patamares elevados. Com efeito, ainda que o governo atenuar a questão do Custo Brasil em termos de infraestrutura, as taxas de juros mais altas não somente inviabilizam a atuação do setor privado em termos de aumento de eficiência produtiva (pouca renovação e aumento da capacidade instalada), como também restringem o consumo das famílias, devido ao crédito mais caro. Há uma espiral em que o governo posterga seus pagamentos e rola a dívida para substituir um setor privado impedido de investir pela elevada SELIC.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) visa a coibir a irresponsabilidade dos governos no que concerne às contas públicas. Entre gastar mais que arrecada, mesmo que em empreendimentos produtivos, a LRF assevera que o governo deve procurar mecanismos para fomentar a ampliação do investimento privado e planejar os investimentos públicos prioritários, na medida em que os juros elevados limitam a participação privada na economia e impelem o setor público já endividado. Desse modo, a LRF não a contar o investimento público, mas a mantê-lo em bases realistas e evitar o ingresso nessa espiral, pois o governo não é capaz de manter o crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) sozinho.

A alternativa tributária tem sido amplamente empregada na história econômica do Brasil, de modo que, além de impopular, induz o setor público a gastar mais, em vez de conter as despesas. Ainda que tenha uma das cargas tributárias mais elevadas do mundo, o Brasil não dispõe de serviços tipicamente estatais de qualidade, devido ao gasto excessivo em outros setores. Ademais, a estrutura tributária atual apresenta uma série de impostos e contribuições indiretas, as quais não distinguem os agentes em termos de nível de renda e contribuem para a dificuldade de desconcentrar a riqueza. Desse modo, além da pressão sobre as empresas, a maior carga tributária limita o consumo das famílias, bem como sua capacidade de poupar. Com efeito, a menor quantidade de fundos para empréstimos resulta na elevação da taxa de juros, a qual retrai o investimento privado e impele o governo a atuar, em uma conjuntura de escassez interna que requer atração de capital estrangeiro. Finalmente, a LRF reforça a necessidade de contenção de políticas fiscais muito expansionistas e contribui para a conformação da estabilidade econômica necessária para fomentar investimentos produtivos de longo prazo, em vez de capital especulativo atraído por juros elevados.



Questão 2

Em uma audiência pública, um cidadão que dela participava fez a seguinte pergunta a uma autoridade da área econômica:

- Se eu não pago pelo uso das ruas e avenidas da minha cidade, por que devo pagar pelo uso do transporte público, uma vez que ele, assim como as ruas e avenidas, é também um bem público? Ele não deveria ser totalmente financiado pelos tributos que o município recolhe?

A propósito da situação da hipotética acima apresentada, redija um texto dissertativo que responda aos questionamentos feitos pelo cidadão. Em seu texto, faça o que se pede a seguir:

- 1 - conceitue bem público, com detalhamento dos significados de não exclusividade e de não rivalidade desse tipo de bem;
- 2 - comente acerca de ruas e avenidas serem consideradas bem públicos, com justificativa embasada na conceituação desenvolvida no tópico 1, e esclareça em que condições ruas e avenidas podem deixar de ser bens públicos, se puderem;
- 3 - esclareça, com justificativa embasada na conceituação desenvolvida no tópico 1, por que razão o transporte público não é considerado bem público.

Média: 26,87 amp. / 25,29 cotas negros

Desvio padrão: 2,27 amp. / 4,59 cotas negros

Luciano Prata Magalhães – 30

Para responder o cidadão que pergunta sobre a possibilidade de que o transporte público seja considerado um bem público, o que importaria a gratuidade do serviço, é necessário: primeiramente, conceituar bem público; em seguida, buscar hipóteses de flexibilização do conceito, mesmo considerando ruas e avenidas; e, por fim, desenvolver a noção de que transporte é um bem semi-público.

É possível caracterizar um bem público por meio da oposição com um bem privado. A principal característica de um bem privado é que o equilíbrio entre a oferta e a demanda se dá por meio do preço. Por um lado, existe um aspecto de escassez (exclusividade), em que o usufruto do produto por um indivíduo impede que outros indivíduos usufruam aquele mesmo produto; por outro, há uma competição (rivalidade) entre os consumidores, que vão aceitar preços diferenciados com base na curva de preferência e a disponibilidade de renda. Desse modo, o equilíbrio de mercado ocorre quando o custo marginal dos produtores se iguala à utilidade marginal dos consumidores, gerando um preço e uma quantidade de equilíbrio. No bem público, não é possível encontrar um equilíbrio de

mercado, em que um determinado preço equaliza oferta e demanda. Nesse caso, trata-se de bens em que não há exclusividade, ou seja, a utilização do bem por um indivíduo não impede a utilização por outros; do mesmo modo, não há rivalidade entre os consumidores, pois inexistem possibilidades de precificação, ainda que o bem seja usufruído por todos. Nos bens públicos, existe a possibilidade de existência da figura do “free-rider”, ou seja, aquele que utiliza o bem, mesmo sem ter contribuído com tributos para o seu custeio. São exemplos clássicos de bem público a segurança nacional, a segurança pública, o sistema viário (em alguns casos, como será exposto abaixo).

Com relação ao sistema viário, composto por ruas e avenidas, pode-se, à princípio, defini-los como bens públicos. Ainda que existam engarrafamentos, não é possível considerar que haja escassez ou exclusividade, no sentido em que a utilização por um indivíduo não retira a possibilidade de que outros utilizem. Do mesmo modo, não há rivalidade, uma vez que não seria possível determinar as preferências de cada consumidor de modo a definir um preço, pois é um bem indispensável, em que, provavelmente, a demanda é completamente inelástica, dada a essencialidade do bem na vida das pessoas. Contudo, é possível aproximar ruas e avenidas a bens privados, na medida em que se consideram os custos de implementação. Nesse sentido, pode-se entender que existe um monopólio natural, com custo fixo elevado e ganhos de escala crescentes. Assim não havendo escassez, cada novo usuário apenas aumenta a receita total, indefinidamente. Dada a essencialidade do bem, é necessário que o poder público regule o preço da tarifa para evitar o abuso do poder de monopólio, ao mesmo tempo em que viabiliza o lucro econômico dos investidores. Devido à necessidade de escala, há barreira de entrada, uma vez que um novo entrante implicaria em receita menor do que o custo total. A opção por estradas pedagiadas, por exemplo, parte do pressuposto de existência de um monopólio natural, em que a remuneração do capital investido é paga diretamente pelos usuários do sistema e não pelo contribuinte em geral. O mesmo raciocínio pode ser aplicado às ruas e avenidas.

No caso do transporte público, temos um bem com características híbridas, ainda que, dependendo da análise que se faça, possa ser considerado puramente privado ou puramente público. Com relação à exclusividade, é possível afirmar a ausência de escassez ocorre até um determinado momento. Assim, em um vagão de trem a entrada de um novo usuário não impactará a entrada de outros até que o vagão esteja cheio, momento em que algumas pessoas serão excluídas da utilização do bem. Com relação à rivalidade, ainda que seja difícil determinar um preço que equilibra o mercado ou mesmo que seja possível de discriminar os usuários do sistema com base na sua capacidade de pagamento, é inegável que a curva de preferência dos indivíduos leva à opção por diferentes tipos de transportes. Dadas as características do transporte público, bem como o seu aspecto essencial na vida das pessoas, cabe a caracterização de um bem semi-público, com vigência limitada da exclusividade e da rivalidade.

A despeito da conclusão de que o transporte público não é um bem-público, não há nada que impeça a gratuidade do sistema, com financiamento coletivo do serviço. Educação e saúde também são bens com características híbridas, em que o usufruto de uma pessoa impede, em algum momento, o usufruto de outras e em que há rivalidade entre os consumidores, nem por isso deixam de contar com o financiamento público, ainda que restrito por meios práticos a consumidores com rendas inferiores. Não é necessariamente o status de bem público que justifica ou garante a gratuidade, mas sim escolhas públicas.

Maybi Rodrigues Mota – 30

Um bem público é todo bem que apresenta características de não exclusividade e não rivalidade. A não exclusividade se refere ao fato de não ser possível ou desejável limitar o acesso das pessoas a ele, ou seja, não se pode excluir um indivíduo de usufruir do bem. A não rivalidade se refere à possibilidade de um indivíduo usufruir de um bem sem que isso impeça o uso por outra pessoa. Assim, o consumo de um bem A por um indivíduo X não impede o consumo do mesmo bem A pelo indivíduo Y. Nesse sentido, os bens públicos se opõem aos bens privados, que, em geral, são exclusivos e rivais.

Dadas as suas características, os bens públicos não são providos espontaneamente por agentes econômicos como regra geral. Cabe ao poder público organizar formas de provê-los à população e mantê-los, o que é financiado com a arrecadação de tributos.

As ruas e avenidas são bens públicos por não serem exclusivas nem rivais em condições habituais. Todos têm o direito de ir e vir e circular por esses espaços, em que o uso por um cidadão A não impede o uso pelo cidadão B e em que não há limitações ao acesso.

Há, no entanto, situações em que as ruas ou avenidas são espaços privados. No caso de um condomínio fechado, por exemplo, é possível limitar o acesso à população em geral, tornando as vias exclusivas. Nesse caso, os condôminos arcam com seus custos. Continuam, no entanto, sendo um bem não rival, de maneira que, embora nem todos tenham acesso, é possível o uso concomitante por diversas pessoas. É possível, portanto, caracterizá-las, nesse caso, como bens semi-públicos.

Outro caso em que as ruas podem deixar de ser totalmente públicas é quando há grandes eventos, como manifestações ou carnaval de rua. Nesse caso, como o espaço pode estar completamente cheio, há uma situação de rivalidade, ou seja, para que um indivíduo o consuma, outro deverá deixar de consumir.

No caso do transporte público, o cidadão que o utiliza pagará pelo serviço prestado. Embora seja serviço de interesse público e, por isso, organizado por autoridades estatais, o transporte público não é um bem público. Isso se deve ao fato de ele ter atributos de rivalidade e exclusividade. Ao utilizar um assento no ônibus, por exemplo, um cidadão exclui a possibilidade de outro utilizá-lo. Ademais, é possível contra o acesso, modo que o acesso ao ônibus, é exclusivo àqueles que pagam pela prestação do serviço. Desse modo, o transporte público é um bem que poderia ser provido pelo mercado, e não necessariamente pelo governo. O fato de hoje ele ser um serviço prestado com interferência direta do governo se deve ao fato de ele entender necessário regular e controlar o serviço. Desse modo, ele é prestado pelo regime de concessão, assim como outros serviços de caráter público, a exemplo de água, eletricidade e esgoto.

Por essas razões, não procedem os pressupostos e as conclusões apresentadas pelo cidadão na audiência. Embora ele não pague diretamente pelo uso das ruas e avenidas, o poder público as provê com recursos proveniente da tributação, já que, por serem não rivais e não exclusivas, não há interesse do mercado em provê-las, embora sejam essenciais e relevantes. São, portanto, bens públicos oferecidos, regra geral, pelo poder público. O transporte público, no entanto, é nem rival e exclusivo, que pode ser oferecido pelo funcionamento dos mecanismos de mercado com base na oferta e na demanda. Dessa

maneira, não é interessante ao governo financiá-lo totalmente com recursos públicos, pois se criaria uma situação de inequidade. Embora o Estado controle e o subsidie por interesse público e pelas previsões constitucionais, é adequado que cobre o usuário pelo serviço.

Daniel Köhler Leite – 30

Sob determinadas condições, a economia e o mercado não atuam de forma eficiente no sentido de Pareto. Particularmente em presença de bens públicos, o mercado tende a não refletir os problemas da competição e da escolha em condições de escassez que permeiam a questão econômica. Abre-se, dessa forma, espaço para a atuação do governo com vistas a atenuar possíveis falhas de mercado e a restabelecer a eficiência da economia. Na situação hipotética apresentada, um cidadão questiona o fato de ruas e avenidas, de acordo com sua avaliação, serem gratuitos, ao passo que o transporte público é pago, uma vez que se trataria de bens públicos financiados por tributos. Esse entendimento, no entanto, não corresponde, necessariamente, à efetiva situação. Cabe, portanto, analisar o conceito de bem público e comentar acerca das considerações explicitadas pelo cidadão.

Em termos gerais, o conceito de bem público está estritamente relacionado às ideias de não exclusividade e de não rivalidade. Quando um bem é não exclusivo, não existe a possibilidade de excluir-se um consumidor ou um agente econômico de usufruir dos benefícios e da oferta de determinado bem. Essa característica tende a dificultar a apropriação privada dos lucros e dos benefícios econômicos, de sorte a desincentivar a atuação de agentes privados na oferta de bens não exclusivos. A não rivalidade, por sua vez, refere-se à ideia de que o consumo de dado bem por determinado agente não acarreta a impossibilidade de outro agente econômico também consumi-lo. Este é, por exemplo, o caso da oferta de luz solar e de ar na atmosfera. Tendo em vista que tanto a noção de exclusividade quanto a de rivalidade não são sempre evidentes, a classificação de bens como públicos (não exclusivo; não rival); comuns (não exclusivo; rival); de clube (exclusivo; não rival); ou privados (exclusivo; rival) pode variar de acordo com o caso.

As ruas e avenidas, conseqüentemente, não precisam, necessariamente, ser consideradas como bens públicos. Caso uma rua ou uma avenida seja ofertada pelo setor público e esteja sem engarrafamentos ou qualquer outras situações que implicariam a rivalidade de seu uso, ela será classificada como bem público. Se uma estrada, no entanto, for privatizada e exigir o pagamento de pedágios ou cobrar taxas para os veículos que pretendem usá-la, ela será excludente e, portanto, representará um bem de clube. Na situação de uma rua ter acesso livre e gratuito, mas estiver engarrafada por excesso de trânsito, por exemplo, no horário de saída do trabalho, tem-se um bem comum, cujo consumo em demasia configura a situação de “tragédia comum”. Uma avenida privada cujo acesso somente é possível por meio de pagamento ou qualquer outra autorização e que, ao mesmo tempo, esteja em situação de excesso de trânsito e engarrafamento, por sua vez, pode ser classificada como bem exclusivo e rival, que, como consequência, representa um bem privado. Esse aspecto de bens como ruas e avenidas tem levado alguns economistas a classificá-los de “quase-públicos”, uma vez que a garantia das condições de não exclusividade e de não rivalidade depende das circunstâncias.

Diante dessas considerações, é possível diferenciar o caso das ruas e avenidas urbanas mencionado pelo cidadão do caso do transporte público. Se, por um lado, a

complexidade do sistema viário de uma cidade tende a dificultar o controle e a cobrança individual de seu consumo, por outro, a utilização do transporte público, via de regra, pode ser regulada pela exclusão de usuários potenciais que não têm capacidade ou interesse de pagar para seu uso. O transporte público, conseqüentemente, deveria ser enquadrado na classificação de bem de clube ou, em situações de movimentação excessiva de passageiros, de bem privado. Essa característica, contudo, não impede que o setor público subvencione parte da infraestrutura de transporte público, uma vez que se trata de bem que, frequentemente, gera externalidades positivas para uma cidade, a exemplo da redução do trânsito ou da melhora da qualidade do ar urbano.

Os questionamentos do cidadão na situação hipotética, conquanto aparentem, à primeira vista, lógicos, não correspondem, da perspectiva microeconômica, à circunstância efetiva, uma vez que a determinação de bens públicos depende de cada caso. Embora as ruas e as avenidas urbanas, geralmente, sejam bens públicos, o transporte público constitui um bem de clube ou, em alguns casos, um bem privado.

Érika Helena Campos – 30

O questionamento do cidadão em tela reflete um equívoco conceitual entre bem público e serviço público. Por simplesmente portar o adjetivo “público” o serviço de transporte coletivo urbano não deve, necessariamente, ser considerado bem público. Segundo a teoria econômica, os bens podem ser classificados em privados, públicos e comuns, de acordo com dois critérios: exclusividade e rivalidade. A resposta ao questionamento do indignado cidadão passa pela análise dessas categorias.

O critério da exclusividade determina se certa pessoa pode ser excluída do consumo de um bem. Um par de sapatos, por exemplo, tem a ele vinculado um valor que traduz no seu preço. Consumirá esse par de sapatos aquele que estiver disposto a pagar o preço. Do contrário, está excluído de seu consumo.

Já o critério da rivalidade determina se certo bem pode ser usufruído por apenas uma pessoa ou por muitas simultaneamente. Voltando ao exemplo do par de sapatos, se uma pessoa vai à loja e compra esse produto em questão, o consumidor que chega em seguida não poderá adquirir esse mesmo produto. Dois consumidores rivalizam, portanto, na posse e uso do bem, sendo que o consumo por um elimina a possibilidade de o outro consumir.

O bem privado é classificado como excludente e rival. Sua natureza faz com que seja possível atribuir-lhe valor e, por conseguinte, preço. Assim, os agentes que desejam ter acesso a esses bens tomarão a decisão de alocar ou não sua renda em seu consumo, conscientes de que a aquisição do bem por outro agente exclui seu consumo.

Já os bens comuns são não excludentes e rivais, sobretudo devido a sua dimensão limitada. O exemplo mais recorrente são as terras comunais da Inglaterra pré-Revolução Industrial, cujo uso indiscriminado pelos aldeões levou à alocação ineficiente das terras e a sua degradação. O cercamento que se processou posteriormente visou resolver o que comumente se chama de “tragédia dos comuns”: o uso insustentável de bens não excludentes, logo sem valor definido, mas esgotáveis.

Finalmente, os bens públicos são não excludentes e não rivais. Por serem bens a que todos têm acesso, sem necessariamente lhes atribuir valor, seu uso é não excludente. Por serem abundantes e fruíveis simultaneamente por várias pessoas, são não rivais.

No caso em questão, o cidadão requerente diz que não paga pelo uso das ruas e avenidas. Com razão: geralmente, ruas e avenidas são bens não excludentes e não rivais e, por não terem valor determinado pelos agentes econômicos, sua construção e manutenção são financiadas coletivamente, por toda a sociedade, por meio do pagamento de impostos.

Contudo, há casos em que a saturação de uso de certas vias pode levar a situações que as tornem bens rivais. Um trecho de rodovia, por exemplo, que está constantemente engarrafado compromete o bem-estar dos usuários e gera custos econômicos adicionais aos agentes. Nesse caso, os agentes públicos podem decidir pela conveniência de colocar pedágios na via e colocar preços diferenciados a depender das faixas de horário. Essa medida, que pode ou não ocorrer no âmbito da privatização da via, torna-a, em termos econômicos, um bem privado.

Caso bastante diferente é o dos serviços públicos. A partir da análise desenvolvida, infere-se que o serviço de transporte é excludente e rival. Há um valor atribuído a ele e, a limitação de espaço dentro dos transportes faz com que sua fruição seja limitada a determinado número de passageiros que estavam dispostos a pagar para usar o veículo.

O fato de o serviço de transporte coletivo urbano ser uma concessão pública não o transforma em bem público, muito pelo contrário, confirma seu valor econômico definido, uma vez que será uma empresa concessionária que prestará o serviço visando ao lucro.

Assim, deve-se esclarecer ao cidadão que o imposto que ele paga financia, de fato, a oferta de bens públicos. Porém, no que concerne ao serviço de transporte, este tem que ser remunerado por tarifa acordada entre governo e empresa concessionária e paga pelos usuários que atribuem valor ao serviço, que não é um bem público.

Pior nota

Anônimo – 22

A situação hipotética apresentada suscita questões acerca da diferenciação dos diversos tipos de bens, bem como sobre o regime de precificação – ou não precificação – a que estão submetidos. Os bens podem ser classificados em bens privados, bens meritórios, recursos comuns e bens públicos. Os bens privados são excludentes e rivais, isto é, se um indivíduo auferir seus benefícios, outro não pode fazê-lo e há restrição a outros indivíduos ao acesso a tal bem. Já os bens meritórios são não rivais e excludentes: muitos podem ter acesso a eles, mas há um limite à fruição de seus benefícios a partir de determinado nível de demanda. Os recursos comuns são não excludentes e rivais, uma vez que o acesso a eles é permitido à coletividade, mas, a partir do momento em que um indivíduo dele se apropria, outros não podem fruir seus benefícios. Por fim, os bens públicos reúnem as características da não excludência e da não rivalidade, porque estão disponíveis a todos e seu uso não implica necessariamente a restrição à fruição de seu benefício por outros indivíduos.

As ruas e avenidas são exemplos clássicos de bens públicos, porquanto podem ser usadas em regime de não excludência e não rivalidade. Ao contrário dos bens privados, que são facilmente precificáveis, conforme a dinâmica básica de oferta e demanda em livre mercado, os bens públicos, a princípio, não podem ser precificados. Isso gera uma situação

favorável a “free riders” (o efeito carona), no qual indivíduos que não arcam com as despesas relativas a tais bens deles usufruem benefícios. O cidadão da hipótese apresentada, apesar de afirmar que não paga pelo uso das ruas e avenidas, contribui, por meio de impostos, para sua manutenção. Portanto, não é ele um “free rider”, tampouco está livre do ônus relativo a tais bens públicos.

Os bens públicos correspondem a bens essenciais, o que sugere que o não acesso a eles pode gerar externalidades negativas e generalização do peso morto. Em tal cenário, a redução do bem-estar oriundo da falta de acesso ao bem leva o governo a intervir na economia, de modo a mitigar os efeitos das externalidades negativas, garantindo amplo acesso ao bem. Um exemplo ilustrativo é o do saneamento básico. Caso tal serviço não seja garantido à população, as consequências são o aumento de doenças dos mais variados tipos e a oneração dos cofres públicos por meio do provimento de assistência sanitária.

Em vez de provimento do bem diretamente pelo poder público, é possível conceder à iniciativa privada a atividade ou serviço, desde que seja possível precificar as externalidades que lhe acompanham. O Teorema de Coase apresenta uma alternativa efetiva à intervenção do poder público. Com efeito, a partir do mecanismo de precificação das externalidades – conformando um verdadeiro mercado para elas –, os bens públicos podem passar a ser produzidos por agentes do setor privado. Contudo, existe o requisito de garantir amplo acesso ao bem, de modo a elidir os efeitos da externalidade negativa. Para tanto, não pode o agente privado praticar preços impeditivos. É possível, inclusive, que a concessão da produção de um bem ou serviço gere externalidades positivas, incrementando o bem-estar geral, apesar da elevação de preços. Nessas circunstâncias, é possível que ruas e avenidas deixem de ser bens públicos, considerando a inexistência de barreiras legais para tanto.

O transporte público não é considerado bem público porque constitui serviço que foi objeto de precificação, ao haver sido transferido para a iniciativa privada. Com efeito, as concessionárias de ônibus e trem, por exemplo, atuam conforme a lógica do mercado, porém com obrigações que mitigam o estabelecimento do preço livremente. Dada a essencialidade da locomoção, sob pena de criação de peso morto generalizado, os agentes privados, nesse caso, devem arcar com o ônus das externalidades negativas, ora precificadas. Assim, para receber a concessão do serviço, comprometem-se a garantir a observação dos ditames governamentais, viabilizando amplo acesso ao serviço de transporte público, sem praticar preços impeditivos. Em regime de concessão, conforme o Teorema de Coase, o incremento da eficiência e da qualidade da prestação do serviço – que é apenas regulado, e não provido pelo Estado – pode gerar externalidades positivas, como a ampliação da frota e acesso a regiões mais distantes da cidade.

As falhas de mercado concernentes aos bens públicos, de difícil ou impossível precificação, podem ser corrigidas tanto pela intervenção estatal quanto pela atuação de agentes privados, segundo o Teorema de Coase, que permite a precificação das externalidades.



Questão 3

A existência de rendimentos crescentes de escala pode ser uma fonte de vantagens comparativas, ou seja, uma fonte de ganhos com o comércio internacional. Com economias de escala, nem os preços dos produtos nem a remuneração dos fatores servem para prever o padrão de comércio, porque, quando o tamanho dos países difere, o país maior exporta o produto fabricado com economias de escala.

Explique as afirmações constantes do texto acima, discorrendo sobre os rendimentos crescentes internos e externos à firma, os conceitos de vantagens comparativas estáticas e dinâmicas e as diversas teorias explicativas dos padrões de comércio internacional.

Média: 15,74 amp. / 14,00 cotas negros

Desvio padrão: 2,23 amp. / 1,51 cotas negros

Fernanda Graeff Machry – 18

As teorias clássicas e neoclássicas do comércio internacional mostram-se insuficientes para explicar padrões atuais de comércio global, em que predomina, entre os países desenvolvidos, o comércio intraindústria, isto é, com trocas entre o mesmo setor produtivo. Observando essa tendência e a incapacidade de explicá-la com base na perspectiva dos clássicos e neoclássicos, economistas como Krugman desenvolveram novas teorias, que levam em conta a presença de economias de escala e de concorrência imperfeita.

Adam Smith elaborou a teoria clássica segundo a qual cada país se especializaria na produção do bem em que tivesse vantagens absolutas, considerando o custo do fator trabalho. Nesse caso, contudo, um país com vantagens absolutas em todos os bens não teria motivação para o comércio. Isso leva David Ricardo a elaborar a teoria das vantagens comparativas, conforme a qual cada país se especializaria na produção do bem que apresentasse custos mais vantajosos do fator trabalho em relação aos demais países. Assim, o comércio seria vantajoso para todos que se especializassem na produção do bem no qual tivessem vantagens comparativas.

Os neoclássicos Hecksher e Ohlin buscaram explicar a especialização com base em dotação relativa de fatores, considerando trabalho e capital. Conforme sua teoria, os países produziram os bens intensivos no uso do fator abundante, pois mais barato. A teoria foi complementada por Samuelson, que observou que a especialização com base em um fator acaba elevando seu preço e diminuindo o do fator menos abundante, de modo que há uma tendência à equalização do preço dos fatores (teoria de Hecksher-Ohlin-Samuelson).

Essas teorias assumem, contudo, que as vantagens comparativas são estatísticas, ou seja, que permanecem as mesmas. São insuficientes para explicar o padrão de comércio

entre economias especializadas em produtos capital-intensivos e, sobretudo, o comércio intraindústria, que predomina nos fluxos Norte-Norte.

As vantagens comparativas, na presença de rendimentos crescentes de escala, tornam-se dinâmicas. A inovação tecnológica permite ganhos de produtividade do trabalho e do capital conducentes a rendimentos crescentes, isto é, o produto cresce de maneira mais que proporcional ao aumento do emprego dos fatores, porque estes se tornam mais produtivos. O avanço tecnológico altera a estrutura das vantagens comparativas, que são, portanto, dinâmicas.

Desse modo, os preços dos produtos e a remuneração dos fatores, centrais às teorias clássicas e neoclássicas do comércio, são insuficientes para prever o padrão de comércio no mundo de hoje. Assim teóricos contemporâneos analisam os fluxos comerciais atentando a fatores como a existência de um “gap” tecnológico entre uma economia e outra e o tempo necessário para a disseminação global de uma nova tecnologia. Krugman falou em um padrão gravitacional de comércio, que tenderia a favorecer fluxos entre países próximos, pela facilidade de circulação. Considera-se, ainda, a existência de concorrência imperfeita, que permite a diferenciação entre produtos da mesma indústria.

Se países maiores, que têm o trabalho e a terra como fatores abundantes, beneficiam-se das consequentes economias de escala, suas vantagens comparativas podem ser ampliadas por meio da inovação tecnológica, que aumenta a produtividade dos fatores de produção (terra, trabalho, capital), tornando-se assim mais competitivos no comércio global.

Maybi Rodrigues Mota – 18

De acordo com o conceito de rendimentos de escala, quando uma firma aumenta o seu nível de produção, o custo por unidade produzida tende a se reduzir, já que os custos fixos são diluídos e mesmo o preço de alguns insumos que compõem o custo variável pode ficar reduzido a depender do poder de mercado da firma. Assim, uma firma que produz em grande escala pode ter vantagem por poder oferecer preços mais baixos por unidade produzida.

Os rendimentos de escala também podem advir da expansão da firma ao adquirir o controle da produção de insumos ou da distribuição, já que essas operações reduzem os custos. Assim, os preços praticados podem ser menores.

Nem todas as teorias de comércio levam em consideração os rendimentos e economias de escala. David Ricardo propunha que uma economia exportaria bens em cuja produção tivesse vantagens comparativas, considerando apenas o fator trabalho e que não há mobilidade de fatores de produção entre os países. É uma situação, portanto, de vantagem comparativa estática.

Hercksher e Ohlin vão explicar o padrão de comércio internacional pelo que ficou conhecido como Teoria da Dotação dos Fatores de Produção, de acordo com a qual os países exportariam um produto que fosse intensivo no insumo que tivesse em abundância. Analisa, principalmente, o capital e o trabalho. Samuelson acrescenta a questão da equiparação possível dos custos de fator. Em uma situação em que o país A seja produtor de X, que é intensivo em trabalho, e o país B seja produtor de Y, intensivo em capital, A

exportará X para B e este exportará Y para A, de modo que, em algum momento, a remuneração do trabalho em A se equiparará ao de B entre países industrializados.

Essas teorias não explicavam, no entanto, o crescente fenômeno do comércio intrassetorial e intrafirma, entre outras razões, por pressuporem, como ponto de partida dos modelos, rendimentos constantes de escala e, até Hercksher-Ohlin, vantagens comparativas estáticas.

Com ganhos de escala, países maiores, como EUA e Rússia, têm, de fato, capacidade de produzir determinados itens e exportá-los com maior economia de escala. Mas essa é apenas uma das explicações para entender por que um país não exporta apenas produtos intensivos no recurso que tem em abundância. Países industrializados de diversos tamanhos realizam comércio entre si, pois o gosto do consumidor poder variar ou porque, ao longo do tempo, cada um se especializou em um setor específico em razão de ganhos de escala. Linder passou a se dedicar, assim, a analisar as razões do comércio entre países industrializados, já que as teorias anteriores não o explicavam.

Foram surgindo teorias também sobre o comércio intersetorial, como as de Vernon, que explica como diferenciações entre os produtos em um mesmo setor pode incentivar o comércio. Ademais, ainda mais específico, o comércio intrafirmas também aumentou, tendo particular importância para empresas que têm ativos muito específicos ou lidam com gestão de propriedade intelectual e produtos patenteados, como é o caso das empresas farmacêuticas.

Por fim, a formação de cadeias globais de valor também explica os atuais padrões de comércio, já que, com elas, as economias de escala se darão em nível global. Desse modo, será relevante para uma determinada que ela integre essa cadeia. A maior vantagem, nessa cadeia, está na etapa em que ocorre mais agregação de valor do produto.

Daniel Köhler Leite – 18

De acordo com as tradicionais teorias de comércio, o intercâmbio de bens ocorre em função de vantagens absolutas (Adam Smith) ou relativas (David Ricardo) na produção de bens, assim como em consequência da dotação relativa dos fatores de produção (Heckscher-Ohlin) ou de diferentes estruturas internas de demanda por bens (S. B. Linder). Em presença de rendimentos crescentes de escala, esses conceitos, no entanto, são insuficientes para explicar o comércio internacional, uma vez que o tamanho de empresas e de economias passa a ser relevante variável.

Em termos gerais, os rendimentos crescentes à produção de uma firma podem ser internos ou externos. Caso sejam internas, trata-se, via de regra, de uma empresa com elevados custos fixos e decrescentes ou baixos custos variáveis de produção. Essas características tendem a favorecer o surgimento de estruturas de mercado oligopolísticas ou monopolísticas. Os rendimentos externos à firma, por sua vez, dependem da existência de “clusters” produtivos, que se relacionam à exploração de economias de escopo, e do tamanho do mercado doméstico. Embora, nessa situação, não se possa tirar uma conclusão inequívoca acerca da estrutura de mercado, existem implicações significativas para o comércio.

As vantagens comparativas estáticas e dinâmicas dependem da existência de rendimentos crescentes internos e externos à firma, e influenciam os fluxos internacionais

de bens. Por um lado, rendimentos de escala internos contínuos, que levam à formação de monopólios nacionais, em combinação com mercados em economias maiores tendem a implicar vantagens estáticas para os países grandes, uma vez que as empresas de pequenas economias não conseguem explorar seus rendimentos de escala da mesma forma. Em contraposição, a existência de centros produtivos (“clusters”) tende a gerar vantagens comparativas de comércio relativas e dinâmicas, uma vez que esses locais de produção favorecem o intercâmbio intrassetorial de bens e insumos produtivos, além de serem conciliáveis com estruturas de mercado caracterizadas por maior diversidade de empresas. Esse aspecto proporciona uma explicação para o comércio de economias mais desenvolvidas, cujo padrão de fluxo de bens não pode ser analisado completamente com base nas tradicionais teorias de comércio. Cumpre salientar que, em determinados casos, os “clusters” também podem gerar distorções no intercâmbio comercial entre as nações, na medida em que o surgimento de um centro de concentração produtiva em decorrência de casualidades históricas tende a criar benefícios duradouros para a região e para o país em que existem.

A presença de rendimentos crescentes de escala, portanto, pode ser uma fonte adicional de vantagens comparativas, mesmo diante da igualdade da dotação de fatores de produção e de estruturas de demanda interna similares, tendo em vista que os diferentes tamanhos das firmas e dos países influenciam as capacidades de competitividade e de oferta de bens que determinam parte do comércio global. Essa constatação foi essencial para que o teorema de Helpman-Krugman lograsse propiciar uma explicação para o “paradoxo de Leontief”, segundo o qual a maioria do comércio praticado entre os países ricos não refletiria os padrões analisados pelas teorias clássicas e por parte das teorias neoclássicas.

Matheus Machado Hoscheidt - 18

A definição de rendimentos crescentes de escala é fundamental para a compreensão dos padrões atuais de comércio. Economias de escala são definidas, em seu entendimento interno à firma, como o conjunto de condições que permitem que, dada uma função produtiva, o aumento da quantidade de fatores produtivos gere um aumento mais que proporcional na quantidade produzida, gerando, portanto, uma diminuição do custo médio de produção. Em seu conceito externo à firma, rendimentos crescentes de escala definem que o aumento do número de firmas em um mesmo setor pode definir vantagens de ordem tecnológica ou infraestrutural a esse grupo de firmas como um todo, ensejando, também, a redução do custo médio de produção. Exemplo clássico desse fenômeno é o agrupamento de empresas no Vale do Silício, compartilhando recursos e vantagens tecnológicas e de capital humano.

O conceito de vantagem comparativa estática refere-se ao entendimento clássico de que os países devem se especializar em bens em que possuem vantagens relativas de custo de produção com menor preço. Essa vantagem pode advir tanto em função de maior produtividade relativa do fator trabalho (teoria ricardiana) quanto de dotações relativas de fatores de produção (teoria Hecksher-Ohlin). Com economias de escala, entretanto, ocorre que as vantagens comparativas estáticas perdem poder explicativo na definição do comércio em face das vantagens comparativas dinâmicas. Essas dizem respeito à

possibilidade de um país grande, devido à proporção de seu mercado interno, permitir que as firmas explorem suas economias de escala para, então, tornarem-se competitivas. Nesse contexto, conforme exposto pelo excerto, “o país maior exporta o produto fabricado com economias de escala”.

Desde o século XVIII, o surgimento de teorias explicativas do comércio confundiu-se com o próprio nascimento da economia como disciplina. Adam Smith atribuiu centralidade às vantagens absolutas para definir a especialização dos países, de modo que um país com vantagens em todos os bens lograria consolidar uma autarquia. Posteriormente, David Ricardo definiu que as vantagens relativas seriam determinantes dos padrões de comércio, de modo que os países deveriam especializar-se em produtos no quais fossem relativamente mais competitivos, inviabilizando, portanto, a hipótese de autarquia considerada por Smith. Posteriormente, a teoria de Heckscher-Ohlin definiu que a especialização do comércio dar-se-ia com base nas dotações relativas de fatores de produção. Assim, por exemplo, países intensivos no fator capital iriam especializar-se em bens capital-intensivos. A não comprovação das teorias clássicas de comércio consolidou o chamado “Paradoxo de Leontief”, segundo o qual, contraintuitivamente, países como os EUA, intensivos em capital, também eram grandes importadores de produtos capital-intensivos. Nesse contexto, surgiu uma série de teorias que buscavam entender os fluxos de comércio correntes. A teoria do comércio intraindústria, por exemplo, considera a existência de economias de escala e flexibiliza a hipótese clássica de homogeneidade de produto, permitindo a formação de estruturas de mercado de concorrência monopolística. Assim, explica-se a emergência de países que são grandes importadores e exportadores de bens do mesmo setor. Paralelamente, novas teorias foram consolidadas, como a teoria gravitacional de comércio, que identifica o padrão bilateral de comércio como função do PIB e da proximidade geográfica dos países, as teorias relacionadas à nova geografia econômica. As teorias explicativas do comércio foram, ao longo do tempo, aperfeiçoando-se, de modo a incorporar dinâmicas de economias crescentes de escala e de vantagens comparativas não estáticas na definição do comércio global.

Pior nota

Anônimo – 12

De acordo com os pressupostos das teorias clássicas do comércio internacional, como se vê nos modelos de vantagens comparativas ricardianas, o comércio global ocorre entre dois países quando estes apresentam custos relativos menores na produção de um bem. No modelo Heckscher-Ohlin, ainda dentro dos pressupostos das vantagens comparativas relativas, o comércio entre dois Estados justifica-se pelas diferentes dotações de fatores entre eles, sendo a exportação de um bem um reflexo da maior disponibilidade de determinado fator. Desse modo, países com maior disponibilidade de mão de obra se especializariam nas exportações de bens intensivos nesse fator. Decorrem também dessas teorias tradicionais sobre o comércio internacional os modelos de Stolper-Samuelson e Rybczynski.

Os pressupostos dessas teorias são a existência de rendimentos constantes de escala, o comércio de bens oriundos de setores distintos (bens primários, de um lado, e bens industrializados, de outro) e a existência de apenas dois fatores de produção, capital e

trabalho. As vantagens comparativas seriam, nesses modelos, estáticas e o comércio internacional ocorreria, predominantemente, na esfera interssetorial.

Embora essas teorias expliquem os padrões de comércio tradicionais Norte-Sul, onde há a troca, principalmente, de bens intensivos em capital por bens intensivos em trabalho, ao se considerar o padrão, cada vez mais relevante, de comércio Norte-Norte e intrafirma, essas teorias não se aplicam.

Para uma compreensão mais adequada de padrões de comércio, por exemplo, que envolvem a troca de bens produzidos dentro de um mesmo setor e com utilização semelhante de fatores, torna-se mais apropriado recorrer às chamadas Novas Teorias do Comércio Internacional. Partindo dos pressupostos teóricos desenvolvidos por Paul Krugman, a existência de economias de escala intrafirmas, somada à crescente liberalização de fluxos de bens, investimentos e serviços do atual estágio do processo de globalização, tem ampliado os fluxos intrassetoriais.

Desse modo, no bojo de um processo crescente de fragmentação produtiva, as firmas têm procurado a descentralização de suas cadeias produtivas, de modo a melhor aproveitar as vantagens comparativas dinâmicas de cada lugar e os rendimentos crescentes de escala proporcionados pela inserção em cadeias globais de valor. Essas novas abordagens sobre o comércio internacional visam a compreender, por exemplo, os crescentes fluxos de insumos e bens intermediários entre os países, em abordagem que difere das teorias tradicionais que focalizam, sobretudo, o comércio de bens finais.

As teorias clássicas do comércio internacional, baseadas nas vantagens comparativas estáticas, embora permaneçam válidas na explicação de padrões tradicionais de comércio Norte-Sul interssetorial, a nova geoeconomia do comércio internacional, fundada nas cadeias globais de valor, não encontra nelas base explicativa adequada.



Questão 4

A crise financeira global deflagrada pela quebra do banco Lehman Brothers, em setembro de 2008, foi um choque drástico para a economia global, em especial para as economias avançadas, pois, dessa vez, os países do G7 foram o epicentro da crise. Logo se tornou claro que a crise assumia dimensão global e exigia, portanto, respostas de política econômica globalmente coordenadas. No contexto dessa emergência, o G20 foi declarado principal foro de coordenação econômica entre seus membros e, por extensão, dado o peso dessas economias, o centro da governança econômica mundial. (Carlos Márcio Bicalho Cozendey. O papel do G20 no combate à crise global: resultados e perspectivas. In: Boletim de Economia e Política Internacional. DINTE/IPEA, n. 8, out-dez./2001 - com adaptações).

Discorra sobre as principais medidas recomendadas pelo G20 para o enfrentamento da crise financeira global objeto do fragmento de texto acima, abordando os seguintes temas:

- 1 - regulação e supervisão do sistema financeiro internacional;
- 2 - reforma do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM).

Média: 14,30 amp. / 13,43 cotas negros

Desvio padrão: 2,91 amp. / 3,20 cotas negros

Rafael Rodrigues Alves – 19

O G-20, reunindo as 20 maiores economias do mundo, constituiu-se, em 1999, em nível ministerial, como fórum de discussões sobre os principais temas da agenda econômica mundial. Em 2008, quando se reuniu a primeira cúpula do grupo, na esteira da crise do *subprime* americano, o G-20 foi alçado à condição de instância privilegiada de coordenação econômica entre seus membros e de proposição de reformas da arquitetura financeira global. Muitas das medidas recomendadas pelo G-20 foram essenciais para o enfrentamento da crise iniciada em 2008 e têm por objetivo evitar que se repitam novos episódios de colapso da economia mundial.

As principais recomendações do G-20, desde 2008, dizem respeito ao fortalecimento da regulação e da supervisão do sistema financeiro internacional, bem como ao aumento da resiliência do sistema. Nesse sentido, os líderes do G-20, além de se comprometerem a não adotar políticas fiscais e monetárias que pudessem aprofundar as consequências da crise, instaram as principais economias do mundo a consolidarem a aplicação dos acordos de Basileia I e II e a avançarem na adoção do Acordo de Basileia III, todos assinados no âmbito do *Bank of International Settlements* (BIS). Tais acordos são de fundamental importância para a criação de resiliência, na medida em que estabelecem regulações para os sistemas bancários, definindo limites máximos de alavancagem, limites mínimos de liquidez considerados prudentes e desincentivos à formação de instituições

financeiras excessivamente grandes. O G-20 também sugeriu que os governos nacionais adotassem regulações que coibissem os efeitos do uso indiscriminado de instrumentos financeiros como os derivativos e os CDOs e da excessiva alavancagem dos bancos comerciais.

No que se refere às instituições de *Bretton Woods*, os sucessivos comunicados do G-20 alertam para a urgente necessidade de reformas do FMI e do Banco Mundial, a fim de torná-los mais eficazes na tarefa de proverem liquidez aos países que enfrentam crises financeiras e recursos destinados a financiar projetos de desenvolvimento. Nesse sentido, os países do G-20 comprometeram-se a reformar o sistema de cotas e de votos das duas instituições, a fim de adequar o poder decisório de seus membros a seus respectivos pesos na economia mundial, devido à crescente importância que vêm assumindo os países em desenvolvimento. Cabe lembrar, por exemplo, que, por ocasião da crise, o Brasil, que anos antes quitara seus débitos com o FMI, ofereceu recursos adicionais à instituição, a fim de ampliar a liquidez do Fundo. Ressaltem-se também as sugestões de que outras moedas fossem consideradas na composição dos Direitos Especiais de Saque e de que os processos de escolha dos diretores e dirigentes do FMI e do Banco Mundial adotassem critérios mais transparentes e baseados na meritocracia.

Outras recomendações importantes do G-20 para o enfrentamento da crise financeira global foram no sentido de que todos os países evitassem a tentação de incorrerem em medidas protecionistas e unilaterais, como o aumento das barreiras comerciais e as desvalorizações cambiais competitivas.

Carolina Mye Saito – 18

Após a crise financeira iniciada em 2008, o G20 financeiro, criado inicialmente em 1999, em um contexto de crises em países em desenvolvimento para promover sua melhor inserção no comércio internacional de forma estável, passou a lidar com problemas originados em países desenvolvidos, entendendo-se a necessidade de cooperação para a superação de problemas transnacionais.

Em 2009, na cúpula de Pittsburgh, decidiu-se que o foro, que passara a promover encontros de chefes de Estado e de Governo, não mais somente de ministros de finanças, seria preferencial para decisões econômicas, quedando-se o G7 com temas de segurança. Começou-se a negociar reformas em diversos âmbitos da estrutura financeira global, notadamente no FMI e no Banco Mundial. Em 2010, nas cúpulas de Londres e de Seul, foram adotadas várias decisões relevantes. Criaram-se novos tipos de empréstimos no FMI, como os emergenciais, além de aumentar o capital dos DES e dos chamados “NAB”. Nesse sentido, acordou-se uma reforma das quotas, deslocando essas de países desenvolvidos para países emergentes, reconhecendo-se que a estrutura do comércio mundial havia se modificado e que situações como o maior poder de voto de alguns países europeus comparados à China e ao Brasil não refletiam os critérios de representatividade do comércio mundial e do PIB. Apesar da aceitação das alterações das quotas, devido ao poder de veto dos EUA (que tem cerca de 17% dos votos, sendo 85% o necessário para aprovação de alterações), a reforma somente entrou em vigor em 2016. Adicionalmente, houve reformas no funcionamento estrutural do FMI e do Banco Mundial, cujos diretores eram tradicionalmente indicados pelos EUA e por países europeus, de modo não

condizente com a transparência necessária às instituições, passando-se a haver eleições. Em 2016, ocorreu, ainda, a inclusão do yuan/renminbi na cesta de moedas do FMI.

Além dessas alterações, o G20 promoveu diversas medidas para o enfrentamento da crise financeira, principalmente, para a regulação e supervisão do sistema financeiro. Nesse âmbito, os países do G20 ainda não partes foram incluídos nos acordos de Basiléia I e II e no BIS. Ademais, em 2010, adicionou-se o acordo de Basiléia III, com o estabelecimento de requisitos mínimos de capital aos grandes bancos, maiores critérios para os denominados “colchoes” para crises e aumento da regulação bancária. O Brasil já seguia os critérios de Basiléia (antes foro e depois conselho), mas com essas alterações, passou a ser membro efetivo.

Adicionalmente, as cúpulas do G20 estabeleceram compromissos, como o de não promover medidas protecionistas por 3 anos, em São Petersburgo (2013) e de promover o crescimento do PIB mundial, na Turquia. Recentemente, na cúpula de Hamburgo, o documento final propôs a transformação do GAFI, que evita lavagens de dinheiro para fins fraudulentos entre outras medidas, em pessoa jurídica, além de defender o desenvolvimento sustentável com atenção à mudança climática.

Em contrapartida, o G20 foi relativamente omissos nos temas dos efeitos danosos nas taxas de câmbio de países emergentes, causados, em grande medida, pelas políticas de Quantitative Easing adotadas por EUA, União Europeia e Japão, para estímulo de suas economias domésticas, aumentando suas bases monetárias e aumentando a liquidez internacional, com fluxos direcionados aos emergentes, o que terminou por diminuir a competitividade de países como o Brasil, que promoveu debate sobre o tema.

Após quase dez anos da eclosão da crise de 2008, o G20 consolidou-se como foro decisório econômico global, sendo bem-sucedido ao promover reformas institucionais, celebrando o acordo de Basiléia III e promovendo a concertação entre países desenvolvidos e emergentes. Por outro lado, a recuperação vem ocorrendo de maneira gradual e com o surgimento de problemas relativos a certas estratégias de crescimento, como as do QE.

Neylor Caldas Monteiro – 17

Constituído em 1999, o G20 financeiro reunia os ministros da economia das consideradas 20 maiores economias à época. O contexto envolvia crises econômicas e financeiras em economias consideradas periféricas, como Coreia do Sul, Malásia, Tailândia, Brasil, Rússia, México e outras, logo bastante vulneráveis a ataques especulativos. A partir da crise financeira de 2008, o G20 adquiriu maior importância que o G7 como mecanismo de governança global, na medida em que os países em desenvolvimento (notadamente Brasil, Rússia, Índia e China, os quais se conformariam politicamente no BRIC) mantinham o ritmo de crescimento da economia mundial, enquanto os países desenvolvidos se viram imersos em uma crise cujo epicentro havia sido seu próprio sistema financeiro. Nesse contexto, os países desenvolvidos não poderiam mais prescindir das soluções propostas pelas economias emergentes, de modo que o G20 se converteu em um sistema de cúpulas de Chefes de Estado e de Governo, para propor soluções à crise financeira mundial.

De imediato, restou evidente a limitação, em termos de escopo de aplicação, dos sistemas de regulação dos mercados financeiros. Nesse sentido, uma nova Convenção de

Basileia seria negociada e implementada no sentido de conter o ímpeto emprestador dos bancos comerciais, por meio do aumento do poder dos bancos centrais dos países e do aprimoramento dos critérios de avaliação de risco dos tomadores. Ademais, os bancos centrais deveriam cooperar para garantir supervisão mais efetiva de bancos e instituições financeiras com atuação global.

Finalmente, devido à crise ter-se concentrado nas economias mais ricas, com poucas e limitadas consequências sobre as economias emergentes, estes países passaram a demandar reformas mais expressivas nas instituições de Bretton Woods, cujos sistemas de votação ainda refletiam a situação da economia internacional à época do fim da II Guerra Mundial. Nesse sentido, o BRIC decidiu conferir seu peso econômico e político a esse pleito, de modo a promover a revisão das cotas-partes não somente para aumentar sua própria participação, mas também com vistas a democratizar e atualizar o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). Além da revisão dessas cotas, a reforma destinou dois assentos do Conselho de Diretores para os países em desenvolvimento, os quais eram originalmente ocupados por países europeus. Por último, o FMI teve seu capital disponível para empréstimos regularizadores de Balanço de Pagamentos dos países dobrado, com o intuito de aumentar a capacidade de resposta às crises financeiras de curto prazo. A redistribuição das cotas colocou os BRIC dentre os 10 maiores cotistas do FMI e do BM, além de ter colocado as participações de 53% para os países desenvolvidos e 47% para os países em desenvolvimento, em números arredondados. Sem embargo, os Estados Unidos da América ainda se mantiveram detentores de mais de 16%, logo com poder de veto de fato.

Luciano Prata Magalhães – 17

Após uma sinalização emergencial em que o G-20, primeiro, demonstrou a disposição das maiores economias em cooperar, com comprometimento com políticas anticíclicas de garantia da liquidez e da demanda agregada, o grupo atuou de forma a corrigir os principais desequilíbrios sistêmicos que motivaram a crise. Naquele momento, ficavam claros os desafios da desregulamentação financeira do “não sistema” pós- Breton Woods. Os movimentos que permitiram o entrelaçamento do mercado financeiro global, com aproximação entre ofertantes e tomadores de capital, por meio de instrumentos financeiros investidores. A crise iniciada no mercado de títulos *sub-prime* americano denotava o imperativo de regulação e supervisão do sistema monetário internacional, bem como a reforma de suas principais instituições.

No âmbito da regulação e supervisão do sistema, buscou-se, ao mesmo tempo, fortalecer instituições tradicionais, com fortalecimento de mandatos, e apresentar medidas específicas; nesse contexto, o G-20 buscou regular os denominados “*shadow banks*”, que permitiam aos bancos colaterizar seus passivos, de modo a diminuir risco e ampliar a capacidade de alavancagem. Do mesmo modo, tratou-se do combate aos paraísos fiscais, denotando entendimento que esses locais não somente permitem a evasão tributária, mas também diminuem o escopo de controle do sistema. O impacto sistêmico do mercado de derivativos também entrou na pauta do G-20. Nesse contexto de busca de maior solidez, foi aprovado o Acordo de Basileia III, que traz o imperativo de diminuição da margem de alavancagem dos grandes bancos, por meio de requerimentos mais exigentes de

capitalização. O aumento do controle dos níveis de alavancagem dos bancos é relevante, pois apenas fora descoberto que a maioria deles é muito grande para quebrar (“*to big to fail*”). Nesse contexto, há ressignificação da importância do BIS, Banco de Compensações Internacionais, na regulação bancária e criação do Conselho de Estabilidade Financeira, com participação de todos os membros do G-20. Debateu-se também a responsabilidade das agências de risco e o imperativo de maior regulação nesse sentido.

Além das medidas de regulação e supervisão, ficou comprovada a importância de fortalecimento das duas principais instituições do sistema: FMI e Banco Mundial. Primeiramente, foi aprovado aumento significativo do capital disponível para ambas as instituições, com apoio inclusive de países em desenvolvimento como Brasil, Índia e China. Em seguida, foi aprovada alteração no poder de voto de ambos os organismos, transferindo quotas para os países em desenvolvimento, de modo a adequar as instituições à nova configuração econômica mundial. Definiu-se também que o mérito e a expertise técnica deveriam ser considerados, ao invés de uma situação que garantia que o presidente do banco mundial sempre seja americano e do FMI, sempre europeu. No âmbito do FMI, foram criadas novas linhas de crédito emergenciais, sem condicionalidades, para garantir o acesso rápido de países com estruturas robustas, mas afetados temporariamente pela crise.

De modo sumário, buscou-se demonstrar que por meio de medidas emergenciais e estruturantes o G-20 logrou com relativo sucesso atuar no sentido de aumentar a regulação do sistema monetário, que desde 1975, estava caracterizado pela desregulamentação.

Pior nota

Anônimo - 9

De fato, a crise de 2008 ensejou intenso debate interno sobre a necessidade de reforma da governança financeira global. Ao contrário das crises dos países dos anos de 1990, o epicentro da crise esteve associado ao crédito subprime imobiliário nos EUA e irradiou para a economia internacional. Nesse contexto, ficou evidente que o G7 não conseguiria lidar de forma assertiva com os desafios contemporâneos e que a reforma das instituições de Bretton Woods fazia-se prementes.

A Conferência de Pittsburgh do G20, em 2009, representou um marco significativo no que diz respeito à regulação e à supervisão do sistema financeiro internacional. Na Conferência, ficou decidido que o G20 seria o principal foro de concertação para o tratamento de temas financeiros, porquanto o G7 não seria mais capaz de lidar de forma efetiva com os desafios contemporâneos. Restou evidente que a desregulamentação era uma das razões centrais da crise, o que levou ao reconhecimento do aprofundamento da regulação financeira e de mais transparência. Era, igualmente, fundamental o encaminhamento da situação das dívidas soberanas de países como a Grécia, Portugal, Espanha e a Irlanda, envolvendo sucessivas rodadas e processos de negociações complexas em conjunto com o FMI, o Clube de Paris e a União Europeia. Os comitês da Basileia também se inserem no rol de mecanismos que visavam a reduzir a instabilidade financeira. Ainda, ficava evidente que as decisões acerca da segurança financeira internacional não mais poderiam excluir a participação dos países em desenvolvimento.

A reforma das instituições de Bretton Woods representou notável avanço no que diz respeito à governança financeira internacional. Em função da ascensão dos países em

desenvolvimento, fazia-se inadiável adaptar a estrutura de governança à nova realidade global. Com efeito, a configuração do poder de voto nas instâncias decisórias no FMI e no Banco Mundial geravam distorções em favor dos países ricos. Nesse sentido, foi salutar a atuação dos países em favor da ampliação do poder de voto para os PEDs, com vistas a que os órgãos se tornassem mais representativos. A ação concertada dos BRICS contribuiu para o avanço da reforma. Em conjunto, Brasil, China, Rússia, Índia e África do Sul atuaram para que os órgãos fossem atualizados com ampliação do poder de voto dos PEDs. Para além das críticas, o Novo Bando do Desenvolvimento dos Brics e o Arranjo Contingencial de Reservas ampliaram a margem de manobra para pressionar as instituições de Bretton Woods por mudanças. Atualmente, os PEDs detêm quase 50% do poder de voto no Banco Mundial, e países como a China e Brasil no FMI encontram-se entre os quinze primeiros maiores poderes de voto no órgão.

A crise de 2008 ensejou mudanças significativas para a reforma do sistema financeiro internacional. É notável que o G20 tenha se tornado o principal foro de coordenação financeira em substituição ao G8, o que era fundamental em função da relevância hodierna dos PEDs. Ficou patente que a desregulamentação afetava a governança financeira e que era preciso continuar a avançar. Nesse sentido, foi salutar a reforma do FMI e do Banco Mundial com vistas a ampliar o poder de voto dos países em desenvolvimento. Considerar a relevância dos atores em diversos graus de desenvolvimento é, portanto, fundamental para tratar de forma assertiva dos desafios que se impõem à governança financeira global.





DIREITO

Questão 1

Considerando o sistema de repartição de competências entre as entidades componentes do Estado federal brasileiro, atenda ao que se pede a seguir.

1 Discorra sobre o princípio geral que norteia a repartição de competências estabelecida na Constituição Federal e sobre sua aplicação à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.

2 Aponte, de forma fundamentada, se é possível considerar que a Constituição Federal estabeleceu, para a União e para os estados, uma reserva de competências — administrativas e legislativas — enumeradas (ou taxativas).

3 Defina competência concorrente e discorra sobre o campo de atuação da União, dos estados e do Distrito Federal no âmbito de tal competência.

4 Comente a respeito da possibilidade de os municípios legislarem sobre as matérias que se inserem na esfera da competência concorrente.

Média: 23,2 amp. / 20,41 cotas negros.

Desvio padrão: 4,17 amp. / 2,22 cotas negros.

Priscila Liz Alves – 30

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabeleceu sistema de repartição de competências legislativas e administrativas (prestação de serviço público) entre os entes da Federação, a saber: União, estados, Distrito Federal e municípios. O princípio geral que norteia o sistema é o da prevalência do interesse, o que significa que, se o interesse geral prevalecer, caberá à União exercer suas competências legislativas e administrativas, enquanto a atuação dos estados caberia em caso de prevalência do interesse local. Conforme estipula a CF/1988, o Distrito Federal, dada a sua especificidade, pode exercer competências dos estados e dos municípios, a depender do interesse preponderante.

No texto constitucional, há artigos que enumeram, de modo não exaustivo, as competências administrativas exclusivas e as competências legislativas privativas da União. Há, igualmente, a enumeração das competências administrativas comuns a todos os entes da Federação, por exemplo, o cuidado com o meio ambiente e com patrimônios públicos. No que concerne aos municípios, a CF/1988 estipula a competência legislativa privativa e a

competência administrativa exclusiva em caso de prevalência do interesse local. A especificidade recai sobre os estados, cuja reserva de competências é remanescente, isto é, cabe ao estado legislar sobre matérias que não cabem à União, tampouco ao município, respeitando, sempre, o texto constitucional. Nesse sentido, diferentemente do que ocorre com a União, as competências legislativas estaduais não estão enumeradas na CF/1988, quando considerado o rol de competências que seriam privativas.

A CF/1988 estipula, igualmente, as competências legislativas concorrentes, ou seja, o elenco de matérias sobre as quais podem legislar União, estados e Distrito Federal. Nesse caso, caberia à União legislar sobre normas gerais, enquanto estados e DF possuem o poder de suplementar as normas gerais, considerando as necessidades determinadas pelo interesse estadual, regional. Em dispositivo distinto, também há a previsão, quando couber, de poder suplementar dos municípios, quando consideradas as especificidades do interesse local. Caso a União não legisle norma geral, os estados poderão exercer tal competência legislativa de forma plena. Em caso de superveniência de norma geral da União, disposições da norma estadual a ela contrárias serão suspensas.

Como mencionado, os municípios podem exercer poder suplementar em face de competência concorrente, quando couber, isto é, quando interesse local demandar adaptações às normas gerais de modo a satisfazer tal interesse. O princípio da prevalência do interesse norteia os limites de atuação dos entes federativos também em face de competências legislativas concorrentes. No caso do Distrito Federal, o poder de suplementar normal geral seguirá as determinações para os estados, em caso de prevalência do interesse regional e, em caso de prevalência do interesse local, seguirá as previsões destinadas aos municípios, isto é, haverá poder de suplementar normais gerais quando couber, conforme o texto constitucional.

Sob o princípio da prevalência do interesse, o sistema de repartição de competência entre os entes federativos previsto pela CF/1988 é central para a promoção da autonomia e horizontalidade nas relações entre os entes da Federação, garantindo que não haja hierarquia entre os mesmos e usurpação arbitrária de competências, o que fortalece a própria essência do Estado federativo.

Bruno Palazon Imparato - 28,5

Segundo a Constituição Federal, de 1988, do Estado brasileiro, os entes federativos (União, estados, D.F. e municípios) repartem tanto competências legislativas quanto competências administrativas (relativas à execução de deveres e prestação de serviços públicos). Nesse âmbito, é possível utilizar a teoria de R. machado Horta, sobre o “condomínio competencial”, para diferenciar esses dois tipos de competências, bem como para compreender quais são as competências administrativas, “exclusivas” e “comuns”, e as competências legislativas “privativas” e “concorrentes”.

Inicialmente, cabe explicar que o princípio geral que norteia a repartição de competências estabelecida pela CF/88 deriva do artigo 60º, § 4º, I, que é uma das cláusulas pétreas do ordenamento nacional: a forma federativa de Estado. O núcleo sensível dessa cláusula é o princípio da autonomia dos entes federados”, que se divide em quatro paradigmas: o autogoverno, a autolegislação, a autoadministração e o autocontrole (em contraponto à soberania, que é reservada à República). Dessa forma, é possível perceber

que não somente as competências administrativas, mas também as competências legislativas repartidas entre União, estados, D.F. e municípios derivam do “núcleo sensível” do artigo 60º, § 4º, I, que é a autonomia.

Esse princípio geral também carrega, não obstante, em si a lógica de que cada ente exercerá as competências relativas à lógica de sua atuação: nacional (União), distrital (D.F.), estadual (estados) e municipal (municípios). Assim, faz-se lógico que a um município não cabe atuar no âmbito das relações internacionais brasileiras (ainda que A. do Amaral Jr. Ressalte uma tendência a uma expansão da participação desses atores subnacionais no futuro do direito internacional). Cada ente atua, dessa forma, nas matérias que a CF/88 lhes reservou, sob a égide das discussões elaboradas pelos constituintes, que assim entenderam ser as competências de cada esfera.

As competências administrativas, nesse contexto, foram repartidas em: “comuns” e exclusivas”. As comuns”, como o provimento de educação básica, são as áreas nas quais todos os entes devem atuar; ressalvada as necessidades percebidas, de forma comum e, se considerarmos os princípios da administração pública previstos no artigo 37º da CF/88 e em outras leis como a N.º 8.666, de forma coordenada e cooperativa. Já as competências administrativas exclusivas são aquelas nas quais não pode haver delegação de um ente ao outro e que devem ser obrigatoriamente executadas pelo ente ao qual a CF/88 as atribuiu. As competências “exclusivas” da União (artigo 21º, CF/88) foram taxativamente enumeradas (sendo a defesa nacional uma delas). A CF/88 especificou que as competências administrativas exclusivas dos municípios são aquelas pertinentes ao âmbito local (como o controle do tráfego de automóveis nos municípios); não sendo, por exemplo, facultado aos municípios a organização de um poder judiciário. Aos estados, couberam, de forma não taxativa, as competências remanescentes. Já ao D.F., que aprioristicamente possui as competências de estados e municípios, não lhe foi facultado a constituição de um ministério público distrital nem de forças policiais, sendo estas competências providas pela União.

Em relação às competências legislativas privativas de cada ente, que neste caso podem ser delegadas, mas apenas pela União, aos estados e ao D.F. (porém, sempre a todos e nunca a só um dos entes, pois isso fere o pacto federativo), possui competências próprias. Os municípios legislam sobre as matérias pertinentes à esfera municipal. A União legisla privativamente sobre as matérias previstas no artigo 21º da CF/88. Já aos estados, a CF/88 só estabeleceu algumas competências legislativas privativas de forma taxativa (como a legislação sobre gás canalizado e a edição de lei estadual que verse sobre a criação de novo município). As demais competências legislativas privativas aos estados foram atribuídas pela CF de forma remanescente, e, não, taxativa. Por fim, ao D.F. foram atribuídas as competências de estados e municípios (ressalvadas algumas como a edição de lei que crie novos municípios, pois o D.F. não pode ser dividido em municípios).

Em relação às competências legislativas concorrentes, que são aquelas nas quais todos os entes podem atuar, como explica Machado Horta, há um “condomínio competencial”. A lógica desse condomínio é, ressalvadas exceções explicadas a frente, que a União, que tem competência plena, estabelece leis com princípios gerais, os estados/D.F. estabelecem leis, de forma complementar, que especifiquem as leis gerais da União sobre o tema e que os municípios atuem de forma suplementar, quando couber. No entanto, Horta ressalva que, quando a União não edita uma lei geral, os estados/D.F. passam a ter competências plenas para legislar sobre a matéria e, caso a União edite posteriormente uma

lei geral que contrarie a norma estadual/distrital anterior, as partes conflitantes da lei estadual/distrital terão sua aplicabilidade “suspensa” / ”afastada”, não sendo, todavia, derrogadas.

Por fim, cabe ressaltar que a teoria de Horta expõe o fato de os municípios legislarem de forma suplementar quando couber (como já explicado). Neste sentido, suplementam as leis gerais da União, caso não haja lei específica estadual (e não distrital, pois o D.F. não tem municípios), ou as leis estaduais (sejam gerais, sejam específicas) no que couber.

Observações do autor

1 – Quase todos os erros de português e de conteúdo foram mantidos (só foram alterados aqueles erros que impediam a compreensão do texto).

2 - Como escrever tudo isso em apenas 60 linhas? Canetas de ponta fina (0.6 mm), letra pequena, compressão de palavras (um bom exemplo dessa compressão é: Distrito Federal = D.F.) e “double-deckers” (escrever em dois andares na mesma linha; não sempre, mas sempre que for necessário para incluir novas informações lembradas a posteriori).

Fábio Coelho Caetano Baptista - 28,5

A organização e a estruturação do Estado constituem um dos grandes objetivos e propósitos da Constituição Federal de 1988, juntamente à consagração dos direitos e garantias fundamentais. Considerando-se a complexidade do modelo federativo adotado pelo Brasil, que inclui os Municípios como entes autônomos, a repartição de competências materiais e legislativas segundo critérios claros e objetivos era imprescindível para o funcionamento harmonioso dos entes federativos. Em face dessa consideração, o constituinte originário cuidou de fixar tais competências de modo a privilegiar o âmbito de atuação específica de cada ente federativo. Dessa forma, buscou-se mitigar os potenciais conflitos que pudessem se originar de controvérsias acerca das atribuições conferidas às pessoas jurídicas de direito público que compõem a federação.

A repartição de competências na CF/88 obedeceu à lógica da divisão entre matéria legislativa e aquela concernente à prestação de serviços públicos (competências materiais). As competências legislativas dividem-se em privativas, ou seja, aquelas que foram reservadas a entes federativos específicos, e concorrentes, que são atribuídas, sem rígidas exclusividades, aos diversos entes que compõem a federação. As competências materiais, ou seja, aquelas relacionadas à prestação de serviços público, foram subdivididas em exclusivas, atribuídas, individualmente, aos entes da federação, e comuns, ou seja, aquelas que podem ser executadas por todos os entes federativos. Na repartição de tais competências, obedeceu-se ao princípio geral do interesse preponderante, que relaciona as matérias relativas ao país como um todo ao âmbito de atuação da União, ao passo que os Municípios deveriam gerir os interesses locais. As demais matérias seriam atribuídas aos estados. Por fim, o Distrito Federal, dada a sua condição peculiar, receberia competências típicas tanto dos estados quanto dos municípios.

Ao fixar as competências dos entes federativos, a CF/88 considerou o âmbito de atuação de cada um deles. No que concerne às competências administrativas e legislativas da União, a Carta Magna cuidou de fixar um rol enumerativo que relaciona, textualmente,

as matérias que podem ser tratadas por esse ente da federação. A atividade legislativa a respeito de Processo Civil e Direito Penal, por exemplo, foram imputadas, especificamente, à União, com exclusão dos demais entes (competência privativa). O mesmo não ocorreu, contudo, quanto à fixação das competências dos estados, cujas atribuições devem ser deduzidas por exclusão daquelas que foram atribuídas, especificamente, à União e aos municípios. É possível concluir, portanto, que, considerando-se o texto constitucional, a União recebeu reserva de competências taxativas, o mesmo não ocorrendo quanto aos estados.

A competência concorrente consiste naquela atribuição legislativa conferida pela CF/88 aos entes federativos de forma difusa, ou seja, sem delimitar, de maneira rígida, cada uma das temáticas em relação a cada um dos entes que compõem o Estado federal brasileiro. Geralmente, trata-se de matérias que não dizem respeito unicamente ao âmbito nacional ou local. No âmbito das competências concorrentes, cabe à União atuar por meio da fixação de normas gerais sobre os assuntos em questão, incumbindo aos demais entes federativos complementar tais disposições. No caso de inércia da União, podem os outros entes federados dispor sobre a matéria, sendo certo que o exercício superveniente da competência pela União suspenderá a eficácia das normas eventualmente estabelecidas por outros componentes da federação. Por fim, deve-se ressaltar que os municípios não restam imobilizados pela possível inércia da União, podendo legislar, nesse caso, sobre matérias definidas pela CF/88 como de competência concorrente.

O sistema de repartição de competências fixado pela CF/88 não é simples ou rudimentar. Com efeito, o modelo de federação adotado pelo Estado brasileiro é um dos mais complexos que existem no mundo. Basta mencionar que todos os mais de cinco mil municípios que compõem o país são considerados entes autônomos, dotados de autonomia financeira e legislativa. Em face de tal complexidade e da própria dimensão territorial do país, era imprescindível que a Constituição Federal procedesse à repartição de competências de modo a respeitar o âmbito específico de atuação de cada ente federal, prestigiando, simultaneamente, a necessidade de contemplar e respeitar as realidades locais e a preponderância de determinadas matérias que não poderiam receber tratamento local autônomo por cada um dos componentes da federação. Ainda que conflitos entre União, estados, municípios e Distrito Federal subsistam, é certo que a CF/88 envidou esforços na construção de um federalismo harmônico e racional.

Victor Oliveira Tibau - 28,5

Com base nos princípios estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, o Brasil adota a Federação como Forma de Estado. Dessa forma, as diversas competências da administração pública federal são compartilhadas entre os diversos entes federativos, a saber: a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Um fato histórico relevante para a compreensão do atual sistema de repartição de competências brasileiro é a origem do Federalismo nacional. Após o momento unitário do Império, notadamente, o Brasil tornou-se uma Federação por desagregação, em um movimento centrífugo. Isso impactou, até hoje, a distribuição de competências entre os entes federativos.

O Estado brasileiro é a República Federativa do Brasil, que possui soberania. Internamente, os entes federativos possuem autonomia, o que lhes garante auto-governo, auto-administração, auto-legislação e auto-organização. Há, contudo, um modo de organizar o conjunto da administração pública brasileira, de forma a impedir a sobreposição desnecessária ou a falta de atuação em determinadas matérias.

Concretamente, o princípio geral adotado pela Constituição de 1988 foi o da predominância de interesse. De acordo com a Constituição, pois, todos os entes federativos dispõem da mesma hierarquia. Não obstante, há a predominância do interesse nacional sobre o regional/estadual, e deste, por sua vez, sobre o interesse local/municipal. A consequência lógica é que, embora hierarquicamente iguais, a União acaba tendo mais competências que os Estados, e estes, mais que os municípios. O Distrito Federal, por seu caráter híbrido, conjuga competências tanto de estados quanto de municípios.

Dessa forma, a Constituição determinou taxativamente o rol de competências da União, cujo interesse é o predominante. Algumas competências dos estados estão elencadas, e as demais são residuais, como também é o caso dos municípios. Consideram-se competências residuais todas aquelas que não tenham sido privativamente atribuídas a algum outro ente no texto constitucional.

É preciso ressaltar, ademais, que há uma distinção entre competências administrativas e legislativas. As competências legislativas distinguem-se entre exclusivas - só podem ser realizadas por um ente federativo determinado - e concorrentes - mais de um ente pode, concomitantemente, legislar sobre a matéria. Já as competências administrativas são consideradas privativas - como, por exemplo, o demonstra o artigo 84 da Constituição sobre as competências privativas do Presidente da República - ou compartilhadas - que abrangem mais de um ente. Note-se, enfim, que algumas competências privativas podem ser delegadas, como, por exemplo, a representação diplomática externa em relação ao Ministério das Relações Exteriores.

Sempre com base no princípio da preponderância do interesse nacional sobre o regional e o local, há situações nas quais União, estados e Distrito Federal atuam com competência concorrente. As diretrizes, portanto, sempre partem da União, e a elas se adaptam os estados e o DF. Nesse sentido, há alguns impostos que os estados podem arrecadar, bem como legislações específicas sobre áreas como saúde e educação.

Já com relação aos municípios, a competência legislativa concorrente depende, fundamentalmente, de assuntos de relevante interesse local manifestamente expressos. É o caso, por exemplo, de uma cidade portuária, como Santos, no estado de São Paulo, poder legislar sobre temas afeitos ao funcionamento do Porto. Note-se, enfim, que os municípios são regidos, cada qual, por sua lei orgânica, que também serve de parâmetro legislativo.

Pior nota

Anônimo – 13

A atuação dos entes federados nos âmbitos da consecução do serviço público, bem como da produção normativa, foi consagrada, na Constituição Federal de 1888, por meio de um sistema de repartição de competências. Trata-se, nesse sentido, do esforço do Poder Constituinte originário de estabelecer o âmbito da ação da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios acerca de questões como a gestão dos recursos hídricos nacionais,

de modo a não promover a hipertrofia de apenas um ente, mas tornar as responsabilidades e competências do Estado Federal brasileiro difusas e complementares.

Em termos jurídicos, não há hierarquia entre os entes federados. Não obstante isso, a Constituição Federal consagrou o princípio da predominância dos interesses da União como sendo basilar para o bom desempenho das funções administrativas e legislativas do Estado brasileiro. Em decorrência disso, o critério estabelecido pelo Poder Constituinte para estabelecer a repartição de competências foi o de especificar, em termos gerais, as áreas de atuação da União, sendo as competências remanescentes delegadas aos Estados da federação. Em relação aos municípios essa lógica implica, em relação às competências administrativas, que esses entes irão privilegiar serviços públicos de interesse local. Por seu turno, as competências do Distrito Federal, dada a sua natureza jurídica *sui generis*, congregam aspectos relativos aos estados e aos municípios concomitantemente.

A Constituição Federal estabeleceu, por conseguinte, duas tipologias de competência. As competências administrativas são aquelas que dizem respeito à prestação de serviço público por parte dos entes federados, podendo ser _____ (Sim, deveria haver uma palavra aqui. O que ocorreu? Eu não lembrava do termo e decidi deixar em branco para completar depois. Tive tempo? Claramente, não) ou comuns. Não foi estabelecido, no âmbito administrativo, um rol taxativo de competências dos entes federados, mas um conjunto enumerativo, sobretudo naquelas consideradas comuns. Nesse sentido, cabe aos municípios, por exemplo, zelar pela prestação de transporte público local. As competências legislativas, por seu turno, relacionam-se à produção normativa, por parte dos entes federados, dividindo-se em concorrentes e privativas. A regra geral de em relação à competência legislativa concorrente, em que União, Estados e Distrito Federal podem atuar, é que cabe à União a elaboração de leis gerais. Na ausência da atuação da União, os Estados podem legislar sobre o tema em questão, embora lei federal posterior irá suspender os efeitos da lei estadual.

Cabe ressaltar que as competências privativas da União possuem relevantes especificidades. Em primeiro lugar, parte delas pode ser delegada para outros legitimados – o que não impede que a União retome sua competência constitucional de forma plena em período posterior à delegação. Em segundo lugar, o artigo 22 da Constituição Federal deve ser analisado com escrutínio. O artigo em questão. Rege as capacidades internacionais da União, conferindo a competência de estabelecimento das relações internacionais do país. Contudo, sabe-se que a União é ente federado e, portanto, sujeito de Direito interno. O artigo 22 deve ser interpretado, nesse sentido, como atribuição da República Federativa do Brasil, como sendo o sujeito de Direito Internacional de fato.

Em relação às competências concorrentes atribuídas aos entes federados, cabe ainda destacar a atuação dos municípios. Enquanto esses entes possuem competências administrativas no que diz respeito a assuntos de interesse local, essa lógica não se confirmou no que concerne as suas competências legislativas concorrentes aos estados, ao DF e à União. Os municípios não possuem, por conseguinte, competências concorrentes. Isso não impede, contudo, a atuação legislativa dos vereadores nas demais competências municipais.

O sistema de repartição de competências entre União, estados e Distrito Federal e os municípios é mecanismo basilar no que concerne à Organização do Estado Federal brasileiro. A divisão entre competências administrativas e legislativas não implica restrição

ou independência dos entes federados nesses âmbitos de atuação, mas a garantia dos princípios de legalidade e eficiência do Estado de Direito no Brasil.

Comentários

Prezada (o) candidata (o),

Certamente, esta será a pior questão que terá lido em Direito Interno. Talvez esteja perguntando-se: “como essa pessoa foi aprovada no CACD 2017 com esta questão? “. A resposta é simples: você não precisa tirar 20/20 em todas as questões para ser aprovada no concurso (é óbvio que tirar 13/20 sempre tampouco será útil). Na hora da prova, irá ocorrer aquele velho e conhecido “branco” e você deixará, como deixei, espaços vazios por não lembrar das terminologias específicas da matéria. Mas, *calmez-vous!* Isso não pode te abalar na hora da prova. Como afirma relevante filósofo contemporâneo: “Continue a nadar!”.



Questão 2

Uma das bases do regime democrático é a garantia dos direitos individuais, isto é, a proteção não somente legal, mas também judicial, de todos os direitos fundamentais, necessários à liberdade, à segurança individual e à propriedade. Pode-se dizer que a garantia desses direitos, ou, em outras palavras, a enumeração desses direitos e dos meios necessários para torná-los efetivos e respeitados, evoluiu com o próprio sistema democrático. (...)

O fato é que a Constituição de 1934, recebendo sugestão da comissão elaboradora do anteprojeto, comissão presidida por Afrânio de Mello Franco, que o consagrava em emenda que tivemos a oportunidade de apresentar juntamente com João Mangabeira, a Constituição de 1934, repetimos, consagrou o mandado de segurança como princípio constitucional. A Carta de 1937, naturalmente, não manteve o instituto, que, durante a sua vigência, sofreu quase que um colapso.

Themístocles Brandão Cavalcanti. Do mandado de segurança. In: Revista de Direito Administrativo. v. 37, 1954, p. 37 (com adaptações).

Cultor do direito público, Themístocles Cavalcanti foi o secretário da denominada Comissão do Itamaraty, que elaborou o anteprojeto da Constituição de 1934 sob a presidência do então ministro das Relações Exteriores, Afrânio de Mello Franco. Tendo o fragmento de texto acima como referência inicial, faça o que se pede a seguir.

1 Ao inserir o mandado de segurança no capítulo dos direitos e das garantias individuais (art. 113, n.º 33), a Constituição de 1934 foi a primeira a elevá-lo à categoria de garantia constitucional. Conceitue e explique os contornos jurídicos específicos do mandado de segurança conforme o disposto na Constituição Federal de 1988 e na legislação em vigor.

2 À luz da Constituição Federal de 1988, que instituiu o mandado de segurança coletivo, discorra sobre os legitimados para impetrá-lo.

3 Considerando que, além do mandado de segurança, a Constituição Federal de 1988 previu outros meios judiciais de proteção de direitos e garantias fundamentais, identifique outros dois desses instrumentos e explique o conteúdo jurídico de cada um deles.

Média: 16,13 amp. / 11,43 cotas negros.

Desvio padrão: 2,52 amp. / 3,18 cotas negros.

Lauro Grott – 20

A Constituição de 1934 foi caracterizada por aspectos políticos e jurídicos progressivos. Nela, por exemplo, foram instituídas a Justiça Eleitoral e a Justiça do Trabalho. Além dos remédios constitucionais já previstos em cartas constitucionais

anteriores, como o habeas corpus, ela previu o mandado de segurança, remédio constitucional cuja função precípua é a de garantir direito líquido e certo da pessoa que o impetra contra a autoridade que a coage.

Para que o indivíduo possa impetrar o mandado, ele deve primeiramente exaurir as possibilidades de recurso às vias administrativas, salvo se ao indivíduo for negado acesso a elas, situação em que o mandado também se justifica.

A fim de garantir a proteção de grupos específicos, a Constituição Federal previu o mandado de segurança coletivo, o qual pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, entidades de classe ou grupos sindicais e associações constituídas há mais de um ano, em defesa de seus membros. A exemplo do mandado de segurança individual, o mandado coletivo também visa à garantia de direitos líquidos e certos, quando autoridades públicas – ou agentes privados que prestam serviço público – coagem os grupos aos quais a Constituição garante esse instituto.

A Constituição Federal prevê, ademais, outros meios judiciais de proteção de direitos e garantias fundamentais. O habeas corpus, por exemplo, está previsto no direito pátrio desde o período imperial, de forma a garantir que aqueles que o impetram tenham seu direito de liberdade, de ir e vir, resguardado. Ressalta-se que não há previsão de habeas corpus para pessoas jurídicas, sendo que ele deve ser concedido sempre a pessoas físicas. Outrossim, o habeas corpus é o único remédio constitucional que dispensa a participação de advogado na formulação de pedido, na medida em que sua concessão é caracterizada pela urgência.

A Carta Maior, de 1988, também prevê o habeas data, o qual é impetrado para acessar e corrigir dados do indivíduo – mas não de outrem, caso no qual essa ação não seria cabível. O mandado de injunção, por sua vez, seria outra forma pela qual a Constituição resguarda os direitos e garantias fundamentais dos indivíduos, o qual é de natureza subsidiária e que deve ser impetrado quando não há outra forma de garantir direito constitucionalmente previsto. Nesse sentido, o mandado de injunção assemelha-se à ação direta por omissão, mas com ela não se confunde, porquanto o primeiro é utilizado no caso concreto, enquanto a segunda é utilizada no caso abstrato.

Percebe-se, dessa forma, que o mandado de segurança, o habeas corpus, o habeas data e o mandado de injunção são importantes remédios constitucionais que visam a resguardar os direitos e garantias individuais, sem a existência dos quais o acesso à justiça seria certamente restringido. A manutenção e o desenvolvimento desses institutos jurídicos é tendência que se encontra em consonância com as ideias de Themístocles Cavalcanti, uma vez que ambos buscam garantir justiça à sociedade.

Rafael Rodrigues Alves – 19

A garantia dos direitos individuais é um dos principais pilares do Estado democrático de direito, na medida em que protege o indivíduo de violação efetiva ou iminente de seus direitos fundamentais, necessários à liberdade, à segurança individual e à propriedade. A Constituição Federal de 1988 consagra, a exemplo do que fizera a Carta de 1934, o mandado de segurança como um dos principais remédios constitucionais a assegurarem a proteção judicial de direitos e garantias fundamentais, inclusive, inovando e ampliando o potencial protetivo, ao instituir o mandado de segurança coletivo.

Em linhas gerais, o mandado de segurança objetiva proteger o indivíduo contra lesão ou ameaça de lesão de direito líquido e certo. Previsto no art. 5º da CF/88, o mandado de segurança pode ser impetrado por qualquer pessoa junto ao Poder Judiciário para fazer cessar, ou impedir lesão de direito líquido e certo, aquele que se atesta mediante prova meramente documental. Qualquer juiz, de qualquer instância, é competente para conceder mandado de segurança.

No sentido de ampliar a possibilidade de proteção dos direitos fundamentais, a Constituição Federal de 1988 inovou, ao prever, no mesmo art. 5º, o mandado de segurança coletivo, com a mesma finalidade do individual, mas, nesse caso, a proteção pode ser estendida, simultaneamente, a várias pessoas. São legitimados para impetrar o mandado de segurança coletivo o partido político com representação no Congresso Nacional, organização sindical e associação de classe, constituída e em funcionamento há pelo menos 1 ano, em benefício de seus associados. Esses são, aliás, os mesmos legitimados para impetrar mandado de injunção coletivo, outro importante remédio constitucional.

O mandado de injunção é o instrumento que se utiliza junto ao Poder Judiciário para reparar ou evitar lesão a direito decorrente da falta de edição pelo Poder Legislativo de norma regulamentadora de norma constitucional de eficácia limitada, quando a ausência de lei regulamentadora impedir a fruição de direitos relativos a cidadania, soberania e nacionalidade. Nesse caso, o Poder Judiciário supre, apenas no caso concreto, a ausência da lei e comunica ao Poder Legislativo sua inércia em editá-la.

O habeas corpus, por sua vez, é meio judicial de proteção ao direito de livre locomoção, essencial à plena fruição das liberdades individuais. Por meio do habeas corpus, qualquer indivíduo, independente da assistência de advogado e de forma gratuita, científica a autoridade judiciária da ocorrência de prisão ou detenção arbitrária, solicitando seu imediato relaxamento. Há ainda a possibilidade de que o habeas corpus tenha caráter preventivo, impetrado antes mesmo de que ocorra a prisão, de modo a impedir que ela se consuma. Observa-se, em todos os casos, o papel central desempenhado pelo Poder Judiciário na proteção dos direitos e garantias fundamentais.

Bruno Palazon Imparato – 19

O mandado de segurança, como explica Themístocles Cavalcanti, é um instituto inerente aos Estados democráticos de direito, pois visa a garantir a segurança jurídica não somente do impetrante, mas também do próprio ordenamento jurídico. Neste sentido, diferentemente, por exemplo, dos institutos do “habeas corpus” e do “habeas data”, com caráter mais de proteção de um direito do indivíduo, o mandato de segurança é, também, instituto ligado a uma lógica “erga omnes”, já que evita que uma injustiça abale o próprio bloco de constitucionalidade.

O mandado de segurança, cujas raízes podem ser encontradas na “luta pelo direito” que Von Ihering descreveu, trata-se, como a análise da Constituição Federal de 1988 e da legislação em vigor permitem inferir, de um instituto que resguarda a proteção legal e judicial dos direitos e garantias fundamentais (reconhecidos pelo STF, via mutação constitucional, como cláusulas pétreas previstas no artigo 60º, § 4º, IV, da CF/88). Assim, o mandato de segurança é impetrado por indivíduos (no caso de ser individual) para impedir que um ato ilegal ou inconstitucional que esteja sendo executado pelo Estado continue ou

comece. Trata-se da garantia da segurança jurídica do particular ante possíveis violações estatais.

Seja quando um deputado federal impetre mandado de segurança junto ao STF para obstar o trâmite de proposta de lei inconstitucional no legislativo federal, seja quando um particular impetre mandado de segurança para garantir seu direito de provimento em cargo público para o qual foi aprovado dentro do número de vagas previstas pelo edital de um concurso público, o instituto é essencial para a manutenção do Estado democrático de direito. Vale, por fim, lembrar que o instituto só pode ser impetrado por advogado, ainda que em nome do indivíduo.

A CF/88, visando a garantir essa segurança jurídica, além de terminar os trâmites para impetração do mandado de segurança (como via judicial, o esgotamento prévio dos recursos possíveis na esfera administrativa e seu caráter de defesa ante a ilegalidades, inconstitucionalidades e injustiças cometidas pelo Estado), também criou o instituto do “mandado de segurança coletivo”, que supera a lógica individual e percebe que a violação da segurança jurídica pelo Estado tende a recair sobre indivíduos, bem como sobre grupos de indivíduos. Neste sentido, os legitimados para impetrá-lo são: os partidos políticos com representação no Congresso nacional (ou seja, com ao menos um senador ou deputado federal); as entidades de classe ou sindicais de âmbito nacional (já que se trata de instituto nacional) e as associações constituídas há pelo menos 1 ano e que o façam em nome de seus associados.

Outros meios judiciais de proteção de direitos e garantias fundamentais instituídos pela CF/88, são, não exclusivamente: o “habeas corpus”, o “habeas data” e o mandado de injunção. Todos, vale ressaltar, asseguram direitos ou evitam violações em relação a seus impetrantes.

O “habeas corpus”, que remonta, no Brasil, à lei de reforma do código de processo penal (1832) e que, por diversas vezes, foi suspenso no país (como durante o vigor do AI-5, 1968), é um instituto que protege o indivíduo de um encarceramento indevido. Assim, o instituto protege o direito de ir e vir do indivíduo; ou seja, sua liberdade. Este instituto, que pode ser impetrado por qualquer pessoa (inclusive, apontam algumas doutrinas, por pessoas jurídicas), independentemente de advogado, em nome de qualquer pessoa física que se encontre em prisão (domiciliar, preventiva, etc...), visa a garantir os direitos e a integridade física do beneficiado, que não precisa ser o impetrante. Já o mandado de injunção, é, na raiz semântica da palavra, uma ordem para juntar algo faltante; ou seja, trata-se de instituto utilizado para reconhecer a ausência de lei que a CF/88 exigia ser editada pelo legislador e que não o foi, uma omissão legislativa por parte do Estado. O mandado de injunção, hoje reconhecido pelo STF como tendo caráter constitutivo e não apenas declarativo, ao ser impetrado por advogado em nome do indivíduo, quando reconhecido como válido pelo judiciário, gera o seguinte processo: é dado um prazo para o legislativo editar a norma faltante, caso o legislativo não o faça, o judiciário decide a norma aplicável, em caráter “inter partes”, no caso e garante o direito.

Observações do autor

1 – Quase todos os erros de português e de conteúdo foram mantidos (só foram alterados aqueles erros que impediam a compreensão do texto).

2 - Como escrever tudo isso em apenas 40 linhas? Canetas de ponta fina (0.6 mm), letra pequena, compressão de palavras (um bom exemplo dessa compressão é: Constituição

Federal = C.F.) e “double-deckers” (escrever em dois andares na mesma linha; não sempre, mas sempre que for necessário para incluir novas informações lembradas a posteriori).

Paulo Mendes de Carvalho Guedes – 19

O mandado de segurança insere-se no rol dos remédios constitucionais, instrumentos cujo escopo é viabilizar o exercício pleno dos direitos conferidos pelo ordenamento jurídico. A figura dos remédios constitucionais é presença volátil nas constituições brasileiras, como bem revela a supressão do mandado de segurança pela Carta de 1937, base jurídica do Estado Novo, cunhada por “Chico Ciência”. No entanto, após breve aparição na Constituição do interregno democrático 1934-1937, o mandado de segurança consolidou-se – efetiva e inequivocamente – como garantia individual no contexto da Constituição Cidadã, cuja elaboração foi conduzida por Ulysses Guimarães.

O mandado de segurança está inserido no rol dos direitos e garantias fundamentais elencados pelo art. 5º da Constituição Federal de 1988. Tem a natureza de remédio constitucional – ladeado pelo habeas data e pelo habeas corpus, por exemplo – que visa a garantir direito líquido e certo. Nesse sentido, o mandado de segurança pode ser impetrado em face de autoridades públicas, conforme a tradição liberal lockeana de contenção do poder estatal. Podem impetrá-lo todos aqueles que, tendo suas obrigações cidadãs – tal como devido alistamento eleitoral e militar – cumpridas, sentirem-se constrangidos quando da fruição de direito que entendam líquido e certo.

No rol dos legitimados para impetrar mandado de segurança coletivo, figuram partidos políticos com representação, no mínimo, em uma das duas Casas Legislativas do Congresso Nacional, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, organizações sindicais, além de associações cuja instituição tenha sido realizada há mais de um ano em relação à data da impetração. A ampliação dos entes legitimados a impetrar mandado de segurança coletivo coaduna-se com o espírito da Constituição Cidadã de 1988, que, após 21 anos de ditadura, buscou conceder maior agência aos representantes da sociedade civil, bem como a classes profissionais essenciais ao bom funcionamento do sistema democrático.

Essenciais à consolidação das bases do regime democrático, os meios judiciais de proteção de direitos e garantias fundamentais – ou simplesmente remédios constitucionais – figuram com destaque na Constituição Federal de 1988. Além do mandado de segurança, constam no artigo 5º o habeas corpus e o habeas data. O primeiro, de origem mais remota, visa a fazer cessar restrições indevidas ao direito de locomoção individual e prevê ampla legitimidade ativa, sem a necessidade de formalidades em sua apresentação. Já o habeas data tem como escopo permitir o acesso a dados individuais e demais informações retidas por órgãos públicos ou agentes privados.

Os meios judiciais de proteção de direitos e garantias fundamentais são corolário de qualquer regime realmente democrático. Ao permitirem a cessação de violação aos direitos conferidos a particulares ou grupos de particulares, os remédios constitucionais impedem a arbitrariedade estatal e promovem a pacificação social.

Pior nota
Anônimo – 6

Na esteira do neoconstitucionalismo, os direitos e garantias individuais são um dos centros axiológicos das constituições contemporâneas, como é o caso da Constituição Federal de 1988. O mandado de segurança, nesse sentido, amplia o escopo de proteção aos direitos individuais previstos no artigo 5º da CF/88. Não obstante, era diversa a situação nos anos de 1930. A Carta Constitucional de Francisco Campos de 1937, por exemplo, não garantia o mandado de segurança como princípio constitucional.

A impetração de mandado de segurança apresenta-se como mecanismo judicial fundamental para que os direitos e garantias individuais sejam assegurados. A mera proteção legal desses direitos não é suficiente. Embora os direitos arrolados no artigo 5º tenham aplicabilidade imediata, a proteção judicial também se faz necessária. Com base no primado da Constituição, normas como as do artigo 5 estão no topo do ordenamento jurídico interno, e, dessa feita, prevalecem sobre normas inferiores, como a legislação ordinária. Por essa razão, o status constitucional do mandado de segurança representou um grande avanço para o sistema jurídico nacional. Nesse sentido, caso os direitos e as garantias individuais sejam violados, a impetração de mandato de segurança pelos legitimados se faz de suma importância para que a segurança jurídica seja salvaguardada, com vistas a garantir a liberdade, a segurança individual e a propriedade – seja dos brasileiros ou estrangeiro, mesmo que estes não estejam residindo no Brasil. Para além, com vistas a assegurar os direitos individuais, destaca-se o habeas corpus, que, baseado na presunção de inocência, prevê a possibilidade de que o réu responda por processo em liberdade. Igualmente, com base no direito à inviolabilidade do lar, ressalvadas as condições previstas no artigo 5º, o mandado de busca e apreensão visa a reforçar os direitos do indivíduo.

De fato, a Constituição promulgada de 1988, representou notável avanço no que tange à proteção legal e judicial se comparada à Carta outorgada de 1937. Ao suspender o status constitucional do mandato de segurança previsto na Carta de 1934, a Constituição de 1937 representou notável retrocesso no que diz respeito às condições em que se pode assegurar a liberdade, a segurança e a liberdade. Por essa razão, são salutares os instrumentos jurídicos que protegem o rol de direitos elencados no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, que não apenas tem aplicabilidade imediata, mas também são fundamentais para a proteção da pessoa humana.

388 palavras



Questão 3

Seja como for, a Corte Europeia de Direitos Humanos tem declarado que o artigo 25 da Convenção Europeia de Direitos Humanos autoriza indivíduos a sustentarem que uma lei, na ausência de uma medida individual de implementação, viola, por si só, seus direitos, se eles — os indivíduos — correrem o risco de ser diretamente afetados por aquela lei.

Corte Europeia de Direitos Humanos. Caso Norris vs. Ireland. E.C. H.R. Series A, n.º 112, 1986, p. 31 (com adaptações).

Considerando o trecho acima citado, disserte sobre a possibilidade de a mera edição de uma lei interna contrária a uma obrigação internacional ensejar a responsabilidade internacional do Estado que tiver editado a referida lei. Em seu texto, aborde:

- 1 o disciplinamento da questão segundo o direito internacional geral;
- 2 os trabalhos de codificação da Comissão de Direito Internacional sobre responsabilidade internacional dos Estados;
- 3 a questão do dano no âmbito do direito da responsabilidade internacional.

Média: 20,39 amp. / 15,29 cotas negros.

Desvio padrão: 5,23 amp. / 6,80 cotas negros.

Christian Bicca Estivallet – 28

O Direito Internacional (DI), nas últimas décadas, tem evoluído para tornar-se um verdadeiro jurídico, formado não só por normas primárias, mas também por normas secundárias, ou seja, normas formais que regulamentam e garantem maior eficácia às normas materiais. Evidência disso é a evolução do tema da responsabilidade internacional do Estado, sobretudo após a “revolução Ago”, na década de 1970. Nesse contexto, cabe analisar se a aprovação de lei interna contrária a uma obrigação internacional ensejará responsabilidade internacional do Estado, o que, certamente, ocorrerá, tanto por conta de tratados internacionais como a Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, de 1969 (CVDT/69), quanto devido ao costume internacional, em grande medida consagrado no projeto de artigos da Comissão de Direito Internacional (CDI) da ONU sobre responsabilidade internacional dos Estados de 2001.

Segundo a CVDT/69, um Estado não pode invocar norma de seu ordenamento jurídico interno para justificar o descumprimento da norma internacional. Por analogia, é possível reproduzir o mesmo raciocínio em relação ao descumprimento de uma obrigação internacional, já que esta, certamente, decorre de uma norma internacional (tratado, costume, princípios gerais de Direito, de ato unilateral e de certas decisões de Organizações Internacionais). Assim, a obrigação internacional deve ser respeitada independentemente do que afirma o ordenamento jurídico interno, este é que precisa adaptar-se aos compromissos internacionais assumidos pelo país. Dessa forma, no caso em tela, a lei

interna que viola obrigação internacional gerará, de fato, responsabilidade internacional do Estado.

O tema da responsabilidade internacional dos Estados é debatido desde os primórdios da CDI, criado em 1949, e já teve diversos relatores. Merece registro a profunda transformação na análise do tema que ocorreu durante a relatoria de Roberto Ago, quando se abandonou a perspectiva do dano como gerador da responsabilidade e passou-se a priorizar o ato ilícito. Essa mudança está na base da definição de responsabilidade internacional exposta no projeto de artigos de 2001, segundo a qual todo ato ilícito gera responsabilidade internacional. Caso se constate o ilícito, o Estado que o causou deve cessar a prática ilícita e apresentar garantias de não repetição. Posteriormente, deverá reparar o dano buscando restabelecimento do “status quo ante”, seja por reparação, por restituição ou por compensação. Caso o Estado violador não o faça, o Estado prejudicado poderá impor retaliações, que podem ser retorsões (medidas sempre lícitas, mas que demonstram sua insatisfação, como rompimento de relações diplomáticas) ou contra-medidas (medidas normalmente ilícitas, como embargo econômico, mas que, nesse caso, beneficiam-se de excludente de ilicitude), estas deverão ser notificadas e provisórias. No caso de atuação de OI, também poderá ser imposta sanção ao Estado violador.

Segundo o projeto de artigos da CDI, para que haja responsabilidade internacional, deve-se constatar um ilícito – descumprimento de obrigação internacional –, autoria – refere-se a qualquer ação estatal, independentemente de quem a pratique, e, no caso de edição de lei, poderia, até mesmo, ser lei municipal, mas, como regra, não abrange ação de particulares, salvo se atuarem em função pública –,nexo de causalidade – relação entre o ilícito e a autoria, o qual pode ser excluído, por exemplo, por caso fortuito, força maior, ou excludente de ilicitude, como contramedidas autorizadas – e dano, este, porém, como se verá adiante, não é essencial em todos os casos. Destaca-se, ainda, o fato de o projeto estabelecer a responsabilidade agravada para a violação do “jus cogens” (estabelecido no art. 53, CVDT/69), diante da qual nenhum Estado pode cooperar com o violador e deve tomar as medidas necessárias para que cesse o ilícito. A CDI, ainda hoje, continua a debater temas relacionados à responsabilidade, como é o caso da sucessão da responsabilidade em crimes contra a humanidade, o que se deve a pertinência da responsabilidade como reguladora da relação soberana entre os Estados.

A responsabilidade internacional, como regra, depende do ato ilícito, porém, há casos em que ela pode ocorrer mesmo sem que este seja constatado. Estes casos referem-se, sobretudo, a situações de risco extremo e deve estar detalhadamente previstas em tratado. Destacam-se testes nucleares e exploração do espaço aéreo e petrolífera. Nesses casos, costumam-se criar fundos de seguro para a compensação dos danos.

Em relação ao dano ele não mais é o principal elemento constitutivo da responsabilidade internacional, que, desde a “revolução Ago” centra-se no ato ilícito. Assim, conforme o projeto de artigos da CDI, há casos em que a violação de obrigação internacional, independentemente de dano, gera responsabilidade do Estado violador para com o violado.

À guisa de conclusão, ressalta-se que a posição da Corte Europeia de Direitos Humanos (CEDH) com relação ao art. 25 da Convenção Europeia de Direitos Humanos é coerente com o atual estágio da responsabilidade internacional. Em um contexto em que o DI avança cada vez mais em direção a um Direito de cooperação, é fundamental que as normas internas dos Estados sejam materialmente adequadas às suas obrigações

internacionais, notadamente aquelas relacionadas aos Direitos Humanos. A responsabilização do Estado por leis contrárias às suas obrigações contribuirá para a emergência de um Direito cada vez mais comum, para o que tem função fundamental a CDI na codificação do DI.

Philippe Carvalho Raposo – 28

O Direito Internacional ingressou numa era pós-ontológica. A natureza jurídica do DI não precisa ser explicada, devendo as análises serem direcionadas para a eficácia – e não a existência – das normas internacionais. A hipótese de responsabilização internacional dos Estados por violação de obrigações internacionais integra essa perspectiva, em relação à qual a análise da história do DI é pertinente, sobretudo quanto aos trabalhos de codificação da CDI sobre o tema e as posições conflitantes acerca do papel do dano na responsabilidade internacional.

Nenhum Estado pode justificar o descumprimento de uma obrigação internacional com fundamento em dispositivos de direito interno. Nesse sentido prevê o artigo 27 da Convenção de Viena sobre o direito dos tratados, de 1969, expressão codificada do DI geral. Com base nesse dispositivo, reconhecido, inclusive, pelo STF na *ratio decidendi* de suas decisões sobre temas internacionais, juristas como Bardo Fassbender e Bruno Simma sustentam a tese de prevalência hierárquica do DI sobre o direito interno dos Estados. De acordo com a jurisprudência da CIDH, “normas de direito interno são meros fatos”, incapazes de justificar o inadimplemento de obrigações internacionais codificadas ou costumeiras. A edição de lei interna incompatível a uma obrigação internacional, por si só, numa primeira análise, não ensejaria a responsabilidade internacional do Estado, em razão da natureza genérica e abstrata da lei. Não obstante, caso haja o descumprimento de obrigação internacional com fundamento nessa lei interna, o Estado poderá ser responsabilizado.

A Comissão de Direito Internacional (CDI), vinculada à ONU, deu prosseguimento aos trabalhos de codificação das normas jurídicas sobre responsabilidade internacional dos Estados já existentes no período anterior à II Guerra Mundial. Após sucessivos rascunhos de projetos, chegou-se ao projeto de artigos sobre responsabilidade internacional dos Estados, de 2001, em parte reflexo do costume internacional, com relevantes acréscimos da CDI, em particular devido ao pensamento progressista de Roberto Ago. De acordo com o atual projeto de artigos, todo ato internacionalmente ilícito implica a responsabilização internacional do Estado (art. 1º), bastando a conduta imputável ao Estado para que surja o dever de reparação. Excepcionalmente, poderá o Estado ser responsabilizado por atos lícitos, desde que haja previsão em tratado, como no caso de danos decorrentes do lançamento de objetos no espaço e da exploração de fundos marinhos. As consequências da responsabilização internacional incluem a cessação imediata do ato ilícito, a oferta de garantias de não-repetição e a reparação dos danos causados, o que pode ser feito mediante o restabelecimento do status quo, compensação financeira ou medidas de satisfação. Há previsão de responsabilidade agravada em caso de violação de norma imperativa de DI geral, com fundamento no artigo 53 da CVDT/69.

A questão do dano no âmbito da responsabilidade internacional é historicamente objeto de divergências entre os juristas. Na década de 1920, Anzilotti defendia que o dano

deveria ser pressuposto para a responsabilização dos Estados, à luz de uma perspectiva positivista do DI fundada no voluntarismo soberano. Essa concepção tradicionalista do DI conferia apenas aos Estados prejudicados pela conduta do outro a prerrogativa de buscar a responsabilização do Estado violador. O dano, nessa ótica, seria requisito indispensável para a responsabilização. A evolução histórica do DI fica evidente nesse tema. Na década de 1970, Roberto Ago foi um dos expoentes, na CDI, da tese de que o dano não deve ser requisito para a responsabilização dos Estados. Na visão de Ago, a análise jurídica deveria recair não sobre as consequências do ato, mas sobre as suas origens. O genocídio de Ruanda é exemplo emblemático para ilustrar a tese. O massacre de milhares de tutsis, em tese, não gera danos a outros Estados. Trata-se de um ato praticado por ruandeses, entre ruandeses, dentro do território de Ruanda. Na visão de Anzilotti, não caberia a responsabilização internacional de Ruanda pelos massacres, diante da ausência de dano a outros Estados. Após a “Revolução Ago”, reconhece-se que a conduta deste Estado constituiu um crime contra a humanidade e violou a *opinio iuris communis*, sujeitando o Estado à responsabilização internacional. Essa tese consta, hoje, no já mencionado artigo 1º do projeto de artigos, pelo qual o dano é um elemento dispensável para a responsabilização internacional dos Estados. A perspectiva de Roberto Ago gira em torno de um “novo *jus gentium*”, amparado sobre princípios de *recta ratio* e baseado numa hermenêutica jurídica pós-positivista.

Matheus Machado Hoscheidt – 27

A questão da responsabilidade internacional do Estado revela-se campo profícuo de desenvolvimento recente do direito internacional. Em seu desenvolvimento, a responsabilidade internacional evoluiu de uma postura baseada na relevância do dolo, nos marcos dos trabalhos de Dionísio Anzilotti, para a consideração da mera prática de ilícito como suficiente para ensejar a responsabilização. Essa mudança, definida como a “Revolução Ago”, marca o progresso dos trabalhos constituídos no âmbito da Comissão de Direito Internacional, consolidando práticas que superam o antigo bilateralismo do DIP e que integram uma realidade do direito das gentes como sistema jurídico uno e coeso.

A mera edição de uma lei interna contrária a uma obrigação internacional pode ensejar a responsabilidade internacional do Estado que tiver editado a referida lei. Consoante entendimento histórico do Caso Alabama, consubstanciado no artigo 27 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969, o Estado, como sujeito de DIP, é entendido de maneira unitária, integrado por seus distintos entes federados e poderes. Assim, a mera edição de uma lei, enquanto fato jurídico, pode ensejar a responsabilização do Estado, se ela representar uma constituição de ilícito. A Lei de Anistia de 1979, que foi recepcionada pela Constituição Federal de 1989, conforme entendimento do STF, dispõe de forma contrária a dispositivos do Pacto de San José da Costa Rica, podendo ensejar a responsabilização do Brasil, por exemplo, no Caso Herzog e outros em andamento na Corte Interamericana de Justiça. Mesmo na ausência de uma medida individual de implementação, uma lei que viole compromissos internacionais em termos de garantia de direitos pode ensejar a responsabilização.

Os trabalhos de codificação dessa matéria no âmbito da Comissão de Direito Internacional constituíram a edição do Projeto de Artigos sobre a Responsabilidade

Internacional de Estados por Atos Ilícitos (2001). Esse documento consolida décadas de trabalhos de seção específica da CDI e, embora não tenha força de tratado, expressa, textualmente, um conjunto de normas costumeiras relativas à matéria. O projeto retira a necessidade de dolo para a responsabilização internacional por atos comissivos, restando a necessidade de comprovação do ato e de seu nexos causal com a prática de ilícito internacional. No caso de atos omissivos, admite-se a necessidade de dolo para a constituição de responsabilidade, consoante entendimento da CIJ no Caso Canal de Corfu em relação à Albânia. A irrelevância do dolo para atos comissivos foi expressa, por sua vez, no Caso Rainbow Warriors, em que a Nova Zelândia não teve que comprovar intenção francesa em causar dano. O dever de reparação do dano, conforme princípio de *alterum non laedere*, enseja diferentes formas de reparação, como restituição, indenização ou satisfação. O projeto de artigos consolidado pela Comissão admite ainda a existência de excludentes que afastam o instituto da responsabilidade internacional, de que são exemplos os motivos de força maior ou a legítima defesa, segundo disposição do artigo 51 da Carta da ONU.

Em seu revolucionário artigo 1, o projeto editado pela CDI define que todo ato ilícito enseja a responsabilidade internacional, sem mencionar a necessidade de dolo. Esse entendimento afasta o entendimento que prevaleceu em relação à temática, segundo o qual, nos marcos da decisão da Corte Permanente Internacional de Justiça no Caso Chorzow, a responsabilidade está intimamente relacionada ao dolo. Na década de 1970, em função da direção do jurista Roberto Ago na condução de trabalhos referentes à temática, deu-se início à chamada “Revolução Ago” – que alterou o entendimento jurídico a respeito da responsabilidade internacional. Em seu artigo 48, o projeto admite a possibilidade de os Estados responsabilizarem Estado condutor de violações a normas de aplicação geral, a exemplo de obrigações erga omnes definidas no Caso Barcelona Traction. Esse instituto torna irrelevante a existência de dano causado pelo Estado violador aos Estados que promoverão sua responsabilização. A Revolução Ago, mais que uma mera alteração no entendimento da matéria, representa uma evolução no sentido de garantir a eficácia, a coerência e a harmonia das normas de direito internacional, buscando superar o bilateralismo dos compromissos firmados entre os sujeitos de DIP, marca da antiga concepção de responsabilidade.

O Estado, sujeito unitário de DIP, deve respeitar a máxima de *pacta sunt servanda* na condução de suas relações internacionais, respeitando, portanto, os compromissos firmados. Legislações internas, na medida em que representarem descumprimento de compromissos firmados ao amparo do DIP, podem ensejar a responsabilidade internacional do Estado. Esse entendimento vai ao encontro da alteração doutrinária referente ao papel do dano no instituto da responsabilidade. Os trabalhos da CDI, sobretudo os de Roberto Ago, foram fundamentais para a consolidação desse fenômeno. Em sua nova concepção, a responsabilidade contribui para garantir a harmonia e o respeito no âmbito do direito das gentes.

Paulo Mendes de Carvalho Guedes - 26

O direito internacional geral veda a possibilidade de invocação de lei interna como justificativa para o descumprimento de obrigações contraídas no plano internacional. Essa

proibição permeia o Projeto de Artigos sobre a Responsabilidade Internacional dos Estados de 2001, elaborado no âmbito da Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas. Tal projeto considera, em meio à profunda investigação acerca do direito internacional promovida pela CDI, as evoluções por que passou, sobretudo na segunda metade do século XX, a temática da responsabilidade internacional dos Estados. Com efeito, na década de 1970, Roberto Ago operou a “Revolução Ago”, que transformou o tratamento da responsabilidade internacional dos Estados ao avançar a tese de que o dano constitui elemento desnecessário à imputação de responsabilidade aos Estados violadores do direito internacional. Diante dessas reflexões, convém esmiuçar cada elemento que compõe o tratamento da responsabilidade internacional.

Conforme o disposto no artigo 27 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, os Estados não podem invocar normas de direito interno para afastar o cumprimento de obrigações contraídas no plano internacional. O conteúdo de tal dispositivo reflete perspectiva já consolidada no arcabouço jurídico-normativo do direito internacional. Valendo-se do rol de fontes convencionais contidas no artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça, é possível afirmar que a edição de lei interna contrária a uma obrigação internacional contrária o costume internacional, os tratados internacionais – como já demonstrado no que concerne à Convenção de Viena de 1969 –, bem como a doutrina majoritária dos maiores juristas e a jurisprudência das cortes internacionais. Nesse sentido, é possível que a mera edição de uma lei interna contrária a uma obrigação internacional enseje responsabilidade internacional do Estado, sobretudo no contexto da concepção contemporânea da responsabilidade internacional, profundamente influenciada pela “Revolução Ago”.

A Comissão de Direito Internacional foi criada em 1947, com base no artigo 13 da Carta das Nações Unidas. Seu objetivo, expressamente consignado no bojo da Carta, é promover a codificação do direito internacional e contribuir para sua evolução progressiva. No que concerne ao primeiro, cabe à CDI estudar as práticas dos Estados e demais sujeitos de direito internacional e identificar a existência de *opinio juris* acerca dos temas levantados, de modo a reconhecer a existência de costume internacional. Em seguida, caso reconhecida a prática reiterada – elemento objetivo – tida como obrigatória – elemento subjetivo –, a CDI procede à codificação, de modo a conferir maior sistematicidade ao direito internacional. O objetivo de impulsionar a evolução progressiva do direito internacional diz respeito à *lege ferenda* – ao contrário da *lege lata*, objeto do esforço de codificação – e visa a fomentar o debate acerca de institutos jurídicos ainda em formação. O Projeto de Artigos sobre Responsabilidade Internacional dos Estados congrega os dois tipos de esforços, contendo previsão acerca do regime de corresponsabilidade entre os Poderes do Estado – Executivo, Legislativo e Judiciário – e, em seu artigo 41, a inovadora hipótese de responsabilidade agravada dos Estados, por violação de *jus cogens*, previsto no artigo 53 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados. Portanto, o trabalho de codificação da responsabilidade internacional dos Estados aponta no sentido da incorporação de institutos ainda mais sofisticados, na esteira das proposições de Ago.

Roberto Ago, internacionalista que estudou detidamente a temática da responsabilidade internacional, promoveu, na década de 1970, uma verdadeira revolução no modo de se pensar o instituto da responsabilidade internacional. Com efeito, Ago argumentou que o dano não constitui elemento necessário à imputação da responsabilidade ao Estado. Basta, segundo o autor, a verificação da violação e do nexo de causalidade. Tal

formulação recebeu endosso tanto no âmbito doutrinário quanto no jurisprudencial. A decisão da Corte Europeia de Direitos Humanos no caso Norris vs Irlanda é exemplo eloquente disso, pois a Corte, com base no artigo 25 da Convenção Europeia de Direitos Humanos, reconheceu que a mera exposição dos indivíduos ao risco de não fazerem valer seu direito, sem a necessidade da ocorrência de efetivo dano, é capaz de ensejar responsabilidade internacional do Estado.

A evolução progressiva do instituto da responsabilidade internacional do Estado, no contexto ampliado da evolução do direito internacional como um todo, recebe aportes teóricos, como no caso da “Revolução Ago”, convencionais, a exemplo do esforço de codificação da matéria pela CDI, e jurisprudenciais, como no caso Norris vs Irlanda.

704 palavras

Pior nota

Anônimo – 3

A responsabilidade internacional do Estado é civil e apresenta como fonte, até o momento, o costume internacional. Devido ao processo de aproximação crescente entre o direito interno dos Estados e o direito internacional, que implica a relativização parcial do princípio da soberania, verifica-se uma tensão entre esses dois âmbitos do direito. Em matéria de responsabilidade internacional do Estado, há a tentativa de codificação pelo Projeto da Comissão de Direito Internacional, de 2001, especificamente sobre o dano, a reparação e a implementação da responsabilidade.

A humanização do direito internacional, hodiernamente, coloca o indivíduo como sujeito internacional, segundo defendem doutrinadores como o juiz da CIJ, Cançado Trindade. Nesse sentido, há uma tendência de o direito internacional preservar os direitos do indivíduo, até mesmo contra o próprio Estado, no entanto o costume internacional, como fonte em matéria de responsabilidade internacional do Estado, não determina que um Estado deve subordinar, necessariamente, sua constituição a toda obrigação internacional. Na reunião do Instituto de Direito Internacional de setembro de 2017, em Hyderabad, o IDI determinou como positiva a existência de uma tensão entre o direito interno dos Estados e o DIP. Na ausência de fundamentos inequívocos de atribuição de responsabilidade internacional do Estado, no caso em questão, os princípios de justiça, de cunho metajurídico, podem auxiliar, no que se refere à prevalência da justiça dentro da lei, para suprir a omissão de uma lei ou contrariar a lei se ela for injusta.

Desde 2001, a Comissão de Direito Internacional trabalha em um projeto de codificação da responsabilidade internacional dos Estados. Esse trabalho baseia-se principalmente no costume internacional e tem por objeto a definição de dano, a reparação desse dano causado por um Estado e a implementação das medidas de reparação. No que se refere ao dano, ele não precisa, necessariamente, ser consequência de um ato ilícito. Há o reconhecimento do dano ocasionado por atos lícitos, como a atividade nuclear, por exemplo. Após a verificação de um dano, a responsabilidade internacional do Estado requer, para ser determinada, o estabelecimento de um nexos causal entre o dano e a atividade lícita ou ilícita. Finalmente, é necessário comprovar que esse nexos causal entre dano e ato pode ser atribuído ao Estado acusado.

No que concerne à reparação do dano, conforme o projeto de codificação da CDI, de 2001, ela pode ocorrer por restituição, compensação ou satisfação. A restituição significa reverter o dano causado, restabelecendo as condições anteriores ao ato que prejudicou um Estado ou indivíduo. Caso essa possibilidade não exista, a responsabilidade do Estado pode ser implementada por meio da compensação, que geralmente envolve uma reparação em dinheiro. Há danos que não podem ser reparados nem por restituição, nem por compensação, entretanto a satisfação equivale ao reconhecimento e à retratação do Estado responsabilizado. Isso ocorreu em 2016, quando o Presidente Obama pediu desculpas ao Japão pelas bombas atômicas que os Estados Unidos lançaram contra esse país, na Segunda Guerra Mundial.

O direito interno não é um mero fato para o direito internacional, de modo que é importante considerar-se a relação e o controle mútuo das leis editadas no âmbito interno e externo ao território nacional. A decisão da Corte Europeia de Direitos Humanos, portanto, não obriga Estados que não são parte.



Questão 4

Ao contrário do direito interno, que é uma ordem jurídica de subordinação, o direito internacional público é uma ordem jurídica de coordenação.

Comente a assertiva acima, citando exemplos de atuação de coordenação do direito internacional público, tanto no que se refere à sua fase de elaboração normativa, quanto ao seu emprego para a solução pacífica de controvérsias.

Média: 19,48 amp. / 19,14 cotas negros.

Desvio padrão: 1,06 amp. / 0,94 cotas negros.

Christian Bicca Estivallet – 20

O direito interno é comumente definido como uma ordem jurídica de subordinação, na medida em que o Estado, por possuir o monopólio jurídico do uso da força, pode impor o cumprimento do ordenamento jurídico. Em contraposição, o direito internacional público (DIP), na ausência de um ente hierarquicamente superior para impor o cumprimento das normas, é normalmente, definido como uma ordem jurídica de coordenação, sobretudo no que se refere à elaboração normativa e a solução pacífica de controvérsias. Entretanto, é importante ressaltar que há crescentes elementos no DIP que, em alguma medida, o tornam também uma ordem jurídica de subordinação.

No direito interno, a elaboração normativa, embora emane, teoricamente, do povo em Estados democráticos de direito, após adotada não faculta aos particulares a não obediência. Independentemente da concordância dos particulares – exceto por vícios formais ou materiais – a norma é obrigatória. No DIP a situação é algo diversa, na medida em que entre Estados vigora a regra westfaliana do “*par in parem non habet iudicium*”, ou seja, por serem soberanos, como regra, os Estados podem discricionariamente optarem a quais regras irão se obrigar. Assim, tendo como base as fontes do DIP: um Estado só se obriga a um tratado se, voluntariamente, ratificá-lo, caso o Estado discorde de um costume internacional, pode tornar-se objetor persistente e não se obrigar a ele, como o caso do Peru, em relação ao asilo diplomático; os atos unilaterais são, de fato, manifestação da vontade dos Estados; quanto às decisões de Organizações Internacionais (OIs), basta o Estado não integrá-la se não as deseja cumprir. Quanto aos princípios gerais de direito é algo mais complexo deles se desobrigar, contudo são normas genéricas e jamais foram utilizados isoladamente para basear decisão de corte internacional. Percebe-se que, em regra, a soberania do Estado lhe faculta escolher as normas que deseja cumprir.

No DIP contemporâneo, porém, há crescente grau de subordinação no que diz respeito a sua colaboração normativa. Desde a primeira formulação de Verdross, o “*jus cogens*” evoluiu, consagrou-se nos arts. 53 e 64 da CVDI/69 e confirmou-se como norma superior de DIP, que se impõem aos Estados independentemente de sua concordância, como a proibição do genocídio. Também se reconhecem, pelo menos desde

o caso *Barcelona Traction*, a existência de obrigações “*erga omnes*” que geram efeitos a todos sujeitos de DIP. A Carta da ONU, que conta com a participação maciça da comunidade internacional (193 Estados) diz-se superior aos demais tratados e é válida em seus princípios até mesmo para Estados não parte. Desse modo, percebe-se o surgimento de relações de subordinação no DIP, já que há certa hierarquia de normas e obrigações às quais os Estados devem seguir mesmo sem seu consentimento expresso ou sequer tácito.

Na solução pacífica de controvérsias, no direito interno, sobrepõe-se o papel do Poder judiciário que resolve as disputas jurídicas e impõe suas decisões. No cenário internacional, porém, não existe ente hierarquicamente superior, o que elimina a possibilidade de imposição pela força das soluções – mesmo os juridicamente vinculantes. Assim, como regra, a utilização dos meios de solução de controvérsias, conforme os arts. 2.3. e 33 da Carta da ONU, conta com a boa fé dos Estados para que cumpram as decisões quando obrigatórias, caso contrário poderão ocorrer apenas retaliações em uma lógica de horizontalidade, em que, na verdade, prevalece, em grande medida, a força política e economia. Essa é a regra.

Entretanto, atualmente há certa subordinação na solução pacífica de controvérsias internacionais, notadamente, quando diante do descumprimento de decisão da CIJ, um Estado solicita que o CSNU imponha o cumprimento, o que tem seus limites políticos, como provado no caso *Nicarágua*. Outros sistemas de solução de controvérsia, como da OMC e do MERCOSUL, embora em lógica de coordenação, têm maior eficácia pela prevalência de critérios jurídicos e a possibilidade de imposições de retaliações cruzadas. Ainda assim, a coordenação prevalece.

Graziela Streit Rodrigues da Silva – 20

Diferentemente do direito interno, que se pauta pela lógica jurídica da subordinação, o direito internacional público (DIP) fundamenta-se na coordenação, visto que rege as relações entre entidades igualmente soberanas, os Estados. Partindo desse pressuposto, o princípio da igualdade soberana tem guiado a atuação de coordenação do DIP, tanto na elaboração de normas, como a Convenção Drago-Porter, a Carta da ONU e o Estatuto da CIJ, quanto no emprego para a solução pacífica de controvérsias da OMC e do Mercosul, a cláusula Raul Fernandes e os diversos tratados internacionais com cláusula compromissória.

A lógica de coordenação sobre a qual se fundamenta o DIP pode ser verificada em sua fase de elaboração normativa. Durante a II Conferência de Paz da Haia, o princípio da igualdade soberana e a defesa da lógica de coordenação do DIP foram defendidos, assertivamente, pelos países latino-americanos, entre os quais se destaca a atuação de Rui Barbosa e de Luís María Drago. Nessa conferência, os latino-americanos questionaram o estabelecimento de uma corte de arbitragem em que os países mais poderosos teriam em posição jurídica superior e alcançaram a aprovação da Convenção Drago-Porter, que limita a intervenção para a cobrança de dívidas. A Organização das Nações Unidas e sua Carta são importantes exemplos de coordenação entre os Estados para a elaboração de normas, uma vez que ficou disposto, no art. 2º da Carta da ONU, que a igualdade entre os Estados é um princípio que rege a atuação da instituição. A CIJ e seu Estatuto também exemplificar

a lógica de coordenação, ao estabelecer a jurisdição facultativa da Corte, reiterada pelo princípio do “ouro monetário”.

A ordem jurídica de coordenação do DIP é evidenciada, ainda, por seu emprego para a solução de controvérsias. No Mercosul e na Organização Mundial do Comércio (OMC), verifica-se a existência de mecanismos de solução de controvérsias, como o TPR, no Mercosul, e o OSC, na OMC, os quais buscam solucionar litígios comerciais a partir da ideia de coordenação, pois apenas permite a aplicação de contramedidas, não de sanções, que seguem uma lógica de subordinação. Outro importante exemplo é a Cláusula Raul Fernandes, no âmbito da CIJ, a qual estabelece cláusula facultativa de jurisdição obrigatória, dispositivo que amplia a jurisdicionalização do DIP e fortalece a atuação da Corte para solucionar controvérsias entre Estados. Por fim, a existência de tratados com cláusula compromissória, como o Pacto de Bogotá, evidencia a busca por solução pacífica de controvérsias.

A ordem jurídica de coordenação do DIP deriva da igualdade soberana dos Estados e pode ser identificada na elaboração das normas internacionais e nos mecanismos de solução pacífica de controvérsias. O fortalecimento da igualdade soberana e da solução pacífica de controvérsias é essencial, como afirma Antônio Augusto Cançado Trindade, para a consolidação do DIP como expressão da “consciência jurídica universal”.

Felipe Ferreira Marques - 20

Ao contrário do que ocorre no âmbito doméstico, as relações entre os Estados são caracterizadas pela anarquia. Todavia, no contexto hodierno, seu caráter anárquico não se caracteriza pela mera coexistência, mas pela coordenação jurídica e pela cooperação. Essa afirmação sustenta-se com base na análise da coordenação no âmbito do DIP, na sua fase de elaboração normativa e na solução pacífica de controvérsias.

O direito comercial ilustra de forma notável a ordem jurídica de coordenação. Em função da complexificação das relações econômicas, os Estados conjugam frequentemente esforços nessa temática. No MERCOSUL, órgão de caráter intergovernamental, os membros elaboraram o Protocolo de Olivos, que foi incorporado às ordens jurídicas internas dos Estados com base no *pacta sunt servanda*. O Protocolo ampliou o escopo de solução pacífica de controvérsias, porquanto os membros aderiram *ipso facto* ao Órgão de Solução de Controvérsia e ao Tribunal Permanente de Revisão – este poderia ser acionado como instância única ou recursal. No caso da OMC, por exemplo, o OSC é obrigatório para os signatários do Acordo de Marrakesh, devido ao princípio do *single undertaking*. Ambos os exemplos são ícones da conjugação de esforços tanto na fase normativa como para a solução pacífica de controvérsias.

A proscrição do uso da força é, igualmente, notável produto da coordenação de esforços no âmbito do DIP. Ao menos desde o Pacto da Liga das Nações ou do Pacto Briand-Kellog, a comunidade internacional se esforçou para superar o entendimento de Karl von Clausewitz, segundo o qual a guerra é a continuação da política por outros meios. Na Conferência de São Francisco, os Estados lograram, como resultado, definir a ilicitude do recurso à força com a aprovação da Carta da ONU – salvo em caso de legítima defesa ou autorizado pelo Conselho de Segurança nos termos do Capítulo XVII. Atualmente, mais de 190 Estados são signatários da Carta da ONU – o que é um forte indício da

tendência à Constitucionalização do DIP. A Corte Internacional de Justiça, nesse contexto ampliou o escopo de soluções de controvérsias em função de sua competência material ampla para julgar os Estados que reconheçam sua jurisdição – seja por acordo especial ou pelo reconhecimento da cláusula Raul Fernandes.

A atuação de coordenação também resta evidente no regime ambiental, nuclear ou no âmbito humanitário. A negociação do Acordo de Paris de 2015, na esteira da COP-21, foi um exemplo notável no qual os Estados apresentaram suas contribuições – modelo bottom-up – para atingir o objetivo comum de combater a mudança climática – o Acordo já atingiu o número de ratificações necessárias para entrar em vigor. No regime nuclear, como resultado do esforço do grupo Iniciativa Humanitária, os Estados coordenaram esforços para preencher a lacuna jurídica do Tratado de Não-Proliferação no que diz respeito ao desarmamento. Como consequência, a Assembleia da ONU logrou aprovar um tratado que prevê a proscrição completa de armas nucleares. No âmbito humanitário, os Estados conjugaram esforços para, através do Tratado de Roma, criar um Tribunal Penal Internacional com vistas a julgar indivíduos por crimes de agressão, contra a humanidade, de guerra e genocídio. Com a trigésima ratificação das emendas de Kampala pela Palestina, o TPI estará apto a julgar crime de agressão – ampliado o “rule of law”.

Os exemplos enumerados expressam que, diferente da ordem jurídica interna de subordinação, o direito internacional caracteriza-se pela coordenação. As tendências de funcionalização, jurisdicionalização e constitucionalização são expressões do esforço coordenado para a elaboração de normas e para tratamento de temas comuns, assim como para a solução pacífica de controvérsias. A proscrição do uso da força no contexto da Carta da ONU é icônica nesse sentido. Nota-se, portanto, que o direito internacional passa a superar a coexistência em favor da cooperação e da coordenação. É por isso que, embora não tenham logrado atingir a Paz Perpétua de Kant, ao menos os Estados superaram o estado de natureza hobbesiano.

Neylor Caldas Monteiro - 20

A ordem jurídica internacional difere-se substantivamente da doméstica, na medida em que os sujeitos nesta se encontram em um relacionamento vertical entre Estado e particulares; ao passo que naquela há horizontalidade, porquanto todos os entes estão no mesmo patamar hierárquico, ainda que tenham prerrogativas diferentes entre si. Assim, os Estados têm, sob a perspectiva do Direito Internacional Público (DIP), a prerrogativa de elaborar normas que regulamentarão as relações jurídicas entre eles, além de escolherem aquelas às quais se vincularão, com base na Teoria Voluntarista/Jus-positivista. Lastreadas em aspectos relativos ao Direito Natural, há um rol diminuto de normas que saem dessa lógica do “jus dispositivum”, o denominado “jus cogens”, cuja observância é obrigatória.

Diante dessa maioria ampla de normas lastreadas no voluntarismo, os Estados são livres para decidir os termos e a extensão dos direitos e das obrigações contraídas no plano internacional, bem como acumulam funções de garantia do cumprimento dessas normas, porquanto não há ente superior para assegurar isso na lógica da coordenação presente no DIP. Segundo o jurista Georges Scelle, trata-se do desdobramento funcional, em que os destinatários da norma são os próprios elaboradores, os quais se encarregam do dever de assegurar o cumprimento dela por parte dos demais.

Dado um conflito acerca de situações fáticas ou jurídicas, os sujeitos de DIP deparam-se com uma controvérsia. Como meios de solução pacífica, existem os meios políticos e diplomáticos, além dos jurisdicionais. Francisco Rezek separa os meios diplomáticos em entendimento direto, no qual as partes resolvem a contenda sem a interferência de terceiros; sistema de consultas, o qual é um entendimento direto programado; bons ofícios, os quais envolvem um terceiro que facilita o contato entre as partes controvertidas; mediação, em que o terceiro propõe uma solução; e sistema de conciliação, no qual a mediação é realizada por uma comissão de conciliadores. Os meios políticos envolvem organizações internacionais com vocação política, as quais visam a promover a solução sem preocupações de ordem jurídica e baseados nas relações de poder.

Os meios jurisdicionais envolvem necessariamente a submissão da controvérsia a um ente encarregado de aplicar o direito ao caso concreto. Em conformidade com o voluntarismo, a jurisdição desse entre depende de aceitação prévia por parte dos Estados. Esses meios subdividem-se em arbitrais e judiciais. Nos primeiros, as partes firmam um compromisso arbitral, escorado no “*pacta sunt servanda*”, em que aceitam submeter a controvérsia a um árbitro ou a um tribunal arbitral, de natureza “*functus officio*” (não permanente, constituído para aquela controvérsia específica). A sentença proferida é irrecorrível e obrigatória, porém carece de exequoriedade. Nos meios judiciais, há uma corte dotada de profissionalidade, composta por juízes e cuja existência se mantém antes e depois do julgamento da situação controvertida. Assim como no laudo arbitral, a sentença proferida é obrigatória e (normalmente) inapelável, de modo que somente pedidos de interpretação são aceitos. A exequoriedade das sentenças depende do tratado que constituiu a corte. Na Corte Internacional de Justiça (CIJ), e possível que o Conselho de Segurança das Nações Unidas emita resolução que obriga a parte recalcitrante a cumprir a sentença exarada por essa corte.

Pior nota

Anônimo – 16

Devido às diferentes naturezas de seus âmbitos de aplicação, Direito Interno e Direito Internacional detém características diversas. Se o primeiro, operando dentro do Estado nacional, estabelece relações jurídicas de subordinação, recusando aos cidadãos a opção de se submeter à norma ou não; o segundo cria relações de coordenação, resultantes do princípio da igualdade soberana dos Estados e da inexistência de autoridade supranacional de escopo global. Dessa forma, os Estados são formuladores e destinatários das normas a que aderem de forma voluntária. Assim, ainda que, hoje, o fundamento voluntarista do DIP conviva com preceitos objetivistas, é importante analisar como se dá a coordenação tanto no âmbito da elaboração normativa quanto no âmbito da promoção de soluções pacíficas de controvérsia.

Como exemplo de atuação de coordenação na fase de elaboração normativa, destaca-se, no momento atual, a adoção e processo de assinatura e ratificação do Tratado pela Proibição Completa de Armas nucleares. O processo de negociação desse tratado ilustra de forma acabada os aspectos positivos do exercício da diplomacia parlamentar propiciada por fóruns multilaterais. Tendo os primeiros contatos para a elaboração desse tratado se iniciado no bojo da Assembleia Geral das Nações Unidas, os países que

defendem o desarmamento nuclear e a ilegalidade das armas nucleares coordenaram-se para avançar uma pauta relevante, a despeito da oposição ferrenha das potências armadas.

Com o êxito dessa iniciativa, que agregou mais de 120 países, em um processo que pode ser classificado como iniciativa “bottom up”, verifica-se que, a despeito do caráter anárquico e assimétrico das relações internacionais, o Direito Internacional serve de instrumento de agregação e constrói pontes para o futuro. Trata-se, portanto, de um exemplo da evolução paradigmática do DIP de coexistência para o DIP de coordenação e solidariedade. A expedita entrada em vigor desse tratado, após atingir 50 ratificações, confirmará esse avanço positivo.

Como exemplo de coordenação com vistas a promover soluções pacíficas de controvérsias, destacam-se as negociações sobre o programa nuclear iraniano, que se concluíram em 2015, com o Plano de Ação Conjunta. Processo já esboçado pela ação diplomática brasileira e turca, em 2010, essas negociações buscaram superar a ineficácia demonstrada pelo regime de sanções contra o Irã. Com isso, os membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, juntos à Alemanha e a alta autoridade diplomática da União Europeia, quebraram um impasse de mais de uma década e garantiram, com o Irã, a natureza pacífica do programa nuclear, bem como estabeleceram sistema de verificação e salvaguarda. Essa vitória da coordenação diplomática para superar, pacificamente, uma controvérsia vai ao encontro do capítulo VI da Carta da ONU e de seu art.24.

Depreende-se, portanto, a face positiva da ordem jurídica de coordenação, que viabiliza a superação de controvérsias e gera a convivências de soberanias.





ESPAÑHOL

Resumen

Elabore un resumen, en lengua española, con su propio vocabulario, del siguiente texto.

DÍA 8

07.00 Me peso en la báscula del cuarto de baño. 3 kilos, 800 gramos. Si tenemos en cuenta que soy intelecto puro, es una barbaridad. Decido hacer ejercicio cada mañana.

07.30 Salgo a la calle dispuesto a correr seis millas. Mañana, siete; pasado, ocho, y así sucesivamente.

07.32 Paso por delante de una panadería. Me compro una coca de piñones y me la voy comiendo mientras regreso a casa. Que corra otro.

07.35 Al entrar en el edificio encuentro a la portera barriendo el portal. Inicio con la portera una conversación aparentemente trivial, pero cargada de malévolas intenciones de mi parte. Hablamos del tiempo. Lo encontramos un poco caluroso.

7.40 Hablamos de lo mal que está el tráfico. Hacemos hincapié en lo ruidosas que son las motos.

07.50 Hablamos de lo caro que está todo. Comparamos los precios de hoy con los de antaño.

08.10 Hablamos de la juventud. Condenamos su falta de entusiasmo por las cosas.

08.25 Hablamos de la droga. Pedimos la pena de muerte para quien la vende y para quien la compra.

08.50 Hablamos de los vecinos del inmueble (¡caliente!, ¡caliente!).

09.00 Hablamos de Leibniz y del nuevo sistema de la naturaleza y de la comunicación de las sustancias (¡frío!, ¡frío!).

09.30 Hablamos de mi vecina (¡ya era hora!). La portera dice que ella (mi vecina) es buena persona y que paga religiosamente a la comunidad de vecinos la cuota trimestral que le corresponde, pero que no asiste (mi vecina) a las reuniones de vecinos con la asiduidad que debería. Le pregunto si está casada (mi vecina) y me responde (la portera) que no. Pregunto si debo inferir de ello que (mi vecina) tuvo el hijo fuera del vínculo. No: estuvo casada (mi vecina) con un fulano que no servía para nada, según ella (la portera), del cual se separó (mi vecina) hará cosa de un par de años. Él (fulano) se hace cargo del niño (de mi vecina, y también del fulano) los fines de semana. El juez le condenó (al fulano) a pasarle (a mi vecina) un dinero al mes, pero a ella (a la portera) le parece que no lo hace (el fulano), al menos, no con la asiduidad que debería. A ella (a mi vecina), añade (la portera) no se le conocen novios, ni siquiera acompañantes ocasionales. Seguramente quedó escarmentada (mi vecina), opina ella (la portera). Aunque esto, en el fondo, le trae sin cuidado (a la

portera), agrega (la portera). Por ella (por la portera), que cada cual se lo monte como quiera, mientras no haya escándalo. Eso sí, dentro de su casa (de la casa de mi vecina). Y sin hacer ruido. Y no más tarde de las once, que es cuando ella (la portera) se va a dormir. Le quito la escoba y se la rompo en la cabeza.

10.30 Subo a mi piso. Decido adoptar la apariencia D'Alembert y visitar a la señora Mercedes en el hospital donde se repone, si Dios quiere, de la operación a la que fue sometida.

10.50 Me persono en el hospital. Es un edificio algo feo y muy poco acogedor. Sin embargo, la gente acude a él en muchedumbre, y algunos hasta se dan buena prisa por llegar.

10.52 En el mostrador que hay en el vestíbulo para informar a los visitantes pregunto en qué habitación se encuentra la señora Mercedes y su acompañante, el señor Joaquín. Ambos se encuentran en la habitación 602.

10.55 Deambulo por el sexto piso en busca de la habitación 602.

10.59 Doy con la habitación 602, toco con los nudillos y la voz del señor Joaquín me autoriza a pasar. Así lo hago.

11.00 La señora Mercedes está acostada, pero despierta y con buen aspecto. Me intereso por su salud y me informa de que se encuentra débil, pero animada. Esta mañana se ha tomado un tazón de manzanilla, me dice. Le doy el regalo que le he traído: un tren eléctrico. Le digo que si mañana sigue con vida, le traeré el desvío y el paso a nivel.

11.07 El señor Joaquín, que ha pasado mala noche, está alicaído. Afirma que tanto él como su esposa, la señora Mercedes, están llegando a una edad en la cual conviene tomarse las cosas con calma. El arrechucho de la señora Mercedes ha sido un aviso, dice. Durante la noche ha estado reflexionando, dice, y ha pensado que tal vez debieran dedicar los años de vida que aún les queden a descansar, a viajar y a darse algunos gustos. También ha pensado, agrega, que tal vez haya llegado la hora de traspasar el bar. El negocio es próspero, pero da muchos quebraderos de cabeza y necesita una persona joven al frente (del negocio), dice. También ha pensado, agrega, que tal vez a mí podría interesarme el bar. El señor Joaquín ha creído advertir que estoy dotado para la hostelería y que el trabajo me gusta.

11.10 Pese a su debilidad, la señora Mercedes afirma estar de acuerdo en lo que acaba de decir su marido. Ambos desean saber qué opino yo al respecto.

11.12 Mi primera reacción es favorable. Me considero capacitado para regentar un bar e incluso creo que podría aportar al negocio algunas ideas innovadoras y hasta audaces. Por ejemplo, creo que se podría ampliar el local comprando el inmueble colindante (una fábrica de automóviles) e instalar allí una churrería. El señor Joaquín me interrumpe para decir que no debo precipitarme. En realidad, dice, se trataba tan sólo de una idea. Hay que dejarla madurar, agrega. Por ahora, añade, lo mejor será que me vaya, porque la operación de la señora Mercedes ha sido un palo para la señora Mercedes. Le conviene descansar. Me voy, no sin prometer a ambos que mañana volveré para seguir perfilando el tema.

11.30 Deambulo por el hospital perdido en mis propias reflexiones y también perdido, a secas. La proposición del señor Joaquín me ha sumido en un mar de confusiones. Ahora, pasado el entusiasmo inicial y sopesando el asunto con frialdad, comprendo que mi primera reacción ha sido optimista en exceso. Es evidente que no puedo quedarme con el bar. La posibilidad de arrendar o comprar un bar con fines de explotación (lucrativa) ni siquiera figura en el pliego de órdenes que nos fue dado al inicio de nuestra misión espacial. Cierto que tampoco había una prohibición taxativa al respecto. Habría que hacer una consulta.

Temperatura, 26 grados centígrados; humedad relativa, 70 por ciento; vientos 70 suaves del sudeste; estado de la mar, marejadilla.

12.30 Continúo deambulando por el hospital sin encontrar salida a mis tribulaciones. En cambio, encuentro la cafetería del hospital. Decido hacer un alto y comer algo, aunque sea un poco temprano. Siempre se piensa mejor con el estómago lleno, dicen los que tienen estómago.

12.31 La cafetería está vacía. Por suerte, el mostrador está bien surtido y el sistema autoservicio, que impera, me encanta, porque me permite comer como a mí me gusta sin tener que dar explicaciones a nadie. Si a mí se me antoja mojar los pimientos de Padrón en el café con leche, ¿qué pasa?, ¿eh?

Eduardo Mendoza. Sin noticias de Gurb. 1991 (con adaptaciones).

Média: 5,78 amp. / 3,71 cotas negros.

Desvio padrão: 2,93 amp. / 1,07 cotas negros.

Pedro Henrique de Sousa Zacarias - 14

El texto ficcional de Eduardo Mendoza relata las acciones y los pensamientos ocurridos al largo de una mañana en la vida de un personaje, respecto al cual no se tiene al principio muchas informaciones precisas, solo que tiene 3,8 kilos y que es todo compuesto de “intelecto”.

Al lector el narrador en primera persona le parece inicialmente un ser demasiado humano. *Empeza* su día con planes de hacer actividades físicas, pero luego desiste. Tras charlar por tres horas con la portera de su edificio, logra obtener datos sobre la vida personal de una vecina suya, por quien parece tener deseos sexuales. Después, decide visitar una conocida, la señora Mercedes, que se encuentra en el hospital, recuperándose de una *cirugía*. Sin embargo, temprano se nota que, en realidad, sus intenciones eran más pragmáticas (aunque él no lo admita): tiene interés en recibir, como posible herencia, el bar que la vieja mujer mantiene con su marido, pero las *conversaciones* no llegan a ningún resultado.

Por la hora del almuerzo, el narrador, mientras se alimenta *tranquillamente* en el hospital, piensa en los detalles de su “misión espacial”. De ello se concluye que, en verdad, se trata de un tipo de otro planeta.

(199 palavras)

Fernando José Caldeira Bastos Neto – 12

El narrador despierta seguro que ha ganado más de 3 kilos. Decide hacer ejercicio, pero luego desiste de la iniciativa. Regresa a sua casa y habla con la portera. Los dos hablan de amenidades, pero el narrador tiene otras intenciones. A las 9:30, hablan de la vecina. La vecina no va a las reuniones de vecinos, y es separada de su marido que aparentemente no ayuda sus hijos como debería. La portera opina que la vecina se quedó escarmentada y que eso no es problema si no hay escándalo.

A las 10:30, el narrador decide visitar a la señora Mercedes en el hospital. El hospital es feo pero algunos llegan al lugar con alegría. La señora Mercedes y el señor Joaquín están en la habitación 602. La señora Mercedes parece bien y el narrador le da un regalo. El señor Joaquín no dormió bien. Él piensa que la enfermedad de su esposa ha sido un aviso. Joaquín quiere descansar más y columbra traspasar el bar al narrador. La señora Mercedes dice estar de acuerdo con la proposición.

La primeira reacción del narrador es favorable. Él ofrece algunas ideas como ampliar el local. El señor Joaquín respondió que el narrador no debe precipitarse. Hay que dejar la idea madurar. El narrador sale de la habitación sin prometer que volverá. El narrador considera que ha sido optimista en exceso. Él no puede quedarse con el bar, su misión espacial no tiene órdenes claras en respeto de esa situación. Una consulta sería necesaria. El narrador permanece en el hospital sin encontrar la salida. En la cafetería del hospital, decide comer algo. A él le gusta el sistema de autoservicio porque él puede comer sin explicar a nadie sus gustos.

(288 palavras)

Priscila Liz Alves - 9

El día ocho, después de la decisión de correr seis millas por la mañana a causa del peso, el hombre vuelve a su casa y empieza a conversar con la portera del edificio. Su deseo era tener más informaciones acerca de su vecina, lo que logró después de una charla sobre el tráfico, los precios, la juventud y la droga, por ejemplo. De hecho, el hombre supo que su vecina se había separado hacía pocos años, tenía un hijo con el ex-marido, era una persona buena y honesta y no tenía novio. Con respecto a una posible aproximación entre el hombre y la vecina, la portera le aclaró que no habría problemas si no hubiera ruidos y si todo pasara antes de las once.

En seguida el hombre decide visitar a la señora Mercedes, que se recuperaba de una operación en el hospital. Cuando llega al sitio, busca por el número de la habitación de la señora, donde estaban Mercedes y su compañero, el señor Joaquín. La señora estaba débil, pero con buena apariencia, mientras que el señor Joaquín estaba cansado a causa de la mala noche que pasó. El hombre le dio a Mercedes un regalo y el casal le propuso estar al frente de su bar al que el hombre reaccionó positivamente y empezó a planear inovaciones al negocio. El casal le recomendó prudencia porque no había una decisión todavía. El hombre se fue y mientras caminaba en el hospital concluyó que no debía administrar el bar, aunque tampoco fuera una decisión. Todo pareció mejorar cuando encontró una cafetería vacía, donde podría hacer lo que quisiera sin tener que justificar sus gustos y deseos.

(276 palavras)

Anônimo - 8

Comienza el día ocho. Me peso y decido correr. Comienzo con ganas de correr mucho, pero luego compro una coca de piñones en la panadería y vuelvo a mi casa. Charlo con la portera sobre el tiempo, el tráfico, los precios, la juventud, las drogas y Leibiniz.

Hablamos de mi vecina. La portera dice que la vecina es buena pagadora, pero se ausenta de las reuniones de vecinos. Aprendí que ella no está casada y que tuvo su hijo con su ex-marido, que cuida del niño los fines de semana, pero que no paga la pensión asiduamente. La portera no los conoce y a ella no le importa lo que los otros hacen, si no hay escándalo.

Por la noche, decido visitar a la señora Mercedes, que se operó y se queda en el hospital. Llego al hospital y pregunto dónde está la señora Mercedes: ella estaba en la habitación 602. Llamo a la puerta y el señor Joaquín, su acompañante, la abre y yo entro.

La señora Mercedes está despierta y con buen aspecto. Ella dice que estaba débil, pero alegre. Yo le doy el regalo que le compré. El señor Joaquín afirma que la enfermedad de la señora Mercedes fue un aviso, y que ellos deberían vivir en paz. Por eso, él pensaba en vender el bar, descansar y viajar.

Los dos me presentaron la idea de que yo lo compre. Tengo una reacción favorable. Les presento muchas ideas, pero el señor Joaquín piensa que no debo exagerar, pues esta era sólo una idea.

Es hora del descanso y me voy. Prometo que regresaré. Salgo y pienso que mi primer impresión fue algo optimista, ya que no pensé en nuestra misión espacial. Como algo en la cafetería, donde no hay nadie.

(293 palabras)

Pior Nota

Anónimo - 2

En el texto presentado, se aborda la rutina de una persona que no se sabe si es hombre o mujer. A las siete de la mañana, dicho individuo sale de su casa tras haberse pesado, con la intención de trotar por la calle. Sin embargo, la persona se distrae y cambia de idea. Nada más entrar en su edificio, empieza a hablar con la portera, la conversación trata de diversos temas, como el clima y los problemas de la vida diaria, los dos interlocutores siguen charlando hasta las diez y media. Parece que la cuestión más interesante que se discutió fue el hecho de que la vecina del protagonista tiene un hijo aunque no está casada. La portera comentó, además, que, según su opinión, cada uno debe vivir como quiera.

Después, el individuo principal de la historia sube a su departamento y decide ir a un hospital donde la señora Mercedes se repone de una operación, en la habitación 602. Según la descripción que se presenta en el texto, el edificio no es muy acogedor. A las once horas, ocurre el encuentro con dicha señora, que, supuestamente, está bien. El señor Joaquín, su esposo, asevera que los problemas de salud y el hecho de que se están quedando viejos le dieron la idea de que ellos deberían viajar más y aprovechar la vida. Por ende, propone vender su bar al protagonista, el cual reacciona de modo favorable.

No obstante, el señor Joaquín afirma que uno no se debe precipitar en sus decisiones y añade que la señora Mercedes necesita descansar. Por ello, el personaje principal sale del hospital y promete que volverá. Mientras tanto, se percata del aspecto que no tiene las capacidades para administrar un bar. En definitiva, percurre el hospital y llega a una cafetería vacía, donde decide comer algo.

(302 palabras)



Traducción

A sagrada família

Um rosto martirizado, falta de elegância no andar. Dia e noite, a repetição do relógio. Alguns a imaginavam assassinada pela madrugada. Ela não se rendia. Sempre se soube única de uma gloriosa casa. Condição que assimilou desde menina. No colégio surgiu-lhe o arrebatamento e a expulsaram, a novilha no prado. Após o casamento, rejeitou o homem, que nunca mais ele pisasse aquelas terras. Sobre o amor, sentimento breve, resguardava-se: é para muito mais tarde, justificando ela dizia. Vinham entorpecendo-lhe as juntas nos últimos meses. Lecionava música a meninos e garotas. E, no entanto, era jovem ainda. Mas o envelhecimento na família iniciava-se pela paralisia dos membros inferiores, sem se explicar o fenômeno, a vocação para a imobilidade. Por pretender a leveza, como folha involuntária ao vento, alimentava-se de café com leite, frutas, queijo, torradas. O primo ameaçou-a por questões de inventário. Ela se redimia negando-lhe atenção. Também sua mãe agira do mesmo modo, quando o pai do primo a visitara, embora suas propostas fossem então tão diferentes. O homem sentou-se ao lado do piano. Os bibelôs tremulavam, ela tocando, ele os afastou para que não se quebrassem. A mulher sorriu agradecida. Mas a luta, isto era áspero. Até o dispensar e suas últimas palavras alcançaram o nível da guerra: — A decisão de Deus nem sempre é a mesma do homem. Você resolve matando, ou pela justiça. Os amigos iam-se afastando quando a souberam em luta com o primo. Assim os alunos. Viu-se no estado de simular lições de piano o dia inteiro, para que a vizinhança não suspeitasse de sua solidão. E seu orgulho triunfasse. O trato com ela própria a exauria. Sempre buscando outros meios de acertar, mas terminava no piano, claudicando entre as teclas. Passou a compreender as razões do pai ter abandonado a mãe. Vida junta terminava em amargura, consolidação de estimas erradas.

Nélida Piñon. Cortejo do divino. Porto Alegre: L&PM, 2001.

Média: 13,96 amp. / 8,00 cotas negros.

Desvio padrão: 4,53 amp. / 1,8 cotas negros.

Rafaela Junqueira de Oliveira – 21

La sagrada familia

Un rostro martirizado, falta de elegancia en el caminar. Día y noche, la petición del reloj. Algunos la imaginaban asesinada por la madrugada. Ella no se rendía. Siempre se supo única de una gloriosa casa. Condición que asimiló desde niña. En el colegio surgió su arrebatamento y la expulsaron, la novilla en el campo. Después del casamiento rehusó al hombre y le dijo que nunca más pisara en aquellas tierras. Sobre el amor, sentimiento ligero, se protegía: es para mucho más tarde, decía justificando.

Sus ligaciones de los muslos se estaban quedando débiles en los últimos meses. Ella enseñaba música a niños y niñas. Y, sin embargo, aún era joven. Pero el envejecimiento en la familia comenzaba por la parálisis de los miembros inferiores, sin explicarse el

fenómeno, la vocación para la inmovilidad. Por pretender la levedad, como hoja involuntaria al viento, se alimentaba de café con leche, frutas, queso y tostadas.

El primo la amenazó por cuestiones de inventario. Ella se redimía negándole atención. También su madre había reaccionado del mismo modo, cuando el padre del primo la había visitado, aunque sus propuestas fuesen entonces tan diferentes. El mismo hombre se sentó al lado del piano. Los bibelós temblaban cuando ella tocaba, él los afastó para que no se rompieran. La mujer sonrió agradecida. Pero la lucha, eso era áspero. Hasta echarlo y sus últimas palabras alcanzaron el nivel de la guerra:

- La decisión de Dios ni siempre es la misma del hombre. Usted lo resuelve matando o por la justicia.

Los amigos se iban afastando cuando supieron de su lucha con el primo. Asimismo los alumnos. Ella se vió en el estado de simular clases de piano todo el día para que los vecinos no sospecharan de su soledad. Y para que su orgullo triunfara. La relación con ella propia la cansaba demasiado. Siempre buscando otros medios de acertar, pero acababa en el piano, claudicando entre las teclas. Empezó a comprender las razones por las cuales su padre había abandonado a su madre. Vida conjunta terminaba en amargura, consolidación de estimas equivocadas.

Paulo Mendes de Carvalho Guedes - 20

La sagrada familia

Una face sufrida, falta de elegancia en el andar. Día y noche, la repetición del reloj. Algunas personas la imaginaban asesinada por la madrugada. Ella no se rendía. Siempre se creyó la única de una casa gloriosa. Condición que asimiló desde cuando era una niña. En el colegio se le surgió el arrebate y la expulsaron, la novilla en el prado. Después del casamiento, recusó el hombre, que jamás él volviera a pisar en aquellas tierras. Con relación al amor, sentimiento breve, ella se protegía: es para mucho más tarde, ella decía con el objetivo de justificar.

Se la entorpecía el cuerpo en los últimos meses. Enseñaba música para niños y niñas. Y, no obstante, todavía era joven. Pero la vejez de la familia empezaba por la parálisis de los miembros inferiores, fenómeno sin explicación, la vocación para la inmovilidad. Debido al hecho de buscar la levedad, como una oja involuntaria al viento, se alimentaba de café con leche, con frutas, con queso y con tostadas.

El primo la amenazó debido a cuestiones de sucesión. Ella se redimía al no le dar atención. También su mamá se había comportado de la misma manera, cuando el padre del primo la había visitado, a pesar del hecho de que sus propuestas eran muy diferentes. El hombre se sentó al lado del piano. Los muebles sacudían, ella tocaba, él los afastó para que no se quebrasen. La mujer sonrió agradecida. Pero la lucha, esto era difícil. Hasta la despedida y sus últimas palabras, que alcanzaron el nivel de la guerra:

- La decisión de Dios ni siempre es la misma del hombre. Usted resuelve al matar, o por medio de la justicia.

Los amigos se alejaban cuando le supieron en la lucha con el primo. Así los alumnos. Se dió cuenta de que simulaba lecciones en el piano el día entero, para que los vecinos no notasen su soledad. Y su orgullo triunfaba. El trato con ella misma la cansaba. Siempre buscando otros medios de acertar, pero terminaba en el piano, y claudicaba entre

las teclas. Empezó a comprender las razones por las cuales el padre había abandonado la madre. Vida junta terminaba en tristeza, consolidación de estimas erradas.

Matheus Freitas Rocha Bastos - 19

La sagrada familia

Una cara martirizada y una falta de elegancia al caminar. Día y noche, la repetición del reloj. Algunas personas la imaginaban asesinada por la madrugada. Ella no se rendía. Siempre **supe** que era única de una gloriosa casa. Condición que asimiló desde pequeña. En el colegio se lo ocurrió la transformación y la expulsaron, la **jovensita** en la **pradaría**. Después del casamiento, rechazó a su hombre, diciéndole que nunca más pisara en aquellas tierras. Sobre el amor, sentimiento breve, ella se resguardaba: es para mucho más tarde, ella decía justificándose.

Sus articulaciones lastimaban a ella en los últimos meses. Enseñaba música a chicos y chicas. Y, sin embargo, era joven aún. Pero la **viejéz** en la familia empezaba por la **paralísia** de los **membros** inferiores, sin que el fenómeno de la vocación para la inmovilidad fuera explicado. Por pretender ser leve como una hoja involuntaria al viento, se alimentaba de café con leche, frutas, queso y tostadas.

El primo la amenazó por cuestiones del inventario. Ella se redimía negándole la atención. Su madre también hizo lo mismo cuando el padre del primo le había visitado, aunque sus propuestas eran entonces tan distintas. El hombre se sentó al lado del piano. La **decoración** tremía mientras ella tocaba el piano, luego el hombre la **afastó** para que no se rompiera. La mujer agradeció con una sonrisa. Pero la **luta**, esto era difícil. Hasta el adiós sus últimas palabras alcanzarón el nivel de la guerra:

-La decisión de Dios ni siempre es la misma del hombre. Tú resuelves matando o por la justicia.

Los amigos iban **afastándose** cuando sabían que ella estaba en **luta** con su primo. Los alumnos también. Ella se deparó con la necesidad de simular **lecciones** de piano por todo el día para que la vecindad no sospechara de su soledad. Y que su orgullo triunfara. El trato con ella propia le cansaba. Siempre buscando otros medios de acertar, pero terminaba en el piano, perdiendo tiempo entre las teclas. Pasó a entender **la razones** del padre haber abandonado a su madre. La vida junta terminaba en amargura, consolidación de estimas erradas.

Notas do autor

* Em amarelo, estão as palavras que, seguramente, escrevi errado. Como não há marcação no Espelho de Resposta, não se sabe precisar quais os erros exatos cometidos em minha versão.

Christian Bicca Estivallet – 18

La sagrada familia

Un rostro cansado, falta de elegancia al caminar. Día y noche, la repetición del reloj. Algunos la imaginaban asesinada por la madrugada. Ella no se rendía. Siempre se supo

única de una casa gloriosa. Condición que asimiló desde menina. En el colegio surgió el sentimiento y la expulsaron, la novilla del prado. Después del casamiento, no aceptó al hombre, que jamás él pisara en aquellas tierras. Sobre el amor, sentimiento fugaz, se resguardaba: es para mucho más tarde, justificando decía.

Venían se embriagando sus juntas en los últimos meses. Ensinaba música a chicos y chicas. Y, sin embargo, era joven todavía. Pero la vejez en la familia se iniciaba por la parálisis de los miembros inferiores, sin explicación para el fenómeno, la vocación para la inmovilidad. Una vez que pretendía la levedad, como hoja involuntaria al viento, se alimentaba de café con leche, frutas, quesos, torradas.

El primo la amenazó por cuestiones de inventario. Ella se protegía negando atención a él. También su madre había actuado de igual modo, cuando el padre del primo la había visitado, aunque sus propuestas fueran entonces tan diferentes. El hombre se sentó al lado del piano. Los bibelós se movían, ella tocando, él les puso lejos para que no quebraran. La mujer sonrió, agradecida. Pero la lucha, esto era duro. Hasta el adiós y sus últimas palabras alcanzaron el nivel de la guerra:

- La decisión de Dios ni siempre es la misma del hombre. Tu resuelves matando o por la justicia.

Los amigos iban se afastando cuando supieron que estaba en lucha con el primo. Del mismo modo los alumnos. Se vió en el estado de simular lecciones de piano el día todo, para que los vecinos no sospecharan de su soledad. Y su orgullo triunfara. La relación con ella propia la cansaba. Siempre buscando otros medios de acertar pero terminaba en el piano, claudicando entre teclas. Pasó a entender los motivos del padre haber dejado a la madre. Vida junta terminaba en amargura, consolidación de ideas erradas.

Pior nota

Anônimo - 0

O candidato deixou a questão em branco.





FRANCÊS

Résumé

Résumez le texte ci-dessous avec vos propres mots.

Profession : député

Récemment, un pur produit de l'élite française nommé Emmanuel Macron déclarait : « Je ne fais pas partie de cette caste politique et je m'en félicite. Nos concitoyens sont las de cette caste » (SudOuest.fr, 9 mai 2016). Il réclamait l'émergence de « nouveaux visages » et érigeait « l'immaturation et l'inexpérience » en argument de campagne. La critique de la professionnalisation de la politique est populaire ; si populaire qu'elle peut même ouvrir le chemin de l'Élysée.

Ces trajectoires tant décriées n'apparaissent pas d'emblée dans les statistiques. Conscients du stigmate qu'elles impliquent, les élus font tout pour s'en démarquer. Interrogés, ils rejettent en bloc le terme même de « carrière » au profit d'un vocable plus neutre, comme « parcours de vie », ou évoqueront même une « vocation », mélange de devoir et de passion.

Pourtant, une grande transformation des voies d'accès à la politique et des filières de recrutement a marqué les dernières décennies. C'est ce que démontre une enquête inédite menée sur quatre générations de députés français. Au cours d'une étude menée à l'Assemblée, nous avons reconstitué le parcours de 1 738 d'entre eux, des années 1970 à nos jours, dressant un tableau inédit de la représentation politique en France.

Âgés de 54 ans en moyenne, plus diplômés que le reste de la population et appartenant dans leur grande majorité aux classes supérieures, les députés des années 2010 sont aussi très majoritairement des hommes. En termes d'expérience, les élus de 2012 sont bien plus vieux que leurs homologues des années 1970, accréditant ainsi la thèse d'une professionnalisation.

En moyenne, les députés de 2012 auront passé 67 % de leur vie adulte en politique, contre 46 % pour ceux de 1978. Au moment de leur élection, les membres de l'Assemblée sortante y avaient passé déjà douze années, alors que, en 1978, six années en moyenne suffisaient pour accéder au Palais-Bourbon.

Comment expliquer cet allongement du chemin qui mène à la représentation nationale? La réponse se trouve d'abord dans l'augmentation du nombre de mandats électifs consécutive à la décentralisation, avec la création de mandats régionaux et intercommunaux. Elle tient aussi à la croissance exponentielle des effectifs d'assistants parlementaires, de collaborateurs d'élus, de permanents de partis, mais aussi de communicants ou de membres de structures.

L'accroissement de la « lutte des places », contribue à l'homogénéisation idéologique du personnel politique observée au cours des dernières décennies. Recrutés dans les mêmes viviers, formés dans une matrice commune, les responsables actuels proposent des solutions proches les unes les autres, tout en se distinguant par des manières individuellement remarquables de poser les problèmes. La concurrence dans la file d'attente incite les candidats à se faire connaître par leur nom propre plutôt qu'à travers leur parti, et donc à se démarquer à coups de petites phrases.

Cette stratégie de la personnalisation se perpétue une fois leur place conquise sur les bancs. L'enquête montre que, durant le quinquennat qui vient de s'achever, trente députés ont reçu à eux seuls la moitié des invitations à passer dans une émission de télévision ou de radio nationale. À l'inverse, 46 % des élus n'auront jamais été invités par un grand média audiovisuel au cours de la législature.

La composition sociale de l'Assemblée a également changé. Avec les mutations du Parti socialiste et la quasi-disparition du Parti communiste français de la représentation nationale, les classes populaires ont déserté l'hémicycle. En 2012, on n'y comptait qu'environ 1 % d'anciens employés et ouvriers, alors que ces catégories forment la moitié de la population active ; en 1978, ils étaient un peu plus de 10 %. Au cours des dernières décennies, la part des élus appartenant aux classes supérieures a elle aussi diminué. Le nombre de membres des professions libérales de santé est ainsi passé de 12 % à 6 % entre 1978 et 2012, et le nombre de hauts fonctionnaires, de 13 % à 6 %.

L'allongement du temps politique y contribue certainement. Pour les jeunes des classes supérieures, la nécessité de s'engager de plus en plus précocement est difficilement compatible avec des études longues et sélectives. Quant à leurs aînés, la perspective de se ranger patiemment dans la file d'attente qui mène aux mandats manque d'attrait à leurs yeux. D'autant que l'activité de député est particulièrement chronophage. Le nombre d'heures de séance à l'Assemblée a triplé depuis le début de la Ve République, rendant difficile l'exercice parallèle d'une profession libérale, encore courant dans les années 1960.

L'inaccessibilité des mandats aux ouvriers et employés, le dévoiement de la politique en stratégie de carrière, le népotisme dans le recrutement des assistants parlementaires orientent les débats vers plusieurs pistes de réforme. La diminution des indemnités des élus a toutes les apparences d'une fausse solution.

Les réformes touchant au cumul des mandats favorisent assurément la rotation des postes et redistribuent le pouvoir concentré par les potentats locaux. Mais elles ne sont pas conçues pour changer le profil des nouveaux élus.

Une autre mesure intensément discutée consisterait à tirer au sort tout ou partie des législateurs. Elle apporterait une solution radicale au problème de la professionnalisation et transformerait profondément l'idée même de représentation. Il n'est pas certain que la démocratie sorte gagnante de ce qui s'apparenterait à une ruse de la raison présidentialisée.

Quel que soit leur potentiel transformateur, ces mesures partagent toutefois un prisme individualiste. Toutes postulent que les problèmes contemporains de la politique proviennent avant tout de ses représentants ; ce serait donc sur eux qu'il faudrait concentrer les critiques et les recherches de solutions. Or, pour être vraiment efficace, le débat devrait aussi — et avant tout — porter sur 67 l'organisation même du pouvoir et de la démocratie représentative. Julien Boelaert et al. *Métier : député. Enquête sur la professionnalisation de la politique en France. Raisons d'agir*, Paris, 2017. Internet : (texte adapté).

Média: 18,37 amp. / 16,93 cotas negros.
Desvio padrão: 3,45 amp. / 3,05 cotas negros.

Paulo Mendes de Carvalho Guedes - 22,5

La critique de la professionnalisation de la politique en France est devenu une constante de la vie politique du pays. En effet, les nouveaux politiciens rejettent le vocable <<carrière>>. Cependant, selon une enquête inédite sur le tableau de la représentation politique française, la thèse de la professionnalisation est vraie. D'après l'étude, les députés d'aujourd'hui sont plus vieux, appartiennent aux classes supérieures et sont plutôt des hommes qui ont déjà occupés des postes politiques. Cela représentant la conséquence de l'augmentation du nombre de mandats électifs après la décentralisation.

De plus, la croissance du nombre d'assistants parlementaires et de la dispute pour ces postes ont homogénéisé le personnel politique en ce qui concerne l'aspect idéologique. Ces individus utilisent la stratégie de la personnalisation au lieu de s'associer à l'image de leur parti.

Autre changement a eu lieu dans la composition sociale de l'Assemblée, où il y a moins d'ouvriers et des élus appartenant aux classes supérieures qu'en 1978. La raison de cela est l'allongement du temps politique, qui fait la file d'attente augmenter et rend plus difficile aux jeunes de compatibiliser leurs études ou leurs professions avec la participation politique.

Cette situation suscite des débats sur une réforme qui soit capable de réduire le cumul des mandats. Pourtant, les réformes proposées, qui ont un prisme individualiste, ne vont pas changer le scénario. En effet, seulement une solution radicale peut transformer la démocratie représentative d'aujourd'hui en France.

(234 palavras)

Matheus Freitas Rocha Bastos – 22,5

Quoique Emmanuel Macron et les autres politiciens nient leur relation avec la politique en tant qu'une vraie carrière en remarquant son aspect presque moral, une enquête récente et très importante démontre que le système de représentation de la France se caractérise par le phénomène de la professionnalisation politique. En comparaison avec les politiciens de 1970, les élus d'aujourd'hui sont plus anciens, éduqués et restent au moins 67% de leur vie en maîtrisant les affaires politiques. Les causes de ce changement du profil de l'Assemblée sont variables. D'une part, l'élévation du nombre des candidats élus plusieurs fois aussi que de leurs conseillers peuvent bien expliquer ce processus. D'autre part, l'attention sur l'individu plutôt que sur le parti et le mouvement de création d'une mentalité de classe sont aussi responsables pour la professionnalisation politique.

De surcroît, le profil social des politiciens est aussi différent comparé auparavant. Les responsabilités **imposés** à ceux qui font partie de la vie politique ont augmenté, d'où le coût social et économique de participation est également plus haut. Le temps est, ainsi, un élément qui rend **l'accès** à l'Assemblée plus difficile et c'est la raison pour laquelle les

politiciens ne s'occupent pas d'une autre profession. Pourtant, les tentatives de résoudre ce problème, comme la réforme électorale et la proposition de recruter les candidats par hasard, n'ont pas réussi surtout car elles centrent la question sur les politiciens et pas sur les structures de pouvoir de la démocratie française.

Notas do autor

* Em amarelo, estão as palavras que, seguramente, escrevi errado. Como não há marcação no Espelho de Resposta, não se sabe precisar quais os erros exatos cometidos em meu resumo.

(240 palavras)

Elisa Hickmann Nickel – 21,5 (antes do recurso: 20,0)

En analysant la professionnalisation de la politique française, Julian Boelaert remarque qu'elle est beaucoup critiquée, aussi bien par la population que par les politiciens eux-mêmes. Malgré cela, une enquête a montré qu'elle est une réalité: les députés d'aujourd'hui sont plus vieux et ils ont passé une plus grande partie de leur carrière à la politique. Ils ont aussi étudié plus que le reste de la population et la majorité d'entre eux fait partie des classes supérieures.

La décentralisation en France, qui a multiplié la quantité de mandats électifs, avec la création de mandats régionaux et intercommunaux, est partiellement responsable de cette situation. Une autre raison est le temps qui doit être dévoué à l'Assemblée: il a beaucoup augmenté depuis le début de la V^e République, ce qui éloigne les classes populaires de cette profession.

La méfiance envers les politiques est suivie d'une similarité idéologique croissante et, par conséquent, d'un effort commun de se montrer différent à cause de caractéristiques personnelles. Pourtant, l'homogénéisation est remarquable: les classes populaires, les professions libérales de santé et les hauts fonctionnaires sont moins représentés qu'en 1978.

À guise de conclusion, Boelaert souligne que adopter des solutions radicales, comme tirer au sort les législateurs, ne va pas nécessairement améliorer la situation, tandis qu'il s'agit d'une solution individualiste pour un problème qui est plus vaste. Ainsi, il faut poser des questions sur l'organisation même du pouvoir et de la démocratie représentative, plutôt que sur ceux qui sont élus.

(241 palavras)

Maybi Rodrigues Mota – 21,25

Malgré la force argumentative de la critique de la professionnalisation de la politique, démontrée par l'élection d'Emmanuel Macron, une enquête innovatrice a apporté des données qui suggèrent une progressive professionnalisation depuis 1970. La recherche a investigué l'historique de 1738 députés français et indique que les députés élus en 2012 sont plus expérimentés que ceux des années 1970. En plus, les députés de 2012 ont environ

54 ans, appartiennent, la plupart, aux classes enrichies, sont plus diplômés et sont, presque tous, des hommes.

D'une part, couramment il y a plus de mandats électifs – régionaux et intercommunaux – à cause de la décentralisation. D'autre part, l'administration compte sur plusieurs fonctionnaires attachés à la structure. De cette façon, les députés qui arrivent à être élus dédient une période plus longue de leurs vies à la carrière politique aujourd'hui qu'en 1978.

En outre, il est devenu plus difficile de distinguer les candidats ayant pour base l'idéologie. Alors, au lieu de faire des propositions qui mettent leurs partis en relief, ils choisissent le chemin du personnalisme, qui tend à se perpétuer.

En termes de composition et représentation, on vérifie des changements aussi. Comme la vie politique consomme du temps excessivement, les classes supérieures ont vu sa participation diminuer. Les classes populaires, aussi, sont moins représentées, ainsi que les professionnels libéraux et les hauts fonctionnaires.

De cette façon, il est important de repenser la représentation, la démocratie et l'organisation du pouvoir. Bref, les problèmes ne sont pas seulement chez les politiques.
(244 palavras)

Pior nota

Anônimo – 8,75

Le auteur Julien Boelaert a écrit «Profession : député » en réponse à une critique que Emmanuel Macron a élaboré en rapport à la professionnalisation de la politique et des hommes de politique. L'article utilise une enquête élaborée par L'Assemblée française, au cours de quatre générations de députés, et défendre que cette critique ignore la réalité.

En fait, selon l'étude, la plupart des députés ont une histoire de vie liée à la politique, bien comme il ya une tendance de que ces personnes soient majoritairement des hommes de moyen âge et sujet à une homogénéisation idéologique. La structure parlementaire française, dit l'auteur, n'est pas parfait.

Cependant, la solution de ces problème ne répose pas en, par exemple, la diminution des indemnités des hommes de politique, très lié au népotisme. Une réforme de la structure du pouvoir est nécessaire, toutefois des solutions de ce type ne changeront rien.

Pour avoir un débat efficace, il faut que les Françaises changent la donne de la discussion. Il faut, aussi, que les Françaises fassent centrer ses considérations en l'organisations du pouvoir et de la démocratie représentative.

(182 palavras)

Notas do autor

1 – Quase todos os erros de francês e de conteúdo foram mantidos (só foram alterados aqueles erros que impediam a compreensão do texto).

2 – É possível ir mal em um resumo/questão e ser bem-sucedido no concurso. Não percam a esperança.



Version

Élaborez une version en français du texte ci-dessous.

Herança rural

Procurou-se mostrar no presente capítulo como, ao menos em sua etapa inicial, esse processo correspondeu de fato a um desenvolvimento da tradicional situação de dependência em que se achavam colocadas as cidades em face dos domínios agrários. Na ausência de uma burguesia urbana independente, os candidatos às funções novamente criadas recrutam-se, por força, entre indivíduos da mesma massa dos antigos senhores rurais, portadores de mentalidade e tendência características dessa classe. Toda a ordem administrativa do país, durante o Império e mesmo depois, já no regime republicano, há de comportar, por isso, elementos estreitamente vinculados ao velho sistema senhorial.

Essas condições representam o prolongamento de um fato muito real e sensível, que prevaleceu durante o regime colonial. Durante largo tempo, de algum modo até a vinda da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, constituímos uma estrutura *sui generis*, mesmo comparados aos outros países americanos, àqueles, em particular, onde a vida econômica se apoiou quase totalmente, como aqui, no trabalho servil.

A regra, em todo o mundo e em todas as épocas, foi sempre o contrário: a prosperidade dos meios urbanos, fazendo-se à custa dos centros de produção agrícola. Sem o incremento das cidades e a formação de classes não agrárias, o que tem sucedido constantemente é que a terra entra a concentrar-se, pouco a pouco, nas mãos dos representantes de tais classes, que residem, em geral, nas cidades e consomem a produção dos elementos rurais, sem lhes dar, no entanto, o equivalente econômico do que recebem. (Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. 1936.)

Média: 19,22 amp. / 16,71 cotas negros.

Desvio padrão: 2,69 amp. / 3,5 cotas negros.

Matheus Freitas Rocha Bastos – 23

L'héritage rural

L'objectif de ce chapitre était de montrer comment, au moins dans son étape initiale, ce processus a correspondu effectivement au développement de la situation traditionnelle de dépendance dans laquelle les villes ont été mise par rapport aux domaines agricoles. Manque d'une bourgeoisie urbaine indépendante, les candidats aux fonctions créés de nouveau sont choisis, par force, parmi les individus du même groupe de anciens maîtres ruraux, ayant la mentalité et la tendance caractéristiques de cette classe. Toute l'ordre administrative du pays, pendant l'Empire et même après, dans le régime républicain, doit comporter, pour cette raison, les éléments particulièrement liés au ancien système des maîtres.

Ces conditions représentent le **prolongement** d'un fait très réel et sensible persistant pendant le régime colonial. Pendant très longtemps, de quelque façon **presqu'à** l'entrée de la Court portugaise au Rio de Janeiro, nous avons de quelque façon constitués une structure *sui generis*, même en comparaison aux autres pays américains où particulièrement la vie économique s'est appuyée presque totalement sur le travail de **l'éclave**, comme ici.

Dans tout le monde et toutes les époques, la règle a été toujours le contraire : la prospérité des centres urbains à travers l'exploitation des centres de production agricole. Sans le développement des villes et sans la formation de classes non agricoles, ce qui se passe constamment est que la terre commence à se concentrer, peu à peu, dans les mains des représentants de ces classes habitant, en général, aux villes et consommant la production des éléments ruraux, sans donner à ceux-ci, pourtant, l'équivalent économique de ce qu'ils gagnent.

Notas do autor

* Em amarelo, estão as palavras que, seguramente, escrevi errado. Como não há marcação no Espelho de Resposta, não se sabe precisar quais os erros exatos cometidos em minha versão.

Pedro Henrique de Sousa Zacarias – 23

On a essayé de montrer dans le chapitre présent comment, au moins dans son étape initiale, ce processus a correspondu *vraiment* à un développement de la traditionnelle situation de *dépendance* dans laquelle se trouvaient placées les villes par rapport aux *domains* agraires. Dans l'absence d'une bourgeoisie urbaine *indépendente*, les candidats aux fonctions qui avaient été de nouveau créées sont *forcément* choisis parmi les individus du même groupe des anciens maîtres ruraux, et qui portaient la mentalité et la *tendance caractéristiques* de cette classe. Tout l'ordre administratif du pays, à l'époque de l'Empire et même après sa fin, déjà au régime républicain, aura ainsi des éléments étroitement liés au vieux système des maîtres.

Ces conditions ont représenté le prolongement d'un fait très réel et sensible, qui a prévalu pendant le régime colonial. Pendant longtemps, d'une certaine façon jusqu'à l'arrivée de la Court portugaise au Rio de Janeiro, nous avons constitué une structure « *sui generis* », même par rapport aux autres pays américains, particulièrement par rapport à ceux dont la vie économique s'est appuyée presque totalement, comme ici, sur *l'éclavage*.

La règle, dans tout le monde et à toutes les époques, a toujours été le contraire : la prospérité des *milieux* urbains se tenait à celle des centres de production agricole. Sans la croissance des villes et sans la formation des classes non agraires, ce qui se passe constamment c'est que la terre commence à se concentrer peu à peu aux mains des représentants de telles classes, ceux qui habitent en général dans les villes et qui consomment la production des éléments ruraux, sans qu'ils donnent pourtant à ceux-ci l'équivalent économique de ce qu'ils reçoivent.

Luana Roeder – 23

L'héritage rural

On chercha montrer dans ce présent chapitre comment, au moins à son étape initiale, ce processus a correspondu en fait à un développement de la traditionnelle situation de dépendance où se trouvent mis les villes face aux domaines agricoles. À l'absence d'une bourgeoisie urbaine indépendante, les candidats aux nouveaux postes créés sont recrutés, par force, entre les individus de la même masse des anciens propriétaires ruraux, qui ont la mentalité et la tendance caractéristiques de cette classe. L'intégralité de l'ordre administratif du pays pendant le royaume et même après, déjà au régime républicain, doit donc comporter d'éléments directement liés au vieux système seigneuriaux.

Ces conditions représentent l'allongement d'un fait plus réel et sensible, qui a prédominé pendant le régime colonial. Pendant un long temps, d'une façon jusqu'à le venir de la Cour portugaise à Rio de Janeiro, nous avons constitué une structure *sui generis*, même comparé aux autres pays américains aux ceux, particulièrement, où la vie économique s'est basé presque totalement, comme ici, sur le travail servile.

La règle, dans tout le monde et à toutes les époques, a été toujours le contraire : la prospérité des milieux urbains, fait au coût des centres de production agricole. Sans l'accroissement des villes et la formation des classes non agricoles, il se passe constamment que la terre est concentrée, peu à peu, dans les mains des représentants de ces classes là, qui en général vivent dans les villes et consomment la production des éléments ruraux, sans néanmoins leur donner l'équivalente économique de ce qu'ils reçoivent.

Daniel Köhler Leite – 23

Héritage rural

On a essayé de montrer dans ce chapitre comment, au moins lors de son étape initiale, ce processus correspondait en effet au développement de la traditionnelle situation de dépendance des villes par rapport aux domaines agraires. En manque d'une bourgeoisie urbaine indépendante, les candidats aux fonctions créées encore une fois se recrutent, nécessairement, entre individus de la même masse d'anciens seigneurs ruraux, qui ont une mentalité et une tendance caractéristiques de cette classe. Toute l'ordre administratif du pays, pendant l'Empire et même après, déjà durant le régime républicain, doit englober, par conséquent, des éléments strictement liées au vieux système des seigneurs.

Ces conditions représentent le prolongement d'un fait très vrai et sensible, qui a prévalu pendant le régime colonial. Pendant longtemps, de certaine façon jusqu'à l'arrivée de la Cour portugaise à Rio de Janeiro, nous avons constitué une structure unique, même en comparaison aux autres pays américains, à ceux particulièrement où la vie économique s'est appuyée presque totalement, comme ici, sur le travail servil.

La règle, partout et durant toutes les époques, a toujours été le contraire : la prospérité des milieux urbains se produisant en détriment des centres de production agricoles. Sans la croissance des villes et sans la formation de classes qui ne sont pas agraires, ce qui est survenu de façon constante c'est que la terre commence à se concentrer, peu à peu, dans les mains des représentants de ces classes, qui habitent, normalement, dans

les villes et qui consomment la production des éléments ruraux, sans qu'ils leur donnent néanmoins l'équivalent économique de ce qu'ils reçoivent.

Pior nota

Anônimo - 12

On a cherché dans le présent chapitre comment, au moins dans le première étape, ce processus a correspondu en fait à un développement de la traditionnelle situation de dépendance où se travaient les cités devant l'agriculture. L'inexistence d'une bourgeoisie urbaine indépendante, les candidats à les fonctions nouveaux créés se sont recrutés par la force, parmi les individus de la même masse des anciennes Messieurs, ces qui portent la mentalité et la tendance caractéristique de cette classe. Toute l'ordre administratif du pays, pendant l'Empire et après, même dans la république, ont besoin de porter d'éléments liées aux vieux système.

Cettes conditions représentent l'éloignement d'un fait très réel et sensible, qui a réussi pendant le régime colonial. Dès beaucoup de temps, jusqu'à la voyage de la famille réel Portugaise au Rio de Janeiro, nous constituons une structure sui generis, même comparés aux autres pays Américains, où la vie économique s'est basée presque totalement, comme là, au travail servil.

La règle, dans tout le monde et dans toutes les époques, a été toujours le contraire; la prospérité du moyenne urbaine, qui a réussi contre l'agriculture. Sans le développement des cités et de la classe non-agraire, l'unique chose qui a réussi est la concentration de terre dans les mains des représentants de ces classes, qui vivent dans la cité et consomment la production rurale sans leur donner, néanmoins, ce qu'ils doivent.

